CONHECIMENTOS BANCÁRIOS

Prof. Cid Roberto

Concurso
BANCO DO BRASIL
2018

TEORIA E 780 EXERCÍCIOS

GRAN CURSOS ONLINE

Sumário

1. Introdução e Esclarecimentos 5
2. Estrutura do Sistema Financeiro Nacional - SFN 6
3. Liquidez 10
4. Política Econômica 10
5. Instrumentos de Política Monetária 10
6. Mercado Primário e Mercado Secundário 11
7. Mercado Bancário 11
8. *Spread* Bancário 13
9. Conselho Monetário Nacional 14
10. Banco Central do Brasil - BACEN 20
11. COPOM - Finalidade e Atribuições 24
12. Autorregulação Bancária 27
13. Depósitos a Prazo (CDB e RDB) 34
14. Caderneta de Poupança 37
15. Crédito Direto ao Consumidor (CDC) 40
16. Crédito Rural 41
17. Cartões de Débito 47
18. Cartões de Crédito 49
19. Mercado de Capitais 57
20. Conselho Monetário Nacional 58
21. Comissão de Valores Mobiliários - CVM 59
22. Estrutura e Funcionamento 60
23. Sociedades Anônimas ou Companhias 62
24. Ação - Características 63
25. Direitos dos Acionistas 65

26. Desdobramento e Grupamento de Ações 66
27. Valor das Ações 67
28. Negociando com Ações 68
29. Funcionamento do Mercado à Vista de Ações 69
30. Debêntures 71
31. Operações de *Underwriting* 72
32. Fundos Mútuos de Investimento 73
33. Soc. Cor. de Títulos e Val. Mob. e Soc. Distribuidoras de Títulos e Val. Mob.. 87
34. Sistema Especial De Liquidação E Custódia (SELIC) 92
35. CETIP S.A. (Hoje, "B3 S.a. - Brasil, Bolsa, Balcão") 93
36. Sistema de Seg. Privados, Previdência Complementar Aberta Títulos de Capitalização .. 100
37. Planos de Seguros 100
38. Planos de Aposentadoria e Pensão Privados Abertos 102
39. Títulos de Capitalização 104
40. Sistema de Previdência Complementar Fechada 106
41. Planos de Aposentadoria e Pensão Privados Fechados 106
42. Mercado de Câmbio 107
43. Instituições Autorizadas a Operar 108
44. Bancos de Câmbio 109
45. Sociedade Corretora de Câmbio 109
46. Operações Básicas 110
47. Contratos de Câmbio – Características 111
48. Taxas de Câmbio 112
49. Remessas 114
50. Posição de Câmbio 119
51. Garantias do Sistema Financeiro Nacional 121
52. Aval 122
53. Fiança 123

54. Fianças Bancárias 125
55. Penhor Mercantil 125
56. Alienação Fiduciária 127
57. Hipoteca 128
58. Fundo Garantidor do Crédito (FGC) 129
59. Crimes de Lavagem de Dinheiro 134
60. Referência Bibliográfica 147
61. Pesquisas na Internet (Consultas em 14.03.2018) 148
62. Exercícios - 1º Bloco 149
63. Exercícios - 2º Bloco 274
64. Exercícios - 3º Bloco 390
65. Gabarito 494

1. INTRODUÇÃO E ESCLARECIMENTOS

Seja muito bem-vinda(o) ao curso de Conhecimentos Bancários para o concurso do Banco do Brasil 2018.

Este curso foi elaborado levando em conta exatamente o conteúdo exigido no último concurso do Banco do Brasil, de acordo com o Edital nº 001 BB Cesgranrio, de 07.03.2018, cuja prova está prevista de ser aplicada em 13.05.2018.

Ao longo do curso teremos a oportunidade de trabalhar todo o conteúdo, por meio de aulas teóricas, exemplos da prática bancária e vários exercícios.

Estão inseridos 780 exercícios gabaritados que envolvem somente os assuntos que constam no Edital e que foram divididos em três blocos de 280 exercícios. No primeiro bloco estão as questões mais recentes, que caíram nos concursos realizados mais recentemente. No segundo bloco estão questões menos recentes e no terceiro as questões mais antigas. Todas as questões foram revistas e atualizadas conforme as normas atualmente em vigor.

Estarei à disposição em sala de aula e também no meio virtual. Participem do Grupo de Estudos Carreiras Bancárias do Gran Cursos Online em facebook.com/groups/concursos.carreiras.bancarias/.

Estude e realize os seus sonhos!

Conte com a minha experiência profissional, pois trabalho em bancos desde 1968. Conte sempre com o meu auxílio, com a minha parceria e com o meu compromisso de conseguir a sua aprovação.

Fique na paz!

Prof. Cid Roberto

Brasília (DF)

2. ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - SFN

Entende-se a palavra "**estrutura**" como o modo pelo qual as diferentes partes de um todo estão dispostas.

O termo "**financeiro**" tem a ver com finanças e à circulação e à gestão do dinheiro e de outros recursos líquidos, segundo o Dicionário Aurélio.

Segundo o mesmo dicionário, "**nacional**" significa de, ou pertencente ou relativo a uma nação, ou próprio dela.

A palavra "**sistema**" é entendida como o conjunto de partes, componentes, que interagem entre si, de forma ordenada, a fim de atingir um objetivo comum.

De acordo com o conceito, todos os sistemas têm partes que interagem entre si, possuem ordem ou normas e visam um objetivo comum.

Assim, poderíamos fazer as seguintes associações:

SISTEMA	PARTES	ORDENAMENTO/NORMAS	OBJETIVO
Solar	planetas, estrelas, satélites, etc.	leis da gravidade, física, etc.	manter o equilíbrio dos corpos celestes
Transporte	vias, veículos, passageiros, etc.	código de trânsito	transportar cargas e passageiros
Financeiro Nacional	órgãos normativos, entidades supervisoras, entidades financeiras, entidades auxiliares, PF e PJ, etc.	leis, decretos, resoluções, normas, códigos, etc.	circular as finanças da nação brasileira; **encontro dos superavitários com os deficitários**

O Sistema Financeiro Nacional - SFN tem a função básica de fazer o encontro dos superavitários (doadores de recursos) com os deficitários (tomadores de recursos).

Para que isso ocorra, existem intermediários financeiros legalmente autorizados a fazerem esses encontros. São os operadores do SFN. Eles fazem com que os que têm sobra de dinheiro encontrem alternativas onde aplicar seus recursos financeiros.

Esses recursos são repassados para os agentes econômicos que necessitam de dinheiro para atender as suas necessidades de consumo, que podem ser de caráter pessoal bem como para ampliação da capacidade produtiva das empresas.

A intermediação financeira implica em captar os recursos dos superavitários, repassando-os para os deficitários.

Os intermediários financeiros ganham juros ou comissões, dependendo da operação financeira que estiver realizando.

<table>
<tr><th colspan="6">Composição e Segmentos do Sistema Financeiro Nacional</th></tr>
<tr><th></th><th colspan="3">Moeda, crédito, capitais e câmbio</th><th>Seguros Privados*</th><th>Previdência Fechada</th></tr>
<tr><td>Órgãos normativos</td><td colspan="3">Conselho Monetário Nacional - CMN</td><td>Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP</td><td>Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC</td></tr>
<tr><td>Entidades supervisoras</td><td>Banco Central do Brasil - Bacen</td><td colspan="2">Comissão de Valores Mobiliários - CVM</td><td>Superintendência de Seguros Privados - Susep</td><td>Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Operadores</td><td>Bancos e Caixas Econômicas</td><td colspan="2">Corretoras e Distribuidoras**</td><td>Seguradoras e Resseguradores</td><td>Entidades Fechadas de Previdência Complementar (fundos de pensão)</td></tr>
<tr><td>Cooperativas de Crédito</td><td>Administradora de Consórcios</td><td>Bolsas de Valores</td><td>Entidades Abertas de Previdência Complementar</td><td></td></tr>
<tr><td>Instituições de pagamento***</td><td>Demais instituições não bancárias</td><td>Bolsas de mercadorias e futuros</td><td>Sociedades de Capitalização</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="6">* Aqui estão inseridas a previdência complementar aberta e os títulos de capitalização.
** Dependendo de suas atividades corretoras e distribuidoras também são fiscalizadas pela CVM.
*** As Instituições de Pagamento não compõem o SFN, mas são reguladas e fiscalizadas pelo BCB, conforme diretrizes estabelecidas pelo CMN
Fonte: bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp</td></tr>
</table>

Como consta no sítio do Banco Central do Brasil (bcb.gov.br), o SFN é composto por três grandes ramos:

- Moeda (monetário), crédito, capitais e câmbio;
- Seguros Privados; e
- Previdência Fechada.

O principal ramo do SFN lida diretamente com quatro tipos de mercado:

- **mercado monetário**: é o mercado que fornece à economia papel-moeda e moeda escritural, aquela depositada em conta corrente;
- **mercado de crédito**: é o mercado que fornece recursos para o consumo das pessoas em geral e para o funcionamento das empresas;
- **mercado de capitais**: é o mercado que permite às empresas em geral captar recursos de terceiros e, portanto, compartilhar os ganhos e os riscos;
- **mercado de câmbio**: é o mercado de compra e venda de moeda estrangeira.

Ainda segundo o BCB, o SFN está estruturado basicamente em três subsistemas: órgãos normativos, entidades supervisoras e operadores.

Órgãos Normativos

Têm a atribuição de traçar as linhas gerais que devem ser observadas na parte do Sistema Financeiro que está a cargo de cada uma delas. Não executam coisa alguma.

São os seguintes:

- Conselho Monetário Nacional - CMN;
- Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP; e
- Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Entidades Supervisoras

Executam o que foi determinado pelos órgãos normativos, cabendo supervisionar, fiscalizar, acompanhar e punir os operadores do Sistema Financeiro, dentro das atribuições definidas para cada uma delas.

São as seguintes:

- **Banco Central do Brasil – Bacen** (Missão – assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente);
- **Comissão de Valores Mobiliários – CVM** (Missão - desenvolver, regular e fiscalizar o Mercado de Valores Mobiliários, como instrumento de captação de recursos para as empresas, protegendo o interesse dos investidores e assegurando ampla divulgação das informações sobre os emissores e seus valores mobiliários);
- **Superintendência de Seguros Privados – Susep** (Missão - regular, supervisionar e fomentar os mercados de seguros, resseguros, previdência complementar aberta, capitalização e corretagem, promovendo a inclusão securitária e previdenciária, bem como a qualidade no atendimento aos consumidores); e
- **Superintendência Nacional de Previdência Complementar** – Previc (Missão - supervisionar e fiscalizar os fundos de pensão).

Operadores (Intermediários Financeiros)

São todos aqueles que fazem efetivamente o Sistema Financeiro Nacional alcançar o seu objetivo de proporcionar o encontro dos superavitários com os deficitários, cabendo-lhes observar as regras definidas pelos órgãos normativos e que são implementadas pelas entidades supervisoras.

3. LIQUIDEZ

Três conceitos

1º quantidade de dinheiro na economia

2º capacidade de honrar compromissos financeiros

3º possibilidade de transformar algo em dinheiro

4. POLÍTICA ECONÔMICA

A política econômica consiste no conjunto de ações governamentais que são planejadas para atingir determinadas finalidades relacionadas com a situação econômica do Brasil.

Os instrumentos da política econômica são:

- **política fiscal** - tem a ver com os gastos públicos e os impostos;
- **política monetária** - diz respeito à moeda nacional e aos títulos públicos (dívida pública interna);
- **política cambial** - tem a ver com as moedas estrangeiras;
- **política creditícia** - diz respeito à concessão de créditos.

5. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MONETÁRIA

Como dito anteriormente, diz respeito à moeda nacional. São os procedimentos que o governo adota para regular a oferta (quantidade) da moeda em circulação na economia nacional.

São três, basicamente, os instrumentos utilizados pelo governo:

- **compra e venda de títulos públicos** (operações do mercado aberto) - quando o governo vende (lança) títulos no mercado ele retira moeda da economia e quando compra títulos ele coloca moeda na economia;

- **depósitos compulsórios** - corresponde a um percentual das captações que os bancos são obrigados a recolher ao Banco Central; quanto maior o percentual do compulsório menos moeda na economia e vice-versa; e
- **controle da taxa de juros** - quanto maior a taxa de juros menos pessoas estarão dispostas a tomar dinheiro emprestado, resultando em menos moeda na economia.

Alguns defendem que o redesconto e a emissão de moeda também são instrumentos de política monetária.

6. MERCADO PRIMÁRIO E MERCADO SECUNDÁRIO

No mercado primário há a negociação pela primeira vez do que estiver sendo lançado e há impacto no caixa de quem lançou. É quando ocorrem transações entre o emissor e o investidor.

No mercado secundário há a negociação de algo que já passou pelo mercado primário e não há impacto no caixa de quem lançou. É quando ocorre transações entre um investidor e outro investidor.

7. MERCADO BANCÁRIO

Segundo o Dicionário Aurélio, a palavra "mercado" em economia, significa o *conjunto de compradores e vendedores e sua interação*.

No Mercado Bancário temos os agentes econômicos comprando e vendendo seus recursos financeiros por meio dos vários produtos e serviços bancários ofertados pelas várias instituições financeiras, de natureza bancária ou não, públicas ou privadas.

Os produtos e serviços bancários podem ser divididos da seguinte forma em três segmentos:

Operações passivas

Ocorrem quando a instituição financeira capta recursos. Nessa hora o banco passa a ter um passivo, uma obrigação de devolver ao cliente o dinheiro captado. As principais operações passivas são: depósitos a vista, depósitos a prazo e depósitos em caderneta de poupança.

Operações ativas

Acontecem quando a instituição financeira empresta dinheiro. A partir do momento do empréstimo o banco passa a ter um ativo, o direito de receber do cliente o dinheiro emprestado. São os empréstimos e os financiamentos. As principais operações ativas são: crédito direto ao consumidor, cheque especial, conta garantida, desconto de títulos, operação de arrendamento mercantil e o financiamento imobiliário.

Operações acessórias

São as prestações de serviços. Não envolve captação nem empréstimo de dinheiro. A instituição financeira por meio da sua rede agências presta serviços aos clientes. Exemplo: cobrança de títulos, carnês e assemelhados, arrecadação de tributos e impostos, ordens de pagamento, consórcios, cartão de crédito e etc.

8. *SPREAD* BANCÁRIO

Em termos simplificados, o *Spread* Bancário é a diferença entre a taxa de juros cobrada aos tomadores de crédito e a taxa de juros paga aos depositantes pelos bancos.

Em outras palavras, é a diferença entre a remuneração que o banco paga ao aplicador para captar um recurso e o quanto esse banco cobra para emprestar o mesmo dinheiro.

O cliente que deposita dinheiro no banco, em poupança ou outra aplicação, está de fato fazendo um empréstimo ao banco. Portanto o banco remunera os depósitos de clientes a uma certa taxa de juros (chamada taxa de juros de captação ou simplesmente taxa de captação).

Analogamente, quando o banco empresta dinheiro a alguém, cobra uma taxa pelo empréstimo - uma taxa que será certamente superior à taxa de captação.

A diferença entre as duas taxas é o chamado *Spread* Bancário.

O S*pread* Bancário pode ser apurado em sua forma bruta e líquida.

Na forma bruta, leva em conta somente a taxa de aplicação financeira, o custo para o tomador do empréstimo, e a taxa de captação, o custo da instituição financeira para captar o recurso financeiro.

Na forma líquida, leva em conta os impostos, a inadimplência, as despesas operacionais e as provisões do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Vejamos o exemplo abaixo:

***SPREAD* BANCÁRIO**	
Taxa de Aplicação Financeira	10,0%
(-) Taxa de Captação	-3,0%
Spread Bruto	7,0%
(-) Impostos sobre Operações	-0,3%
(-) Inadimplência	-2,0%
(-) Despesas Operacionais	-0,7%
Spread antes do IR	4,0%
Provisão para IR e CSLL	-0,3%
Spread Líquido	3,7%

Taxa de Aplicação Financeira – corresponde às receitas (taxas de retorno) auferidas pela instituição decorrentes das aplicações de seus recursos próprios e de terceiros em operações de crédito, cambiais, prestação de serviços e tesouraria, entre outras.

Taxa de captação – são todas as despesas (custos) de captação de recursos financeiros (próprios e de terceiros) processados pelo banco para lastrear suas aplicações.

Impostos sobre operações – compreendem os impostos diretos de responsabilidade da instituição financeira, como PIS, Cofins, ISS e outros.

Inadimplência – percentual das aplicações financeiras, centradas principalmente em títulos adquiridos e operações de crédito, considerado como de realização duvidosa.

Despesas Operacionais – envolvem despesas de pessoal, administrativas, judiciais e outras realizadas no período.

Provisão para IR e CSLL – alíquota dos tributos incidentes sobre os resultados do banco.

9. CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

O Conselho Monetário Nacional (CMN) foi instituído pela Lei nº 4.595, de 31.12.1964.

É o órgão deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional.

Tem a responsabilidade de expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do SFN.

Dentre suas funções estão:

- fixar a meta anual de inflação;
- adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia e seu processo de desenvolvimento;

- regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais;
- regular o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamento do País, tendo em vista a melhor utilização dos recursos em moeda estrangeira;
- orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, quer públicas, quer privadas; tendo em vista propiciar, nas diferentes regiões do País, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional;
- propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros;
- zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;
- coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública interna e externa;
- autorizar as emissões de papel-moeda;
- estabelecer condições para que o Banco Central emita moeda-papel de curso forçado, bem como emita as normas reguladoras do meio circulante;
- aprovar os orçamentos monetários, preparados pelo Banco Central, por meio dos quais se estimarão as necessidades globais de moeda e crédito;
- determinar as características gerais das cédulas e das moedas;
- fixar as diretrizes e normas da política cambial, inclusive quanto a compra e venda de ouro e quaisquer operações em Direitos Especiais de Saque e em moeda estrangeira;
- disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive aceites, avais e prestações de quaisquer garantias por parte das instituições financeiras;
- regular a constituição, funcionamento e fiscalização dos que exercerem atividades subordinadas a esta lei, bem como a aplicação das penalidades previstas;

- limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive os prestados pelo Banco Central, assegurando taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover benefícios nas atividades rurais;
- determinar a percentagem máxima dos recursos que as instituições financeiras poderão emprestar a um mesmo cliente ou grupo de empresas;
- estipular índices e outras condições técnicas sobre encaixes, mobilizações e outras relações patrimoniais a serem observadas pelas instituições financeiras;
- expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras;
- delimitar, com periodicidade não inferior a dois anos o capital mínimo das instituições financeiras privadas, levando em conta sua natureza, bem como a localização de suas sedes e agências ou filiais;
- determinar recolhimento de até 60% do total dos depósitos e/ou outros títulos contábeis das instituições financeiras, seja na forma de subscrição de letras ou obrigações do Tesouro Nacional ou compra de títulos da Dívida Pública Federal, seja através de recolhimento em espécie, em ambos os casos entregues ao Banco Central do Brasil, na forma e condições que o Conselho Monetário Nacional determinar, podendo este:

  a) adotar percentagens diferentes em função

  – das regiões geoeconômicas;
  – das prioridades que atribuir às aplicações;
  – da natureza das instituições financeiras;

  b) determinar percentuais que não serão recolhidos, desde que tenham sido reaplicados em financiamentos à agricultura, sob juros favorecidos e outras condições fixadas pelo Conselho Monetário Nacional;

- estabelecer para as instituições financeiras públicas, a dedução dos depósitos de pessoas jurídicas de direito público que lhes detenham o controle acionário, bem como dos das respectivas autarquias e sociedades de economia mista, no cálculo do depósito compulsório;
- enviar obrigatoriamente ao Congresso Nacional, até o último dia do mês subsequente, relatório e mapas demonstrativos da aplicação dos recolhimentos compulsórios;
- regulamentar, fixando limites, prazos e outras condições, as operações de redesconto e de empréstimo, efetuadas com quaisquer instituições financeiras públicas e privadas de natureza bancária;
- estabelecer normas a serem observadas pelo Banco Central em suas transações com títulos públicos e de entidades de que participe o Estado;
- autorizar o Banco Central e as instituições financeiras públicas federais a efetuar a subscrição, compra e venda de ações e outros papéis emitidos ou de responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas do Estado;
- disciplinar as atividades das Bolsas de Valores e dos corretores de fundos públicos;
- estatuir normas para as operações das instituições financeiras públicas, para preservar sua solidez e adequar seu funcionamento aos objetivos desta lei;
- decidir da estrutura técnica e administrativa do Banco Central e fixar seu quadro de pessoal, bem como estabelecer os vencimentos e vantagens de seus funcionários, servidores e diretores, cabendo ao Presidente deste apresentar as respectivas propostas;
- aplicar aos bancos estrangeiros que funcionem no País as mesmas vedações ou restrições equivalentes, que vigorem nas praças de suas matrizes, em relação a bancos brasileiros ali instalados ou que nelas desejem estabelecer-se;
- baixar normas que regulem as operações de câmbio, inclusive *swaps*, fixando limites, taxas, prazos e outras condições; e

- regular os depósitos a prazo de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, inclusive entre aquelas sujeitas ao mesmo controle acionário ou coligadas.

Junto ao CMN funciona a Comissão Técnica da Moeda e do Crédito - Comoc, composta dos seguintes membros:

- presidente e quatro diretores do Banco Central do Brasil;
- presidente da Comissão de Valores Mobiliários;
- secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- Secretário-Executivo e Secretários do Tesouro Nacional e de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

A Comoc possui as seguintes competências:

- propor a regulamentação das matérias tratadas na presente Lei, de competência do Conselho Monetário Nacional;
- manifestar-se, na forma prevista em seu regimento interno, previamente, sobre as matérias de competência do Conselho Monetário Nacional, especialmente aquelas constantes da Lei nº 4.595, de 31.12.1964;
- outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Estão previstas de funcionar também junto ao CMN as seguintes Comissões Consultivas:

- de Normas e Organização do Sistema Financeiro;
- de Mercado de Valores Mobiliários e de Futuros;
- de Crédito Rural;

- de Crédito Industrial;
- de Crédito Habitacional, e para Saneamento e Infraestrutura Urbana;
- de Endividamento Público; e
- de Política Monetária e Cambial.

O CMN constituído pelo Ministro de Estado da Fazenda (Presidente), pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e pelo Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil (Bacen).

Os seus membros reúnem-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente por convocação do seu presidente para deliberarem sobre assuntos relacionados com as competências do CMN.

Participam das reuniões do CMN:

- os conselheiros;
- os membros da Comoc;
- os diretores do Banco Central do Brasil, não integrantes da COMOC;
- representantes das Comissões Consultivas, quando convocados pelo Presidente do CMN.

Poderão assistir às reuniões do CMN:

- assessores credenciados individualmente pelos conselheiros;
- convidados do presidente do conselho;
- funcionários da secretaria-executiva do conselho, credenciados pelo Presidente do Banco Central do Brasil.

Somente aos conselheiros é dado o direito de voto.

As matérias aprovadas são regulamentadas por meio de Resoluções, normativo de caráter público, sempre divulgado no Diário Oficial da União e na página de normativos do Banco Central do Brasil.

De todas as reuniões são lavradas atas, que informarão o local e a data de sua realização, nomes dos conselheiros presentes e demais participantes e convidados, resumo dos assuntos apresentados e debates ocorridos e as deliberações tomadas, cujo extrato é publicado no Diário Oficial da União - DOU.

As decisões de caráter confidencial serão comunicadas somente aos interessados.

Os serviços de secretaria do CMN são exercidos pelo Bacen.

As metas de inflação e os respectivos intervalos de tolerância serão fixados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, mediante proposta do Ministro de Estado da Fazenda até 30 de junho de cada segundo ano imediatamente anterior ao da meta.

10. BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN

Trata-se de uma autarquia[1] federal vinculada ao Ministério da Fazenda, administrado por uma diretoria colegiada de nove membros, um dos quais será seu Presidente, todos nomeados pelo Presidente da República, entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros, sendo demissíveis *ad nutum*, ou seja, a qualquer momento.

O presidente e os diretores do Banco Central precisam ser previamente aprovados pelo Senado Federal após arguição pública.

É o principal órgão executivo do Sistema Financeiro Nacional.

O Bacen faz cumprir todas as determinações do CMN (Conselho Monetário Nacional). É por meio do Bacen que o governo intervém diretamente no Sistema Financeiro.

[1] Autarquia - entidade de direito público, com autonomia econômica, técnica e administrativa, embora fiscalizada e tutelada pelo Estado, o qual eventualmente lhe fornece recursos, e constitui órgão auxiliar de seus serviços.

As principais atribuições do Bacen são:

- executar as políticas monetárias e cambiais, de acordo com as diretrizes do Governo Federal;
- regular e administrar o Sistema Financeiro Nacional;
- administrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)
- administrar e sanear o meio circulante;
- emitir moeda-papel e moeda metálica, nas condições e limites autorizados pelo Conselho Monetário Nacional;
- exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas;
- conceder autorização às instituições financeiras, a fim de que possam:
- funcionar no País (as instituições financeiras estrangeiras dependem de prévia autorização do Poder Executivo);
- instalar ou transferir suas sedes, ou dependências, inclusive no exterior;
- ser transformadas, fundidas, incorporadas ou encampadas;
- praticar operações de câmbio, crédito real e venda habitual de títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal, ações Debêntures, letras hipotecárias e outros títulos de crédito ou mobiliários;
- ter prorrogados os prazos concedidos para funcionamento;
- alterar seus estatutos;
- alienar ou, por qualquer outra forma, transferir o seu controle acionário.
- estabelecer condições para a posse e para o exercício de quaisquer cargos de administração de instituições financeiras privadas, assim como para o exercício de quaisquer funções em órgãos consultivos, fiscais e semelhantes, segundo normas que forem expedidas pelo Conselho Monetário Nacional;
- efetuar o controle do fluxo de capitais estrangeiros;
- ser depositário das reservas oficiais de ouro e moeda estrangeira;

- exercer o controle do crédito sob todas as suas formas;
- executar os serviços de meio circulante;
- determinar o recolhimento de até 100% do total dos depósitos à vista e de até 60% de outros títulos contábeis das instituições financeiras, seja na forma de subscrição de Letras ou Obrigações do Tesouro Nacional ou compra de títulos da Dívida Pública Federal, seja através de recolhimento em espécie, em ambos os casos entregues ao Banco Central do Brasil, a forma e condições por ele determinadas, podendo:

  a) adotar percentagens diferentes em função:

  – das regiões geoeconômicas;
  – das prioridades que atribuir às aplicações;
  – da natureza das instituições financeiras;

  b) determinar percentuais que não serão recolhidos, desde que tenham sido reaplicados em financiamentos à agricultura, sob juros favorecidos e outras condições por ele fixadas
- receber os recolhimentos compulsórios dos bancos;
- realizar operações de redesconto e empréstimos a instituições financeiras bancárias;
- determinar que as matrizes das instituições financeiras registrem os cadastros das firmas que operam com suas agências há mais de um ano;
- prover os serviços de Secretaria do Conselho Monetário Nacional;
- efetuar como instrumento de política monetária a compra e venda títulos públicos federais; e
- regular o serviço de compensação de cheques e outros papeis.

O Banco Central do Brasil operará **exclusivamente** com instituições financeiras públicas e privadas, vedadas operações bancárias de qualquer natureza com outras pessoas de direito público ou privado, salvo as expressamente autorizadas por lei.

Os encargos e serviços de competência do Banco Central, quando por ele não executados diretamente, serão contratados de preferência com o Banco do Brasil, exceto nos casos especialmente autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.

Constituem receita do Banco Central as rendas:

- de operações financeiras e de outras aplicações de seus recursos;
- das operações de câmbio, de compra e venda de ouro e de quaisquer outras operações em moeda estrangeira; e
- eventuais, inclusive as derivadas de multas e de juros de mora aplicados por força do disposto na legislação em vigor.

Monopólio de Emissão (Banco Emissor)

- Envolve as atividades referentes ao meio circulante e destina-se a satisfazer a demanda de dinheiro indispensável à atividade econômico-financeira do país, e
- Cuida do orçamento monetário, emissão e saneamento do meio circulante.
- Banco dos bancos
- Mantém contas nas quais são depositadas as reservas voluntárias e compulsórias do sistema financeiro (conta Reservas Bancárias e Conta de Liquidação),
- Fornece crédito a instituições com necessidades transitórias de liquidez,
- Intervém, em casos de problemas maiores, como prestamista de última instância, e
- Atua como vigilante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e operador do Sistema de Transferência de Reservas (STR).

Banqueiro do Governo

- Detém as contas mais importantes do Governo,
- Recebe em depósito as disponibilidades de caixa da União,
- Participa ativamente do manejo do seu fluxo de fundos, e

- É o depositário e administrador das reservas nacionais e internacionais do país,
- Atua, em nome do Tesouro Nacional, nos leilões de títulos públicos federais, e
- Representa o país junto a organismos internacionais.

Supervisor do Sistema Financeiro

- Regula e supervisiona o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e as demais entidades por ele autorizadas a funcionar, com vistas à sua crescente eficiência, zelando por sua liquidez e solvência e buscando a adequação dos instrumentos financeiros, e
- Emite normas, concede autorizações, fiscaliza e intervém.

Executor da Política Monetária

- Controla a liquidez (meios de pagamento), e
- Utiliza os instrumentos de política monetária.

Executor da Política Cambial

- É responsável pelo funcionamento regular do mercado de câmbio, a estabilidade relativa das taxas de câmbio e o equilíbrio do balanço de pagamentos.

11. COPOM - FINALIDADE E ATRIBUIÇÕES

O Comitê de Política Monetária (Copom) foi instituído em 20 de junho de 1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros. A criação do Comitê buscou proporcionar maior transparência e ritual adequado ao processo decisório, a exemplo do que já era adotado pelo Federal

Open Market *Committee* (FOMC), do Banco Central dos Estados Unidos, e pelo *Central Bank Council*, do Banco Central da Alemanha.

Em junho de 1998, o Banco da Inglaterra também instituiu o seu *Monetary Policy Committee* (MPC), assim como o Banco Central Europeu, desde a criação da moeda única em janeiro de 1999. Atualmente, uma vasta gama de autoridades monetárias em todo o mundo adota prática semelhante, facilitando o processo decisório, a transparência e a comunicação com o público em geral.

Formalmente, as competências do Copom são:

- definir a meta da Taxa Selic e seu eventual viés e
- divulgar o Relatório de Inflação.

A taxa de juros fixada na reunião do Copom é a meta para a Taxa Selic (taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia), a qual vigora por todo o período entre reuniões ordinárias do Comitê.

As reuniões ordinárias do Copom dividem-se em duas sessões, sendo a primeira sessão reservada às apresentações técnicas de conjuntura econômica e a segunda destinada à decisão da meta da Taxa Selic.

Além do Presidente e dos Diretores do Banco Central, membros do Comitê, participam da primeira sessão da reunião os chefes dos seguintes departamentos do Banco Central:

- Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban),
- Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab),
- Departamento Econômico (Depec),
- Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep),
- Departamento das Reservas Internacionais (Depin) e
- Departamento de Assuntos Internacionais (Derin).

A primeira sessão dos trabalhos poderá contar, ainda, com a presença de outros servidores do Banco Central, quando autorizados pelo Presidente.

No primeiro dia das reuniões, os chefes de departamento apresentam uma análise técnica de conjuntura abrangendo inflação, nível de atividade, evolução dos agregados monetários, finanças públicas, balanço de pagamentos, economia internacional, mercado de câmbio, reservas internacionais, mercado monetário, operações de mercado aberto e expectativas gerais para variáveis macroeconômicas.

Já no segundo dia da reunião, além dos membros do Copom, participa, sem direito a voto, o chefe do Depep, que realiza apresentação técnica contendo avaliação prospectiva da inflação. Em seguida, os membros do Copom, com base na avaliação do cenário macroeconômico e dos principais riscos associados, deliberam, por maioria simples de votos, a meta da Taxa Selic.

Os comunicados das decisões do Copom são divulgados após o término da segunda sessão da reunião ordinária, a partir das 18h.

As atas do Copom, em português, são divulgadas às 8h00 da terça-feira da semana posterior a cada reunião, dentro do prazo regulamentar de seis dias úteis. Já as apresentações técnicas de conjuntura referentes ao primeiro e segundo dia de reunião são disponibilizadas, respectivamente, após 4 e 8 anos.

O calendário anual das reuniões ordinárias será divulgado mediante Comunicado do Diretor de Política Monetária até o fim do mês de junho do ano anterior, admitindo-se ajustes até o último dia do ano de sua divulgação.

Ao final de cada trimestre civil (março, junho, setembro e dezembro), o Copom publica o documento "Relatório de Inflação", que analisa detalhadamente a conjuntura econômica e financeira do País, bem como apresenta suas projeções para a taxa de inflação.

12. AUTORREGULAÇÃO BANCÁRIA

A Autorregulação Bancária é um sistema de normas de autodisciplina das instituições financeiras, criado pelo próprio setor em 2008, suplementar às normas e controles já existentes.

Tem o propósito de criar um ambiente ainda mais favorável à realização dos quatro grandes princípios que o orientam:

- ética e legalidade;
- respeito ao consumidor;
- comunicação eficiente;
- melhoria contínua.

Nesse Sistema de Autorregulação Bancária - SARB, os bancos estabelecem uma série de compromissos de conduta que, em conjunto com as diversas outras normas aplicáveis às suas atividades, contribuem para que o mercado funcione de forma ainda mais:

- eficaz,
- clara e
- transparente

Isso tudo, em benefício do consumidor, da sociedade, contribuindo para um sistema financeiro:

- saudável,
- ético e
- eficiente.

Os principais benefícios são:

- criação de normas técnicas e precisas, assegurando clareza e transparência na relação com os consumidores e a sociedade,
- atualização rápida e permanente das normas em relação à evolução do mercado,
- inclusão de padrões éticos e de conduta,
- maior adesão por parte dos bancos na medida em que participam diretamente do Sistema, e
- fortalecimento da cultura de adequação aos normativos por convicção e não por imposição.

As signatárias/participantes são as instituições financeiras que aderiram de forma voluntária ao Sistema de Autorregulação Bancária (SARB). Dentre elas, bancos comerciais, bancos de montadora, financeiras e cooperativas de crédito. No segmento de varejo, representa mais de 90% do mercado.

Quando esta apostila foi elaborada, em 10.03.2018, dezoito instituições integravam o SARB.

A participação da Instituição Financeira no SARB demonstra seu compromisso em aderir a regras com padrão superior de exigência de qualidade e respeito ao consumidor. Ao consumidor, ao cliente, ao usuário, isso se traduz em produtos e serviços de qualidade superior ao relacionar-se com uma Instituição participante do SARB.

O Sistema de Autorregulação Bancária (SARB) passou por significativas transformações, com resultados em quatro importantes frentes:

- normativo,
- monitoramento,
- conte aqui, e
- supervisão.

A partir de 2010, após a etapa de criação de normativos baseados no relacionamento com consumidores, o SARB ampliou o escopo de suas normas para assuntos inovadores e atuais, tais como:

- Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo,
- Política de Responsabilidade Socioambiental, e
- Tratamento e negociação de dívidas, entre outros.

Em 2017, foi editado o Normativo SARB 018, que dispõe sobre ações de tratamento e negociação de dívidas para consumidores adimplentes e inadimplentes.

O normativo também prevê o atendimento especial para consumidores com capacidade de pagamento reduzida devido a situações como:

- desemprego,
- morte,
- doença grave ou
- divórcio.

As principais regras nos serviços prestados ao consumidor pessoa física são:

- o consumidor deve ser tratado sem discriminação por sexo, cor, religião, estado civil ou condição física e ter suas demandas respondidas;
- a instituição financeira deve ter colaboradores aptos e adotar meios eficientes de comunicação com o consumidor e por meio dos seus colaboradores, ser receptiva a quaisquer reclamações e orientar sobre os canais adequados para o atendimento;
- o terminal de autoatendimento deve possuir dispositivo de segurança, ser abastecido, estar apto à execução de operações rotineiras (ex.: consulta e saque) e em caso de indisponibilidade, informar através de seus canais de atendimento o terminal mais próximo em funcionamento;

- o Internet Banking deve funcionar com adequado nível de segurança de navegação, propiciando a troca de informações e a realização de transações;
- caso o consumidor seja vítima de fraude eletrônica, a Instituição Financeira deve iniciar o procedimento de averiguação da denúncia para adotar as medidas cabíveis;
- a Central de Atendimento deve ter um menu de opções que facilite o acesso aos serviços desejados de forma eficiente e ter profissionais preparados para prestar informações de forma pronta e cordial e/ou direcionar a demanda ao canal adequado;
- a Ouvidoria deve registrar o atendimento por meio de nº de protocolo, fornecendo resposta de acordo com o prazo estipulado pelo Conselho Monetário Nacional[2] e ser divulgada pela Instituição Financeira e ser um canal com o qual o consumidor possa contar caso não obtenha a solução que necessita pelos canais primários (agência e SAC, por exemplo);
- as ofertas e os materiais publicitários deve ser leais, corretos, claros e precisos em seus aspectos essenciais[3] sem ambiguidades, omissões ou exageros que induzam o consumidor ao erro e utilizar termos técnicos somente quando estritamente necessário e devidamente esclarecidos;
- os canais de atendimento devem ser aptos a prestar esclarecimentos dos produtos/serviços anunciados e respeitar os horários estabelecidos pela Autorregulação Bancária para ações de telemarketing e as legislações referentes ao cadastro de bloqueio de chamadas "Não Perturbe";
- as mensagens recebidas por e-mail ou dispositivos móveis devem ter opção de cancelamento;

[2] não pode ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação (Res. 4.433, de 23.07.2015). O SARB determina que ao menos 50% das reclamações serão respondidas em até 5 dias úteis.

[3] Aspectos essenciais são, por exemplo, características, prazos, valores, tarifas e consequências da falta de pagamento.

- o consumidor deve ser informado previamente sobre as condições de contratação de produtos e serviços, assim como receber alternativas para fazer uma escolha consciente;
- eventuais mudanças significativas no produto ou serviço devem ser informadas ao consumidor por meio eficaz, com no mínimo 30 dias de antecedência;
- quando um produto ou serviço for tarifado, a Instituição Financeira informará quais são essas tarifas, a periodicidade, a progressividade e a forma de cobrança (quando cobradas em conta corrente, devem aparecer no extrato);
- durante a contratação de um produto ou serviço, a Instituição Financeira deverá explicar os direitos e responsabilidades e disponibilizar uma minuta de contrato para conhecimento prévio e avaliação;
- quando a contratação for feita via agência, terminal de autoatendimento, internet o acesso ao sumário da operação com as especificações do produto ou serviço contratado deve ser assegurado;
- quando a contratação for feita via atendimento telefônico o sumário deve ser disponibilizado por meio do extrato bancário subsequente ou outro meio escolhido pelo consumidor, desde que disponibilizado pela Instituição Financeira, em até 15 dias corridos da contratação;
- se o consumidor optar pelo cancelamento de alguma contratação, a Instituição Financeira fará de forma ágil e cordial informando todas as condições e eventuais valores a serem quitados, se for o caso;
- quando o consumidor tiver alguma dívida, a Instituição Financeira poderá transferi-la para uma empresa de cobrança, cujo tratamento deverá ser cordial, respeitoso e seguir os horários estabelecidos pela Autorregulação Bancária[4]

[4] dias úteis, de segunda-feira à sexta-feira, dentro do horário compreendido entre 09h e 21h e aos sábados, entre 10h e 16h.

- o sigilo e a privacidade dos dados pessoais, bem como detalhes sobre a movimentação do consumidor, serão assegurados pela Instituição Financeira e divulgação só ocorrerá se houver determinação legal/judicial, pedido ou autorização do consumidor;
- para proteger os dados e documentos do consumidor, a Instituição Financeira deve:
  - manter processos e sistemas seguros;
  - fornecer informações que permita a utilização adequada dos dispositivos de segurança;
  - reparar a inexatidão de dados do consumidor em até cinco dias úteis, caso haja;
  - avisar quando gravar conversas telefônicas;
  - nformar procedimentos de atendimento em caso de extravio ou roubo de cheque ou cartão;
- caso o consumidor identifique alguma movimentação financeira desconhecida em sua conta a Instituição Financeira deverá analisar a movimentação, confrontá-la com o perfil habitual do consumidor e:
- proceder o reembolso da movimentação em até 10 dias úteis, ainda que de forma condicionada (incluindo o principal, juros e tarifas), ou informar as razões de eventual negativa e
- cancelar o reembolso condicionado através de débito em conta (incluindo juros e correção monetária), se constatado que o consumidor realizou ou permitiu que terceiros realizassem a movimentação, informando as razões da negativa.

O propósito do SARB é promover a melhoria contínua da qualidade do relacionamento entre os bancos participantes do Sistema e os consumidores.

Assim, ao contribuir para um melhor funcionamento do setor como um todo, os consumidores e a sociedade são diretamente beneficiados por esse processo.

O consumidor pode reportar ao SARB eventual descumprimento de normas do Sistema de Autorregulação Bancária por meio do link "CONTE AQUI" disponível no site autorregulacaobancaria.com.br.

Neste caso, o registro não será tratado ou respondido individualmente e integrará o plano de monitoramento e supervisão da autorregulação.

Cabe destacar que serão tratados somente registros referentes aos bancos participantes do SARB.

Caso o consumidor tenha uma reclamação individual sobre produtos ou serviços bancários, a FEBRABAN redireciona seu acesso para a plataforma oficial de resolução de conflitos consumidor.gov.br. O consumidor se cadastra no site, registra seu caso, e a Instituição Financeira terá até 10 dias para contato e resposta direta.

Se o banco ainda não fizer parte da plataforma acima mencionada, sua demanda será redirecionada à instituição, que terá até 15 dias para contato.

A Diretoria de Autorregulação, por meio de avaliações e auditorias de canais de atendimento, como SACs e Agências, monitora as condutas das Instituições Financeiras participantes para avaliar e assegurar a efetiva adequação a todas as normas do SARB.

Após a devida averiguação, quando constatado algum descumprimento das regras estabelecidas, podem ser aplicadas as seguintes punições:

- advertências,
- multas ou
- desligamento compulsório da instituição financeira do Sistema de Autorregulação Bancária (SARB).

O SARB possui três processos de monitoramento regulares:

- Relatório de Conformidade,
- Auditoria dos SACs e
- Auditorias de agências.

Todas as regras e obrigações das Instituições Financeiras participantes estão definidas em normativos do Sistema de Autorregulação Bancária, disponíveis no portal autorregulacaobancaria.com.br

Fonte: autorregulacaobancaria.com.br

13. DEPÓSITOS A PRAZO (CDB E RDB)

O CDB - Certificado de Depósito Bancário é um título de crédito (físico ou escritural) e o RDB - Recibo de Depósito Bancário é um recibo que ao serem emitidos geram a obrigação das instituições emissoras pagar ao aplicador, ao final do prazo contratado, o capital inicial mais a remuneração prevista.

O investidor ao adquirir um CDB ou RDB está concedendo empréstimos ao banco onde é correntista tornando-se credor do banco e o banco, naturalmente, torna-se devedor do investidor.

A principal diferença entre os dois é que o CDB, sendo um título, pode ser negociado por meio de transferência. O RDB é inegociável e intransferível.

Trata-se de dívida do setor privado que permite aos bancos captarem recursos de pessoas físicas e jurídicas.

A rentabilidade vem dos juros pagos pela instituição ao cliente pelo empréstimo do dinheiro ao fim do término do contrato. O valor da aplicação inicial varia conforme o banco.

Pode ser formalizada por um banco múltiplo, comercial, de investimento ou sociedade de crédito, financiamento e investimento (essa somente na forma de RDB).

Estão à disposição do investidor o CDB convencional e o escalonado. A principal diferença entre eles é a rentabilidade. Enquanto o CDB convencional possui única possibilidade de remuneração, contratada no momento da aplicação, no escalonado, a rentabilidade aumenta com o decorrer do tempo, de acordo com condições preestabelecidas.

Geralmente, o CDB escalonado apresenta vencimento de três a quatro anos, e a taxa oferecida evolui periodicamente (rentabilidade crescente), sendo interessante alternativa em renda fixa por acrescer um prêmio ao investidor de longo prazo.

Nesse tipo de CDB, a remuneração paga na data de resgate poderá ser dada pela composição das taxas aplicadas em cada período (escalonado composto) ou pela aplicação regressiva da remuneração vigente para os períodos anteriores (escalonado retroativo).

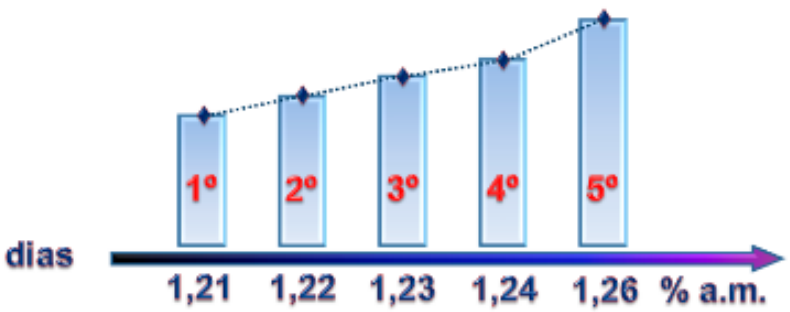
Tanto o CDB como o RDB são investimentos de renda fixa, que podem ser contratado com taxa:

- **pré-fixada** - o investidor sabe, no momento da aplicação, quanto irá receber no vencimento (ex. 2% a.m.); e
- **pós-fixada** - o rendimento é composto por uma taxa de juros definida no momento da aplicação e ainda é atrelado a algum índice (ex. 1,7% a.m. + TR).

Pode também ser contratado com taxas flutuantes. Quando a taxa flutua, ela varia conforme o seu comportamento no mercado financeiro. A rentabilidade final somente será conhecida quando do término do investimento.

Exemplo de aplicação de taxa flutuante:

Vamos supor que um investidor tenha feito uma aplicação em depósito a prazo por cinco dias, renováveis diariamente.



No CDB escalonado, também chamado de progressivo, da mesma forma que no flutuante, o investidor não sabe de imediato a rentabilidade final no momento da aplicação, pois depende de quanto tempo o investidor permanecerá com o título – quanto maior o tempo, melhor será sua rentabilidade.

Como exemplo, vamos supor que um banco remunere porcentagens do CDI em um CDB escalonado de acordo com os dados a seguir:

Período	% do CDI	Tempo de permanência
1	80	até 6 meses
2	83	entre 6 meses e 1 ano
3	86	entre 1 ano e 1 ano e meio
4	89	entre 1 ano e meio e 2 anos
5	92	entre 2 anos e 2 anos e meio
6	95	entre 2 anos e meio e 3 anos

Como se vê no exemplo acima, quanto maior o tempo de permanência, o prazo da aplicação, maior será a rentabilidade do investidor.

O público-alvo dos CDBs é tanto as pessoas físicas como as jurídicas.

O CDB pode ser transferido para outra pessoa até o vencimento, possibilitando a sua negociação no mercado secundário.

O resgate antes do vencimento pode ocorrer, caso o banco emissor concorde em resgatá-lo antecipadamente. Isso pode gerar a perda dos rendimentos previstos inicialmente.

Não há prazo máximo.

O prazo mínimo varia conforme o indexador:

Taxa	Prazo Mínimo
Pré-fixada	1 dia
DI (flutuante)	
TR	1 mês
Indíce de Preços (inflação)	1 ano

Esses investimentos estão sujeitos à incidência de quatro alíquotas distintas de Imposto de Renda na Fonte sobre os seus rendimentos, conforme o prazo da aplicação:

Alíquota	Prazo da Aplicação
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 dias e 360 dias
17,5%	entre 361 dias e 720 dias
15,0%	721 dias ou mais

No primeiro mês há a incidência de IOF, limitado ao rendimento da aplicação. Começa com 96% do rendimento no 1° dia e vai diminuindo até chegar a 0% no 30° dia. Para não haver incidência alguma de IOF a aplicação tem que ter o prazo mínimo de 30 dias corridos.

O CDI, Certificado de Depósito Interbancário ou Certificado de Depósito Interfinanceiro, é o depósito a prazo realizado entre duas instituições bancárias ou financeiras. Essas operações são realizadas normalmente no curto prazo, em geral com o prazo de um dia.

O CDB e o RDB podem ser registrados na Cetip ou na BM&FBovespa.

14. CADERNETA DE POUPANÇA

É a aplicação mais simples, tradicional, conservadora e popular, onde se pode aplicar pequenas somas e ter liquidez, apesar da perda de rentabilidade para saques fora da data de aniversário da aplicação.

Não há restrição para aplicação de grandes valores, mas na poupança prevalece o pequeno investidor, por conta da facilidade operacional, rendimento e a possibilidade de resgatar o valor depositado a qualquer momento.

Trata-se de um investimento de renda fixa com taxa pós-fixada.

Podem depositar pessoas físicas e jurídicas.

Remunera a pessoa física e a pessoa jurídica sem fins lucrativos mensalmente e a pessoa jurídica com fins lucrativos trimestralmente, da seguinte forma:

<table>
<tr><th>Depósitos</th><th colspan="2">Remuneração</th></tr>
<tr><td>até
03.05.2012</td><td colspan="2">0,5% a.m. ou
6,17% a.a. + TR</td></tr>
<tr><td rowspan="3">a partir de
04.05.2012</td><td colspan="2">Taxa Selic (meta)</td></tr>
<tr><td>maior que
8,5% a.a.</td><td>menor ou igual a
8,5% a.a.</td></tr>
<tr><td>0,5% a.m. ou
6,17% a.a. + TR</td><td>70% da Selic a.m.
+ TR</td></tr>
</table>

A abertura da poupança e os depósitos podem ser feitos em qualquer dia do mês, sendo que as contas abertas nos dias 29, 30 e 31, bem como os depósitos realizados nesses dias, começam a contar rendimento a partir do primeiro dia do mês seguinte.

Os rendimentos obtidos por pessoas físicas e jurídicas "não tributadas" não pagam imposto de renda.

As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real pagam o imposto de renda sobre os rendimentos auferidos.

Os riscos em aplicar na poupança são quase inexistentes.

Não há risco de liquidez, visto que o valor depositado pode ser sacado a qualquer momento.

O risco de crédito é minimizado por ser garantido pelo Fundo Garantidor do Crédito - FGC até o limite de R$250.000,00.

Os rendimentos de depósitos efetuados em cheque, desde que esses não sejam devolvidos, começam a ser contados a partir do dia depósito e não a partir da liberação do cheque.

É vedado às instituições financeiras a cobrança de qualquer remuneração a título de manutenção de contas de poupança, sem exceção.

Os bancos só podem cobrar as tarifas previstas na Res. CMN 3.919, de 25.11.2010.

Os serviços essenciais, que não podem ser cobrados, são:

1. fornecimento de cartão com função débito;
2. fornecimento de segunda via do cartão de débito, exceto nos casos decorrentes de perda, roubo, furto, danificação e outros motivos não imputáveis à instituição emitente;
3. realização de até dois saques, por mês, em guichê de caixa ou em terminal de autoatendimento;
4. realização de até duas transferências, por mês, para conta de depósitos de mesma titularidade;
5. fornecimento de até dois extratos, por mês, contendo a movimentação dos últimos trinta dias;
6. realização de consultas mediante utilização da internet;
7. fornecimento, até 28 de fevereiro de cada ano, do extrato consolidado, discriminando, mês a mês, os valores cobrados no ano anterior relativos a tarifas; e
8. prestação de qualquer serviço por meios eletrônicos, no caso de contas cujos contratos prevejam utilizar exclusivamente meios eletrônicos.

Atenção!

A regulamentação estabelece também que a realização de saques em terminais de autoatendimento em intervalo de até trinta minutos é considerada como um único evento.

15. CRÉDITO DIRETO AO CONSUMIDOR (CDC)

É a operação realizada pelas financeiras para que seus clientes adquiram bens e serviços.

Sua maior utilização é para a aquisição de veículos e eletrodomésticos.

O bem financiado geralmente serve como garantia da operação, ficando alienado à financeira, ou seja, o cliente transfere à financeira a propriedade do bem adquirido com o dinheiro emprestado até o pagamento total da dívida.

Atualmente, os contratos têm sido firmados com a incidência somente de juros pré-fixados e não há prazo máximo para a sua realização.

Existe um tipo especial de CDC, chamado CDC-i, que vem a ser o Crédito Direto ao Consumidor com a interveniência do lojista vendedor.

A palavra interveniência significa, segundo o Aurélio, entre outros, que há prática de intervenção. Esse CDC é chamado com interveniência porque o lojista vendedor intervém na operação, garantindo-a. Caso o financiado não pague, caberá ao lojista quitar o financiamento.

O financiamento não é realizado somente com a participação da financeira e do cliente comprador do produto que estiver sendo vendido.

Esse tipo de operação atende os interesses de lojas varejistas que tradicionalmente fazem vendas a prazo. Como essas lojas não são instituições financeiras elas não podem financiar seus compradores. Assim, esses lojistas firmam contratos com instituições financeiras que assumem o compromisso de financiar as vendas desses varejistas.

Quando da formalização do contrato com o lojista, a instituição financeira passa a contar com o lojista garantindo adicionalmente a operação além da garantia real do produto vendido quando ele fica vinculado ao financiamento na forma de alienação fiduciária.

O risco de crédito é menor nesse tipo de operação, refletindo numa menor taxa de juros para o financiado.

Para o comprador é interessante, pois contrata o financiamento diretamente na loja onde estiver comprando, sem haver a necessidade de procurar alguma financeira que possa financiar suas compras.

O lojista tem a vantagem de receber a vista as vendas que serão pagas parceladamente à financeira pelo seu cliente comprador.

16. CRÉDITO RURAL

É a disponibilização de recursos para aplicação exclusiva nas atividades agropecuárias (setor rural).

Seu objetivo é:

- estimular os investimentos rurais feitos por produtores ou por suas cooperativas;
- favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- fortalecer o setor rural;
- incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento de produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada utilização dos recursos naturais;
- propiciar, pelo crédito fundiário, a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores, posseiros e arrendatários e trabalhadores rurais;
- desenvolver atividades florestais e pesqueiras; e
- estimular a geração de renda e o melhor uso da mão-de-obra na agricultura familiar.

Não constitui função do crédito rural:

- financiar atividades deficitárias ou antieconômicas;
- financiar o pagamento de dívidas;
- possibilitar a recuperação de capital investido;
- favorecer a retenção especulativa de bens;
- antecipar a realização de lucros presumíveis;
- amparar atividades sem caráter produtivo ou aplicações desnecessárias ou de mero lazer.

O crédito rural financia:

- custeio das despesas normais de cada ciclo produtivo;
- investimento em bens ou serviços cujo aproveitamento se estenda por vários ciclos produtivos;
- comercialização da produção.

O custeio pode ser:

- agrícola;
- pecuário;
- de beneficiamento ou industrialização.

O crédito de custeio destina-se às despesas normais de:

- do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa;
- de exploração pecuária;
- de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários.

O crédito rural pode ser utilizado por:

- produtor rural (pessoa física ou jurídica);
- cooperativa de produtores rurais; e
- pessoa física ou jurídica que, mesmo não sendo produtor rural, se dedique a uma das seguintes atividades:

  a) pesquisa ou produção de mudas ou sementes fiscalizadas ou certificadas;

  b) pesquisa ou produção de sêmen para inseminação artificial e embriões;

  c) prestação de serviços mecanizados de natureza agropecuária, em imóveis rurais, inclusive para a proteção do solo;

  d) prestação de serviços de inseminação artificial, em imóveis rurais;

  e) exploração de pesca e aquicultura, com fins comerciais;

  f) medição de lavouras; e

  g) atividades florestais.

Podem ser beneficiários de crédito rural de comercialização, quando necessário ao escoamento da produção agropecuária:

- beneficiadores e agroindústrias que beneficiem ou industrializem o produto, desde que comprovada a aquisição da matéria-prima diretamente de produtores ou de suas cooperativas, por preço não inferior ao mínimo fixado ou ao adotado como base de cálculo do financiamento, e mediante deliberação e disciplinamento do Conselho Monetário Nacional; e
- cerealistas que exerçam, cumulativamente, as atividades de limpeza, padronização, armazenamento e comercialização de produtos agrícolas.

O silvícola pode ser beneficiário do crédito rural, desde que, não estando emancipado, seja assistido pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que também deve assinar o instrumento de crédito.

Não é beneficiário do crédito rural:

- estrangeiro residente no exterior;
- sindicato rural;
- parceiro, se o contrato de parceria restringir o acesso de qualquer das partes ao financiamento.

A contratação de assistência técnica não é obrigatória, cabendo ao produtor decidir sobre a necessidade de assistência técnica para elaboração de projeto e orientação, salvo quando considerados indispensáveis pelo financiador ou quando exigidos em operações com recursos controlados.

São exigências essenciais para que o crédito rural seja concedido:

- idoneidade do tomador;
- apresentação de orçamento, plano ou projeto, exceto em operações de desconto de Nota Promissória Rural ou de Duplicata Rural;
- oportunidade, suficiência e adequação de recursos;
- observância de cronograma de utilização e de reembolso;
- fiscalização pelo financiador;
- liberação do crédito diretamente aos agricultores ou por intermédio de suas associações formais ou informais, ou organizações cooperativas;
- observância das recomendações e restrições do zoneamento agroecológico e do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).

É necessária a apresentação de garantias para obtenção de financiamento rural, que são livremente acertadas entre o financiado e o financiador, que devem ajustá-las de acordo com a natureza e o prazo do crédito.

As garantias podem ser qualquer das previstas no Sistema Financeiro Nacional:

- penhor agrícola, pecuário, mercantil, florestal ou cedular;
- alienação fiduciária;

- hipoteca comum ou cedular;
- aval ou fiança;
- seguro rural ou ao amparo do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro);
- proteção de preço futuro da *commodity* agropecuária, inclusive por meio de penhor de direitos, contratual ou cedular;
- outras que o Conselho Monetário Nacional admitir.

O crédito rural está sujeito às seguintes despesas:

- remuneração financeira (juros);
- Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF;
- custo de prestação de serviços;
- as previstas no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro);
- sanções pecuniárias;
- prêmio de seguro rural;
- prêmios em contratos de opção de venda, do mesmo produto agropecuário objeto do financiamento de custeio ou comercialização, em bolsas de mercadorias e futuros nacionais, e taxas e emolumentos referentes a essas operações de contratos de opção.

Nenhuma outra despesa pode ser exigida do mutuário, salvo o exato valor de gastos efetuados à sua conta pela instituição financeira ou decorrentes de expressas disposições legais.

O Decreto 6.306 estabelece alíquota zero de IOF para as operações de crédito rural, exceto nos casos previstos em norma legal.

Os recursos para o crédito rural são classificados em controlados e não controlados.

Os controlados são:

a) os recursos obrigatórios (decorrentes da exigibilidade de depósito à vista);

b) os das Operações Oficiais de Crédito sob supervisão do Ministério da Fazenda;

c) os subvencionados pela União sob a forma de equalização de encargos (diferença de encargos financeiros entre os custos de captação da instituição financeira e os praticados nas operações de financiamento rural, pagos pelo Tesouro Nacional), inclusive os recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

d) os oriundos da poupança rural, quando aplicados segundo as condições definidas para os recursos obrigatórios;

e) os dos fundos constitucionais de financiamento regional; e

f) os do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

Os não controlados são todos os demais.

As taxas praticadas com recursos obrigatórios e controlados são mais baixas do que as com recursos não controlados.

A exigibilidade de depósitos à vista, também denominada de recursos obrigatórios, é o dever que tem a instituição financeira de manter aplicado em operações de crédito rural valor correspondente a 34% dos seus volumes médios dos depósitos à vista.

As instituições financeiras que captam recursos por meio da poupança rural têm a obrigação de aplicar em operações de crédito rural valor correspondente a 74% dos seus volumes médios dos depósitos de poupança rural.

Estão sujeitos ao cumprimento da exigibilidade da poupança rural:

- o Banco da Amazônia S.A.;
- o Banco do Brasil S.A.;
- o Banco do Nordeste do Brasil S.A.;
- os bancos cooperativos;
- instituições integrantes do SBPE, quando operarem em crédito rural.

Os prazos, as garantias e os cronogramas de pagamentos do crédito rural são definidos em função da capacidade de pagamento do mutuário e de forma a fazer os vencimentos coincidirem com os períodos de recebimento de recursos pelo produtor rural, quando da comercialização dos seus produtos.

O crédito rural pode ser formalizado nos títulos abaixo:

- Cédula Rural Pignoratícia (CRP);
- Cédula Rural Hipotecária (CRH);
- Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária (CRPH);
- Nota de Crédito Rural (NCR);
- Cédula de Crédito Bancário (CCB)

Sobre o Crédito Rural, vale a pena conferir as informações oferecidas pelo Banco Central do Brasil em goo.gl/Tv9tx

O Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.

Entende-se por atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.

Sobre o Pronaf, confira as informações oferecidas pelo Banco Central do Brasil em *goo.gl/b4hYm*.

17. CARTÕES DE DÉBITO

O dinheiro é um meio de pagamento.

Por meio dele os seres humanos obtêm as coisas necessárias à sobrevivência.

É o jeito que o mundo inventou para as coisas mudarem de dono.

O dinheiro de plástico é o meio de pagamento com a utilização dos cartões magnéticos, que podem ser de débito, ou de crédito.

Os cartões de débito não representam um estímulo ao consumo, pois permitem compras mediante o saque no presente sobre valores já existentes na conta corrente do cliente.

Os cartões de crédito estimulam o consumo, pois permitem compras mediante o saque no presente sobre o limite de crédito do cliente, sem que, necessariamente, os valores existam na conta corrente dele.

O cartão de débito é um cartão magnético que possibilita ao portador sacar dinheiro em sua conta corrente ou de poupança e efetuar o pagamento eletrônico de compras de produtos e serviços.

Os saques ocorrem na boca do caixa ou em terminais de autoatendimento.

A transação de compra acontece por meio de equipamentos disponíveis nas lojas credenciadas, verdadeiros terminais eletrônicos conectados aos bancos, chamados POS (*Point of Sale*), sendo efetivada somente após a senha digitada ser aprovada e o sistema comprovar que o cliente possui saldo suficiente disponível.

Embora o cartão de débito tenha o tamanho e aspecto idênticos aos do cartão de crédito, na prática funciona de forma semelhante ao cheque, sendo uma ordem de pagamento a vista sobre os recursos financeiros que o portador possui no banco emissor do cartão.

Possui as seguintes vantagens para o portador:

- maior segurança em relação ao cheque, visto que para ser utilizado é necessário o uso da senha para que ocorra a liberação dos fundos bancários do portador do cartão;
- maior controle dos gastos por parte do portador, pois as transações só são efetivadas se o cliente dispuser efetivamente de saldo em conta corrente;
- não incentiva o consumo, visto que o cliente só poderá efetuar compras e saques até o limite do seu saldo disponível; e
- as compras e saques não geram encargos financeiros.

Para o lojista, a grande vantagem é ter garantido pelo banco o recebimento do valor da compra quando a transação é aprovada, oferecendo muito mais segurança do que se o pagamento tivesse ocorrido por meio de cheque.

18. CARTÕES DE CRÉDITO

O uso do cartão de crédito vem crescendo ao longo dos anos, acompanhando o aumento da renda e os avanços em geral conquistados pela sociedade brasileira.

Facilidade, segurança e ampliação das possibilidades de compras são pontos que agradam à população na hora de efetuar seus pagamentos com o cartão.

Trata-se de um meio de pagamento eletrônico que possibilita o portador adquirir bens e/ou serviços, pelo preço à vista, nos estabelecimentos credenciados.

Para esses estabelecimentos trazem a real vantagem de ser um indutor ao crescimento das vendas e a suposta desvantagem de um rebate no seu preço à vista pela demora no prazo do repasse dos recursos provenientes das vendas e pelo pagamento de comissão ao credenciador.

O pagamento dos bens e/ou serviços adquiridos com o cartão de crédito, ocorrerá, na data de vencimento da fatura, escolhida pelo portador titular, conforme as datas disponibilizadas pelo emissor.

Para o portador, quando paga o valor integral da fatura no vencimento seguinte a compra representa a vantagem de ganhos reais sobre a inflação além de ajustar suas necessidades de consumo às suas disponibilidades momentâneas de caixa.

Os cartões de crédito têm a desvantagem de incentivar o consumo nos momentos em que o consumidor desejava poupar.

Além de dinheiro de plástico são, acima de tudo, um crédito automático, sendo uma operação de crédito rotativo, visto que um limite de crédito é estabelecido para o cliente.

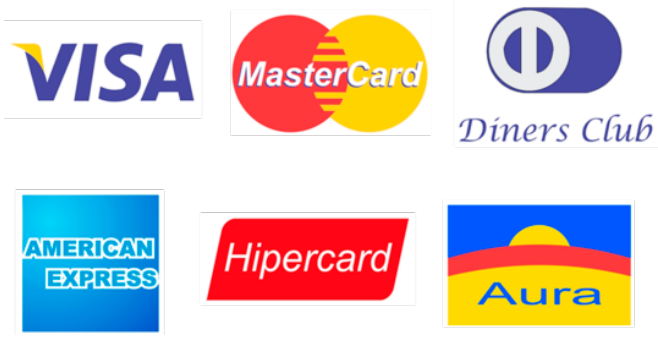
O cliente não é obrigado a utilizar esse limite, mas quando desejar fazer uso poderá consumir pagando com o cartão até alcançar o limite estabelecido, sem precisar adotar qualquer outro procedimento.

Trata-se de crédito rotativo porque quando o limite é alcançado, o cliente não pode mais fazer uso do cartão. Todavia, quando ele efetua o pagamento de algum valor definido em sua fatura, o limite de crédito é imediatamente restabelecido. Por isso a rotatividade.

Podem ser de uso nacional ou internacional (neste último caso a conversão é feita pela taxa do dólar do dia do pagamento da fatura).

Os procedimentos utilizados para realizar compras com cartões de crédito, débito e pré-pago, seja em moeda nacional ou em moeda estrangeira são considerados arranjos de pagamentos, sujeitos às normas disciplinares previstas na Lei nº 12.865, de 09.10.2013.

As bandeiras Visa, Mastercard, American Express, Diners Club, Hipercard e Aura são exemplos de arranjos de pagamento.



O Banco Central definiu três modalidades de instituições de pagamento:

- as emissoras de instrumento de pagamento pós-pagos (os cartões de crédito pós-pagos),
- as emissoras de moeda eletrônica, quando gerenciam transações pré-pagas (os cartões pré-pagos)
- as credenciadoras de lojistas (empresas como Cielo e Rede, que capturam compras com cartão no varejo).

As atividades das instituições de pagamento estão sujeitas à regulamentação baixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil, nos termos dos artigos 6º a 11 da Lei 12.865, de 09.10.2013.

Para tornar as regras mais claras na prestação desse serviço, o CMN decidiu, em 25.11.2010, pela edição da Resolução nº 3.919, que, entre outras mudanças, padronizou a cobrança de tarifas sobre cartões de crédito.

Segundo essas normas, existem dois tipos de cartões de crédito:

- básico
- diferenciado

Cartão básico

É o cartão de crédito exclusivo para o pagamento de compras, contas ou serviços. O preço da anuidade para sua utilização deve ser o menor preço cobrado pela emissora entre todos os cartões por ela oferecidos.

As instituições financeiras, no processo de negociação com os clientes, estão obrigadas a oferecer o cartão básico.

Esse cartão não pode ser associado a programas de benefícios e/ou recompensas.

Cartão diferenciado

É o cartão de crédito que, além de permitir o pagamento de compras, está associado a programas de benefícios e recompensas.

O preço da anuidade do cartão diferenciado deve abranger, além da utilização do cartão para o pagamento de compras, também a participação do usuário nos programas de benefícios e recompensas associados ao cartão.

É opção do cliente contratar o cartão básico ou o cartão diferenciado.

Tanto um como o outro pode ser nacional e/ou internacional.

O cartão de crédito pode ser emitido para pessoas físicas ou para pessoas jurídicas. No caso de pessoa jurídica, os cartões serão emitidos em nome dos sócios e/ou funcionários, podendo constar o nome da empresa que assume a responsabilidade perante o emissor.

O cartão contém, geralmente, as seguintes características:

- nome do portador;
- número do cartão;
- data de validade;
- espaço para assinatura;
- itens de segurança (hologramas e outros sinais específicos);
- tarja magnética e/ou "chip";
- identificação do emissor e da bandeira.

É admitida a cobrança de cinco tarifas, pela prestação dos serviços prioritários, válidas tanto para os cartões básicos quanto para os diferenciados.

São elas:

- anuidade;
- para emissão de 2ª via do cartão;
- para retirada em espécie na função saque;
- no uso do cartão para pagamento de contas; e
- no caso de pedido de avaliação emergencial do limite de crédito.

O valor da tarifa da anuidade do cartão básico nacional deve ser inferior ao da tarifa da anuidade do cartão básico internacional.

É permitida também a cobrança de tarifas pela prestação dos serviços chamados de diferenciados:

- envio de mensagem automática relativa à movimentação ou lançamento em cartão de crédito;

- fornecimento de plástico de cartão de crédito em formato personalizado; e
- fornecimento emergencial de segunda via de cartão de crédito.

Além das tarifas, a fatura do cartão de crédito deve ter informações, pelo menos, a respeito dos seguintes itens:

- limite de crédito total e limites individuais para cada tipo de operação de crédito passível de contratação;
- gastos realizados com o cartão, por evento, inclusive quando parcelados;
- identificação das operações de crédito contratadas e respectivos valores;
- valores relativos aos encargos cobrados, informados de forma separada de acordo com os tipos de operações realizadas com o cartão;
- valor dos encargos a serem cobrados no mês seguinte, no caso de o cliente optar pelo pagamento mínimo da fatura; e
- Custo Efetivo Total (CET), para o próximo período, das operações de crédito passíveis de contratação.

Com o objetivo de diminuir o risco de superendividamento, o CMN determinou que, desde 01.06.2011, o valor mínimo da fatura de cartão de crédito a ser pago mensalmente não pode ser inferior a 15% do valor total da fatura, percentual atualmente em vigor.

O banco pode debitar em conta os valores relativos à fatura do cartão de crédito, desde que o portador tenha, previamente, solicitado ou autorizado por escrito ou por meio eletrônico a realização do débito. A referida autorização é admitida no próprio instrumento contratual de abertura de conta de depósito.

O contrato de cartão de crédito pode ser cancelado a qualquer momento, mesmo que haja compras parceladas no cartão com parcelas ainda a serem pagas. No entanto, é importante salientar que o cancelamento do contrato de cartão de crédito não quita ou extingue dívidas pendentes. Assim, deve ser buscado entendimento com o emissor do cartão sobre a melhor forma de liquidação da dívida.

Quando ocorre o pagamento do valor mínimo da fatura ou de parte do valor total, o contrato firmado entre o cliente e a instituição emissora do cartão de crédito prevê os procedimentos a serem adotados nessas situações.

É usual prever a contratação automática de operação de crédito em valor correspondente ao saldo remanescente não liquidado. Essas operações de crédito, naturalmente, estão sujeitas à incidência de encargos financeiros.

As taxas de juros cobradas na operação de crédito decorrente do não pagamento do valor total da fatura do cartão de crédito são livremente pactuadas entre o cliente e a emissora do cartão.

A regulamentação em vigor proíbe a remessa do cartão de crédito sem prévia solicitação.

No caso de recebimento indevido de um cartão de crédito, não solicitado pelo cliente, esse cartão não deve ser utilizado, cabendo entrar em contato com a instituição que o emitiu para registrar a ocorrência e solicitar o seu cancelamento.

Tanto no caso de recebimento indevido de cartão como quando da cobrança indevida de tarifas do cartão de crédito, o cliente deve procurar primeiramente sua agência de atendimento e buscar a solução do problema com o gerente responsável por sua conta.

Essas providências podem ser tomadas nas agências da instituição financeira emissora do cartão de crédito e nos serviços de atendimento ao consumidor (SAC) disponibilizados pelos bancos por telefone e/ou pela internet.

Se essas tentativas de solução não funcionarem, será necessário entrar em contato com a ouvidoria da instituição financeira emissora do cartão de crédito. A lista das ouvidorias dos bancos, com os nomes dos ouvidores e contatos das ouvidorias, pode ser obtida no site do Banco Central (*bcb.gov.br*), no Perfil Cidadão, Bancos e Ouvidorias dos Bancos.

Por fim, caso não consiga solução, o cliente poderá apresentar sua reclamação aos órgãos de defesa do consumidor ou ao Banco Central, contribuindo, dessa forma, com subsídios para o processo de fiscalização das instituições supervisionadas.

Cartão *co-branded*

É o cartão de marca compartilhada que carrega o logotipo da empresa associada e a bandeira, trazendo vantagens específicas para seus portadores como, por exemplo: milhagem áreas e descontos progressivos nas compras.

Reflete uma parceria em vendas e marketing cujo objetivo é fidelizar o cliente. Exemplos: cartões de empresas aéreas, indústria automobilística, redes de varejo etc.

Cartão afinidade

O cartão de afinidade reflete uma parceria entre a administradora do cartão de crédito com organizações não lucrativas.

Trata-se de um cartão que possui um apelo que tem como objetivo identificar o cliente com a empresa, sendo que o mesmo opta por contribuir financeiramente, mesmo que indiretamente, com essas organizações.

Nesse tipo de cartão o cliente é informado quanto e como ele está contribuindo com a empresa. Exemplos: clubes de futebol, igrejas, associações, etc.

Private Label (*retailer card*)

É um tipo de cartão de crédito emitido por um varejista e usualmente válidos apenas para a realização de compras com este varejista ou em qualquer estabelecimento credenciado.

Os cartões de lojas varejistas, conhecidos como "*private label*", emitidos por empresas com destinação exclusiva para a aquisição de seus próprios bens ou serviços, não são arranjos de pagamento e não estão sujeitos à regulação e supervisão do Banco Central.

Charged Card

É o cartão carregado previamente. Como exemplos, temos os cartões vale-refeição, vale-alimentação, vale-presente e o *travelmoney*.

19. MERCADO DE CAPITAIS

No Mercado de Capitais são negociados valores mobiliários, predominando, ações, debêntures e quotas de fundos de investimento.

Entretanto, existem vários outros tipos de valores mobiliários.

O art. 2º da Lei nº 6.385, de 07.12.76, com alterações feitas pela Lei nº 10.303, de 31.10.01, define como valores mobiliários:

- as ações, debêntures e bônus de subscrição;
- os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos aos valores mobiliários;
- os certificados de depósito de valores mobiliários;
- as cédulas de debêntures;
- as cotas de fundos de investimento em valores mobiliários ou de clubes de investimento em quaisquer ativos;
- as notas comerciais (*commercial papers*);
- os contratos futuros, de opções e outros derivativos, cujos ativos subjacentes sejam valores mobiliários;
- outros contratos derivativos, independentemente dos ativos subjacentes;
- quando ofertados publicamente, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros.

Nenhuma emissão pública de valores mobiliários poderá ser distribuída, no mercado, sem prévio registro na CVM, entendendo-se por atos de distribuição a venda, promessa de venda, oferta à venda ou subscrição, aceitação de pedido de venda ou subscrição de valores mobiliários. Estão expressamente excluídos do mercado de valores mobiliários os títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal.

20. CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Como já visto anteriormente, é o órgão deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional.

Compete ao CMN estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia; regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras; e disciplinar os instrumentos de política monetária e cambial.

Com relação ao Mercado de Capitais, conforme o art. 3º da lei 6.385, de 07.12.76, compete ao Conselho Monetário Nacional:

- definir a política a ser observada na organização e no funcionamento do mercado de valores mobiliários;
- regular a utilização do crédito nesse mercado;
- fixar, a orientação geral a ser observada pela Comissão de Valores Mobiliários no exercício de suas atribuições;
- definir as atividades da Comissão de Valores Mobiliários que devem ser exercidas em coordenação com o Banco Central do Brasil.
- aprovar o quadro e o regulamento de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários, bem como fixar a retribuição do presidente, diretores, ocupantes de funções de confiança e demais servidores.

21. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

A Lei que criou a CVM (6.385/76) e a Lei das Sociedades por Ações (6.404/76) disciplinaram o funcionamento do mercado de valores mobiliários e a atuação de seus protagonistas, assim classificados, as companhias abertas, os intermediários financeiros e os investidores, além de outros cuja atividade gira em torno desse universo principal.

É administrada por um Presidente e quatro Diretores, nomeados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal. Eles formam o chamado "colegiado" da CVM.

Seus integrantes têm mandato de 5 anos e só perdem seus mandatos "em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar".

A CVM tem poderes para disciplinar, normatizar e fiscalizar a atuação dos diversos integrantes do mercado. A Lei atribui à CVM competência para apurar, julgar e punir irregularidades eventualmente cometidas no mercado.

Diante de qualquer suspeita a CVM pode iniciar um inquérito administrativo, por meio do qual, recolhe informações, toma depoimentos e reúne provas com vistas a identificar claramente o responsável por práticas ilegais, oferecendo-lhe, a partir da acusação, amplo direito de defesa.

O Colegiado tem poderes para julgar e punir o faltoso. As penalidades que a CVM pode atribuir vão desde a simples advertência até a inabilitação para o exercício de atividades no mercado, passando pelas multas pecuniárias.

De acordo com a lei que a criou, a Comissão de Valores Mobiliários exercerá suas funções, a fim de:

- estimular a formação de poupanças e a sua aplicação em valores mobiliários;
- promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações, e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social de companhias abertas sob controle de capitais privados nacionais;

- assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados da bolsa e de balcão;
- proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra:
- emissões irregulares de valores mobiliários;
- atos ilegais de administradores e acionistas controladores das companhias abertas, ou de administradores de carteira de valores mobiliários.

22. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

O mercado de capitais é o conjunto de mercados, instituições e ativos que viabiliza a transferência de recursos financeiros entre tomadores (companhias abertas) e aplicadores (investidores) destes recursos.

Essa transferência ocorre por meio de operações financeiras que ocorrem por meio de intermediários financeiros. As operações que ocorrem no mercado de capitais, bem como seus participantes são regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As companhias abertas necessitam de recursos financeiros para realizar investimentos produtivos, tais como: construção de novas plantas industriais, inovação tecnológica, expansão da capacidade, aquisição de outras empresas ou mesmo o alongamento do prazo de suas dívidas.

Os investidores, por outro lado, possuem recursos financeiros excedentes, que precisam ser aplicados de maneira rentável e valorizar-se ao longo do tempo, contribuindo para o aumento de capital do investidor.

Para compatibilizar os diversos interesses entre companhias e investidores, estes recorrem aos intermediários financeiros, que cumprem a função de reunir investidores e companhias, propiciando a alocação eficiente dos recursos financeiros na economia.

O papel dos intermediários financeiros é harmonizar as necessidades dos investidores com as das companhias abertas.

Por exemplo, uma companhia que necessita captar recursos para investimentos, se desejar fazê-lo por meio do mercado de capitais, deve procurar os intermediários financeiros, que irão distribuir seus títulos para serem oferecidos a diversos investidores, possibilitando mobilizar o montante de recursos requerido pela companhia.

O primeiro passo para isso é o registro de companhia aberta junto à CVM.

O intermediário financeiro irá pedir o registro em nome da companhia apresentando uma série de documentos que são especificados pela CVM, entre eles os principais atos societários, as últimas demonstrações financeiras, parecer de auditor independente, entre outros.

Uma vez obtido o registro de companhia aberta junto à CVM, a empresa pode, por exemplo, emitir títulos representativos de seu capital, as ações, ou representativos de empréstimos tomados via mercado de capitais, como debêntures e notas comerciais ("*commercial papers*").

A colocação inicial desses títulos ou valores mobiliários se dá no chamado mercado primário, onde as ações e/ou debêntures, por exemplo, são vendidas pela primeira vez e os recursos financeiros obtidos são direcionados para a respectiva companhia.

Finalizada essa primeira etapa, os investidores que adquiriram esses títulos e valores mobiliários podem revendê-los no chamado mercado secundário, onde ocorre a sua negociação entre os investidores.

As negociações no mercado secundário ocorrem nas bolsas de valores e nos mercados de balcão organizado e não organizado.

23. SOCIEDADES ANÔNIMAS OU COMPANHIAS

A sociedade anônima ou companhia tem o seu capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, conforme o Art. 1º da Lei 6.404, conhecida como Lei das S.A.

A sociedade será designada por denominação acompanhada das expressões "companhia" ou "sociedade anônima", expressas por extenso ou abreviadamente, mas vedada a utilização da primeira ao final.

Segundo o Art. 4º Lei 6.404, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.

Companhia Aberta

É também chamada de empresa com capital aberto, ou seja, a participação no seu capital é acessível a qualquer investidor.

Uma companhia é considerada aberta quando promove a colocação de valores mobiliários em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado.

As companhias abertas estão obrigadas à divulgação de qualquer deliberação da assembleia de acionistas, ou qualquer fato relevante que possa influir de modo ponderável na cotação de suas ações, na decisão de seus investidores em negociar com seus títulos e na determinação dos investidores de exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titular dos valores emitidos pela companhia.

Os atos ou fatos considerados relevantes, segundo a instrução CVM 358. Da sua leitura, constatamos que se trata de procedimentos que terão reflexos no resultado da empresa e consequentemente no valor das suas ações.

Companhia Fechada

É também chamada de empresa com capital fechado, dessa forma, a participação no seu capital é limitada a alguns investidores.

É uma empresa com capital de propriedade restrita, cujas ações não podem ser negociadas em bolsas de valores. Sua ações são negociadas no próprio balcão da empresa.

Não está sujeita a divulgar as informações obrigatórias ao Mercado, conforme exigência da CVM para as empresas de capital aberto.

24. AÇÃO - CARACTERÍSTICAS

Ação é um valor mobiliário, emitido por sociedades anônimas, que representa uma parcela do seu capital social.

O proprietário de ações emitidas por uma companhia é chamado de acionista e tem status de sócio, tendo direitos e deveres perante a sociedade, no limite das ações adquiridas.

Apesar de todas as sociedades anônimas terem o seu capital dividido em ações, somente as ações que forem emitidas por companhias de capital aberto, as quais possuem registro na CVM, poderão ser negociadas publicamente.

A propriedade da ação é representada por um "Certificado de Ações" ou pelo "Extrato de Posição Acionária" emitidos, respectivamente, pela companhia e por uma instituição contratada pela sociedade para o atendimento aos acionistas.

Em qualquer caso, no documento deverá constar, dentre outras informações, o número de ações possuídas e o nome do acionista.

Obs.: Atualmente, as ações são predominantemente escriturais, isto é, sua propriedade é comprovada por extratos e não mais por cautelas.

O investimento em ações é considerado de renda variável.

Tipos de Ações

No Brasil, há três espécies de ações emitidas pelas companhias abertas. O que as diferencia são os direitos que concedem a seus acionistas.

O Estatuto Social das Companhias, que é o conjunto de regras que deve ser cumprida pelos administradores e acionistas, define as características de cada espécie de ações.

Ação Ordinária (sigla ON) - Sua principal característica é conferir ao seu titular direito a voto nas Assembleias de acionistas.

Ação Preferencial (sigla PN) - Normalmente, o Estatuto retira dessa espécie de ação o direito de voto.

Em contrapartida, concede outras vantagens, tais como:

Prioridade na distribuição dos dividendos (sua principal característica), o que significa que não podem ser pagos dividendos às ações ordinárias sem que se paguem os dividendos às ações preferenciais;

Prioridade no reembolso do capital, o que significa que, no caso de liquidação da companhia, depois de pagos os credores, os recursos que sobrarem serão destinados primeiramente ao resgate das ações preferenciais.

No que diz respeito aos dividendos, o detentor de ações preferenciais terá, no mínimo, uma das seguintes vantagens ou preferências:

- receber, no mínimo, 25% do lucro líquido da empresa, proporcional à quantidade de ações possuídas;
- caso o percentual mínimo de 25% não seja definido, ele receberá dividendos de 10% acima do dividendo distribuído ao acionista ordinário;
- em caso de venda da companhia, o acionista preferencial tem direito a vender suas ações por, no mínimo, 80% do valor pago aos acionistas controladores (ação ordinária). Este direito é conhecido no mercado como "*tag along*".

As ações preferenciais devem contar com pelo menos uma das vantagens ou preferências acima citadas.

Caso não haja distribuição de dividendos por três anos (exercícios) consecutivos, as ações preferenciais adquirem direito a voto.

Ações de Fruição - São ações que já foram amortizadas, ou seja, a companhia antecipou ao acionista a quantia a que ele teria direito no caso de liquidação da companhia. Somente o Estatuto ou a Assembleia Geral Extraordinária da companhia poderá autorizar esta operação.

Quanto à forma, as ações serão nominativas, emitidas em nome de seu titular, o qual estará inscrito no Livro de Registro de Ações Nominativas.

O controle da posição dos titulares poderá também ser feito por instituições financeiras especificamente autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sendo essas ações apresentadas na forma escritural.

25. DIREITOS DOS ACIONISTAS

Quando você compra uma ação de uma companhia aberta se torna acionista e participa do lucro da companhia por meio do recebimento de dividendos e de bonificações.

Quando for o caso de emissão de novas ações por parte da companhia, haverá ainda o direito de subscrição dessas ações.

Pode ganhar também caso haja valorização do preço das ações na bolsa de valores.

Obedecida a Legislação e observando o contido no Estatuto Social da Companhia, os administradores propõem e os acionistas, em assembleia geral, deliberam a distribuição de direitos aos acionistas, dentre os quais se destacam:

Dividendos - O dividendo é a parcela do lucro distribuída em dinheiro aos acionistas, sendo deliberado em Assembleia Geral Ordinária, anualmente realizada para aprovação das contas do exercício social anterior.

Bonificações - Ao longo das atividades, a Companhia poderá destinar parte dos lucros sociais para a constituição de uma conta de "Reservas" (termo contábil). Caso a companhia queira, em exercício social posterior, distribuir aos acionistas o valor acumulado na conta de Reservas, poderá fazê-lo na forma de Bonificação, podendo efetuar o pagamento em espécie ou com a distribuição de novas ações.

Subscrições de novas ações - É o ato de adquirir novas ações emitidas em decorrência de aumento de capital da Companhia. O aumento de capital tem como objetivo suprir as necessidades de recursos, seja para ampliar a capacidade produtiva, suprir as necessidades de capital de giro ou para sanear o passivo.

Bônus de Subscrição - É um direito dado ao acionista de subscrever novas ações numa data futura a um preço determinado. Esses bônus de subscrição podem ser alienados ou atribuídos, como vantagem adicional, aos subscritores de ações e debêntures, ou o investidor terá que pagar um preço por esse direito que, logicamente, será inferior ao preço da ação no mercado.

26. DESDOBRAMENTO E GRUPAMENTO DE AÇÕES

Desdobramento (*Split*)

Consiste em dividir as ações existentes, sem alterar o valor do investimento, também conhecido como "*split*".

Esta operação é realizada quando a administração da companhia acredita que deve aumentar a quantidade de papéis em circulação no mercado para facilitar sua negociação.

Com a divisão da ação, o valor dela no mercado também será dividido proporcionalmente.

Exemplo: se um acionista detém 100 ações ao preço de R$ 8,00 cada ação, terá um investimento total de R$ 800,00. Se a companhia resolve dividir cada ação em duas, o investidor passará a ter 200 ações ao preço de R$ 4,00, valendo sua aplicação os mesmos R$ 800,00.

Grupamento (*Inplit*)

É a operação contrária ao Desdobramento, consistindo em reunir várias ações em uma, conhecida como "*inplit*".

O grupamento ocorre quando uma companhia decide elevar o preço da ação para facilitar sua negociação em bolsa pois, entende que o preço baixo está dificultando as operações.

Da mesma forma que o desdobramento, a operação não altera o valor do investimento.

Exemplo: Se um acionista detém 100 ações ao preço de R$ 2,00 cada ação, terá um investimento total de R$ 200,00. Se a companhia resolve grupar duas ações em uma, o investidor passará a ter 50 ações ao preço de R$ 4,00 cada e seu investimento valerá os mesmos R$ 200,00.

27. VALOR DAS AÇÕES

O preço das ações, chamado no mercado de "cotação", oscila conforme a expectativa dos investidores em relação à companhia.

Vários fatores influenciam os investidores na decisão de comprar ou vender as ações, entre eles:

- a perspectiva de lucro da companhia em suas atividades;
- o fluxo de dividendos a serem distribuídos;
- as projeções realizadas pelos analistas de mercado relativas aos rumos da Companhia;
- análises das escolas que estudam a tendência do preço das ações;
- a liquidez das ações no mercado;
- o grau de alinhamento de interesses existente entre administradores, acionista controlador e demais acionistas;
- indicadores de mercado.

Se o resultado desse conjunto de fatores for favorável, a procura por essas ações fará com que sua cotação suba. Se acontecer o contrário, sua cotação cairá.

Os investidores devem comprar ou vender ações emitidas por companhias abertas através das corretoras ou distribuidoras de valores mobiliários sociedades integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que possuem registro na CVM.

28. NEGOCIANDO COM AÇÕES

Negociar com ações implica na compra e venda desses ativos mobiliários.

Quando o investidor pretende negociar diretamente, ou seja, sem ser por meio de fundos ou de clubes de investimento, necessita dirigir-se ao intermediário financeiro, que pode ser uma corretora ou distribuidora de valores credenciada a operar no recinto da bolsa.

Essas instituições são fiscalizadas pelo Banco Central e pela Comissão de Valores, que podem estar ou não ligada a um banco. As credenciadas são as únicas instituições autorizadas a operar na Bolsa de Valores.

Quando a compra ou venda é feita por outro tipo de instituição, que pode ser uma distribuidora não credenciada à bolsa, um banco de investimento ou agente autônomo, por exemplo, este intermediário repassará as ordens para uma corretora ou distribuidora credenciar providenciar a liquidação das operações na Bolsa.

As corretoras e as distribuidoras oferecem diferentes serviços aos seus clientes, tais como indicação de compra e venda de ações, informações sobre as maiores altas e maiores baixas da Bolsa, análise de empresas, entre outros.

29. FUNCIONAMENTO DO MERCADO À VISTA DE AÇÕES

É a compra ou venda de uma determinada quantidade de ações, a um preço estabelecido em pregão.

Assim, quando há a realização de um negócio, ao comprador cabe arcar com o valor financeiro envolvido na operação, sendo que o vendedor deve fazer a entrega dos títulos-objeto da transação, nos prazos estabelecidos pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA e pela BM&FBOVESPA - Câmara de Ações - (antiga CBLC).

São títulos-objeto todas as ações de emissão de empresas admitidas à negociação na BOVESPA.

Os preços são formados em pregão, pela dinâmica das forças de oferta e demanda de cada papel, o que torna a cotação praticada um indicador confiável do valor que o mercado atribui às diferentes ações.

A maior ou menor oferta e procura por determinado papel está diretamente relacionada ao comportamento histórico dos preços e, sobretudo, às perspectivas futuras da empresa emissora, aí se incluindo sua política de dividendos, prognósticos de expansão de seu mercado e dos seus lucros, influência da política econômica sobre as atividades da empresa etc.

A realização de negócios no mercado a vista requer a intermediação de uma Sociedade Corretora ou Distribuidora, que seja credenciada junto a bolsa, que poderá executar a ordem de compra ou venda de seu cliente por meio de um de seus representantes (operadores), ou ainda autorizar seu cliente a registrar suas ordens no Sistema Eletrônico de Negociação, utilizando para isso o *Home Broker* da Corretora (que permite ao investidor comprar e vender ações pela internet).

O encontro das ofertas e o fechamento de negócios é realizado automaticamente pelos computadores da BOVESPA.

Desde 29.03.1999, também entrou em operação um novo conceito de atendimento e de realização de negócios no mercado acionário: o *Home Broker*.

O *Home Broker* é um moderno canal de relacionamento entre os investidores e as Sociedades Corretoras ou Distribuidoras, que torna ainda mais ágil e simples as negociações no mercado acionário, permitindo o envio de ordens de compra e venda de ações pela internet, e possibilitando o acesso às cotações, o acompanhamento de carteiras de ações, entre vários outros recursos.

A liquidação das operações realizadas na BOVESPA é efetuada pela BM&FBOVESPA - Câmara de Ações, que também faz a guarda de ativos e se encarrega da atualização e repasse dos proventos distribuídos pelas companhias abertas.

Todo processo de transferência da propriedade dos títulos e do pagamento/recebimento do montante financeiro envolvido é intermediado pela BM&FBOVESPA - Câmara de Ações, e abrange duas etapas:

1ª) Entrega dos títulos: implica a disponibilização dos títulos à CBLC, pela Sociedade Corretora intermediária ou pela instituição responsável pela custódia dos títulos do vendedor. Ocorre no terceiro dia útil (D3) após a realização do negócio em pregão. As ações ficam disponíveis ao comprador após o respectivo pagamento.

2ª) Pagamento da operação: compreende a quitação do valor total da operação pelo comprador, o respectivo recebimento pelo vendedor e a efetivação da transferência das ações para o comprador. Ocorre no terceiro dia útil (D3) após a realização do negócio em pregão.

30. DEBÊNTURES

É um título que corresponde a um empréstimo que o comprador do título faz à empresa emissora.

Garante ao comprador uma remuneração certa num prazo certo, sem direito de participação nos bens ou lucros da empresa.

Pode ser emitido apenas por sociedades anônimas não financeiras de capital aberto.

É uma forma de financiamento por meio de empréstimo de médio e longo prazo obtida diretamente dos poupadores sem o aporte de recursos de uma instituição financeira.

Quanto ao benefício para o credor, podem ser:

- **simples** - recebe juros e correção monetária,
- **conversível** - há opção de transformar suas debêntures em ações da própria empresa, ou
- **permutável** - há opção de transformar as debêntures em ações que não as da empresa emissora.

O mercado secundário de debêntures acontece na Cetip S. A. Mercados Organizados, por meio do Sistema Nacional de Debêntures - SND, que garante a liquidez e a segurança dos papéis.

Não há prazo mínimo nem máximo previsto em lei. Pode ser inclusive perpétua. Geralmente é emitida com prazo mínimo de um ano.

Deve ser constituído agente fiduciário, que defende os interesses dos debenturistas.

Sobre debêntures, vale a pena ler a Cartilha "O Que São Debêntures" elaborada pela Andima - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, disponível no endereço: goo.gl/zDyCp - consulta em 14.03.2018

31. OPERAÇÕES DE *UNDERWRITING*

São realizadas por bancos de investimentos e demais instituições do sistema de distribuição de valores mobiliários (corretoras e distribuidoras).

Visam intermediar a colocação (lançamentos) ou distribuição valores mobiliários (ações e debêntures) no mercado de capitais.

Recebem uma comissão pelos serviços prestados;

Podem ser realizadas nos seguintes mercados:

- **primário** - a primeira vez os papéis vão a mercado,
- **secundário** - quando os papéis são negociados outras vezes além da primeira.

Tipos de underwriting:

- **garantia firme** - quando a instituição financeira coordenadora da operação garante a colocação de um determinado lote de títulos a um determinado preço previamente pactuado com a emissora, encarregando-se por sua conta e risco de colocá-la no mercado,
- **melhores esforços** (*best efforts*) - quando a instituição assume o compromisso de desenvolver os melhores esforços para revender o máximo de uma emissão nas melhores condições possíveis e por um prazo determinado,
- **stand-by** - quando a instituição assume o compromisso de ela própria efetivar a subscrição, após determinado prazo, dos títulos que se comprometeu a colocar no mercado mas que não encontrou interessados,
- ***book building*** - trata-se da oferta global (*global offering*) dos títulos de uma empresa visando a colocação de seus papéis no País e no exterior (exige maior sofisticação na elaboração).

32. FUNDOS MÚTUOS DE INVESTIMENTO

Fundo de Investimento é uma comunhão de recursos, captados de pessoas físicas ou jurídicas, com o objetivo de obter ganhos financeiros a partir da aplicação em títulos e valores mobiliários. Isto é: os recursos de todos os investidores de um fundo de investimento são usados para comprar bens (títulos) que são de todos os investidores, na proporção de seus investimentos.

Um fundo é organizado sob a forma de condomínio e seu patrimônio é dividido em cotas, cujo valor é calculado diariamente por meio da divisão do patrimônio líquido pelo número de cotas em circulação.

O patrimônio líquido é calculado pela soma do valor de todos os títulos e do valor em caixa, menos as obrigações do fundo, inclusive aquelas relativas à sua administração. As cotas são frações do valor do patrimônio do fundo.

Exemplo: Um investidor aplica $2.000 em cotas de um fundo que, na data do investimento, possui um patrimônio líquido de $500.000 e 100.000 cotas.

A partir destas informações, é possível calcular:

- o valor da cota na data da aplicação: $500.000 / 100.000 = $5
- o número de cotas adquiridas pelo investidor: $2.000 / $5 = 400

Supondo que, num determinado intervalo de tempo, o patrimônio líquido sofra um aumento de 20% e o número de cotas aumente 9%. Neste caso, o valor da cota aumentará ($600.000 / 109.000 = $5,5), da mesma forma como o valor a resgatar (400 x $5,5 = $2.200).

E se quisermos calcular a rentabilidade no período, basta dividir o valor da cota no resgate pelo valor na data da aplicação e ajustar para percentual: $5,5 / $5 = 1,1 ou 10%.

Principais características dos FI

São três as principais características de um fundo de investimento. E veja que elas também representam vantagens para o investidor.

Acessibilidade

Pequenos recursos representam baixa atratividade em um mercado que movimenta cifras expressivas. Os fundos, por agruparem reduzidos volumes de muitos aplicadores, acabam por permitir que pequenos investidores tenham acesso a mercados que requerem grandes volumes de recursos para serem acessados.

Diversificação

Os valores movimentados pelos fundos permitem maior diversificação dos ativos financeiros que compõem as carteiras e, com isso, oferecem a seus cotistas a oportunidade de, em conjunto, investirem em aplicações financeiras (ativos de renda fixa ou variável), com potencial redução do risco.

Liquidez

Essa característica possibilita saques a qualquer momento. Os resgates dos fundos podem ser feitos em qualquer data, sem perda de rendimentos. A maioria dos fundos tem liquidez diária, o que oferece ao cliente uma tranquilidade a mais na administração de eventuais necessidades de caixa.

Fundos Abertos x Fundos Fechados

O funcionamento dos Fundos de Investimento depende de prévia autorização da CVM.

Os fundos de investimento podem ser organizados sob a forma de condomínios abertos ou fechados.

Nos fundos abertos é permitida a entrada de novos cotistas ou o aumento da participação dos antigos por meio de novos investimentos, assim como é permitida a saída de cotistas, por meio do resgate de cotas, isto é, mediante a venda de ativos do fundo para a entrega do valor correspondente ao cotista que efetuou o resgate, total ou parcial, de suas cotas.

Já nos fundos fechados, a entrada e a saída de cotistas não é permitida. Após o período de captação de recursos pelo fundo, não são admitidos novos cotistas nem novos investimentos pelos antigos cotistas (embora possam ser abertas novas fases de investimento, conhecidas no mercado como "rodadas de investimento"). Além disso, também não é admitido o resgate de cotas por decisão do cotista, que tem que vender suas cotas a terceiros se quiser receber o seu valor antes do encerramento do fundo.

FI e FIC

Fundos de Investimento - FI

É o fundo que efetivamente negocia papéis no mercado, compondo e administrando sua carteira de investimentos, e que geralmente vende suas cotas junto a Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento - FIC, mas também pode vendê-las diretamente aos investidores.

Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimentos - FIC

É o fundo que se caracteriza por aplicar seus recursos em cotas de FI já constituídos. É o meio mais comum de aplicação de recursos dos investidores, principalmente para aqueles do segmento de varejo, além de ser uma ótima opção para as instituições financeiras, pois estas reduzem custos de registro e administração de carteiras, porque se utilizam as que já estão constituídas nos FI.

Além disso, de acordo com a CVM, os FICs - fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento devem manter, no mínimo, 95% de seu patrimônio investido em cotas de fundos de investimento de uma mesma classe, exceto os fundos de investimento em cotas classificados como "Multimercado", que podem investir em cotas de fundos de classes distintas.

Os restantes 5% do patrimônio do FIC podem ser mantidos em depósitos à vista ou aplicados em:

- títulos públicos federais;
- títulos de renda fixa de emissão de instituição financeira;
- operações compromissadas;
- cotas de fundos de índice que reflitam as variações e a rentabilidade de índices de renda fixa; e
- cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa Curto Prazo", "Renda Fixa Referenciado" e "Renda Fixa Simples".

Classificação dos Fundos de Investimentos

Quanto à composição de sua carteira, os fundos de investimento e os fundos de investimento em cotas, classificam-se em:

- Fundo de Renda Fixa;
- Fundo de Ações;
- Fundo Multimercado; e
- Fundo Cambial.

Fundo de Renda Fixa

Os fundos classificados como "Renda Fixa", devem ter como principal fator de risco de sua carteira a variação da taxa de juros, de índice de preços, ou ambos.

Nos fundos classificados como "Renda Fixa" deve-se observar o seguinte:

- na emissão ou conversão de cotas pode ser utilizado cota de abertura;
- é vedada a cobrança de taxa de performance, salvo quando se tratar de fundo destinado a investidor qualificado.

O fundo classificado como "Renda Fixa" deve possuir, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados diretamente, ou sintetizados via derivativos, ao fator de risco que dá nome à classe.

Fundos Multimercado

Deve possuir políticas de investimento que envolva vários fatores de risco sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial ou em fatores diferentes das demais classes.

Este tipo de Fundo pode aplicar em ativos indexados a taxas de juros DI/Selic, índices de preços, câmbio, dívida externa e ações.

Podem cobrar taxa de performance. Podem usar derivativos para alavancagem.

Fundo Cambial

Deve possuir um mínimo de 80% de sua carteira em ativos relacionados diretamente, ou sintetizados via derivativos, com o seu principal fator de risco, que é a variação de preços de moeda estrangeira ou a variação do cupom cambial.

Fundo de Ações

Deve possuir, no mínimo, 67% da carteira em ações admitidas à negociação em mercado organizado ou bônus e recibo de subscrição, certificado de depósito de ações, cota de fundos de ações, cotas de fundos de índices de ações e BDR2 com nível II e III.

O principal fator de risco da carteira é a variação dos preços das ações.

Os fundos de ações mais comuns são:

- **Fundo índice**: que buscam acompanhar a variação de um índice de ações (Ibovespa, IBRX)
- **Fundos ativos**: que buscam superar determinados *benchmarks*
- **Fundos setoriais**: que concentram investimentos em ações de empresas de um setor da economia em particular.

Segregação de funções e responsabilidades

Administrador

É aquele que constitui o fundo sendo o responsável legal perante a CVM. Pessoa **jurídica** autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários e responsável pela administração do fundo.

É obrigação do administrador fornecer o regulamento e o prospecto do fundo a todos os cotistas, assim como relatórios periódicos sobre as suas atividades, além de divulgar ampla e imediatamente qualquer informação que possa influenciar na decisão do cotista em permanecer investindo.

Cabe também ao administrador efetuar diariamente a marcação a mercado do valor da cota e divulgar aos cotistas esse valor.

Gestor

É o responsável pelas decisões de investimento do Fundo, realizadas com base na política de investimento definida para o Fundo e dentro dos parâmetros definidos no seu regulamento. **Pessoa natural ou jurídica** autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, contratada pelo administrador em nome do fundo para realizar a gestão profissional de sua carteira.

Distribuidor

É o intermediário contratado pelo administrador em nome do Fundo para realizar a distribuição de suas cotas. É o responsável por vender as cotas do Fundo aos investidores. É o agente que tem o contato direto com o cotista e, portanto, é o responsável por conhecer as necessidades e características do investidor, além de fazer todo o procedimento antilavagem de dinheiro. Como as cotas dos Fundos de Investimento são consideradas valores mobiliários, o Distribuidor deve fazer parte do Sistema de Distribuição de Valores Mobiliários.

São distribuidores:

- as instituições financeiras,
- as SCTVM
- as SDTV e
- os agentes autônomos de investimento.

Custodiante

É a instituição contratada pelo administrador do fundo que faz a guarda dos ativos que compõem a carteira do fundo, além de executar as movimentações financeiras do fundo.

Auditor Independente

As demonstrações contábeis dos fundos devem ser auditadas anualmente por auditoria independente registrada na CVM, observadas as normas que disciplinam o exercício dessa atividade. A despesa com a auditoria é encargo do fundo de investimento.

Quem?	O que faz?
Administrador	responsável legal perante a CVM
Gestor	quem toma as decisões de investimentos
Custodiante	guarda e contabiliza os ativos
Distribuidor	quem vende as cotas para os investidores
Auditor Independente	faz a análise das demonstrações financeiras do fundo

Investidores Profissionais e Investidores Qualificados

Investidores Profissionais:

- instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio;
- fundos de investimento;
- clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM;
- agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e
- investidores não residentes.

Investidores Qualificados:

- investidores profissionais;
- pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio;
- as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o

registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e

- clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

Dinâmica de aplicação e resgate

Aplicação de Recursos e Compra de Ativos por parte dos Gestores

Os recursos financeiros dos cotistas são direcionados para o Fundo de Investimento e o gestor compra os ativos financeiros que devem compor a carteira do Fundo de acordo com a política de investimento determinada no regulamento de cada fundo.

Resgate de Recursos e Venda de Ativos por parte dos Gestores

O cotista pode resgatar suas cotas e receber seus recursos, de acordo com as regras estabelecidas em cada fundo. O gestor venderá ativos da carteira para gerar recursos financeiros (caixa) para gerar liquidez suficiente para cumprir as ordens de resgate.

Fundos sem carência e Fundos com Carência

Fundo sem carência:

São fundos em que não há prazo mínimo para receber rendimentos. O cotista pode pedir resgate a qualquer momento e terá direito a rentabilidade total proporcionada no período. Estes fundos não impõem nenhuma restrição ao resgate. A maior parte dos fundos do mercado é sem carência.

Fundos com carência:

São fundos cujo regulamento define um prazo mínimo para resgate (recebimento de rendimentos). A carência se constitui numa restrição ao resgate naquele período para que o gestor possa melhor desempenhar sua estratégia de investimento.

Objetivo e Política de Investimento

A Política de Investimento de um fundo define a linha de atuação quanto aos instrumentos financeiros que podem compor a carteira, os riscos que o fundo pode correr e o que o Gestor pode ou não fazer para que os objetivos constantes do regulamento sejam alcançados.

O Objetivo do Fundo descreve aquilo a que o Fundo se propõe a atingir, assim entendido como a sua meta. Por exemplo, ultrapassar o retorno do Ibovespa.

Já a Política de Investimentos descreverá como o gestor pretende atingir essa meta proposta. Por exemplo, comprando ações que possuam um potencial de rentabilidade superior à média do mercado de acordo com uma determinada metodologia.

A política de investimentos diz respeito aos "meios" utilizados, pata que o objetivo seja alcançado.

Fundos com Gestão Ativa e Passiva: definição

Na gestão ativa, o gestor do fundo de investimento constitui uma carteira, mas não necessariamente investe em ativos que representam um índice qualquer do mercado. O gestor compra e vende esses ativos, tentando obter uma rentabilidade superior à de determinado índice de referência do mercado em que o Fundo atua.

Na gestão passiva de um fundo de investimento o gestor procura reproduzir o retorno e risco de algum índice de mercado. Também são conhecidos como fundos indexados.

A diferença básica entre a administração ativa e a passiva de um fundo de investimento é que na administração ativa não há uma réplica da carteira do índice escolhido, sendo este retorno entendido apenas como referencial a ser atingido e, de preferência, superado pelo fundo.

Os fundos ativos buscam ter rentabilidade superior à variação de determinado índice de referência (*benchmark*) ou obter um retorno absoluto estabelecido.

Os fundos passivos buscam acompanhar um índice previamente definido (*benchmark*), de forma que o retorno da carteira fique próximo à performance (retorno) desse índice.

Documentos de Informação do Fundo

A divulgação de informações sobre o fundo deve ser abrangente, equitativa e simultânea para todos os cotistas, inclusive, mas não limitadamente, por meio da disponibilização dos seguintes materiais relacionados a cada fundo nos canais eletrônicos e nas páginas na rede mundial de computadores do administrador, do distribuidor, enquanto a distribuição estiver em curso, e da entidade administradora do mercado organizado onde as cotas sejam admitidas à negociação:

- regulamento atualizado;
- lâmina de informações essenciais atualizada, se houver;
- demonstração de desempenho,
- formulário de informações complementares.

As informações referidas acima devem ser:

- verdadeiras, completas, consistentes e não induzir o investidor a erro;
- escritas em linguagem simples, clara, objetiva e concisa; e
- úteis à avaliação do investimento.

Regulamento

Devem constar do regulamento:

- a qualificação do administrador, do gestor e do custodiante,
- as características do fundo (espécie, prazo, política de investimento, classe e tributação aplicável;
- as condições para aplicação e resgate de cotas;
- as taxa de administração, de performance, de ingresso e de saída, bem como demais despesas;
- o público-alvo;
- a política de divulgação de informações;
- a política relativa ao exercício do voto;
- a distribuição de resultado;
- o exercício social do fundo;
- a forma de comunicação que será utilizada pelo administrador; e
- a identificação dos riscos assumidos pelo fundo).

Lâmina de informações essenciais

O administrador de fundo aberto que não seja destinado exclusivamente a investidores qualificados deve elaborar uma lâmina de informações essenciais conforme modelo específico definido na ICVM 555.

É facultado ao administrador de fundo formatar a lâmina livremente desde que:

- a ordem das informações seja mantida;
- o conteúdo não seja modificado;
- os logotipos e formatação não dificultem o entendimento das informações; e
- quaisquer informações adicionais:

  a) sejam acrescentadas ao final do documento;

  b) não dificultem o entendimento das informações contidas na lâmina; e

  c) sejam consistentes com o conteúdo da própria lâmina e do regulamento.

O administrador e o distribuidor devem assegurar que potenciais investidores tenham acesso à lâmina antes de seu ingresso no fundo, que não pode ter a denominação "lâmina" atribuída a qualquer outro material de divulgação.

A lâmina deve ser atualizada mensalmente até o dia 10 (dez) de cada mês com os dados relativos ao mês imediatamente anterior.

Formulário de informações complementares.

O formulário de informações complementares deve abranger pelo menos o seguinte:

- periodicidade mínima para divulgação da composição da carteira do fundo;
- local, meio e forma de divulgação das informações;
- local, meio e forma de solicitação de informações pelo cotista;
- exposição, em ordem de relevância, dos fatores de riscos inerentes à composição da carteira do fundo;
- descrição da política relativa ao exercício de direito do voto decorrente dos ativos financeiros detidos pelo fundo
- descrição da tributação aplicável ao fundo e a seus cotistas, contemplando a política a ser adotada pelo administrador quanto ao tratamento tributário perseguido;

- descrição da política de administração de risco, em especial dos métodos utilizados pelo administrador para gerenciar os riscos a que o fundo se encontra sujeito, inclusive risco de liquidez;
- quando houver, identificação da agência de classificação de risco de crédito contratada pelo fundo, bem como a classificação obtida e advertência de que a manutenção desse serviço não é obrigatória, podendo ser descontinuado a critério do administrador do fundo ou da assembleia geral de cotistas;
- apresentação detalhada do administrador e do gestor, inclusive informações sobre o departamento técnico e demais recursos e serviços utilizados pelo gestor para gerir a carteira do fundo;
- relação dos demais prestadores de serviços do fundo;
- política de distribuição de cotas; e
- quaisquer outras informações que o administrador entenda relevantes.

Termo de Adesão e Ciência de Risco

Todo cotista ao ingressar no Fundo deve atestar, mediante formalização de termo de adesão e ciência de risco, que:

- teve acesso ao inteiro teor:

  a) do regulamento;

  b) da lâmina, se houver; e

  c) do formulário de informações complementares;
- tem ciência:

  a) dos fatores de risco relativos ao fundo;

  b) de que não há qualquer garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo fundo;

  c) de que a concessão de registro para a venda de cotas do fundo não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou de

adequação do regulamento do fundo à legislação vigente ou julgamento sobre a qualidade do fundo ou de seu administrador, gestor e demais prestadores de serviços; e

d) se for o caso, de que as estratégias de investimento do fundo podem resultar em perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo.

Sobre Fundos de Investimento, vale a pena ler:

- "Cartilha da Nova Classificação de Fundos" elaborada pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, disponível no endereço: goo.gl/jwX1n7 - consulta em 12.03.2018
- "Cadernos CVM 3 - Fundos de Investimento", 3ª edição, 2016, elaborada pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, disponível no endereço: goo.gl/WshKQ3 - consulta em 12.03.2018

33. SOCIEDADES CORRETORAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E SOCIEDADES DISTRIBUIDORAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O investidor que queira vender ou comprar ações na bolsa valores não pode negociar diretamente com outro investidor, nem diretamente com a bolsa de valores, precisa da intermediação de uma instituição credenciada pela bolsa de valores a atuar em seu ambiente operacional.

Esses intermediários são as SCTVM e as SDTVM, que, hoje, fazem praticamente a mesma coisa.

Para vender ou comprar ações na Bovespa o investidor deve dar uma ordem de compra ou de venda para a SCTVM ou SDTVM onde for cliente, que irá cumprir a ordem conforme as condições por ele definidas.

As SCTVMs e as SDTVMs funcionam como corretores, ou seja, proporcionam o encontro daquele que quer comprar com aquele que quer vender e vice-versa. São remuneradas por meio da cobrança de taxas pelos serviços prestados.

A grande diferença que existia entre as duas era por conta de que as SCTVM podiam atuar no ambiente das bolsas de valores e as SDTVM não. Isso perdurou enquanto a Bovespa era uma sociedade civil sem fins lucrativos, quando somente as SCTVM detinham os títulos patrimoniais que possibilitavam a atuação no ambiente operacional daquela instituição.

Com o processo de desmutualização, por meio do qual a BM&FBovespa deixou de ser sem fins lucrativos para ser com fins lucrativos, passando a ser uma Sociedade Anônima, essa diferença deixou de existir. Hoje as SDTVMs também podem operar diretamente na Bovespa.

Em 02.03.2009, o BCB e a CVM editaram a Decisão-Conjunta nº 17, autorizando as Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários a operar diretamente nos ambientes e sistemas de negociação das bolsas de valores.

Embora possam, nem todas as Distribuidoras operam no ambiente operacional da Bovespa. Aquelas que operam fazem suas transações diretamente com a BM&FBovespa. As Distribuidoras que não operam realizam suas operações por meio de uma Corretora. Essas Distribuidoras repassam as ordens recebidas de seus clientes para alguma Corretora, dividindo a taxa de corretagem com a Corretora. Para o cliente da Distribuidora não faz diferença alguma. O importante para ele é que a ordem seja cumprida.

Tanto as Corretoras como as Distribuidoras oferecem, em geral, aos seus clientes:

- suporte para entender o funcionamento da Bolsa e para definição do perfil do investidor;
- fornecimento de informativos sobre o mercado e relatórios de recomendação de ações, como forma de auxiliar na escolha de ações ou de tipos de investimentos;

- disponibilização de ferramentas e serviços facilitadores, como o *home broker* (investimento via Internet) e ferramentas de análise gráfica;
- assessoria de especialistas;
- aviso sobre novos produtos no mercado, possibilitando a diversificação de seus investimentos; e
- informação sobre o recebimento de dividendos e outros valores que as empresas pagam aos acionistas.

Ambas podem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada.

Na denominação social da SCTVM deve constar a palavra "Corretora", combinada com as expressões "de Títulos" e/ou "Valores" e/ou "Mobiliários".

Na denominação social da SDTVM deve constar a expressão "Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários".

Possuem como atividade principal a intermediação no mercado de ações (venda, compra e distribuição de títulos e valores mobiliários).

De forma resumida, podem:

- promover ou participar de lançamentos públicos de ações;
- administrar e custodiar carteiras de títulos e valores mobiliários;
- organizar e administrar fundos e clubes de investimentos;
- prestar serviços de assessoria técnica em operações inerentes ao mercado financeiro;
- operar, como intermediadora, na compra e venda de moedas estrangeiras, por conta e ordem de terceiros (operações de câmbio), desde que autorizada pelo Banco Central do Brasil;
- operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de terceiros;

- realizar operações de conta margem com seus clientes;
- efetuar operações de compra e venda de metais preciosos, por conta própria e de terceiros.

As Corretoras são regulamentadas pela Res. CMN 1.655 e as Distribuidoras pela Res. CMN 1.120, que também definem que o BCB e a CVM, cada um dentro da sua esfera de competência, poderão baixar as normas e adotar as medidas julgadas necessárias para que essas sociedades desenvolvam suas atividades.

De acordo com as Resoluções acima citadas as SCTVMs e as SDTVMs possuem objeto social quase idênticos, conforme a tabela abaixo:

OBJETO SOCIAL	
SCTVM	**SDTVM**
Operar em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores.	
Subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda.	
Intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado.	
Comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil nas suas respectivas áreas de competência.	
Encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários.	
Incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários.	
Exercer funções de agente fiduciário.	
Instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento.	
Constituir sociedade de investimento - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários.	
Exercer as funções de agente emissor de certificados e manter serviços de ações escriturais.	
Emitir certificados de depósito de ações	

Intermediar operações de câmbio.
Praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes.
Praticar operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.
Realizar operações compromissadas.
Praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil.
Operar em bolsas de mercadorias e de futuros por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil nas suas respectivas áreas de competência.
Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica, em operações e atividades nos mercados financeiro e de capitais.
Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

A constituição e o funcionamento de SCTVM e de SDTVM dependem de autorização do Banco Central do Brasil.

O exercício de atividades de SDTVMs no mercado de valores mobiliários depende de prévia e expressa autorização da Comissão de Valores Mobiliários.

Somente podem ser administradores de SCTVM e SDTVM as pessoas naturais, residentes no Brasil, que atendam às condições previstas na legislação e regulamentação vigentes.

A sociedade corretora deverá manter, para cada área de atividade que desenvolver, administrador tecnicamente qualificado responsável pelas operações, admitida a acumulação de áreas, salvo nos casos defesos (proibidos) em normas legais e regulamentares.

Devem manter sistema de conta corrente, não movimentável por cheque, para efeito de registro das operações por conta de seus clientes.

São proibidas de realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a seus clientes, inclusive através da cessão de direitos, ressalvadas as hipóteses de operação de conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor.

Não podem cobrar de seus comitentes (contratante dos serviços) corretagem ou qualquer outra comissão referente a negociações com determinado valor mobiliário durante seu período de distribuição primária.

Estão obrigadas a manter sigilo em suas operações e serviços prestados, devendo guardar segredo sobre os nomes e as operações de seus comitentes, só os revelando mediante autorização desses, dada por escrito. O nome e as operações do comitente devem ser informados, sempre que solicitado, à Comissão de Valores Mobiliários, às Bolsas de Valores e ao Banco Central do Brasil, observadas as respectivas esferas de competência, bem como nos demais casos previstos na legislação em vigor.

Estão sujeitas às normas de escrituração expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

A SCTVM está sujeita à permanente fiscalização da Bolsa de Valores e, no âmbito das respectivas competências, às do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários.

34. SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA (SELIC)

O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, do Banco Central do Brasil, é um sistema informatizado que se destina à custódia de títulos escriturais de emissão do Tesouro Nacional, bem como ao registro e à liquidação de operações com os referidos títulos.

O Selic é o depositário central dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e nessa condição processa, relativamente a esses títulos, a emissão, o resgate, o pagamento dos juros e a custódia.

Todos os títulos são escriturais, isto é, emitidos exclusivamente na forma eletrônica.

A liquidação da ponta financeira de cada operação é realizada por intermédio do Sistema de Transferência de Reservas - STR, ao qual o Selic é interligado.

O STR é um sistema de transferência de fundos com liquidação bruta em tempo real (LBTR), operado pelo Banco Central do Brasil, que funciona com base em ordens de crédito, isto é, somente o titular da conta a ser debitada pode emitir a ordem de transferência de fundos.

O Selic é gerido pelo Banco Central do Brasil e é por ele operado em parceria com a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais tem seus centros operacionais (centro principal e centro de contingência) localizados na cidade do Rio de Janeiro.

O horário normal de funcionamento é das 6h30min às 18h30min, em todos os dias considerados úteis.

Tratando-se de um sistema de liquidação em tempo real, a liquidação de operações é sempre condicionada à disponibilidade do título negociado na conta de custódia do vendedor e à disponibilidade de recursos por parte do comprador.

Se a conta de custódia do vendedor não apresentar saldo suficiente de títulos, a operação é mantida em pendência pelo prazo máximo de 60 minutos ou até 18h30min, o que ocorrer primeiro (não se enquadram nessa restrição as operações de venda de títulos adquiridos em leilão primário realizado no dia).

A operação só é encaminhada ao STR para liquidação da ponta financeira após o bloqueio dos títulos negociados, sendo que a não liquidação por insuficiência de fundos implica sua rejeição pelo STR e, em seguida, pelo Selic.

35. CETIP S.A. (HOJE, "B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO")

No dia 27.02.2018, quando foi publicado o Edital Basa Cesganrio 01/2018, de 26.02.2018, a "**Cetip S.A. - Mercados organizados**" já não existia mais, visto que em março de 2017 a "**BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros"** incorporou a Cetip, surgindo em seu lugar uma empresa com uma outra denominação: a "**B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão**".

Eram duas empresas, eram duas sociedades anônimas, eram dois CNPJs. Agora é uma só empresa, uma só sociedade anônima, um só CNPJ. Prevaleceu o CNPJ da incorporadora, o CNPJ da antiga BM&FBovespa como CNPJ da "B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão".

Para ser correto e atualizado, Edital Basa 2018 mão poderia mais fazer referência à **Cetip S.A.**, já deveria ter mencionado a **B3**.

Essa falha ocorreu porque o novo Edital simplesmente repetiu o conteúdo do Edital Basa 2015.

Essa lapso deve ter acontecido porque o pessoal da área de Recursos Humanos não vive o dia a dia das atividades financeiras e por isso acaba não acompanhando as alterações que ocorrem ao longo do tempo no mercado financeiro.

Na prática, a "B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão" está funcionando com dois segmentos distintos. Um relativo às atividades da antiga "BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros" e outro que diz respeito às atividades da antiga "Cetip S. A. - Mercados Organizados".

Hoje, a Cetip tem como principal atividade administrar o mercado de balcão organizado, o chamado mercado OTC (do inglês *Over-the-counter*).

Está dividida em duas unidades de negócios:

- Títulos e Valores Mobiliários e
- Financiamentos.

Utilizam os serviços da Cetip:

- fundos de investimento;
- bancos comerciais, múltiplos e de investimento;
- corretoras e distribuidoras;
- financeiras;
- consórcios;

- empresas de *leasing* e crédito imobiliário;
- cooperativas de crédito e investidores estrangeiros;
- além de empresas não financeiras, tais como fundações e seguradoras.

No segmento de financiamentos, oferece serviço de entrega eletrônica das informações necessárias para o registro de contratos e anotação dos gravames pelos órgãos de trânsito. Opera o Sistema Nacional de Gravames (SNG), que centraliza as informações de restrições financeiras incidentes sobre veículos, fornecendo dados para bancos usuários do sistema.

A Cetip foi criada com a missão de garantir segurança e transparência a operações financeiras, provendo um sistema para custódia e liquidação das operações com títulos privados e também para títulos públicos não registrados no Selic. Foi instituída pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 1984 e iniciou as atividades dois anos depois, atendendo a necessidades de maior segurança das instituições de mercado, em uma década marcada por grandes transformações no campo econômico.

Fundada por conta da necessidade do registro de títulos privados – os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) – a Cetip atualmente registra mais de 50 tipos de instrumentos de renda fixa, destacando-se, no universo da captação bancária, ativos como Letras Financeiras (LF), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras do Agronegócio (LCA) e as Compromissadas (também chamadas de "Operações Compromissadas").

Operação Compromissada é uma operação em que o vendedor assume o compromisso de recomprar o título em data predefinida e por uma remuneração preestabelecida, e o comprador assume o compromisso de revendê-lo nas referidas condições. É utilizada pelo vendedor como uma forma de obter crédito com taxas menores, funcionando o título como uma espécie de garantia da operação.

A Unidade de Títulos e Valores Mobiliários da Cetip oferece serviços de registro, central depositária, negociação e liquidação de ativos e títulos. Analisa também as potenciais emissões, realiza o registro desses títulos e faz a guarda eletrônica dos ativos.

Negociação

A negociação de papéis de renda fixa pode se dar por telefone ou plataforma eletrônica. As operações são liquidadas, transferindo a titularidade dos instrumentos negociados do vendedor para o comprador, bem como creditando e debitando o valor correspondente em suas respectivas contas.

Registro

Em sua atividade como registradora, realizada desde o início de sua atuação, destacam-se ativos como CDBs, DIs, cotas de fundos, debêntures e derivativos. São oferecidos ao mercado financeiro módulos de suporte à distribuição de valores mobiliários que possibilitam o registro eletrônico da colocação, o depósito e a liquidação financeira em benefício da segurança e da transparência. As instituições podem realizar a operação em um mesmo ambiente, contemplando desde a distribuição primária até a negociação em mercado secundário.

Depositária

O depósito de todos os ativos registrados na Cetip é feito de forma escritural, por meio de registro eletrônico em conta aberta em nome do titular. Cada ativo está sujeito a uma norma específica e possui diferentes maneiras de pagamento de juros, amortizações e resgates, o que exige procedimentos diferenciados para cada instrumento, assegurando tratamento adequado a cada um.

As movimentações são integradas aos sistemas de liquidação financeira, registro e negociação, sendo processadas de acordo com o conceito DVP (Delivery Versus Payment – entrega contra pagamento). As instituições que utilizam esse serviço podem consultar saldos em tempo real, bloquear a quantidade negociada na posição do vendedor até a efetivação da liquidação financeira pelo comprador (DVP) e contar com o controle e a liquidação dos eventos (juros, amortizações, prêmios).

Plataforma de Negócios

Dividida em módulos e serviços, a plataforma de negociação oferece alternativa eletrônica para as instituições financeiras realizarem operações, como a negociação de ativos de captação bancária como Certificado de Depósito Bancário (CDB), Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE) e Letra Financeira (LF), bem como Compromissadas.

Entre os diversos módulos e serviços destacam-se negociação, cotação, leilão e Secretaria do Tesouro Nacional (STN), este específico para títulos públicos. Por intermédio do módulo de leilão é possível realizar colocações primárias e secundárias de quaisquer ativos, custodiados ou não na Cetip. Os leilões podem ser de taxa ou Preço Unitário (PU), com a quantidade de ativos definida em lotes ou por unidade. Por meio dessa ferramenta é possível ter a divulgação imediata e o acompanhamento on-line de todas as fases do leilão, com o lançamento de ofertas através das mesas de operação das instituições financeiras. Todos têm acesso a relatórios dos negócios fechados no sistema.

Liquidação

Débitos e créditos são lançados nas contas dos bancos liquidantes no Sistema de Transferência de Reserva (STR) do Banco Central. Com o DVP, as operações são finalizadas somente se os requisitos a seguir forem atendidos: os títulos devem estar efetivamente disponíveis na posição do vendedor; e o comprador deve possuir

os recursos integrais para seu pagamento. Também são realizados o processamento de TEDs e a liquidação de DOCs e de boletos bancários, garantindo segurança em transações interbancárias.

Instrumentos registrados na Cetip

Como mercado de balcão organizado, a entidade registra ativos financeiros sujeitos a normas do Banco Central do Brasil e a regras da Comissão de Valores Mobiliários, conforme a competência legal de cada órgão regulador.

Os principais instrumentos financeiros registrados são:

- Certificado de Depósito Bancário (CDB);
- Depósito Interfinanceiro (DI);
- Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE);
- Letra Financeira (LF);
- Recibo de Depósito Bancário (RDB);
- Certificado de Depósito Agropecuário (CDA);
- *Warrant* Agropecuário (WA);
- Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA);
- Cédula de Produto Rural (CPR);
- Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA);
- Cédula Rural Pignoratícia (CRP);
- Letra de Crédito do Agronegócio (LCA);
- Cédula de Crédito Bancário (CCB);
- Cédulas de Crédito à Exportação (CCE);
- *Export Note;*
- Nota de Crédito à Exportação (NCE);
- Cédula de Crédito Imobiliário (CCI);

- Certificado de Recebível Imobiliário (CRI);
- Letra de Crédito Imobiliário (LCI);
- Letra Hipotecária (LH);
- Letra de Arrendamento Mercantil (LAM); e
- Letras de Câmbio (LC).

Na Cetip também são registrados alguns contratos de derivativos de balcão.

Sabe-se que os títulos públicos não se enquadram na definição de valor mobiliário, entretanto, nesse mercado de balcão organizado que funciona na Cetip são negociados no mercado de balcão os seguinte produtos:

- Título de Alongamento da Dívida Agrícola (ADA);
- Certificado de Dívida Pública (CDP);
- Certificado Financeiro do Tesouro (CFT);
- Contrato de Crédito contra Terceiros;
- Certificado do Tesouro Nacional (CTN);
- Cota do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS);
- Título da Secretaria do Tesouro Nacional Indexado à Taxa Selic (JSTN);
- Letra Financeira do Tesouro, de Estados e Municípios (LFT-E e LFT-M);
- STN – Crédito Securitizado; e
- Título da Dívida Agrária (TODA).

Além desses instrumentos acima citados, também são negociados na Cetip os seguintes valores mobiliários:

- Certificado de Investimento Audiovisual (CIA);
- Debêntures;
- Nota Comercial;

- Cotas de Fundos;
- Outros instrumentos de renda fixa;
- Cédula de Debêntures; e
- Certificado a Termo de Energia Elétrica (CTEE).

36. SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

O órgão normativo é o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e a entidade supervisora é a Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Os intermediários são as Sociedades Seguradoras, Sociedades Administradoras de Seguros Saúde, Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) ou Sociedades Seguradoras autorizadas a instituírem planos de previdência complementar aberta e as Sociedades de Capitalização.

37. PLANOS DE SEGUROS

A finalidade específica do seguro é restabelecer o equilíbrio econômico perturbado, sendo vedada, por lei, a possibilidade de se revestir do aspecto de jogo ou dar lucro ao segurado.

Segundo o dicionário Aurélio, seguro é o "contrato pelo qual uma das partes se obriga, mediante cobrança de prêmio, a indenizar outra de um perigo ou prejuízo eventual".

Na estrutura da operação de seguro, são identificados cinco elementos básicos e essenciais previstos no contrato de seguro:

- **risco** - evento incerto ou de data incerta que independe da vontade das partes contratantes e contra o qual é feito o seguro; o risco é a expectativa de sinistro; sem risco não pode haver contrato de seguro;

- **segurado** - é a pessoa física ou jurídica que possui um interesse legítimo, relativo à pessoa ou bem, e que transfere à seguradora, mediante o pagamento do prêmio, o risco de um determinado evento atingir o bem ou a pessoa do seu interesse. É a pessoa em nome de quem se faz o seguro;
- **segurador** - é a pessoa jurídica que assume a responsabilidade por riscos contratados e paga indenização ao segurado ou ao(s) seu(s) beneficiário(s), no caso de ocorrência do sinistro coberto.
- **prêmio** - é o pagamento efetuado pelo segurado à seguradora, ou seja, é o custo do seguro;
- **indenização** - é o pagamento devido pela seguradora ao(s) beneficiário(s) do seguro, no caso de risco coberto na ocorrência do sinistro.

O contrato de seguro tem as seguintes características ou princípios:

- **nominado** - porque é regulado por lei, com um padrão definido;
- **adesão** - porque as condições da apólice são padronizadas e aprovadas por órgãos governamentais; assim, ao aceitar as condições, o segurado está aderindo com uma margem de opção limitada;
- **bilateral** - porque gera obrigações para as duas partes envolvidas; o não-cumprimento de obrigações por uma das partes desobriga a outra;
- **oneroso** - porque implica ônus e vantagens econômicas para ambas as partes;
- **aleatório** - porque depende exclusivamente de um evento futuro e incerto;
- **formal ou solene** - porque para sua prova, a lei obriga a formalidade, determinando que o contrato seja instrumentalizado pela apólice ou pelo bilhete de seguro; e
- **da máxima boa-fé** - porque o conhecimento e a mensuração do risco pelo segurador dependem da veracidade das informações prestadas pelo segurado.

Para a efetivação do seguro é indispensável a formulação de um contrato.

Os instrumentos essenciais do contrato de seguro são:

- **proposta** - é o instrumento formal da manifestação da vontade quem quer efetivar um contrato de seguro;
- **apólice** - é o documento emitido pelo segurador a partir da proposta; é o contrato de seguro propriamente dito.

Podem ser constituídos para proteção:

- **pessoal** - envolve a pessoa, cobrindo morte, invalidez doença grave; e
- **patrimonial** - diz respeito ao patrimônio, ou seja, os bens do segurado, cobrindo danos decorrentes de acidentes, incêndios, roubo, incêndio, garantia de obrigações contratuais e quebra de maquinário.

Mais detalhes estão disponíveis no Caderno Funenseg Conceitos Básicos de Seguros, em goo.gl/pEURG.

38. PLANOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRIVADOS ABERTOS

Funcionam como um fundo de investimento com o objetivo de complementar a aposentadoria do seu investidor.

Aposentadoria básica é a aposentadoria oficial paga pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

A previdência complementar fechada é uma opção de aposentadoria complementar oferecida pelas empresas aos empregados, ou seja, a empresa constitui um fundo de pensão para o qual contribuem a própria empresa e seus funcionários, não sendo, portanto aberto para outras pessoas.

A previdência complementar aberta oferece uma opção de aposentadoria complementar para qualquer pessoa que adquira seu plano.

Ao final do prazo definido para contribuições, tanto na fechada como na aberta, o investidor pode sacar todo o valor acumulado de uma só vez ou pode passar a receber uma renda vitalícia, com a possibilidade de ser transferida para um beneficiário indicado quando do falecimento do investidor.

PGBL - Plano Gerador de Benefício Livre

É mais vantajoso para aqueles que fazem a declaração do imposto de renda pelo formulário completo. É uma aplicação em que incide risco, já que não há garantia de rentabilidade, que inclusive pode ser negativa. Ainda assim, em caso de ganho, ele é repassado integralmente ao participante.

O resgate pode ser feito no prazo de 60 dias de duas formas: de uma única vez, ou transformado em parcelas mensais.

Também pode ser abatido até 12% da renda bruta anual do Imposto de Renda e tem taxa de carregamento de até 5%. É comercializado por seguradoras.

Com o PGBL, o dinheiro é colocado em um fundo de investimento exclusivo, administrado por uma empresa especializada na gestão de recursos de terceiros e é fiscalizado pelo Banco Central.

VGBL - Vida Gerador de Benefício Livre

Uma de suas principais vantagens está na possibilidade de se optar, já quando da adesão ao plano, pela idade de quando se começará a receber o rendimento investido.

Essa renda poderá ser recebida em uma única parcela ou então em quantias mensais.

Também há a possibilidade de se contribuir com quantias variáveis, podendo se fazer um aporte maior quando houver disponibilidade para tal.

O valor acumulado pelo participante também pode ser sacado há qualquer momento.

É aconselhável para aqueles que não têm renda tributável, já que não é dedutível do Imposto de Renda, ainda que seja necessário o pagamento de IR sobre o ganho de capital.

	PGBL	VGBL
O Que é	Tem por finalidade a acumulação de recursos no longo prazo com vistas à complementação da renda na aposentadoria	
Para quem é mais indicado	Mais atraente para quem declara Imposto de Renda completo, podendo aproveitar do abatimento da Renda Bruta anual na fase de contribuição.	Para quem declara Imposto de Renda simplificado ou tem previdência complementar e/ou já abate o limite máximo de 12% da Renda Bruta anual.
Tratamento fiscal durante o período de acumulação	Os recursos aplicados e os rendimentos estão isentos de tributação.	
Tratamento fiscal no resgate	Abatimento das contribuições no Imposto de Renda (até o limite de 12% da Renda Bruta anual) durante o período de acumulação. Sobre os valores de resgate e rendas haverá a incidência de tributação conforme alíquota da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física em vigor.	No momento do recebimento de renda ou resgate haverá a incidência de Imposto de Renda, apenas sobre os rendimentos auferidos.

Tanto o PGBL como o VGBL estão sujeitos à taxa de Administração e de Carregamento.

É possível a portabilidade de planos entre planos do mesmo segmento. Não sendo possível a portabilidade de VGBL para PGBL, PGBL para VGBL e nem é permitida a transferência (portabilidade) de recursos entre pessoas diferentes.

39. TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

Plano de Capitalização - é o conjunto de elementos que dão forma ao título de capitalização, são as condições que caracterizam um produto e os diferenciam entre si.

Os planos são representados pelas condições gerais, nota técnica atuarial e material de comercialização.

A comercialização de um título de capitalização envolve termos próprios, a saber:

- título de capitalização - é um papel do mercado mobiliário, nominativo, que pode ser adquirido à prazo ou à vista;
- juros - é uma remuneração do capital aplicado a uma determinada taxa, denominada taxa de juros; no final de cada período de capitalização que é previamente estipulado, os juros produzidos são adicionados ao capital, passando a fazer parte do mesmo para efeito de cálculo dos próximos juros. Assim, estamos diante de uma aplicação de juros compostos;
- condições gerais - é o documento onde contém todos os direitos e deveres da sociedade de capitalização e do comprador do título; é, portanto, de fundamental importância conhecer o texto das condições gerais de um título, tanto para vende-lo como para comprá-lo; atente-se ainda para o fato de que não existe padrão de condições gerais, assim sendo, os direitos conferidos pela aquisição de um título de capitalização ou os deveres decorrentes da sua venda variam substancialmente de empresa para empresa e até de plano para plano em uma mesma empresa;
- nota técnica - é o documento que contém as demonstrações de cálculos dos parâmetros técnicos de um título de capitalização; esse documento consiste de enunciados e fórmulas matemáticas e deve ser assinado por atuário registrado no órgão de classe e credenciado junto à SUSEP;
- material de comercialização - é o material usado para a divulgação e venda do título; deve ser bem claro, atendendo ao Código de Defesa do Consumidor; é fundamental o conhecimento do produto para que todos possam prestar quaisquer esclarecimentos aos clientes.

A decomposição das mensalidades de um título de capitalização é composta pelo menos de três elementos, a saber:

- reserva matemática - é a parcela deduzida de cada mensalidade para constituir as quantias economizadas pelo subscritor. É somente sobre a reserva matemática que se aplicam correção monetária e juros e não sobre o total das mensalidades. A reserva matemática nada mais é que o valor de resgate ao final do plano;
- despesas operacionais - é a parcela deduzida de cada mensalidade para cobrir despesas operacionais e administrativas da Companhia tais como: salários, honorários, aluguéis, publicidade, material, correios, etc; e
- custo de sorteios - é a parcela deduzida de cada mensalidade para garantir o pagamento dos prêmios aos subscritores contemplados.

O título de capitalização pode ser adquirido a prazo ou à vista.

40. SISTEMA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA

O órgão normativo é o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e a entidade supervisora é a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Os intermediários são as Entidades Fechadas de previdência complementar (fundos de pensão).

41. PLANOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRIVADOS FECHADOS

As características desses planos variam dependendo do grupo dos trabalhadores a que se refere e também à disposição do empregador em arcar com a parte que lhe cabe.

Destinam-se, exclusivamente, aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas ou aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entes denominados patrocinadores ou aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores.

Os planos de benefícios devem ser, obrigatoriamente, oferecidos a todos os empregados dos patrocinadores ou associados dos instituidores.

As características desses planos variam dependendo do grupo dos trabalhadores a que se refere e também à disposição do empregador em arcar com a parte que lhe cabe.

42. MERCADO DE CÂMBIO

Até março de 2005, o mercado de câmbio compreendia dois segmentos: o de taxas livres ou, como era chamado comumente, o comercial, e o mercado de câmbio de taxas flutuantes, comumente chamado de turismo.

A partir de 04.03.2005, com a Res. 3.265 do CMN, foram unificados os segmentos comercial e taxas livres (turismo) num único mercado de câmbio, sendo também extinta a Consolidação das Normas Cambiais (CNC), substituída pelo Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI).

Por lei, compete ao Banco Central o monopólio sobre toda moeda estrangeira transacionada no mercado de câmbio. Na prática, o Banco Central autoriza bancos e outras instituições a operar nesse mercado e estabelece as regras a serem observadas por todos.

Chama-se mercado de câmbio o ambiente, abstrato, onde se realizam as operações de câmbio, entre os agentes autorizados e entre estes e seus clientes.

No mercado de câmbio, também prevalece a lei da oferta e da procura. Portanto, existem agentes no mercado de câmbio que ofertam moeda estrangeira e outros agentes que demandam moeda estrangeira, quais sejam:

- os que ofertam divisas - são os que trazem recursos financeiros estrangeiros para o Brasil. São os exportadores, turistas estrangeiros, devedores de empréstimos e investimentos (no ingresso dos recursos internacionais) e os que recebem transferências do exterior;
- os que demandam divisas - são os que remetem recursos financeiros para o exterior. São os importadores, aqueles que enviam remessas para o exterior em forma de dividendos e lucros, os que fazem transferência ao exterior, os devedores de investimentos e empréstimos (quando remetem ao exterior o principal e os juros).

Entende-se como "divisas" os recursos financeiros em moeda estrangeira, tendo o dólar americano como referência.

No caso dos turistas estrangeiros, eles ofertam divisas ao trocarem seus dólares por reais em uma instituição autorizada a operar com câmbio.

43. INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A OPERAR

Podem operar no mercado de câmbio, desde que autorizadas pelo Banco Central, as seguintes instituições:

- bancos comerciais,
- bancos múltiplos,
- bancos de investimento,
- bancos de desenvolvimento,
- bancos de câmbio,

- caixas econômicas,
- sociedades de crédito, financiamento e investimento,
- corretoras de câmbio,
- corretoras de títulos e valores mobiliários,
- distribuidoras de títulos e valores mobiliários e
- agências de fomento.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e as administradoras de cartões de crédito também são autorizados pelo Bacen a realizar operações de câmbio, respectivamente com vales postais e compras internacionais.

44. BANCOS DE CÂMBIO

Tratam-se de instituições financeiras especializadas na realização de operações de câmbio.

Estão autorizadas a realizar, sem restrições, operações de câmbio e operações de crédito vinculadas às de câmbio, como financiamentos à exportação e importação e adiantamentos sobre contratos de câmbio, e ainda a receber depósitos em contas sem remuneração, não movimentáveis por cheque ou por meio eletrônico pelo titular, cujos recursos sejam destinados à realização das operações acima citadas.

Na denominação dessas instituições deve constar a expressão "Banco de Câmbio" (Res. CMN 3.426, de 2006).

45. SOCIEDADE CORRETORA DE CÂMBIO

As sociedades corretoras de câmbio são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, devendo constar na sua denominação social a expressão "Corretora de Câmbio".

Têm por objeto social exclusivo a intermediação em operações de câmbio e a prática de operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes.

São supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (Resolução CMN 1.770, de 1990).

46. OPERAÇÕES BÁSICAS

Câmbio é toda operação em que há troca de moeda nacional por moeda estrangeira ou vice-versa.

Compreende também as operações de troca de uma moeda estrangeira por outra moeda estrangeira.

Entende-se por operações de câmbio a troca de moeda de um país pela de outro.

As denominações compra e venda têm como referência a instituição autorizada a operar com câmbio.

Especificando melhor, em relação ao estabelecimento operador as operações de câmbio se classificam em:

- compra - recebimento de moeda estrangeira e entrega de moeda nacional;
- venda - entrega de moeda estrangeira e recebimento de moeda nacional;
- arbitragem - entrega de moeda estrangeira e compra de outra moeda estrangeira.

Assim, a compra de moeda estrangeira significa o banco ou instituição receber moeda estrangeira e entregar reais, enquanto a operação de venda significa o banco entregar moeda estrangeira e receber reais.

No que se refere às trocas de moedas, podemos classificá-las em duas formas:

- câmbio manual - operações que envolvem a compra e venda de moedas estrangeiras em espécie (inclusive travellers checks);

- câmbio sacado - quando na troca existem títulos ou documentos representativos da moeda.

47. CONTRATOS DE CÂMBIO – CARACTERÍSTICAS

No Brasil, toda operação de câmbio deve ser realizada por meio de contrato de câmbio, tendo sempre como uma das partes uma instituição autorizada a operar em câmbio pelo Banco Central, que comprará ou venderá a moeda estrangeira.

Como toda regra tem exceção, nas operações de compra ou de venda de moeda estrangeira de até US$ 3 mil, ou seu equivalente em outras moedas estrangeiras, não é obrigatória a formalização do contrato de câmbio, mas o agente do mercado de câmbio deve identificar seu cliente e registrar a operação no Sistema Câmbio.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, pode ir então, a uma instituição autorizada (banco, caixa econômica, agência de turismo, meio de hospedagem, corretora de valores. distribuidora de valores), para trocar moeda nacional por moeda estrangeira e vice-versa.

Deve ser observada, porém, a regulamentação específica, que se encontra no Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), para a perfeita identificação do que se refere a operação de câmbio.

O contrato de câmbio é um instrumento particular, bilateral, no qual um vendedor se compromete a entregar determinada quantidade de moedas estrangeiras, sob determinadas condições (taxas, prazos, formas de entrega) a um comprador, recebendo em contra partida o equivalente em moeda nacional.

O contrato de câmbio é o instrumento por intermédio do qual se efetua a operação de câmbio, tanto o câmbio manual quanto o sacado. É o documento que formaliza a operação, ou seja, é o comprovante a ser apresentado à fiscalização.

Nele, constam necessariamente, dentre outras informações, a moeda estrangeira que o agente do mercado está comprando ou vendendo, a taxa contratada, o valor correspondente em moeda nacional, os nomes do comprador e do vendedor (e respectivas assinaturas).

À margem da lei, funciona um segmento denominado mercado paralelo, mercado negro, ou câmbio negro.

Os negócios realizados nesse mercado, bem como a posse de moeda estrangeira sem origem justificada, são ilegais e sujeitam o cidadão ou a empresa às penas da lei.

Devemos lembrar ainda que e o dólar paralelo possibilita o financiamento e a lavagem de dinheiro oriundo das atividades ilegais como narcotráfico e superfaturamentos, tanto nas importações como exportações.

48. TAXAS DE CÂMBIO

Inicialmente destacamos que existe um único mercado de câmbio legal no País. A terminologia "câmbio comercial", ou "dólar comercial", e "câmbio turismo", ou "dólar turismo", no entanto, é utilizada pelo mercado para indicar as diferentes taxas praticadas de acordo com a natureza da operação.

Assim, as expressões "câmbio turismo" ou "dólar turismo" são utilizadas comumente para classificar as operações relativas a compra e venda de moeda para viagens internacionais, geralmente em espécie.

As expressões "câmbio comercial" ou "dólar comercial" são usadas para as demais operações realizadas no mercado de câmbio, tais como: exportação, importação, transferências financeiras, etc. Essas expressões são utilizadas mesmo quando as operações são realizadas em outras moedas estrangeiras, como o euro, iene, etc.

As operações de câmbio têm diferentes características, de acordo com a natureza de cada uma, com custos administrativos e financeiros também diversos. Assim, a taxa de câmbio pode variar de acordo com a natureza da operação, da forma de entrega da moeda estrangeira e de outros componentes tais como valor da operação, cliente, prazo de liquidação, etc. As taxas de câmbio divulgadas normalmente são médias apuradas para simples referência.

A taxa de câmbio é o preço de uma moeda estrangeira medido em unidades ou frações (centavos) da moeda nacional.

A moeda estrangeira mais negociada é o dólar dos Estados Unidos, fazendo com que a cotação de referência utilizada seja a dessa moeda.

Dessa forma, quando dizemos, por exemplo, que a taxa de câmbio brasileira é 1,80, significa que um dólar americano custa R$ 1,80.

A taxa de câmbio reflete apenas um custo de uma moeda em relação a outra, não agregando quaisquer custos operacionais incorridos pelos bancos para realização do negócio.

No seu conceito mais simples, a taxa de câmbio divide-se em taxa de venda e taxa de compra.

Pensando sempre do ponto de vista do banco (ou outro agente autorizado a operar pelo BC), a taxa de venda é preço que o banco cobra para vender a moeda estrangeira (a um importador, por exemplo), enquanto a taxa de compra reflete o preço que o banco aceita pagar pela moeda estrangeira que lhe é ofertada (por um exportador, por exemplo).

O intervalo entre a taxa de compra (a menor) e a de venda (a maior) representa o ganho do banco com a negociação da moeda, e é conhecido como *spread* cambial.

A seguir descrevemos as várias taxas de câmbio que circulam pelo mercado:

- **taxa do mercado de câmbio** - estabelece o parâmetro para as operações oficiais de compra e venda de moeda no comércio exterior e demais operações do mercado de câmbio;

- **taxa de câmbio interbancária pronta** - estabelece o parâmetro para as operações de compra e venda de moedas entre bancos no interbancário em dólar para entrega em 48 horas;
- **taxa de câmbio de mercado de cabo** - estabelece o parâmetro de compra e venda de moeda que será utilizada para transferência direta para o exterior;
- **taxa PTAX do Bacen** - é a taxa média do dólar interbancário, apurada pelo Bacen ao final do dia;
- **taxa de câmbio de mercado paralelo** - estabelece o parâmetro para compra e venda de moeda fora dos padrões oficiais via doleiros. Relembramos que o mercado paralelo é ilegal, estando seus agentes e usuários sujeitos a prisão em flagrante e processo criminal.

Existe ainda no mercado de câmbio a chamada taxa de paridade, que é a relação entre uma moeda estrangeira e o dólar americano ou outra moeda estrangeira, isto é, quando nenhuma das moedas é o real (R$).

No mercado de câmbio brasileiro, a taxa de paridade é sempre obtida em relação ao dólar americano, que é a moeda de referência do mercado cambial.

Mais informações sobre o Mercado de Câmbio Brasileiro estão disponíveis em goo.gl/5ja7P.

49. REMESSAS

A desburocratização e a simplificação das leis e das normas cambiais brasileiras que aconteceram nos últimos anos tornaram mais simples e barato o envio de dinheiro para o Brasil ou para o exterior.

Essa facilidade também alcançou os cartões de uso internacional, beneficiando diretamente os viajantes que os utilizam em suas viagens.

Hoje não é necessário qualquer tipo de autorização governamental para fazer remessas do Brasil para o exterior e nem para receber recursos do exterior. Atualmente, as operações de câmbio com recebimento ou entrega de moeda estrangeira em espécie tem se restringido aos casos de viagens internacionais.

Os recursos recebidos do exterior destinados a residentes devem ser obrigatoriamente convertidos em reais em instituição autorizada a operar no mercado de câmbio pelo Banco Central do Brasil. Da mesma forma, a moeda estrangeira destinada ao exterior deve ser adquirida nessas instituições. As operações de câmbio feitas em desacordo com essas condições são consideradas ilegais.

Remessa de dinheiro do exterior para o Brasil

A remessa de dinheiro do exterior para o Brasil pode ser feita de forma prática e segura de três maneiras diferentes: por ordem de pagamento, por cartão internacional ou pelos Correios.

Independentemente da forma utilizada, sempre estão envolvidos o remetente do dinheiro e o beneficiário. O remetente é quem está no exterior e faz a remessa do dinheiro. A identificação do remetente deve seguir a legislação do país da remessa. O beneficiário é quem vai receber o dinheiro no Brasil.

Remessa por meio de ordem de pagamento

As ordens de pagamento podem ser remetidas do exterior em moeda estrangeira ou em reais, mas sempre serão pagas aos residentes no Brasil em reais.

Se a ordem de pagamento for em moeda estrangeira, será necessária a realização da operação de câmbio no Brasil entre o beneficiário e uma instituição autorizada a operar no mercado de câmbio.

A taxa de câmbio é aquela negociada entre o beneficiário e a instituição financeira autorizada. Sugerimos leitura do capítulo referente ao Valor Efetivo Total (VET).

Se a ordem de pagamento for em reais, a operação de câmbio que se fizer necessária irá ocorrer entre o remetente e a instituição no exterior. O beneficiário recebe os reais sem necessidade de operação de câmbio no Brasil. Nesse caso, o banco do exterior deve manter conta em reais em bancos no país para viabilizar os pagamentos e os créditos ao beneficiário no Brasil.

O remetente deve procurar uma instituição no exterior para transferir o dinheiro ao beneficiário no Brasil. É possível fazer a remessa de moeda estrangeira do exterior por meio de empresas não financeiras especializadas em transferências externas, dependendo da legislação de cada país.

Para evitar contratempos, é recomendável que o beneficiário de ordem de pagamento do exterior tome previamente algumas providências, tais como:

- procurar uma instituição financeira no Brasil autorizada a operar no mercado de câmbio ou, no caso de transferências até o equivalente a US$ 3 mil, correspondente contratado por uma instituição financeira, próximo de sua residência, e perguntar o nome de instituição no exterior que possua ponto de atendimento na cidade de onde será efetuada a remessa;
- informar para a pessoa que vai remeter o dinheiro do exterior:

  a) dados do beneficiário no Brasil (nome completo, documento de identidade, endereço residencial, motivo da remessa, banco, agência e o número da conta para o depósito, se houver); e

  b) identificação da instituição financeira no Brasil (número, agência e o código de identificação do banco utilizado em transferências internacionais).

Por sua vez, o remetente dos recursos do exterior, no momento da remessa, deve fornecer à instituição no exterior (banco ou transferidora de recursos) os dados do beneficiário (nome completo, documento de identidade, endereço residencial, o número do banco, da agência e da conta destinatária dos recursos, se houver).

Se o valor não ultrapassar R$ 10 mil, é possível receber o dinheiro em espécie ou em qualquer instrumento de pagamento em uso no mercado financeiro. A partir desse valor, somente mediante crédito em conta, transferência bancária ou cheque.

Para receber o valor em reais, é sempre necessário o beneficiário apresentar documento de identificação. Em geral, o banco somente solicitará documentação adicional nas seguintes situações:

a) operações acima de R$ 10 mil no caso de ordens de pagamento em reais; ou

b) operações com valor superior ao equivalente a US$ 3 mil no caso de ordens de pagamento em moeda estrangeira.

Remessa por meio de cartão internacional

É possível aos bancos brasileiros e à Caixa Econômica Federal aceitar remessas de valores dos brasileiros que estão no exterior por meio de cartão emitido no exterior. O valor, em reais, pode ser creditado em conta corrente ou poupança no Brasil, do próprio remetente ou de outro beneficiário, ou ser recebido em dinheiro, diretamente pelo beneficiário, desde que observado o limite em vigor de R$ 10 mil.

Caso seja de interesse do brasileiro que se encontre temporariamente no exterior, é possível abrir uma conta em reais simplificada no Brasil, por meio da internet, em banco de sua escolha ou na Caixa Econômica Federal. Para conhecer os procedimentos para a abertura dessa conta simplificada, visite a página na internet da instituição de sua preferência.

Para fazer a remessa, o remetente, no exterior, deve procurar uma instituição que ofereça o serviço de transferência de valores com utilização de cartão internacional.

Remessa pelos Correios

Os Correios estão autorizados a prestar serviço de transferências financeiras internacionais. O envio e o recebimento de valores são feitos eletronicamente entre o Brasil e os países conveniados.

O remetente deve comparecer à empresa de correios do local onde se encontra, no exterior, para fornecer as informações necessárias.

Para conhecer os países conveniados, os limites, as tarifas, os prazos e as outras condições das transferências postais, visite o endereço www.correios.com.br.

Remessa de dinheiro do Brasil para o exterior

A remessa de dinheiro do Brasil para o exterior pode ser feita por intermédio de instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil a operar em câmbio de forma prática e segura por meio de ordem de pagamento e pelos Correios. Independentemente da forma utilizada, sempre estão envolvidos o remetente do dinheiro e o beneficiário. O remetente é quem está no Brasil e que vai fazer a remessa do dinheiro. A identificação do remetente deve ocorrer em todas as situações, independentemente do valor da remessa. O beneficiário é quem vai receber o dinheiro no exterior.

Remessa por meio de ordem de pagamento

Diferentemente das ordens de pagamento do exterior para o Brasil, as ordens de pagamento do Brasil para o exterior devem ser feitas exclusivamente em moeda estrangeira. A taxa de câmbio deve ser negociada entre o remetente e a instituição no Brasil. Sugerimos leitura do capítulo referente ao Valor Efetivo Total (VET).

Para transferir o dinheiro ao beneficiário, no exterior, o remetente deve procurar uma instituição no Brasil. É possível fazer a remessa por meio de instituição autorizada a operar no mercado de câmbio ou, no caso de transferências até o equivalente a US$ 3 mil, por meio de empresas contratadas por instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio.

Pode-se adquirir moeda estrangeira mediante a entrega de reais em espécie ou em qualquer instrumento de pagamento em uso no mercado financeiro, até o limite de R$ 10 mil. Acima desse valor, somente mediante débito em conta, transferência bancária ou cheque.

O remetente deve procurar uma instituição ou um estabelecimento contratado de sua preferência e se informar sobre os dados necessários para a remessa. Em seguida, deve obter com o beneficiário esses dados, que deverão ser informados à instituição no Brasil para que a remessa seja feita.

Normalmente, os dados mais importantes são o nome e a localização da instituição no exterior para onde será feita a remessa, além do endereço e da identificação do beneficiário.

Remessa pelos Correios

Os Correios estão autorizados a prestar serviço de transferências financeiras internacionais . O envio e o recebimento de valores são feitos eletronicamente entre o Brasil e os países conveniados.

O remetente deve comparecer a agência dos Correios no Brasil para fornecer as informações necessárias.

Para conhecer os países conveniados, os limites, as tarifas, os prazos e as outras condições das transferências postais, visite o endereço www.correios.com.br.

50. POSIÇÃO DE CÂMBIO

A posição de câmbio representa o volume das operações de compra e de venda de moeda estrangeira realizadas pelas instituições financeiras que podem operar em câmbio.

Essas operações são consolidadas diariamente pelo seu equivalente em dólares dos Estados Unidos e de forma centralizada para cada instituição.

O valor da posição de câmbio é obtido pela diferença entre as compras e as vendas do dia, acrescida ou diminuída da posição de fechamento do dia anterior, podendo ter os seguintes resultados:

- nivelada, quando o total de compras é igual ao total de vendas;
- comprada, quando o total de compras é maior que o total de vendas;
- vendida, quando o total de compras é menor que o total de vendas.

À primeira vista, poderíamos pensar que posição de câmbio seria então algo parecido com "saldo de caixa em moeda estrangeira".

Esta suposição não é correta, pelo simples motivo de que muitas transações de câmbio são feitas para liquidação futura, especialmente aquelas que envolvem compra e venda de moeda estrangeira entre instituições financeiras - o chamado interbancário em dólar - e entre uma instituição financeira e um agente de comércio exterior.

Só que, para apuração da posição de câmbio de um agente autorizado, são computadas todas as transações fechadas naquele dia, independentemente se são para liquidação pronta - até 48 horas, considerada à vista no mercado de câmbio - ou para liquidação futura.

Não há limite preestabelecido para as posições de câmbio comprada ou vendida dos bancos e caixas econômicas autorizados: estas instituições podem assumir qualquer valor de posição comprada ou vendida, desde que seus ativos comportem o risco assumido.

Os demais integrantes do Sistema Financeiro Nacional só podem ter posição de câmbio comprada.

Agências de turismo não têm posição de câmbio, pois só operam à vista no câmbio manual.

Estes agentes devem observar um limite operacional diário de US$ 200 mil para as agências no caso destes consideradas globalmente todas as suas dependências no país.

O valor de eventual excesso sobre os limites atribuídos às agências de turismo e aos meios a operar no mercado de câmbio, podendo os meios de hospedagem vender também a agências de turismo.

51. GARANTIAS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

As instituições financeiras ao analisar suas operações levam em conta vários fatores e ao concluir pela viabilidade do negócio, fixa as condições em que ele será realizado, definindo:

- valor liberado,
- prazo,
- encargos financeiros, e
- garantias.

A constituição de garantias visa gerar maior comprometimento pessoal e patrimonial do tomador de recursos e aumentar, caso o cliente se torne insolvente, a possibilidade de retorno do capital emprestado.

A garantia assume papel acessório à decisão de crédito, não podendo ser determinante para a realização do negócio, já que sua execução é sabidamente onerosa e demorada.

O negócio de um banco não é cobrar judicialmente seus créditos; é emprestar bem e receber.

As garantias podem ser:

- pessoal ou fidejussória, e
- real.

As garantias são previsões legais para se garantir um contrato, em regra, de mútuo (dinheiro).

Garantia Pessoal (fidejussória)

Podem ser por meio de: Aval ou Fiança

Garantia Real

Podem ser por penhor mercantil, alienação fiduciária e hipoteca.

52. AVAL

É a garantia de pagamento do título de crédito, dada por um terceiro que se torna responsável pelo pagamento nas mesmas condições do devedor.

Consiste na:

- declaração unilateral da vontade incondicional e
- obrigação cambiária só pode ser lançada no título (ou em folha de alongue).

Tem a função de reforçar a garantia de pagamento do título no seu vencimento, visto que o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça.

É garantia tipicamente cambiária, por isso, somente pode ser passado em títulos de crédito, não sendo válido em contrato.

O avalista assume uma obrigação autônoma e solidária, sem relevância a data em que foi dado.

O caráter de solidariedade é próprio do aval, assim, vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

No aval há três figuras distintas:

- **avalista** - aquele que se obriga a cumprir a obrigação, caso o devedor não o faça,
- **avalizado** - é o devedor principal da obrigação originária do aval,
- **beneficiário** - o credor.

O aval pode ser das seguintes espécies:

- **em preto** - aponta o avalizado. Exemplo: por aval a Antônio Pontes.
- **em branco** - a regra é que será em favor do devedor principal.

Segundo a regra geral, contida no art. 897, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro, o aval parcial é vedado. Todavia, é possível haver exceções, desde que haja previsão na legislação especial.

Dessa forma, como há lei específica tratando do cheque, da nota promissória e da letra de câmbio, o aval parcial é admitido nesses títulos de crédito.

O avalista é responsável da "mesma maneira" que a pessoa por ele avalizada, a saber:

- a natureza da obrigação do avalista é a mesma da do avalizado, mas o avalista não toma o lugar do avalizado;
- a responsabilidade subsiste, ainda que obrigação do avalizado seja nula por qualquer razão;
- o avalista é devedor solidário cambiário.

Para cancelar o aval, basta riscá-lo, apagá-lo ou sobrescrever expressões como "cancelado", "não vale" etc.

O aval após o vencimento do título produz idênticos efeitos.

É anulável o aval sem a outorga conjugal (marido ou consorte), exceto no regime de casamento de separação absoluta de bens.

53. FIANÇA

É uma obrigação escrita, firmada em contrato por meio do qual alguém, chamado fiador, garante o cumprimento da obrigação do devedor.

É um contrato acessório, pois para a sua existência pressupõe a existência de um contrato principal, da qual é a garantia do credor. Só existe até o limite estabelecido e somente pode ser cobrado caso o devedor não pague a dívida afiançada.

Na fiança há três figuras distintas:

- fiador - aquele que se obriga a cumprir a obrigação, caso o devedor não o faça,
- afiançado - é o devedor principal da obrigação originária da fiança,
- beneficiário - o credor.

Quando o fiador for pessoa física casada, a fiança só é válida com a participação dos dois cônjuges, exceto no regime de casamento de separação absoluta de bens.

Trata-se de garantia acessória.

É uma obrigação subsidiária, pois, devido ao seu caráter acessório, o fiador só se obrigará se o devedor principal ou afiançado não cumprir a prestação devida, a menos que se tenha estipulado solidariedade.

É unilateral, pois gera obrigações para o fiador, em relação ao credor, que só terá vantagem não assumindo nenhum compromisso em relação ao fiador.

É dado somente em contratos - nunca em cambiais.

É retratável, ou seja, o fiador poderá exonerar-se da obrigação a todo tempo se a fiança tiver duração ilimitada, mas ficará obrigado por todos os efeitos da fiança, anteriores ao ato amigável ou à sentença que o exonerar.

Goza do "benefício de ordem", ou seja, antes de ser cobrada a dívida do fiador, deve ser cobrada do devedor.

A fiança não admite interpretação extensiva, de modo que o fiador só responderá pelo que estiver expresso no instrumento da fiança e, se alguma dúvida houver, será ela solucionada em favor do fiador.

Quando houver pluralidade de fiadores há responsabilidade solidária entre os cofiadores entre si, ou seja, os fiadores respondem proporcionalmente, em partes iguais, pela dívida, salvo se declararam o benefício de divisão.

Nesse caso, cada um dos fiadores responderá pela sua parte que foi estipulada quando o benefício da divisão foi definido.

54. FIANÇAS BANCÁRIAS

A fiança bancária é um contrato por meio do qual o banco (fiador) garante o cumprimento da obrigação de seu cliente (o afiançado), junto a um credor em favor do qual a obrigação deve ser cumprida.

Quando prestada por banco de primeira linha constitui excelente forma de garantia.

Nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pelo banco, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito está isenta do IOF.

Para a concessão de Cartas de Fiança Bancária os bancos, em geral, exigem garantias (nota promissória, caução de títulos de renda fixa ou de duplicatas).

A fiança é, normalmente, baixada:

- quando do término do prazo de validade da Carta de Fiança, desde que assegurado o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes contratantes;
- mediante a devolução da Carta de Fiança;
- mediante a entrega, ao banco, da declaração do credor (beneficiário), liberando a garantia prestada.

55. PENHOR MERCANTIL

É o contrato segundo o qual uma pessoa dá a outra coisa móvel, por vínculo real, em garantia do cumprimento de obrigação.

Podem ser objeto de penhor mercantil coisas móveis, corpóreas ou incorpóreas, fungíveis ou infungíveis, passíveis de alienação, os direitos suscetíveis de cessão, sobre coisas móveis e os títulos de crédito.

Os contratos de penhor declararão, sob pena de não terem eficácia:

- o valor do crédito, sua estimação, ou valor máximo;
- o prazo fixado para pagamento;
- a taxa dos juros, se houver;
- o bem dado em garantia com as suas especificações.

A pessoa que oferece o objeto em penhor tem o nome de dador ou devedor; a que a recebe é denominada credor pignoratício.

O dador pode ser o próprio devedor ou um terceiro por ele.

O Código Civil estabelece que o penhor só seja constituído quando da efetiva transferência da posse da coisa móvel, suscetível de alienação, ao credor.

A regra no penhor é que o bem empenhado fique na posse do credor, havendo exceções, visto que no penhor rural, industrial, mercantil e de veículos, as coisas empenhadas continuam em poder do devedor, que as deve guardar e conservar.

O penhor pressupõe uma obrigação principal, cujo cumprimento é garantido pela coisa oferecida ao credor pelo devedor.

No que diz respeito ao penhor podemos resumir assim:

- é o contrato acessório e formal;
- é direito real de garantia;
- recai sobre coisa móvel (em regra), do devedor ou terceiro;
- o devedor oferece um móvel ao credor;
- há entrega efetiva da coisa ao credor (em regra);
- o credor é chamado de credor pignoratício.

A exceção, em que o devedor fica com a coisa empenhada é no Penhor Rural.

Podem ser objeto de penhor agrícola:

- máquinas e instrumentos de agricultura;
- colheitas pendentes, ou em via de formação;
- frutos acondicionados ou armazenados;
- lenha cortada e carvão vegetal;
- animais do serviço ordinário de estabelecimento agrícola.

Podem ser objeto de penhor pecuário os animais que integram a atividade pastoril, agrícola ou de lacticínios.

O penhor tradicional (ou penhor comum) deve ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos.

O penhor rural, industrial e mercantil devem ser registrados no Cartório de Registro de Imóveis.

56. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

A alienação fiduciária em garantia é o contrato pelo qual o devedor, ou fiduciante, como garantia de uma dívida, pactua a transferência da propriedade fiduciária do bem móvel ou imóvel ao credor, ou fiduciário, sob condição resolutiva expressa.

A alienação fiduciária em garantia não tem por finalidade precípua a transmissão da propriedade, embora esta seja de sua natureza.

A transferência do domínio do bem ao credor não é o objetivo das partes, mas um meio de garantir o credor contra a inadimplência do devedor. Por isso, ressalta sua natureza de contrato acessório.

Possui as seguintes características:

- é um contrato acessório e formal;
- recai sobre bens móveis ou imóveis, o mútuo, ou o parcelamento de débitos previdenciários;
- credor passa a ser proprietário e possuidor indireto ou mediato da coisa;
- devedor fica com a posse direta ou imediata (usuário e depositário);
- trata-se de uma propriedade limitada, que só serve para os fins previstos na lei; e resolúvel, pois retorna automaticamente para o devedor fiduciante, no momento em que for paga a última prestação;
- a alienação fiduciária aplica-se a bens móveis e a imóveis.

É considerada uma garantia real sui generis, porque não se exerce sobre coisa alheia, mas sobre coisa própria, ou seja, o financiado, ou devedor fiduciante, dá em alienação um bem móvel ou imóvel ao credor fiduciário, que se torna proprietário e possuidor indireto da coisa, ficando o devedor fiduciante com a posse direta, na qualidade de usuário e depositário.

Essa transferência, porém, é apenas em garantia, tornando-se sem efeito, automaticamente, logo que a última prestação é paga. Essa é a condição resolutiva expressa.

O contrato, que serve de título à propriedade fiduciária, conterá:

- o total da dívida, ou sua estimativa;
- o prazo, ou a época do pagamento;
- a taxa de juros, se houver;
- a descrição da coisa objeto da transferência, com os elementos indispensáveis à sua identificação.

57. HIPOTECA

É um direito real de garantia, ou seja, a garantia recai sobre os imóveis, de propriedade do devedor ou de terceiro.

O devedor oferece um bem imóvel (em regra), seu ou de terceiros.

Há bens que se movem, mas que podem ser objeto de hipoteca:

- os acessórios dos imóveis conjuntamente com eles (tratores, máquinas agrícolas e demais acessórios);
- navios;
- aeronaves; e
- as estradas de ferro com a(s) máquina(s).

A coisa hipotecada permanece com o devedor.

O credor é chamado de credor hipotecário.

É feito mediante contrato acessório e formal, abrangendo todas as acessões, melhoramentos ou construções do imóvel.

É nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado. Todavia, pode convencionar-se que vencerá o crédito hipotecário, se o imóvel for alienado.

O dono do imóvel hipotecado pode constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título, em favor do mesmo ou de outro credor.

Salvo no caso de insolvência do devedor, o credor da segunda hipoteca, embora vencida, não poderá executar o imóvel antes de vencida a primeira.

Em regra, exige-se escritura pública.

Deverá ser registrada no Cartório de Registro de Imóveis.

58. FUNDO GARANTIDOR DO CRÉDITO (FGC)

O FGC é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, em caso de falência ou de sua liquidação.

O FGC tem por objetivos prestar garantia de créditos contra instituições dele associadas, nas hipóteses de:

- decretação da intervenção, liquidação extrajudicial ou falência da associada;
- reconhecimento, pelo Banco Central do Brasil, do estado de insolvência da associada.

Tem como missão institucional contribuir para:

- proteger depositantes e investidores no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, até os limites estabelecidos pela regulamentação;
- contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional; e
- contribuir para prevenção de crise bancária sistêmica.

São instituições associadas do FGC os bancos múltiplos, os bancos comerciais, os bancos de investimento, os bancos de desenvolvimento, a Caixa Econômica Federal, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, as sociedades de crédito imobiliário, as companhias hipotecárias e as associações de poupança e empréstimo, em funcionamento no Brasil, que:

- recebem depósitos à vista, a prazo ou em contas de poupança;
- efetuam aceite em letras de câmbio;
- captam recursos mediante a emissão e a colocação de letras imobiliárias, letras hipotecárias e letras de crédito imobiliário.

A adesão das instituições financeiras e as associações de poupança e empréstimo em funcionamento no País - não contemplando as cooperativas de crédito e as seções de crédito das cooperativas, é realizada de forma compulsória.

As autorizações do Banco Central do Brasil para funcionamento de novas instituições financeiras estão condicionadas à adesão ao FGC.

O fundeamento é constituído de:

- contribuições ordinárias e especiais mensais das instituições associadas;
- taxas de serviços decorrentes da emissão de cheques sem provisão de fundos;
- recuperações de direitos creditórios nas quais o FGC houver se sub-rogado, em virtude de pagamento de dívidas de instituições associadas relativas a créditos garantidos;
- resultado líquido dos serviços prestados pelo FGC e rendimentos de aplicação de seus recursos;
- remuneração e encargos correspondentes ao recebimento dos valores devidos em função da realização das operações de assistência ou de suporte financeiro e aplicações de recursos; e
- receitas de outras origens.

As instituições financeiras é que contribuem com uma porcentagem de 0,0125% a.m. do montante dos saldos das contas correspondentes às obrigações objeto de garantia para a manutenção do FGC.

As disponibilidades de recursos, ou seja, o Nível de Capitalização do FGC, estão fixadas em no mínimo 2% sobre o total das contas cobertas pela garantia.

O caráter privado da estrutura do FGC - estabelecido por meio de uma Resolução do Conselho Monetário Nacional, possuindo, portanto, força de lei - foi importante na sua consolidação como entidade independente.

São garantidos pelo FGC:

- depósitos à vista ou sacáveis mediante aviso prévio;
- depósitos de poupança;
- depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado;
- depósitos mantidos em contas não movimentáveis por cheques destinadas ao registro e controle do fluxo de recursos referentes à prestação de serviços de pagamento de salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares;

- letras de câmbio;
- letras imobiliárias;
- letras hipotecárias;
- letras de crédito imobiliário;
- letras de crédito do agronegócio;
- operações compromissadas que têm como objetivo títulos emitidos após 08.03.2012 por empresa ligada.

Não são garantidos pelo FGC:

- os depósitos, empréstimos ou quaisquer outros recursos captados ou levantados no exterior;
- as operações relacionadas a programas de interesse governamental instituídos por lei;
- os depósitos judiciais;
- qualquer instrumento financeiro que contenha cláusula de subordinação, autorizado ou não pelo Banco Central do Brasil a integrar o patrimônio de referência das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pela referida Autarquia;
- as letras financeiras;
- as letras do tesouro; e
- fundos de investimento.

Os Fundos de Investimentos Financeiros são entidades constituídas sob a forma de condomínios abertos. É uma comunhão de recursos arrecadados de clientes para aplicação em carteira diversificada de ativos financeiros, cujos regulamentos são registrados em cartórios de títulos e documentos.

Geralmente são administrados por uma instituição financeira e estão sujeitos a supervisão e acompanhamento do Banco Central do Brasil ou da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, dependendo de sua natureza.

Para efeito da determinação do valor garantido dos créditos de cada pessoa, devem ser observados os seguintes critérios:

- titular do crédito é aquele em cujo nome o crédito estiver registrado na escrituração da instituição associada ou aquele designado em título por ela emitido ou aceito;
- devem ser somados os créditos de cada credor identificado pelo respectivo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) / Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) contra todas as instituições associadas do mesmo conglomerado financeiro.

O valor máximo, por instituição, é de R$ 250.000 por depositante ou aplicador, independentemente do valor total e da distribuição em diferentes formas de depósito e aplicação.

Nas contas conjuntas, o valor da garantia é limitado a R$ 250.000,00, ou ao saldo da conta quando inferior a esse limite, dividido pelo número de titulares, sendo o crédito do valor garantido feito de forma individual.

Exemplos:

a) Conta conjunta de 2 (dois) titulares:

A B = saldo de R$ 280.000,00

Valor Garantido = R$ 250.000,00/2 = R$ 125.000,00 para cada titular.

b) Conta conjunta de 3 (três) titulares:

A B C = saldo de R$ 280.000,00

Valor Garantido = R$ 250.000,00/3 = R$ 83.333,33 para cada titular.

c) Conta conjunta de 4 (quatro) titulares:

A B C D = saldo de R$ 280.000,00

Valor Garantido = R$ 250.000,00/4 = R$ 62.500,00 para cada titular.

d) Um cliente (A) com 4 (quatro) contas conjuntas (com B, C, D e E) cada uma com saldo de R$ 280.000,00:

Conta **A B** = R$ 280.000,00

Conta **A C** = R$ 280.000,00

Conta **A D** = R$ 280.000,00

Conta **A E** = R$ 280.000,00

Cálculo do valor da garantia por conta:

A B = R$ 250.000,00/2 = R$ 125.000,00

A C = R$ 250.000,00/2 = R$ 125.000,00

A D = R$ 250.000,00/2 = R$ 125.000,00

A E = R$ 250.000,00/2 = R$ 125.000,00

A cada um deles caberá:

A = R$ 250.000,00

B = R$ 125.000,00

C = R$ 125.000,00

D = R$ 125.000,00

E = R$ 125.000,00

59. CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO

O termo "lavagem de dinheiro" tem origem no procedimento adotado pelo famoso gangster americano "Al Capone" que teria comprado, em 1928, uma cadeia de lavanderias, onde conseguia dar aspecto de legalidade a dinheiro obtido de atividades criminosas, tais como: comércio de bebidas alcoólicas proibidas pela Lei Seca, exploração da prostituição, do jogo e a extorsão.

O crime de lavagem de dinheiro caracteriza-se por um conjunto de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação na economia de cada país, de modo transitório ou permanente, de recursos, bens e valores de origem ilícita e que se desenvolvem por meio de um processo dinâmico que envolve, teoricamente, três fases independentes que, com frequência, ocorrem simultaneamente.

De forma resumida, podemos dizer que a lavagem de dinheiro é fazer com que produtos ou recursos de origem criminosa pareçam ter sido adquiridos legalmente.

De acordo com a Lei n° 9.613, de 03.03.1998, o crime de Lavagem de Dinheiro consiste no processo de ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes (oriundos), direta ou indiretamente, de infração penal.

As mais recentes alterações nessa Lei introduzidas pela Lei nº 12.683, 09.07.2012, implicam em:

- não haver mais tipificação de crime anterior para caracterizar a lavagem de dinheiro;
- tornar esses crimes suscetíveis de fiança e de liberdade provisória;
- aplicar multa pecuniária variável de até R$ 20 milhões aos administradores das pessoas jurídicas, que deixem de cumprir as obrigações relativas à identificação dos clientes e à manutenção de registros.

Os mecanismos mais utilizados no processo de lavagem de dinheiro envolvem teoricamente três etapas independentes que, com frequência, ocorrem simultaneamente.

1ª Etapa - Colocação – a primeira etapa do processo é a colocação do dinheiro no sistema econômico. Objetivando ocultar sua origem, o criminoso procura movimentar o dinheiro em países com regras mais permissivas e naqueles que possuem um sistema financeiro liberal. A colocação se efetua por meio de depósitos, compra

de instrumentos negociáveis ou compra de bens. Para dificultar a identificação da procedência do dinheiro, os criminosos aplicam técnicas sofisticadas e cada vez mais dinâmicas, tais como o fracionamento dos valores que transitam pelo sistema financeiro e a utilização de estabelecimentos comerciais que usualmente trabalham com dinheiro em espécie.

2ª Etapa - Ocultação – a segunda etapa do processo consiste em dificultar o rastreamento contábil dos recursos ilícitos. O objetivo é quebrar a cadeia de evidências ante a possibilidade da realização de investigações sobre a origem do dinheiro. Os criminosos buscam movimentá-lo de forma eletrônica, transferindo os ativos para contas anônimas – preferencialmente, em países amparados por lei de sigilo bancário – ou realizando depósitos em contas "fantasmas".

3ª Etapa - Integração – nesta última etapa, os ativos são incorporados formalmente ao sistema econômico. As organizações criminosas buscam investir em empreendimentos que facilitem suas atividades – podendo tais sociedades prestar serviços entre si. Uma vez formada a cadeia, torna-se cada vez mais fácil legitimar o dinheiro ilegal.

Prevenção

A Lei 9.613, como forma de prevenir a ocorrência de crimes de Lavagem de Dinheiro atribui a vários agentes da economia a obrigação de identificar, controlar, monitorar seus clientes, cabendo:

- Identificar seus clientes e manter o cadastro atualizado;
- Atender as requisições formuladas pelo COAF, que se processarão em segredo de justiça.

As autoridades competentes elaborarão relação de operações que, por suas características, no que se refere às partes envolvidas, valores, forma de realização, instrumentos utilizados, ou pela falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar indício de crime de lavagem de dinheiro.

As comunicações de boa-fé, não acarretarão responsabilidade civil ou administrativa.

As pessoas para as quais não exista órgão próprio fiscalizador ou regulador comunicarão ao Conselho de Controle das Atividades Financeiras - COAF e na forma por ele estabelecida.

As instituições financeiras e demais entidades sujeitas a Lei, bem como aos administradores das pessoas jurídicas, que deixem de cumprir as obrigações previstas estão sujeitas às seguintes sanções:

- advertência;
- multa pecuniária variável não superior: ao dobro do valor da operação; ao dobro do lucro real obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação; ou ao valor de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- inabilitação temporária, pelo prazo de até dez anos, para o exercício do cargo de administrador das pessoas jurídicas já mencionadas; e
- cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.

Essas pessoas deverão comunicar ao Coaf, abstendo-se de dar ciência de tal ato a qualquer pessoa, inclusive àquela à qual se refira a informação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, operações que possuam indícios de lavagem de dinheiro.

O COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras foi criado no âmbito do Ministério da Fazenda com a finalidade de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas nesta Lei, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades.

Possui as seguintes atribuições:

- coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações que viabilizem ações rápidas e eficientes no combate a ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores;

- requerer aos órgãos da Administração Pública as informações cadastrais bancárias e financeiras de pessoas envolvidas em atividades suspeitas;
- comunicar as autoridades competentes para a instauração dos procedimentos cabíveis, quando concluir pela existência de crimes previstos nesta Lei, de fundados indícios de sua pratica, ou de qualquer outro ilícito.

É composto por servidores públicos de reputação ilibada e reconhecida competência, designados em ato do Ministro de Estado da Fazenda, dentre os integrantes do quadro de pessoal efetivo das seguintes instituições:

- Banco Central do Brasil,
- Comissão de Valores Mobiliários,
- Superintendência de Seguros Privados,
- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional,
- Secretaria da Receita Federal do Brasil,
- Agência Brasileira de Inteligência,
- Ministério das Relações Exteriores,
- Ministério da Justiça,
- Departamento de Polícia Federal,
- Ministério da Previdência Social, e
- Controladoria-Geral da União.

Todos deverão atender à indicação dos respectivos Ministros de Estado.

O Presidente do Conselho é nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Fazenda.

Das decisões do COAF relativas às aplicações de penas administrativas caberá recurso ao Ministro de Estado da Fazenda.

O criminoso está sujeito a pena de reclusão, de três a dez anos, e multa.

Está sujeito a mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal:

- os converte em ativos lícitos;
- os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;
- importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros;
- utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores provenientes de infração penal;
- participa de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou secundária é dirigida à prática de crimes de lavagem de dinheiro.

Sujeitam-se às obrigações da Lei as pessoas físicas e jurídicas que tenham, em caráter permanente ou eventual, como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não:

- a captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira;
- a compra e venda de moeda estrangeira ou ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial;
- a custódia, emissão, distribuição, liquidação, negociação, intermediação ou administração de títulos ou valores mobiliários.

Também estão sujeitos às mesmas obrigações:

- as bolsas de valores e bolsas de mercadorias ou futuros;
- as seguradoras, as corretoras de seguros e as entidades de previdência complementar ou de capitalização;
- as administradoras de cartões de credenciamento ou cartões de crédito, bem como as administradoras de consórcios para aquisição de bens ou serviços;

- as administradoras ou empresas que se utilizem de cartão ou qualquer outro meio eletrônico, magnético ou equivalente, que permita a transferência de fundos;
- as empresas de arrendamento mercantil (*leasing*) e as de fomento comercial (*factoring*);
- as sociedades que efetuem distribuição de dinheiro ou quaisquer bens móveis, imóveis, mercadorias, serviços, ou, ainda, concedam descontos na sua aquisição, mediante sorteio ou método assemelhado;
- as filiais ou representações de entes estrangeiros que exerçam no Brasil qualquer das atividades listadas neste artigo, ainda que de forma eventual;
- as demais entidades cujo funcionamento dependa de autorização de órgão regulador dos mercados financeiro, de câmbio, de capitais e de seguros;
- as pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que operem no Brasil como agentes, dirigentes, procuradoras, comissionárias ou por qualquer forma representem interesses de ente estrangeiro que exerça qualquer das atividades mencionadas no parágrafo anterior;
- as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades de promoção imobiliária ou compra e venda de imóveis;
- as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem joias, pedras e metais preciosos, objetos de arte e antiguidades; e
- as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem bens de luxo ou de alto valor, intermedeiem a sua comercialização ou exerçam atividades que envolvam grande volume de recursos em espécie;
- as juntas comerciais e os registros públicos;
- as pessoas físicas ou jurídicas que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contadoria, auditoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza, em operações:

  - de compra e venda de imóveis, estabelecimentos comerciais ou industriais ou participações societárias de qualquer natureza;
  - de gestão de fundos, valores mobiliários ou outros ativos;
  - de abertura ou gestão de contas bancárias, de poupança, investimento ou de valores mobiliários;
  - de criação, exploração ou gestão de sociedades de qualquer natureza, fundações, fundos fiduciários ou estruturas análogas;
  - financeiras, societárias ou imobiliárias; e
- de alienação ou aquisição de direitos sobre contratos relacionados a atividades desportivas ou artísticas profissionais;
- pessoas físicas ou jurídicas que atuem na promoção, intermediação, comercialização, agenciamento ou negociação de direitos de transferência de atletas, artistas ou feiras, exposições ou eventos similares;
- as empresas de transporte e guarda de valores;
- as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem bens de alto valor de origem rural ou animal ou intermedeiem a sua comercialização; e
- as dependências no exterior das entidades mencionadas neste artigo, por meio de sua matriz no Brasil, relativamente a residentes no País.

Essas pessoas físicas e jurídicas acima listadas têm a incumbência de:

- identificar seus clientes e manter cadastro atualizado;
- manter registro de toda transação em moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, metais, ou qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro, que ultrapassar R$100.000,00;
- atender, no prazo fixado pelo órgão judicial competente, as requisições formuladas pelo Coaf, que se processarão em segredo de justiça;

- cadastrar-se e manter seu cadastro atualizado no órgão regulador ou fiscalizador e, na falta deste, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf);
- atender às requisições formuladas pelo Coaf na periodicidade, forma e condições por ele estabelecidas, cabendo-lhe preservar, nos termos da lei, o sigilo das informações prestadas.

Na hipótese de o cliente constituir-se em pessoa jurídica, a identificação deverá abranger as pessoas físicas autorizadas a representá-la, bem como seus proprietários.

Os cadastros e registros deverão ser conservados durante o período mínimo de cinco anos a partir do encerramento da conta ou da conclusão da transação, prazo este que poderá ser ampliado pela autoridade competente.

O registro será efetuado também quando a pessoa física ou jurídica, seus entes ligados, houver realizado, em um mesmo mês-calendário, operações com uma mesma pessoa, conglomerado ou grupo que, em seu conjunto, ultrapassem o limite de R$10.000,00.

O Banco Central manterá registro centralizado formando o cadastro geral de correntistas e clientes de instituições financeiras, bem como de seus procuradores.

O Banco Central do Brasil - BCB, com a edição da Circular nº 3.461, decidiu que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB devem implementar políticas e procedimentos internos de controle destinados a prevenir sua utilização na prática dos crimes de lavagem de dinheiro.

Para isso, devem adotar procedimentos que permitam:

- confirmar as informações cadastrais dos clientes e identificar os beneficiários finais das operações;
- possibilitar a caracterização ou não de clientes como pessoas politicamente expostas.

Nesse sentido, cabe adotar metodologia com vistas a:

- coletar e manter atualizadas as informações cadastrais de seus clientes e representantes legais;
- verificar a compatibilidade entre a movimentação de recursos e a atividade econômica e a capacidade financeira do cliente;
- identificar a origem dos recursos movimentados e os beneficiários finais das movimentações;

Pessoas Politicamente Expostas

Consideram-se pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Devem ser abrangidos:

- os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União;
- os ocupantes de cargo, no Poder Executivo da União;
- os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores;
- os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar, os Subprocuradores-Gerais da República e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;
- os membros do Tribunal de Contas da União e o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União;

- os governadores de estado e do Distrito Federal, os presidentes de tribunal de justiça, de Assembleia e Câmara Legislativa, os presidentes de tribunal e de conselho de contas de Estado, de Municípios e do Distrito Federal;
- os prefeitos e presidentes de Câmara Municipal de capitais de Estados.

O sistema deve manter registros específicos das operações de transferência de recursos, que deverão ser mantidos, ou seja, guardados pelos prazos de cinco ou dez anos.

Prazo de dez anos

- das operações referentes ao acolhimento em depósitos de Transferência Eletrônica Disponível (TED), de cheque, cheque administrativo, cheque ordem de pagamento e outros documentos compensáveis de mesma natureza, e à liquidação de cheques depositados em outra instituição financeira;
- das emissões de cheque administrativo, de cheque ordem de pagamento, de ordem de pagamento, de Documento de Crédito (DOC), de TED e de outros instrumentos de transferência de recursos, quando de valor superior a R$1.000,00 (mil reais).

Prazo de cinco anos

As operações financeiras realizadas com os clientes ou em seu nome, onde se possa verificar:

- a compatibilidade entre a movimentação de recursos e a atividade econômica e capacidade financeira do cliente;
- a origem dos recursos movimentados; e
- os beneficiários finais das movimentações.

Esse sistema de registro deve permitir a identificação:

- das operações que, realizadas com uma mesma pessoa, conglomerado financeiro ou grupo, em um mesmo mês calendário, superem, por instituição ou entidade, em seu conjunto, o valor de R$10.000,00 (dez mil reais);
- das operações que, por sua habitualidade, valor ou forma, configurem artifício que objetive burlar os mecanismos de identificação, controle e registro.

As operações da emissão ou recarga de valores em um ou mais cartões pré-pagos, onde se identifique:

- emissão ou recarga de valores em um ou mais cartões pré-pagos, em montante acumulado igual ou superior a R$100.000,00 (cem mil reais) ou o equivalente em moeda estrangeira, no mês calendário;
- emissão ou recarga de valores em cartão pré-pago que apresente indícios de ocultação ou dissimulação da natureza, da origem, da localização, da disposição, da movimentação ou da propriedade de bens, direitos e valores.

No que diz respeito a movimentações em espécie, cabe identificar:

- depósito em espécie, saque em espécie, saque em espécie por meio de cartão pré-pago ou pedido de provisionamento para saque, de valor igual ou superior a R$100.000,00;
- depósito em espécie, saque em espécie, saque em espécie por meio de cartão pré-pago ou pedido de provisionamento para saque, que apresente indícios de ocultação ou dissimulação da natureza, da origem, da localização, da disposição, da movimentação ou da propriedade de bens, direitos e valores;
- emissão de cheque administrativo, TED ou de qualquer outro instrumento de transferência de fundos contra pagamento em espécie, de valor igual ou superior a R$100.000,00.

Especial Atenção

A expressão "especial atenção" inclui os seguintes procedimentos:

- monitoramento reforçado, mediante a adoção de procedimentos mais rigorosos para a apuração de situações suspeitas;
- análise com vistas à verificação da necessidade de comunicação ao Coaf;
- avaliação da alta gerência quanto ao interesse no início ou manutenção do relacionamento com o cliente.

Deve ser dada "especial atenção" a:

- operações ou propostas cujas características, no que se refere às partes envolvidas, valores, formas de realização e instrumentos utilizados, ou que, pela falta de fundamento econômico ou legal, indiquem risco de ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro ou com eles relacionados;
- propostas de início de relacionamento e operações com pessoas politicamente expostas de nacionalidade brasileira e as oriundas de países com os quais o Brasil possua elevado número de transações financeiras e comerciais, fronteiras comuns ou proximidade étnica, linguística ou política;
- indícios de burla aos procedimentos de identificação;
- clientes e operações em que não seja possível identificar o beneficiário final;
- operações oriundas ou destinadas a países ou territórios que aplicam insuficientemente as recomendações do rupo de Ação Financeira – GAFI
- situações em que não seja possível manter atualizadas as informações cadastrais de seus clientes.

Operações que podem ser consideradas suspeitas

A Carta-Circular BCB nº 3.542 divulgou a relação de operações e situações que podem configurar indício de ocorrência de crimes de lavagem de dinheiro e estabeleceu procedimentos para a comunicação ao próprio Banco Central, agrupando várias operações que podem ser consideradas suspeitas são aquelas relacionadas com:

- operações em espécie em moeda nacional;
- operações em espécie em moeda estrangeira e cheques de viagem;
- dados cadastrais de clientes;
- a movimentação de contas;
- operações de investimento interno;
- cartões de pagamento;
- operações de crédito no País;
- a movimentação de recursos oriundos de contratos com o setor público;
- consórcios;
- a pessoas suspeitas de envolvimento com atos terroristas;
- atividades internacionais;
- operações de crédito contratadas no exterior;
- operações de investimento externo:
- empregados das instituições financeiras e seus representantes:

A comunicação das situações acima relacionadas, bem como de outras que, embora não mencionadas, possam configurar indícios de ocorrência das práticas crimes de lavagem de dinheiro, deve ser efetuada por meio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras (Siscoaf).

Para finalizar, cabe destacar que não compete às instituições financeiras nem às demais instituições expostas às atividades de criminosos investigarem algum caso de lavagem de dinheiro, cabendo-lhes somente comunicar as suspeitas.

60. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Livros

Cabral, G. *Conhecimentos Bancários em tópicos*. Brasíia: Alumnus, 2014. 360 p.

Newlands Jr., C. A. *Sistema Financeiro e Bancário - Teoria e Questões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 512 p.

O Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários, 2014. 376 p., disponível gratuitamente para *download* em goo.gl/v7if7v

61. PESQUISAS NA INTERNET (CONSULTAS EM 14.03.2018)

Banco Central do Brasil - glossário:

bcb.gov.br/glossario.asp?idioma=P

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

portaldoinvestidor.gov.br

Educação Financeira

brasil.gov.br/economia-e-emprego/educacao-financeira

Ordem dos Economistas do Brasil - Enciclopédia de Finanças

enfin.com.br/

UOL - Universo On Line - Dicionário Financeiro:

economia.uol.com.br/glossario/

Wikipédia - A enciclopédia livre:

pt.wikipedia.org

62. EXERCÍCIOS - 1º BLOCO

1. (BB/PCR/2015) O SFN é composto por um conjunto de órgãos e instituições que regulamenta, supervisiona e realiza operações necessárias à circulação de moeda e de crédito na economia. São órgãos normativos do Sistema Financeiro Nacional:

a) Conselho Monetário Nacional; Conselho Nacional de Seguros Privados; Comitê de Política Monetária (Copom).

b) Conselho Nacional de Seguros Privados; Banco Central do Brasil; Conselho Monetário Nacional.

c) Superintendência de Seguros Privados; Comitê de Política Monetária (Copom); Conselho Federal de Valores Mobiliários (CFVM).

d) Banco Central do Brasil; Comissão de Valores Mobiliários; Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

e) Conselho Nacional de Seguros Privados; Conselho Nacional de Previdência Complementar; Fundo Garantidor do Crédito (FGC).

2. (Basa/Cesgranrio/2015) O SFN é composto por um conjunto de órgãos e instituições que regulamenta, supervisiona e realiza operações necessárias à circulação de moeda e de crédito na economia. São órgãos normativos do Sistema Financeiro Nacional:

a) Conselho Monetário Nacional; Conselho Nacional de Seguros Privados; Comitê de Política Monetária (Copom)

b) Conselho Nacional de Seguros Privados; Banco Central do Brasil; Conselho Monetário Nacional

c) Superintendência de Seguros Privados; Comitê de Política Monetária (Copom); Conselho Federal de Valores Mobiliários

d) Banco Central do Brasil; Comissão de Valores Mobiliários; Conselho Monetário Nacional

e) Conselho Nacional de Seguros Privados; Conselho Nacional de Previdência Complementar; Conselho Monetário Nacional

3. (Banestes/CKM/2015) Classificam-se como entidades operadoras no Sistema Financeiro Nacional

a) a Sociedade de Arrendameunto Mercantil e o Conselho Monetário Nacional.

b) a Agência Especial de Financiamento Industrial e a Superintendência de Seguros Privados.

c) o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e o Conselho Nacional de Seguros Privados.

d) o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

e) a Bolsa de Valores de São Paulo e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

4. (Banestes/CKM/2015) Dentre alguns dos órgãos normativos integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), pode-se considerar o(a):

a) Comissão de Valores Mobiliários - CVM e a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

b) Banco Central do Brasil - BCB e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

c) Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

d) Ministério da Fazenda e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

e) Conselho Monetário Nacional - CMN e o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

5. (Banestes/PCR/2015) No topo do organograma do Sistema Financeiro Nacional estão entidades que regulam e fiscalizam o seu funcionamento, denominadas de sistema normativo. As demais instituições do SFN têm que, obrigatoriamente, acatar as decisões do sistema normativo. Entre as entidades que compõem o Sistema Normativo, encontram-se:

a) sociedades corretoras e sociedades distribuidoras;

b) entidades de liquidação e custódia;

c) órgãos normativos e operadores;

d) entidades supervisoras e intermediários financeiros;

e) órgãos normativos e entidades supervisoras.

6. (BB/Cesgranrio/2015) A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é um órgão que regula e fiscaliza o mercado de capitais no Brasil, sendo

a) subordinada ao Banco Central do Brasil

b) subordinada ao Banco do Brasil

c) subordinada à Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA)

d) independente do poder público

e) vinculada ao poder executivo (Ministério da Fazenda)

7. (BNB/FGV/2014) O Sistema normativo é composto pelas entidades que regulam e fiscalizam o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. Por esse motivo estão no topo do organograma, ou seja, as outras instituições têm que, obrigatoriamente, acatar as decisões do sistema normativo. Entre as entidades que compõem o Sistema Normativo, encontram-se:

a) sociedades corretivas e distribuidoras;

b) bancos múltiplos e de investimento;

c) Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal;

d) Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil;

e) Bolsa de Valores e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

8. (Banpará/Inaz-PA/2014/Contador) No que tange a composição e a competência do Sistema Financeiro Nacional (SFN) é correto afirmar que:

a) O Conselho Monetário Nacional (CMN), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) constituem os órgãos reguladores do SFN.

b) É atribuição do Conselho Monetário Nacional (CMN) fiscalizar os bancos comerciais, os múltiplos, os bancos de desenvolvimento, de investimentos, as caixas econômicas e as sociedades de crédito, financiamento e de investimento.

c) A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem a prerrogativa de supervisionar os fundos de investimento quanto aos mecanismos de gestão e controle de riscos da instituição que administra os recursos e verificar se há a segregação entre a administradora e o fundo.

d) São operadores do Sistema Financeiro Nacional (SFN) as instituições financeiras de depósito a vista, as bolsas de valores, as bolsas de câmbio, as demais entidades exportadoras e as outras instituições financeiras.

e) O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é supervisionado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

9. (BB/Cesgranrio/2014) O Sistema Financeiro Nacional é composto de dois grandes subsistemas: Subsistema Normativo e Subsistema de Intermediação. Tendo em vista essa classificação, fazem parte do Subsistema

a) de Intermediação o Banco Central do Brasil e o Banco do Brasil.

b) de Intermediação os Comitês de Política Monetária (Copom) dos bancos comerciais.

c) Normativo o Banco Central do Brasil e o Banco do Brasil.

d) Normativo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Comissão de Valores Mobiliários.

e) de Intermediação as Bolsas de Valores e de Mercadorias e Futuros atuantes no Brasil.

10. (Basa/Cesgranrio/2013) O Sistema Financeiro Nacional, em todas as partes que o compõem, foi estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade. Em relação à sua composição, o Sistema Financeiro Nacional pode ser dividido em

a) órgãos normativos, entidades supervisoras e operadores.

b) organizações governamentais, instituições públicas e instituições financeiras.

c) instituições financeiras, instituições filantrópicas e entidades operadoras.

d) órgãos fiscalizadores, entidades supervisoras e organizações governamentais.

e) instituições públicas, organizações não governamentais e instituições privadas.

11. (BB/Cespe/2013/Certificação Interna) As instituições integrantes do subsistema de intermediação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) incluem

a) o BACEN.

b) o Instituto de Resseguros (IRB).

c) a Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC).

d) a BOVESPA.

e) a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

12. (BB/Cespe/2013/Certificação Interna) A respeito das características e das competências das entidades integrantes do SFN, assinale a opção correta.

a) O IRB é o órgão máximo do Sistema Nacional de Seguros Privados.

b) A SUSEP é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda.

c) Compete à SPPC do Ministério da Fazenda regular as atividades dos fundos de pensão.

d) A SPPC é responsável pela fiscalização das entidades de previdência privada aberta.

e) O BB integra o subsistema de intermediação na categoria de banco de investimento.

13. (BNDES/Cesgranrio/2013/técnico administrativo) O Sistema Financeiro Nacional (SFN), estruturado e regulado pela Lei nº 4.595, de 31/12/1964, é composto por algumas instituições. **NÃO** faz(em) parte do SFN o(a)

a) Banco Central do Brasil (Bacen)

b) Conselho Monetário Nacional (CMN)

c) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

d) Banco do Brasil S.A. (BB) e as demais instituições financeiras públicas e privadas

e) Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

14. (BNDES/Cesgranrio/2013/técnico administrativo) A Lei nº 4.595, de 31/12/1964, dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e dá outras providências. À luz dessa Lei, considere as afirmativas abaixo sobre as instituições financeiras.

I – As instituições financeiras somente poderão atuar no País mediante autorização prévia do Banco Central do Brasil (Bacen) ou por decreto do Poder Executivo, quando forem estrangeiras.

II – As pessoas físicas que exerçam, de forma permanente ou eventual, quaisquer das atividades atribuídas às instituições financeiras não se equiparam a elas.

III – Instituições financeiras são pessoas jurídicas públicas ou privadas, cujas atividades principais ou acessórias são a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

IV – As instituições financeiras terão as condições de concorrência reguladas pelo Bacen, que lhes coibirá os abusos com aplicação de pena nos termos da lei.

É correto o que se afirma em

a) I e II, apenas

b) III e IV, apenas

c) I, II e IV, apenas

d) I, III e IV, apenas

e) I, II, III e IV

15. (BB/FCC/2013) O Sistema Financeiro Nacional tem como entidades supervisoras:

a) FEBRABAN e Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

b) Receita Federal do Brasil e Resseguradores.

c) Comissão de Valores Mobiliários e Bolsas de Mercadorias e futuros.

d) Banco Central do Brasil e Superintendência de Seguros Privados.

e) Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

16. (BB/PCR/2013) O Sistema Financeiro Nacional tem na sua composição, como entidade supervisora,

a) o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social.

b) o Banco Central do Brasil.

c) o Banco do Brasil.

d) o Conselho Monetário Nacional.

e) o COPOM - Comitê de Política Monetária.

17. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) A respeito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), assinale a opção correta.

a) A supervisão dos consórcios, sociedades de capitalização e bolsa de valores está a cargo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) As funções privativas do CMN incluem fixar as diretrizes e normas da política governamental relativa aos seguros privados e à capitalização.

c) Regular, normatizar e coordenar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar são funções privativas da Superintendência de Seguros Privados.

d) A supervisão das instituições financeiras bancárias, tais como os bancos comerciais, caixas econômicas e cooperativas de crédito, está a cargo do BACEN.

e) Cabe ao Conselho Nacional de Seguros Privados fixar as diretrizes para a aplicação das reservas técnicas das sociedades seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência privada e instituições financeiras.

18. (Banestes/Idecan/2012) O Sistema Financeiro Nacional é formado pelo subsistema normativo e pelo subsistema de intermediação. Compõem o subsistema normativo

a) Caixa Econômica Federal, BNDES e Banco do Brasil.

b) Banco Central, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

c) Conselho Monetário Nacional, Banco Central e Banco do Brasil.

d) Conselho Monetário Nacional, Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários.

e) Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários e BM&FBOVESPA.

19. (Banestes/Idecan/2012) É órgão responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados. Dentre suas funções estão: regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercem atividades subordinadas ao Sistema Nacional de Seguros Privados, fixando as características gerais dos contratos de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro; prescrevendo os critérios de constituição das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradores, com fixação dos limites legais e técnicos das respectivas operações. As características descritas se referem à seguinte instituição

a) Conselho Monetário Nacional - CMN.

b) Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

c) Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

d) Banco Central do Brasil - BACEN.

e) Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

20. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) Ainda acerca do SFN, assinale a opção correta.

a) O controle do patrimônio da União é de responsabilidade da Comissão de Valores Mobiliários.

b) As Bolsas de Mercadorias e Futuros estão vinculadas às suas respectivas bolsas de valores, por não possuírem autonomia financeira, patrimonial e administrativa.

c) A Superintendência Nacional de Previdência Complementar é a responsável por fiscalizar os fundos de pensão no Brasil.

d) Fundos de pensão são entidades fechadas de previdência complementar, com fins lucrativos, organizadas sob a forma de fundação ou sociedade civil.

e) Administradoras de consórcio, apesar de serem fiscalizadas pelo BACEN, não fazem parte do SFN.

21. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) Além dos estabelecimentos bancários oficiais ou privados, das sociedades de crédito, financiamento e investimentos, das caixas econômicas e das cooperativas de crédito ou a seção de crédito das cooperativas que a tenham, também se subordinam às disposições e disciplina da Lei nº 4.595/1964, no que for aplicável,

a) as sociedades que efetuem distribuição de brindes e prêmios públicos.

b) as bolsas de valores, companhias de seguros e de capitalização.

c) as instituições que comprem e vendam títulos de capitalização.

d) as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam, por conta própria ou de terceiros, atividade relacionada com a compra e venda de loteamento e outros quaisquer imóveis.

e) as importadoras e exportadoras de bens.

22. (Caixa/Cesgranrio/2012) A gestão da economia visa a atender às necessidades de bens e serviços da sociedade e também a atingir determinados objetivos sociais e macroeconômicos, tais como pleno emprego, distribuição de riqueza e estabilidade de preços. Para que isso ocorra, o governo atua por meio de

a) ações fiscais

b) ações monetárias

c) políticas econômicas

d) políticas de relações internacionais

e) diretrizes fiscais e orçamentárias

23. (Banestes/CKM/2015) É CORRETO afirmar que a inflação baixa pode ser considerada, na Política Monetária do Brasil, como pré-condição para o(a):

a) Estagnação de preços e de salários.

b) Elevação de taxas de juros e crescimento linear.

c) Equilíbrio de preços e alta de juros de capitais de importação.

d) Aumento do mercado de trabalho informal e estabilização de salários.

e) Crescimento do país, de forma sustentada e com estabilidade de preços.

24. (Banestes/PCR/2015) O mercado financeiro pode ser segmentado em quatro subdivisões: mercados monetário, cambial, de crédito e de capitais. O mercado monetário visa, fundamentalmente, a

a) fiscalizar as operações dos seus agentes econômicos.

b) controlar a liquidez da economia com operações de curto e curtíssimo prazos.

c) realizar as operações de compra e venda de moedas internacionais conversíveis.

d) financiar o consumo das pessoas físicas.

e) suprir as necessidades de caixa de curto e médio prazos dos agentes econômicos, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

25. (BB/PCR/2015) O CMN e o Bacen têm a prerrogativa de adotar medidas alterando as regras do depósitos compulsórios. Supondo que essas regras tenham sido modificadas permitindo que os bancos com os recursos da caderneta de poupança imobiliária possam fazer aplicações adicionais de até R$22,5 bilhões e de até R$2,5 bilhões com recursos da poupança rural. Além disso, no depósito a prazo espera-se recolher cerca de R$ 25 bilhões a mais do sistema bancário. Com essas medidas, percebe-se que a liquidez da economia brasileira poderá ser impactada da seguinte forma:

a) com a retirada de R$50 bilhões.

b) com a entrada de R$50 bilhões.

c) não será alterada.

d) com a retirada de R$25 bilhões, relativos aos recursos da caderneta de poupança

e) com a entrada de R$25 bilhões, relativos aos recursos do depósito a prazo.

26. (Metrô-DF/Iades/2014/Economista) O controle da oferta de moeda objetiva, entre outras coisas, proporcionar estabilidade de preços e assegurar nível adequado de liquidez à economia. Acerca dos instrumentos de política monetária à disposição do Banco Central, assinale a alternativa correta.

a) O aumento da taxa de reservas bancárias reduz a oferta de crédito na economia.

b) As operações de mercado aberto, realizadas pelo Banco Central, correspondem a empréstimos ao sistema bancário para atender insuficiência de liquidez.

c) A compra de títulos públicos no mercado, pelo Banco Central, reduz a oferta monetária.

d) O nível da taxa de redesconto afeta os custos financeiros dos empréstimos concedidos pelo Banco Central, mas não afeta os meios de pagamento.

e) Uma elevação nos depósitos compulsórios causa expansão dos meios de pagamento.

27. (Sudam/Iades/2013/Economista) No regime de metas de inflação, o Banco Central se compromete a manter a inflação dentro de certo intervalo de confiança. Partindo-se de uma situação onde os índices de inflação caminham para ultrapassar o intervalo superior, assinale a alternativa correta com relação ao que poderá proporcionar um maior aumento na velocidade de crescimento dos preços.

a) Um aumento nos encaixes compulsórios dos bancos comerciais.

b) Um aumento na taxa de redesconto.

c) Uma redução na taxa Selic.

d) A emissão de títulos públicos.

e) Uma redução na oferta de moeda.

28. (BNDES/Cesgranrio/2013) Uma operação de mercado aberto do Banco Central, na qual títulos da dívida pública do Governo Federal são comprados e sequentemente aposentados, tem como objetivo

a) diminuir a demanda por moeda estrangeira.

b) diminuir a taxa de inflação.

c) aumentar a oferta monetária.

d) aumentar o volume de depósitos bancários.

e) aumentar a liquidez dos títulos públicos federais.

29. (Banestes/Idecan/2012/analista econômico-financeiro) Em relação ao Sistema Financeiro Nacional e à economia brasileira, analise as afirmativas.

I – As políticas fiscal e monetária adotadas pelo governo, ao garantirem condições para um ambiente de estabilidade econômica, reforçaram as tendências delineadas em anos anteriores no sistema financeiro, cuja característica marcante ainda é a busca por ganhos de escala, por meio dos quais as instituições financeiras procuram compensar perda de receitas, agora não mais decorrentes do fim do chamado "lucro inflacionário", mas resultantes da queda nas taxas de juros.

II – Diante das transformações no Sistema Financeiro Nacional, uma tendência que também já se consolida é a segmentação dos portfólios das instituições de médio e grande porte, segundo o perfil do cliente.

III – Diante das transformações no Sistema Financeiro Nacional, a segmentação dos portfólios busca imprimir maior eficiência operacional - redução de custos e aumento da produtividade - às instituições pela maior especialização de sua estrutura, segundo padrões de estratégia definidos em função das características dos nichos de mercado em que atuam.

IV – Diante das transformações no Sistema Financeiro Nacional, as instituições financeiras têm buscado se especializar. Essa maior especialização exige equipes profissionais com conhecimentos específicos sobre os nichos de mercado em que a instituição está presente, de forma a desenvolver produtos com características adequadas ao perfil de demanda de cada um, sem perder de vista as estratégias do concorrente.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

a) I

b) I, II, III

c) II, III, IV

d) I, II, III, IV

e) III, IV

30. (Banestes/Idecan/2012) Assinale a afirmativa correta.

a) Na execução da política monetária, o Banco Central compra títulos públicos quando há excesso de liquidez e vende títulos públicos quando há escassez de liquidez.

b) Na execução de uma política monetária contracionista, o Banco Central reduz o percentual do recolhimento compulsório.

c) O contingenciamento do crédito é compatível com uma política monetária expansionista.

d) As operações de mercado aberto representam o instrumento mais eficaz de política monetária porque permitem ao Banco Central impactar a liquidez da economia no curtíssimo prazo.

e) O Banco Central não utiliza as operações de *Open Market* como instrumento de política monetária.

31. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) A respeito da política monetária, assinale a opção correta.

a) Contradiz a teoria quantitativa da moeda o argumento de que, no longo prazo, as políticas monetárias expansionistas não modificam as variáveis reais da economia.

b) Reduções das taxas de redesconto caracterizam as políticas monetárias restritivas, adotadas para combater inflações.

c) Quando o governo compra títulos públicos nas operações de mercado aberto, ocorre expansão da oferta monetária.

d) Aumentos das taxas de reservas compulsórias reduzem as taxas de juros e elevam a demanda agregada.

e) A maior vantagem das políticas monetárias advém do fato de que essas políticas não alteram os gastos de investimento.

32. (Caixa/Cesgranrio/2012) A política monetária enfatiza sua atuação sobre os meios de pagamento, os títulos públicos e as taxas de juros. A política monetária é considerada expansionista quando

a) reduz os meios de pagamento, retraindo o consumo e a atividade econômica.

b) mantém todas as condições macroeconômicas estáveis por longo período.

c) estabelece diretrizes de expansão da produção do mercado interno para o exterior.

d) realiza operações de crédito no exterior, aumentando a captação de recursos e, por consequência, os meios de recebimento.

e) eleva a liquidez da economia, injetando maior volume de recursos nos mercados, elevando, em consequência, os meios de pagamentos.

33. (Caixa/Cesgranrio/2012) No mercado financeiro, a intermediação financeira desenvolve-se de forma segmentada, com base em quatro subdivisões: mercados monetário, cambial, de crédito e de capitais.

O mercado de crédito visa, fundamentalmente, a

a) fiscalizar as operações dos seus agentes econômicos.

b) controlar a liquidez da economia com operações de curto e curtíssimo prazos.

c) realizar as operações de compra e venda de moedas internacionais conversíveis.

d) suprir as necessidades de investimentos dos agentes econômicos a médio e longo prazos.

e) suprir as necessidades de caixa de curto e médio prazos dos agentes econômicos, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

34. (Banese/FCC/2012) O Banco Central do Brasil adota como instrumento de política monetária

a) a meta para taxa mensal de inflação.

b) a garantia de liquidez dos títulos de emissão do Tesouro Nacional.

c) a fixação da taxa básica de juros.

d) o controle das operações no mercado interfinanceiro.

e) o recolhimento compulsório sobre depósitos a prazo em moeda estrangeira.

35. (Banrisul/FDRH/2015) Considerando termos e conceitos empregados em políticas econômicas, leia as afirmativas e assinale V para as afirmações verdadeiras e F para as falsas.

( ) Taxa de redesconto é a taxa de juros cobrada pelo Banco Central do Brasil, às instituições financeiras, pelos empréstimos de assistência à liquidez.

( ) A política fiscal concentra sua atenção na administração dos gastos do setor público e dos impostos cobrados da sociedade.

( ) A política cambial está baseada na administração das taxas de câmbio e no controle das operações cambiais, bem como na fixação da taxa dos depósitos compulsórios.

( ) A negociação de títulos públicos no mercado secundário caracteriza-se pela operação direta entre o órgão público emitente do título e os poupadores.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) V - V - V - F.

b) V - V - F - F.

c) V - F - V - V.

d) F - V - F - F.

e) F - F - F - V.

36. (Banpará/Exatus/2015) Uma das principais funções do mercado é possibilitar que as companhias ou outros emissores de valores mobiliários, com o intuito de viabilizar projetos de investimento, captem recursos diretamente do público investidor em condições mais vantajosas do que as oferecidas pelos empréstimos e

financiamentos bancários. O Mercado de capitais é dividido em Mercado Primário e Mercado Secundário. Sabendo disso, assinale a alternativa correta sobre o Mercado secundário:

a) Mercado secundário é aquele onde os valores mobiliários de uma nova emissão da companhia são negociados diretamente entre a companhia e os investidores.

b) Os recursos adquiridos em transações ocorridas no mercado secundário são destinados para os projetos de investimento da empresa ou para o caixa.

c) No mercado secundário ocorre apenas a divulgação de propriedade e de recursos entre investidores, ficando a transferência uma operação no mercado primário.

d) O mercado primário oferece liquidez aos títulos emitidos no mercado secundário.

e) O mercado secundário é o local onde os investidores negociam e transferem entre si os valores mobiliários emitidos pelas companhias.

37. (Banestes/PCR/2015) Uma diferença marcante entre o mercado primário e o mercado secundário é que:

a) no primeiro, não há influência direta no caixa da companhia emissora, enquanto, no segundo, há influência direta no caixa dessa companhia.

b) no primeiro, há influência direta no caixa da companhia emissora, enquanto, no segundo, não há influência direta no caixa dessa companhia.

c) no primeiro são produzidos os insumos básicos da economia, enquanto, no segundo, ocorre a industrialização do que foi produzido no primeiro.

d) no primeiro é onde alguém vende pela primeira vez algo que tinha comprado anteriormente.

e) no segundo é onde os recursos financeiros saem do bolso do investidor e vão para o caixa da empresa emissora.

38. (Caixa/Cesgranrio/2012) O mercado de ações pode ser classificado de acordo com o momento da negociação do título. Quando, por exemplo, uma empresa emite novas ações, esse lançamento ocorre no mercado

a) cambial

b) futuro

c) monetário

d) primário

e) secundário

39. (Banese/FCC/2012) Na distribuição pública de ações no mercado primário, os recursos captados são destinados para

a) os acionistas controladores da empresa.

b) os bancos líderes da operação.

c) a Comissão de Valores Mobiliários.

d) a companhia emissora.

e) as corretoras que negociam as ações em bolsa.

40. (Banestes/PCR/2015) Segundo o Dicionário Aurélio, a palavra "mercado" em economia, significa o conjunto de compradores e vendedores e sua interação. Os produtos e serviços bancários podem ser divididos em três segmentos: operações passivas, operações ativas e operações acessórias.

a) são operações passivas: depósitos a vista, caderneta de poupança e cdc

b) são operações ativas: cheque especial, conta garantida e desconto de títulos

c) são operações acessórias: cobrança de títulos, arrecadação de tributos e *hot money*

d) São operações ativas: crédito direto ao consumidor, cartão de débito e *leasing*

e) são operações passivas: depósitos a prazo, conta corrente e financiamento imobiliário

41. (Banrisul/FDRH/2015) Considerando a determinação das taxas dos empréstimos das instituições financeiras e o *spread* bancário, analise as afirmações abaixo.

I – *Spread* bancário é a diferença entre o custo de um empréstimo e a remuneração paga na captação dos recursos emprestados.

II – A formação da taxa de empréstimo das instituições financeiras inclui, entre outros fatores, o custo de captação dos recursos, a margem de ganho desejada pela instituição financeira e um percentual pela inadimplência esperada.

III – A determinação do *spread* bancário de um empréstimo inclui, entre outros fatores, a margem de lucro desejada pela instituição financeira, os níveis de inadimplência e os tributos que incidem sobre a operação.

Quais estão corretas?

a) Apenas a I.

b) Apenas a I e a II.

c) Apenas a I e a III.

d) Apenas a II e III.

e) A I, a II e a III.

42. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) O *spread* bancário pode ser definido como

a) o custo total do banco na concessão dos empréstimos.

b) a taxa que o banco cobra dos tomadores de empréstimos.

c) os custos variáveis que o banco tem na concessão dos empréstimos.

d) os custos fixos com os quais o banco tem de arcar na concessão dos empréstimos.

e) a diferença entre a taxa que o banco cobra dos tomadores de empréstimos e a taxa de captação.

43. (Banpará/Exatus/2015) O Conselho Monetário Nacional - CMN - é o órgão do sistema financeiro nacional responsável por formular a política da moeda e do crédito brasileiro. Diante disso, assinale a alternativa correta referente as funções do CMN:

a) Regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos.

b) Determinar a aplicação dos recursos das administrações públicas federais, estaduais e municipais.

c) Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia.

d) Propiciar o aperfeiçoamento dos sindicatos bancários e patronais do sistema financeiro.

e) Coordenar a liquidez e solvência da dívida pública.

44. (BB/Cesgranrio/2015) Grande parte das nações indica apenas a meta na qual a autoridade monetária do país está mirando ao fixar os juros básicos. Outras estabelecem um intervalo de tolerância, [...], ao mesmo tempo em que sete países adotam o sistema igual ao do Brasil (meta central e intervalo de tolerância para cima e para baixo).

MARTELLO, A. Goveno fixa meta central de inflação... /Globo.com/G1, Brasília, 26 jun. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/governo-fixa-meta-central-de-inflacao...>. Acesso em: 13 ago. 2015. Adaptado. O intervalo de tolerância da meta de inflação, adotado pelo governo para 2017, sofreu uma alteração em junho de 2015. A alteração foi no

a) teto do intervalo de tolerância, de 6,5% ao ano para 6% ao ano.

b) piso do intervalo de tolerância, de 2,5% ao ano para 2% ao ano.

c) valor central do intervalo de tolerância, de 4,5% ao ano para 4% ao ano.

d) valor central do intervalo de tolerância, de 4,5% ao ano para 5% ao ano.

e) teto do intervalo de tolerância, de 6,5% ao ano para 7% ao ano.

45. (Banestes/PCR/2015) Ao Conselho Monetário Nacional (CMN) compete

a) fixar as diretrizes e normas das políticas monetárias e cambiais e cuidar da execução dessas políticas.

b) zelar pela liquidez e pela solvência das instituições financeiras, bem como fiscalizá-las.

c) apoiar o Congresso Nacional nos assuntos relativos às políticas monetária, cambial e de crédito.

d) reunir-se periodicamente com intervalo aproximado de 45 dias entre cada reunião.

e) expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras.

46. (BB/Cesgranrio/2015) A autonomia operacional do Banco Central (BC) tem sido um tema de debate entre os economistas. Nesse sentido, muitos analistas consideram que a condução da política monetária, atribuição do BC, pode eventualmente sofrer interferência de instâncias superiores do governo, em especial, no estabelecimento da meta inflacionária. Tal conclusão deriva do fato de que o estabelecimento dessa meta é atribuição

a) unicamente do presidente do BC, que pode sofrer pressões para estimular uma meta mais elevada.

b) do Conselho Monetário Nacional (CMN), formado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e pelo presidente do BC.

c) da equipe econômica definida pelo presidente da República, que anualmente se reúne para fixar a meta inflacionária, e o BC que deve persegui-la através da política de juros.

d) do presidente do BC e dos bancos públicos, dentre eles o Banco do Brasil, que definem as taxas de inflação para um prazo de dois anos.

e) do Comitê de Política Monetária (Copom), que define a meta inflacionária anualmente e a meta da taxa de juros a ser alcançada para que a taxa de inflação convirja para sua meta.

47. (BNB/FGV/2014) O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão responsável pela fixação das diretrizes das políticas monetária, creditícia e cambial do país. Não cabem ao CMN funções executivas. O número de membros do CMN foi variável desde a sua criação (31/12/1964), de acordo com as exigências políticas e econômicas de cada Governo. Em razão da Lei nº 9.069/95, em vigor, o CMN passou a ser integrado por:

a) 11 (onze) membros;

b) 10 (dez) membros;

c) 8 (oito) membros;

d) 4 (quatro) membros;

e) 3 (três) membros.

48. (BNB/FGV/2014) O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão superior do Sistema Financeiro. A política do CMN objetiva:

a) regular o valor interno e externo da moeda;

b) controlar exclusivamente o fluxo de capitais estrangeiros;

c) realizar operações de redesconto e empréstimos, como instrumento de política monetária como auxílio a problemas de liquidez;

d) fiscalizar a interferência de outras sociedades nos mercados financeiros e de capitais;

e) emitir papel moeda e moeda metálica.

49. (Banpará/Inaz-PA/2014/Contador) De acordo com a Lei n.º 4.595/1964, são prerrogativas exclusivas do Conselho Monetário Nacional (CMN), exceto:

a) Estabelecer as diretrizes e normas da política cambial;

b) Regular o crédito, incluindo suas modalidades e operações de aceites, avais e de garantias.

c) Realizar operações de redesconto e empréstimos a instituições financeiras bancárias.

d) Emitir normas gerais de contabilidade e estatística a serem seguidas pelas instituições financeiras.

e) Remeter ao Congresso Nacional relatórios sobre o recolhimento de compulsórios.

50. (Banpará/Inaz-PA/2014) Compete a ele fixar as metas de inflação e os respectivos intervalos de tolerância de acordo com a estratégia governamental:

a) CMN

b) BACEN

c) COPOM

d) SFN

e) CETIP

51. (BB/Cesgranrio/2014) Uma das atribuições do Conselho Monetário Nacional (CMN), que a Lei Nº 4.595/1964 estabelece, na qualidade de órgão integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN), é

a) receber os recolhimentos compulsórios das instituições financeiras

b) realizar as operações de redesconto e empréstimos a instituições financeiras

c) determinar os percentuais do recolhimento compulsório

d) executar os serviços de meio circulante

e) orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras

52. (BB/Cesgranrio/2014) O Conselho Monetário Nacional (CMN) é a entidade máxima do sistema financeiro brasileiro, ao qual cabe

a) intervir diretamente nas instituições financeiras ilíquidas.

b) apurar e anunciar mensalmente a taxa de inflação oficial.

c) autorizar a emissão de papel-moeda.

d) fixar periodicamente a taxa de juros interbancária.

e) aprovar o orçamento do setor público federal.

53. (BB/Cesgranrio/2014) Nos termos da Lei de regência, cabe ao Conselho Monetário Nacional determinar recolhimento de determinado percentual do total dos depósitos e/ou outros títulos contábeis das instituições financeiras, seja na forma de subscrição de letras ou obrigações do Tesouro Nacional, seja na compra de títulos da Dívida Pública Federal, ou ainda, através de recolhimento em espécie. Esse percentual corresponderá a até

a) 60%

b) 50%

c) 20%

d) 30%

e) 40%

54. (Banpará/Espp/2012) Dentro do Sistema Financeiro Nacional, existe um subsistema normativo, em que consta um órgão máximo que estabelece diretrizes, mas não executa. Entre suas finalidades está a de estabelecer diretrizes gerais das políticas monetárias, cambial e creditícia, regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras e disciplinar os instrumentos de política monetária e cambial. A esse órgão máximo dentro do SFN damos o nome de:

a) CVM

b) SUSEP

c) CMN

d) BACEN

e) IFs

55. (Banestes/Idecan/2012/analista econômico-financeiro) O Sistema Financeiro Nacional é composto por instituições responsáveis pela captação de recursos financeiros, pela distribuição e circulação de valores e pela regulação deste processo. Em relação ao Sistema Financeiro Nacional, assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as afirmativas a seguir. "O _____, seu organismo maior, presidido pelo _____, é que define as diretrizes de atuação do Sistema Financeiro Nacional. Diretamente ligados a ele estão o _____, que atua como seu órgão executivo e fiscalizador das instituições financeiras monetárias, e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que responde pela regulamentação e fomento do mercado de valores mobiliários (de bolsa e de balcão)."

a) Conselho Monetário Nacional (CMN) / Ministro da Fazenda / Banco Central do Brasil

b) Banco do Brasil (BB) / Ministro da Fazenda / Conselho Monetário Nacional (CMN)

c) Conselho Monetário Nacional (CMN) / Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão / Banco Central do Brasil

d) Banco Central do Brasil (BACEN) / Ministro da Fazenda / Banco do Brasil (BB)

e) Ministério da Fazenda / Conselho Monetário Nacional (CMN) / Banco Central do Brasil (BACEN)

56. (Banestes/Idecan/2012) A política do Conselho Monetário Nacional objetivará, EXCETO:

a) Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento.

b) Efetuar o controle dos capitais estrangeiros.

c) Regular o valor interno da moeda.

d) Coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

e) Propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros.

57. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) Assinale a opção correta em relação ao SFN.

a) O BACEN é um dos operadores do SFN juntamente com as bolsas de valores.

b) O CMN é presidido pelo presidente do BACEN.

c) Cabe ao CMN coordenar as políticas monetária e orçamentária, mas, não, controlar a dívida externa.

d) O equilíbrio da balança comercial é atribuição do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, que também é integrante do CMN.

e) O Conselho Nacional de Seguros Privados compõe o SFN como órgão normativo.

58. (BB/Cesgranrio/2012) O Sistema Financeiro Nacional é formado por um conjunto de instituições voltadas para a gestão da política monetária do Governo Federal, cujo órgão deliberativo máximo é o Conselho Monetário Nacional. As funções do Conselho Monetário Nacional são

a) assessorar o Ministério da Fazenda na criação de políticas orçamentárias de longo prazo e verificar os níveis de moedas estrangeiras em circulação no país.

b) definir a estratégia da Casa da Moeda, estabelecer o equilíbrio das contas públicas e fiscalizar as entidades políticas.

c) estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia; regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras e disciplinar os instrumentos das políticas monetária e cambial.
d) fornecer crédito a pequenas, médias e grandes empresas do país, e fomentar o crescimento da economia interna a fim de gerar um equilíbrio nas contas públicas, na balança comercial e, consequentemente, na política cambial.
e) secretariar e assessorar o Sistema Financeiro Nacional, organizando as sessões deliberativas de crédito e mantendo seu arquivo histórico.

59. (Banese/FCC/2012) É função do Conselho Monetário Nacional
a) aprovar dotações orçamentárias para bancos estaduais.
b) coordenar a política da dívida pública interna e externa.
c) exercer a fiscalização das instituições financeiras.
d) determinar metas para a Receita Federal do Brasil.
e) emitir papel-moeda.

60. (Casa da Moeda/Cesgranrio/2012) Desde 1999, a política monetária brasileira é baseada no chamado regime de metas de inflação. A definição das metas anuais de inflação e de seus respectivos intervalos de tolerância é da alçada do
a) Ministro da Fazenda
b) Presidente da República
c) Conselho Monetário Nacional
d) Presidente do Banco Central do Brasil
e) Conselho de Política Monetária do Banco Central do Brasil

61. (BNDES/Cesgranrio/2011/contabilidade) O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão deliberativo do Sistema Financeiro Nacional (SFN) a quem compete: estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia; regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras e disciplinar os instrumentos de política monetária e cambial.

Nos termos da Lei no 9.069, de 29/06/1995, o Conselho Monetário Nacional é constituído pelo Ministro de Estado da Fazenda e pelo

a) Presidente do Banco Central do Brasil e Presidente do Banco do Brasil

b) Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

c) Ministro de Estado da Casa Civil e Presidente do Banco Central do Brasil

d) Ministro de Estado da Casa Civil e Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

e) Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Presidente do Banco Central do Brasil

62. (Banrisul/FDRH/2015) Considerando-se a atuação das Autoridades Monetárias do SFN, qual das afirmações abaixo está correta?

a) O Banco do Brasil exerce, atualmente, uma função de Autoridade Monetária, porque pode emitir moeda.

b) A atribuição de regular as operações de redesconto de liquidez cabe ao Banco Central do Brasil.

c) A atribuição de fixar diretrizes e normas de política cambial cabe ao Banco Central do Brasil.

d) A atribuição de regular a execução dos serviços de compensação de cheques cabe ao Banco Central do Brasil.

e) A atribuição de exercer o controle do crédito cabe ao Conselho Monetário Nacional.

63. (Banpará/Exatus/2015) A missão institucional do Banco Central do Brasil - BCB é a estabilidade do poder de compra da moeda e a solidez do sistema financeiro. Seu funcionamento adequado é essencial para a estabilidade financeira e condição necessária para salvaguardar os canais de transmissão da política monetária. Assim, assinale a alternativa correta a respeito do papel do BCB no sistema financeiro nacional:

a) Compete ao BCB a definição de quais são os sistemas de liquidação favorecem o recebimento de impostos por parte da receita federal.

b) É função do BCB executar as ordens de transferência de fundos, observar os requisitos, inclusive os de segurança, aplicáveis às situações de pagamento e de recebimento de mensagens observando índice de confiabilidade mínimo de 99,8%.

c) É papel do Banco Central do Brasil, seguindo diretrizes dadas pelo Conselho Monetário Nacional, regulamentar, juntamente com a receita federal, nas suas respectivas esferas de competência, o funcionamento das instituições financeiras no Brasil.

d) O Banco Central do Brasil, diferentemente dos bancos comerciais, não pode conceder crédito às instituições financeiras participantes do STR, na forma de operações compromissadas com títulos públicos federais, sem custos financeiros.

e) Cabe ao BCB assegurar que as infraestruturas e os arranjos de pagamentos operados no Brasil sejam administrados consistentemente com os objetivos de interesse público.

64. (BB/Cesgranrio/2015) O Banco Central do Brasil tem por objetivo zelar pela liquidez da economia. A liquidez é um atributo de um ativo que deve, em maior ou menor grau, conservar valor ao longo do tempo e ser capaz de liquidar dívidas. Sendo a moeda um ativo líquido, o Banco Central do Brasil interfere na liquidez da economia quando

a) as reservas monetárias estão baixas.

b) os empréstimos excedem as reservas bancárias.

c) a inflação está acima do esperado.

d) o balanço comercial está equilibrado.

e) os empréstimos excedem os depósitos à vista.

65. (Basa/Cesgranrio/2015) O Banco Central do Brasil tem como missão institucional a estabilidade do poder de compra da moeda e a solidez do sistema financeiro nacional. Nesse sentido, é uma função do Banco Central

a) atuar como depositário das reservas em moeda estrangeira, lastreadas na dívida externa.

b) emitir papel-moeda e responsabilizar-se pela liquidez.

c) supervisionar apenas as instituições bancárias.

d) definir políticas e diretrizes para propiciar o aperfeiçoamento das instituições financeiras.

e) conceder liquidez aos bancos de câmbio e instituições financeiras em dificuldade.

66. (Banestes/CKM/2015) Assinale a alternativa CORRETA quanto a uma das competências do Banco Central do Brasil:

a) Assegurar e fiscalizar o funcionamento eficiente das bolsas de valores, do mercado de balcão e das bolsas de mercadorias e futuros.

b) Executar a política monetária mediante utilização de títulos do Tesouro Nacional.

c) Proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra emissões irregulares de valores mobiliários, e contra atos ilegais de administradores de companhias abertas ou de carteira de valores mobiliários.

d) Apurar, mediante inquérito administrativo, atos ilegais e práticas não-equitativas de administradores de companhias abertas, e de quaisquer participantes do mercado de valores mobiliários, aplicando as penalidades previstas em lei.

e) Evitar ou coibir modalidades de fraude ou de manipulação que criem condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado.

67. (Banestes/PCR/2015) No que diz respeito às atividades do Banco Central do Brasil, está correta a seguinte afirmativa:

a) está autorizado a instituir recolhimento compulsório de até 100% sobre os depósitos à vista e de até 60% sobre as demais operações passivas das instituições financeiras.

b) realiza operações de redesconto bancário com o fim de assistência financeira de liquidez ao setor produtivo da economia.

c) realiza diariamente operações de mercado aberto, de compra e venda de títulos da dívida pública, com o objetivo de controlar a liquidez das instituições financeiras.

d) define a meta para a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com intervalos de tolerância de mais ou menos 2%.

e) pode comprar e vender títulos públicos com o objetivo de capitalizar o Tesouro Nacional por meio das chamadas operações de redesconto de liquidez.

68. (BNB/FGV/2014) O Banco Central do Brasil (BC ou BACEN) foi criado pela lei nº 4595, de 31/12/1964, para atuar como órgão executivo central do sistema financeiro, tendo como funções cumprir e fazer cumprir as disposições que regulam o funcionamento do sistema e as normas expedidas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). Entre as atribuições do Banco Central estão:

a) emitir papel-moeda, exercer o controle do crédito e exercer a fiscalização das instituições financeiras, punindo-as quando necessário;

b) determinar as taxas de recolhimento compulsório, autorizar as emissões de papel-moeda e estabelecer metas de inflação;

c) regulamentar as operações de redesconto de liquidez, coordenar as políticas monetárias creditícia e cambial e estabelecer metas de inflação;

d) regular o valor interno da moeda, regular o valor externo da moeda e zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;

e) determinar as taxas de recolhimento compulsório, regular o valor interno e externo da moeda e autorizar as emissões de papel-moeda.

69. (BB/Cesgranrio/2014) Em termos teóricos, podem ser conferidas ao Banco Central diversas atribuições, destacando-se, dentre elas, a de ser o Banco dos Bancos, o Único Banco Emissor ou o Banqueiro do Governo. Sob o enfoque de Banqueiro do Governo, o Banco Central deve ser o

a) financiador das obras de infraestrutura da União

b) emprestador de dinheiro para as obras de fomento

c) centralizador do caixa do governo

d) detentor do monopólio de órgão arrecadador da União

e) detentor do monopólio da distribuição do dinheiro

70. (BB/Cesgranrio/2014) No Brasil, a condução e a operação diárias da política monetária, com o objetivo de estabilizar a economia, atingindo a meta de inflação e mantendo o sistema financeiro funcionando adequadamente, são uma responsabilidade do(a)

a) Caixa Econômica Federal

b) Comissão de Valores Mobiliários

c) Banco do Brasil

d) Banco Central do Brasil

e) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

71. (Basa/Cesgranrio/2013) As instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional exercem suas atividades de modo que todo sistema funcione adequadamente. O principal executor das orientações do Conselho Monetário Nacional e responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional é

a) a Bolsa de Valores

b) a Superintendência Nacional de Seguros Privados - SUSEP

c) o Banco Central do Brasil

d) a Caixa Econômica

e) o Conselho Nacional de Seguros Privados

72. (BB/Cespe/2013/Certificação Interna) Com relação às funções da moeda e aos agregados monetários, assinale a opção correta.

a) A aceitação da moeda pelo público decorre da existência de lastro em ouro armazenado no BACEN.

b) A moeda pode ser utilizada como meio de troca entre os indivíduos e como unidade de conta, mas não como reserva de valor.

c) A base monetária não inclui os encaixes voluntários realizados pelos bancos comerciais no BACEN.

d) Os títulos públicos federais e as cotas de fundos de investimentos, dada sua alta liquidez, fazem parte do agregado monetário M2.

e) Os meios de pagamento de uma economia, que correspondem ao papel-moeda em poder do público e aos depósitos à vista nos bancos, possuem liquidez imediata.

73. (BB/Cespe/2013/Certificação Interna) A realização de redesconto pelo BACEN consiste

a) no empréstimo de dinheiro aos bancos comerciais, sob taxa de juros e prazo determinados.

b) na compra de títulos públicos.

c) na venda de títulos públicos.

d) na custódia de parte dos depósitos à vista realizados pelos bancos comerciais.

e) no recebimento de dinheiro dos bancos comerciais, sem pagamento de juros.

74. (BNDES/Cesgranrio/2013/Biblioteconomia) O órgão brasileiro responsável pelo controle da oferta monetária do país, ou seja, pelo montante total de dinheiro disponível para a população é o(a)

a) Ministério da Fazenda

b) Banco Central do Brasil

c) Conselho de Valores Mobiliários (CVM)

d) Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)

e) Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)

75. (BB/PCR/2013) O Banco Central do Brasil adota como instrumento de política monetária

a) a meta para a Taxa Selic divulgada pelo Copom.

b) a fiscalização das instituições financeiras.

c) a fixação das tarifas cobradas pelas instituições financeiras.

d) o controle das operações no mercado de câmbio.

e) o recolhimento compulsório sobre as operações de crédito rural.

76. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) Tendo em vista que o Banco Central do Brasil (BACEN) tem a missão de garantir um sistema financeiro sólido e eficiente e assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda, assinale a opção correta.

a) O BACEN, como executor da política monetária, é o responsável pela produção das cédulas de dinheiro e a cunhagem de moedas metálicas no país.

b) Para atingir o objetivo de estabilidade da moeda, o BACEN utiliza os seguintes instrumentos de política monetária: recolhimento compulsório, operações de mercado aberto e operações de redesconto.

c) Entre as competências privativas do BACEN, entendidas como aquelas que não podem ser delegadas para qualquer outra instituição, inclui-se o estabelecimento da meta de inflação.

d) O BACEN, embora seja denominado de o banco dos bancos, delega os serviços de transferências de fundos e liquidações de operações entre bancos para instituições denominadas de *clearings*.

e) Compete ao BACEN expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas por instituições financeiras.

77. (Banestes/Idecan/2012/analista econômico-financeiro) Sobre o Sistema Financeiro Nacional (SFN), assinale a alternativa INCORRETA.

a) Considerando outros países da América Latina, o SFN apresenta uma estrutura com adequado nível de concorrência, distribuída entre instituições públicas e privadas e, no contexto destas últimas, entre capital nacional e estrangeiro.

b) É forçoso reconhecer que, num sistema financeiro dinâmico como o brasileiro, é natural a existência de uma movimentação entre agentes determinada pela constante busca por novas posições relativas no mercado - subordinada a forças puramente endógenas ao sistema.

c) É razoável admitir que eventual perda de competitividade de alguma instituição implique sua assimilação pelos concorrentes, a mudança de objeto social ou de nicho de mercado determinada por opções estratégicas ou, ainda, a saída pura e simples do mercado, sem que tais movimentos comprometam a higidez do sistema, o nível de concorrência entre as instituições e a oferta de serviços à população.

d) Sintonizados com o movimento de consolidação, os processos de reorganização não apresentaram nenhuma operação que discrepasse da tendência geral do sistema. Em alinhamento com as perspectivas do mercado, sobressaem novos empreendimentos autorizados pelo Banco Central nos segmentos de microfinanças e de financiamento ao consumo.

e) No segmento de crédito ao consumo e crédito pessoal, nos últimos meses, tem se observado um aumento considerável no custo do crédito, o que tem sido provocado pelas ações de política monetária contracionista por parte do Banco Central do Brasil.

78. (Banestes/Idecan/2012) Marque a afirmativa correta.

a) O Conselho Monetário é composto por 3 membros: Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Presidente do Banco Central.

b) O Banco Central é o órgão normativo máximo do Sistema Financeiro Nacional.

c) A Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o BNDES integram o subsistema normativo do Sistema Financeiro Nacional.

d) O Banco Central é responsável por regular e fiscalizar o mercado de capitais.

e) Orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras é uma das funções do Banco Central.

79. (Banestes/Idecan/2012) O Banco Central do Brasil, autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional, foi criado em 31/12/64, com a promulgação da Lei nº 4.595. Entre as suas atribuições, pode-se destacar

a) efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais, executar os serviços do meio circulante e exercer o controle de crédito.

b) exercer a fiscalização das instituições financeiras, autorizar o funcionamento das instituições financeiras e orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras.

c) controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do país, estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras e autorizar o funcionamento das instituições financeiras.

d) exercer a fiscalização das instituições financeiras e centralizar o recolhimento e posterior aplicação dos recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

e) prescrever os critérios de constituição das Sociedades Seguradoras, de Capitalização e Entidades de Previdência Privada Aberta e zelar pela adequada liquidez da economia.

80. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) Como executor da política monetária, o BACEN

a) controla os meios de pagamento e o orçamento monetário da economia.

b) representa o SFN junto a instituições financeiras internacionais.

c) exerce a fiscalização das instituições financeiras.

d) funciona como gestor e fiel depositário das reservas internacionais.

e) emite papel-moeda e moeda metálica nas condições estipuladas pelo CMN.

81. (Caixa/Cesgranrio/2012) O Sistema Financeiro Nacional é composto por diversas entidades, dentre as quais os órgãos normativos, os operadores e as entidades supervisoras. A entidade responsável pela fiscalização das instituições financeiras e pela autorização do seu funcionamento é o

a) Banco Central do Brasil

b) Conselho Monetário Nacional

c) Fundo Monetário Internacional

d) Conselho Nacional de Seguros Privados

e) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

82. (BB/Cesgranrio/2015) Periodicamente, o Banco Central do Brasil determina, nas reuniões de seu Comitê de Política Monetária (Copom), o(a)

a) valor máximo do volume de operações de compra e venda de títulos públicos pelo sistema bancário brasileiro.

b) quantidade de papel moeda e moeda metálica em circulação, dentro dos limites autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.

c) valor máximo de todas as formas de crédito no país.

d) valor máximo do fluxo de entrada no país de capitais financeiros vindo do exterior.

e) taxa de juros de referência para as operações de um dia com títulos públicos.

83. (Banestes/PCR/2015) O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central tem o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir uma determinada taxa de juros, denominada:

a) de longo prazo

b) referencial

c) básica de juros

d) da poupança

e) do mercado monetário

84. (BB/Cesgranrio/2015) O Banco Central do Brasil é um órgão do Subsistema Normativo do Sistema Financeiro Nacional. Ele determina, periodicamente, a taxa de juros de referência para as operações de um dia com títulos públicos, via atuação de seu(sua)

a) Comitê de Estabilidade Financeira (COMEF)

b) Comitê de Política Monetária (COPOM)

c) Conselho Monetário Nacional (CMN)

d) Conselho de Administração

e) Câmara de Compensação de cheques e outros papéis

85. (BNB/FGV/2014) O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central tem o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros, sendo a sistemática de metas de inflação uma das principais diretrizes dessa política. Usualmente a meta de inflação tem sido definida por um valor central e as margens de tolerância, em pontos percentuais, para cima e para baixo. Para 2014, o valor central e as margens de tolerância foram fixadas, respectivamente, em:

a) dois e meio por cento, 2 pontos percentuais;

b) três e meio por cento, 2 pontos percentuais;

c) quatro e meio por cento, 2 pontos percentuais;

d) cinco por cento, 2 pontos percentuais;

e) seis e meio por cento, 1 ponto percentual.

86. (Banpará/Inaz-PA/2014) Qual o órgão responsável pela definição da taxa Selic e seu ocasional viés:

a) CVM

b) COPOM

c) CMN

d) AMBID

e) ANBIMA

87. (BB/Cesgranrio/2014) O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil estabelece as ações que definem a política monetária do governo. O Copom

a) administra as reservas em divisas internacionais do Brasil.

b) determina periodicamente a taxa de juros interbancários de referência, a taxa Selic.

c) é presidido pelo Ministro da Fazenda.

d) impõe limites mínimos de capitalização aos bancos comerciais.

e) impede a entrada de capitais financeiros especulativos no país.

88. (BB/FCC/2013) O Comitê de Política Monetária (COPOM), instituído pelo Banco Central do Brasil em 1996 e composto por membros daquela instituição, toma decisões

a) sobre a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

b) a respeito dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais.

c) de acordo com a maioria dos participantes nas reuniões periódicas de dois dias.

d) a serem ratificadas pelo Ministro da Fazenda.

e) conforme os votos da Diretoria Colegiada.

89. (BNDES/Cesgranrio/2013/Contador) O Comitê de Política Monetária (Copom) realiza, mensalmente, duas sessões distintas: na terça-feira, a primeira, e, na quarta-feira, a segunda, com o objetivo formal de

a) estabelecer as metas de inflação.

b) implementar a política monetária.

c) efetuar o controle dos capitais estrangeiros.

d) disciplinar a emissão e a distribuição de valores monetários.

e) determinar a metodologia aplicada nas avaliações atuariais.

90. (Banestes/Idecan/2012/analista econômico-financeiro) Sobre o regime de metas para a inflação, no Brasil, é INCORRETO afirmar que

a) desde 1999, o Brasil adota a sistemática de "metas para a inflação" como diretriz de política monetária. A partir desse ano, as decisões do Comitê de Política Monetária - COPOM passaram a ter como objetivo cumprir as metas para a inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

b) de acordo com a legislação brasileira, se as metas de inflação forem atingidas, cabe ao presidente do Conselho Monetário Nacional divulgar, em Carta Aberta ao Chefe do Poder Executivo Federal, as medidas que foram adotadas para o atingimento dessas metas, adotando-se providências para disseminação e prática de tais medidas.

c) os objetivos do Comitê de Política Monetária (COPOM) são: implementar a política monetária, definir a meta da Taxa Selic e seu eventual viés, e analisar o "Relatório de Inflação".

d) a taxa de juros fixada na reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) é a meta para a Taxa Selic, que vigora por todo o período entre reuniões ordinárias do Comitê.

e) a taxa de juros praticada nos empréstimos concedidos pelas instituições financeiras aos seus clientes, pessoas físicas e pessoas jurídicas, não é a Selic-Meta, haja visto que a taxa de juros de mercado leva em consideração, entre outros fatores, o risco de inadimplência da operação.

91. (Banestes/Idecan/2012) Em relação à política monetária, todas as afirmativas estão corretas, EXCETO:

a) No Sistema de Metas de Inflação implantado no Brasil em 1999, o CMN estabelece a meta de inflação com intervalo de tolerância de mais ou menos dois pontos percentuais.

b) O COPOM é responsável pela definição da meta SELIC e seu eventual viés.

c) Divulgar o Relatório de Inflação trimestralmente é uma das atribuições do COPOM.

d) O BACEN define as diretrizes e normas da política monetária, cuja execução fica a cargo do CMN.

e) O CMN é responsável pela definição da Meta de Inflação e o Banco Central é responsável pela definição da Meta SELIC.

92. (BB/PCR/2015) O Sistema de Autorregulação Bancária da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) dispõe sobre vários procedimentos a serem observados pelos seus associados signatários do Termo de Adesão ao Sistema, EXCETO

a) as normas do seu código abrangem produtos destinados a pessoas físicas.

b) comunicação eficiente e respeito ao consumidor são princípios a serem observados.

c) sua administração é feita em conjunto com representantes dos clientes.

d) deve ser dispensado tratamento ao consumidor de forma justa e transparente.

e) o monitoramento das condutas dos bancos, para que se avalie e assegure sua efetiva adequação a todas as normas da Autorregulação Bancária é feito pela Diretoria de Autorregulação da Febraban.

93. (Banpará/Inaz-PA/2014) Com relação a CDB é incorreto afirmar que:

a) Título de renda fixa, representativo de depósito à prazo, emitido por bancos múltiplos, de investimentos e comerciais.

b) É uma modalidade de aplicação que proporciona ao cliente remuneração sobre o seu capital, sendo obrigatoriamente emitido na forma nominativa, ou seja, com a identificação do investidor.

c) É admitida a sua negociação antes do vencimento, que depende das condições estabelecidas pela instituição emissora, e terá o seu valor de mercado apurado em função da taxa de juros corrente.

d) O CDB em qualquer modalidade não possui carência, no entanto, o investidor deve atender a incidência de IOF sobre resgates com prazo inferior a 30 dias da data de aplicação.

e) É um depósito à prazo, remunerado, que não pode ser resgatado antes do seu vencimento. Isso significa que é um investimento sem liquidez, ou seja, o investidor terá que esperar o dia do seu vencimento para ter o seu dinheiro de volta, acrescido da taxa de juros contratada.

94. (Metrô-DF/Iades/2014/Economista) Os bancos comerciais atuam como parte na intermediação financeira, captando recursos dos agentes econômicos superavitários, os investidores, e disponibilizando-os para os agentes econômicos deficitários, os tomadores. A captação de recursos por meio de depósitos a prazo constitui-se, para o banco, em uma

a) operação ativa.

b) operação passiva.

c) aplicação financeira.

d) intermediação financeira.

e) aplicação de renda variável.

95. (Basa/Cesgranrio/2013) Os títulos de renda fixa emitidos pelos bancos comerciais e pelos bancos de investimento destinados a lastrear operações de capital de giro são os

a) recibos e letras de câmbio

b) registros e títulos públicos federais

c) certificados e letras do tesouro nacional

d) certificados e recibos de depósito bancário

e) títulos federais e debêntures

96. (Banestes/Idecan/2012) O certificado de depósito bancário é uma tradicional forma da captação de recursos no mercado financeiro. Entre suas características, pode-se destacar

a) emissão por bancos comerciais, bancos de investimento, bancos múltiplos e financeiras.

b) conta com a cobertura do fundo garantidor de crédito até o limite de R$250.000,00.

c) o prazo mínimo de emissão é 30 dias.

d) não permite a transferência de titularidade por endosso.

e) só pode ser emitido com remuneração prefixada.

97. (Banrisul/FDRH/2015) Depósitos de poupança, popularmente conhecidos como Caderneta de Poupança, constituem a aplicação financeira mais simples e tradicional.

Considerando esse tema, analise as afirmativas abaixo e assinale V para as verdadeiras e F para as falsas.

( ) A Caderneta de Poupança permite, para o investidor, a aplicação de pequenos valores e, ao mesmo tempo, ter liquidez.

( ) A Caderneta de Poupança é garantida, para cada poupador, pelo FGC - Fundo Garantidor de Crédito.

( ) Não incide, sobre os depósitos em Caderneta de Poupança, qualquer encaixe obrigatório ao Banco Central.

( ) A remuneração da Caderneta de Poupança é mensal para pessoas físicas, e trimestral para empresas.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) V - V - F - V.

b) V - V - F - F.

c) V - F - V - V.

d) F - V - F - F.

e) F - F - V - F.

98. (BB/PCR/2015) A respeito da caderneta de poupança, analise as seguintes afirmações:

I – Os rendimentos da pessoa física são pagos a cada 30 dias e os da pessoa jurídica com fins lucrativos são pagos a cada 90 dias.

II – As instituições financeiras podem cobrar tarifa de manutenção de contas de poupança quando não houver movimentação nos últimos seis meses, mediante autorização expressa do depositante.

III – Um dos componentes da sua remuneração é a TR - Taxa Referencial, que varia diariamente, sendo por isso considerada como uma forma de investimento de renda variável.

IV – Para os depósitos feitos até 03.05.2012, a poupança rende 0,5% ao mês, mais a variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

Está(o) correta(s)

a) I, II e III, somente.

b) II e III, somente.

c) I e III, somente.

d) Nenhuma das alternativas.

e) III e IV, somente.

99. (Basa/Cesgranrio/2015) Os rendimentos sobre depósitos de poupança realizados após 04/05/2012 são compostos de duas parcelas:

I – a remuneração básica, dada pela Taxa Referencial - TR, e

II – a remuneração adicional, correspondente a:

a) x% ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano for superior a y%; ou

b) z% da meta da taxa Selic ao ano, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, enquanto a meta da taxa Selic ao ano for igual ou inferior a y%. Para que o texto acima corresponda à remuneração da poupança tal como descrito pelo Banco Central do Brasil, os valores de x, y e z são, respectivamente

a) 0,5 ; 8,5 e 60

b) 0,6 ; 12 e 70

c) 0,5 ; 12 e 70

d) 0,5 ; 8,5 e 70

e) 0,6 ; 8,5 e 60

100. (BB/Cesgranrio/2015) Tradicionalmente, o rendimento da Caderneta de Poupança sempre foi determinado pela variação da TR (Taxa Referencial) mais juros

de 0,5% ao mês. Entretanto, os depósitos realizados a partir de 04/05/2012 têm rendimento vinculado à meta da taxa Selic. Desde então, se esta meta for igual ou menor que 8,5% ao ano, os juros da Caderneta de Poupança são

a) aumentados para 130% da Selic

b) aumentados para 130% da Selic mais a TR

c) aumentados para 100% da Selic

d) reduzidos para 70% da Selic

e) reduzidos para 70% da Selic mais a TR

101. (Basa/Cesgranrio/2013) A caderneta de poupança é essencialmente uma alternativa de aplicação financeira bastante conservadora e segura ao aplicador, pois o governo garante os depósitos até certo limite. Outra vantagem deste tipo de aplicação é a

a) isenção de imposto de renda até certo limite de aplicação.

b) rentabilidade acima do mercado, quando comparada a outras aplicações.

c) ausência dos riscos de mercado nas aplicações.

d) isenção de taxas e tarifas bancárias.

e) possibilidade de sorteio de prêmios na data de aniversário da caderneta.

102. (BB/FCC/2013) Para depósitos a partir de 04 de maio de 2012, caso a taxa básica de juros (Selic) seja de 8,5% ao ano ou inferior, o rendimento passa a ser de 70% dela acrescido da taxa referencial (TR). Trata-se de investimento em

a) Letra do Tesouro Nacional.

b) Caderneta de Poupança.

c) Recibo de Depósito Bancário.

d) Fundo de Renda Fixa.

e) Título de Capitalização.

103. (Banpará/Exatus/2015) O Crédito Direto ao Consumidor - CDC - é uma operação de crédito concedida a pessoas físicas ou jurídicas para a aquisição de bens e serviços. Com base nessa afirmação, assinale a alternativa correta sobre o CDC:

a) O consumidor que contrata o CDC passa a desfrutar de um bem noventa dias após quitação da primeira parcela de pagamento.

b) O consumidor que contrata o CDC passa a desfrutar do bem adquirido após trinta dias da quitação da primeira parcela de pagamento.

c) O consumidor que contrata o CDC passa a desfrutar do bem adquirido após sessenta dias da quitação da terceira parcela de pagamento.

d) O consumidor que contrata o CDC passa a desfrutar imediatamente de um bem que será pago com sua renda futura.

e) O consumidor que contrata o CDC passa a desfrutar imediatamente de um bem adquirido após o vencimento da segunda parcela.

104. (BB/Cesgranrio/2015) Uma das medidas adotadas para mitigar os efeitos da crise financeira de 2008 foi a ampliação do acesso ao crédito, aumentando, com isso, ainda mais, o papel dos bancos no desenvolvimento do país. O Crédito Direto ao Consumidor (CDC)

a) é um empréstimo pessoal de operação não vinculada à aquisição de bens ou serviços.

b) exclui as compras no cartão de crédito.

c) é um crédito concedido através de bancos e instituições financeiras para aquisição de bens.

d) é um empréstimo descontado diretamente na folha de pagamento.

e) possui um prazo mínimo de 2 anos para o vencimento.

105. (Basa/Cesgranrio/2013) Atualmente os bancos oferecem diversas modalidades de crédito. A operação de crédito concedida para a aquisição de bens e serviços, com a opção de antecipação de pagamento das parcelas com deságio, é o

a) cartão de crédito

b) cheque especial

c) certificado de depósito interbancário

d) caderneta de poupança

e) crédito direto ao consumidor

106. (BB/FCC/2013) As operações denominadas Crédito Direto ao Consumidor são caracterizadas

a) pela não incidência de IOF para contratos com pessoa física.

b) por destinação ao financiamento de bens e serviços para pessoas físicas ou jurídicas.

c) pela dispensa da informação do Custo Efetivo Total para clientes correntistas dos bancos.

d) pela impossibilidade de antecipação de pagamento de parcelas.

e) pela ausência de gravame no caso de financiamento de veículos usados.

107. (BB/Cespe/2013/Certificação Interna) Constituem objetivos do crédito rural,

a) favorecer o custeio oportuno e adequado da produção, estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais e fortalecer o setor rural.

b) fortalecer o setor rural, financiar o pagamento de dívidas e de atividades deficitárias e incentivar a introdução de métodos racionais de produção.

c) antecipar a realização de lucros presumíveis, financiar o pagamento de dívidas e de atividades deficitárias e favorecer o custeio oportuno e adequado da produção.

d) incentivar a introdução de métodos racionais de produção, estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais e amparar atividades sem caráter produtivo.

e) melhorar o padrão de vida das populações rurais, incentivar a introdução de métodos racionais de produção e antecipar a realização de lucros presumíveis.

108. (BB/Cespe/2013/Certificação Interna) Os beneficiários do crédito rural no Brasil incluem

a) os produtores rurais, as cooperativas de produtores rurais e os estrangeiros residentes no exterior.

b) os projetos de incentivo à criação do caramujo gigante africano (*Achatina fulica*) e os sindicatos rurais.

c) as cooperativas de produtores rurais, os sindicatos rurais e as filiais de empresas com sede no exterior.

d) os produtores rurais, as cooperativas de produtores rurais e os prestadores de serviços mecanizados para fins agropecuários.

e) os estrangeiros residentes no exterior, os produtores rurais e os sindicatos rurais.

109. (BB/Cespe/2013/Certificação Interna) O crédito de comercialização destina-se

a) ao custeio de atividades sem calendário climático definido.

b) à cobertura de despesas de atividades cujo retorno se estenda por diversos ciclos de produção.

c) à cobertura de despesas próprias da fase posterior à colheita da produção.

d) à cobertura de despesas da exploração das atividades agrícolas e pecuárias em um ciclo produtivo.

e) ao apoio de operações no mercado futuro de *commodities* agrícolas, de forma exclusiva.

110. (BB/Cespe/2013/Certificação Interna) No Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, os grandes produtores rurais terão R$ 136 bilhões para financiar a próxima safra. O volume disponibilizado será distribuído em R$ 97,6 bilhões para financiamentos de custeio e comercialização e R$ 38,4 bilhões para programas de investimento. A taxa de juros anual média será de 5,5%, podendo chegar a 3,5% em programas de aquisição de máquinas agrícolas, equipamentos de irrigação e estruturas de armazenagem.

Internet: <www.ebc.com.br/noticias>.

Tendo como referência o texto acima, assinale a opção correta a respeito do crédito rural de investimento.

a) A vigência dos contratos deve ser sempre limitada a um ciclo produtivo.

b) Os recursos contratados podem ser utilizados para aquisição de veículos de passeio.

c) As amortizações correspondem à diferença entre a taxa de juros do mercado e a taxa praticada no contrato do produtor rural.

d) O regulador, para definir o prazo de carência das linhas, leva em consideração o tempo necessário para o início da geração de resultados financeiros.

e) Esse tipo de crédito somente pode ser operado com fontes de recursos não controlados.

111. (BB/Cespe/2013/Certificação Interna) Fundos, linhas de crédito e outras fontes oficiais somam-se aos recursos livres das instituições financeiras para compor a oferta total de recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural. O Manual de Crédito Rural (MCR) do BACEN define o conjunto de recursos obrigatórios e controlados correspondente a percentuais sobre depósitos à vista em cadernetas de poupança. De acordo com o MCR,

a) os fundos constitucionais de financiamento regional são fontes de recursos não controlados.

b) a poupança rural, quando os recursos forem aplicados sob a forma de recursos não equalizáveis, é fonte de recursos não controlados.

c) a poupança rural, quando os recursos forem aplicados segundo as condições definidas para recursos obrigatórios, é fonte de recursos não controlados.

d) o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFE) é fonte de recursos não controlados.

e) os recursos do BNDES, quando sujeitos à subvenção da União, sob a forma de equalização de encargos financeiros, são fontes de recursos não controlados.

112. (BB/Cespe/2013/Certificação Interna) De acordo com dados divulgados pelo BACEN, entre os componentes da taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras, aquele que, na atualidade, mais onera o *spread* bancário refere-se

a) à inadimplência.

b) às despesas administrativas.

c) a imposto de renda e contribuição social.

d) à taxa de captação.

e) ao lucro do banco.

113. (BB/FCC/2013) As linhas bancárias de crédito rural possibilitam ao cliente acessar financiamento

a) sem apresentação de garantias ao financiador.

b) do custeio das despesas pessoais e familiares.

c) com liberação de uma só vez, independentemente do cronograma de aquisições e serviços.

d) para atividades de comercialização da produção.

e) para investimento em bens ou serviços cujo aproveitamento se estenda por um único ciclo produtivo.

114. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) Um dos principais pilares atuais da política agrícola nacional é o crédito rural, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional. Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros, por instituições do SNCR, para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas pelo MCR. Nos termos atuais do MCR, os objetivos do crédito rural incluem

a) estimular os investimentos rurais para produção, incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, financiar o pagamento de dívidas.

b) estimular os investimentos rurais para produção, incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, fortalecer o setor rural.

c) antecipar a realização de lucros presumíveis, fortalecer o setor rural, incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção.

d) favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, possibilitar a recuperação do capital investido, financiar atividades deficitárias ou antieconômicas.

e) amparar atividades sem caráter produtivo, financiar o pagamento de dívidas, desenvolver atividades florestais e pesqueiras.

115. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) Assinale a opção em que são apresentados apenas beneficiários dos recursos do crédito rural.

a) Produtor rural (pessoa física ou jurídica), sindicato rural, cooperativa de produtores rurais e estrangeiro residente no exterior.

b) Produtor rural (pessoa física ou jurídica), prestador de serviços mecanizados de natureza agropecuária em imóveis rurais, empresas sediadas no exterior e sindicato rural.

c) Produtor rural (pessoa física ou jurídica), prestador de serviços mecanizados de natureza agropecuária em imóveis rurais, cooperativa de produtores rurais e produtor de sementes fiscalizadas ou certificadas.

d) Prestador de serviços mecanizados, empresas sediadas no exterior, cooperativa de produtores rurais, parceiros (qualquer forma de contrato).

e) Produtor rural (pessoa física ou jurídica), parceiros (qualquer forma de contrato), sindicato de produtores rurais e produtor de sementes fiscalizadas ou certificadas.

116. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) Constitui objetivo do crédito rural

a) favorecer o desenvolvimento da produção agropecuária familiar, mesmo que ela seja antieconômica.

b) financiar o pagamento de dívidas de produtores rurais em dificuldades financeiras.

c) favorecer a retenção da produção agropecuária pelo produtor rural, para que ele a venda na entressafra e obtenha maiores lucros com a especulação de preços.

d) financiar o custeio oportuno da produção agropecuária e a comercialização dessa produção.

e) melhorar a qualidade de vida no campo com o financiamento de áreas de lazer para a família camponesa na sua propriedade rural.

117. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) Os potenciais beneficiários do crédito rural incluem

a) os sindicatos rurais.

b) os produtores rurais que se dediquem a atividade de produção agropecuária com fins sociais.

c) o indígena não emancipado, mesmo sem a assistência da Fundação Nacional do Índio.

d) o estrangeiro residente no exterior.

e) as cooperativas de produtores rurais.

118. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) Assinale a opção correta com relação ao custeio agropecuário.

a) É o financiamento que visa cobrir as despesas de exploração das atividades agropecuárias em cada ciclo produtivo.

b) Deve ser integralmente pago com o resultado obtido na atividade financiada.

c) Permite o financiamento das despesas com a implantação de lavouras permanentes.

d) Para o custeio agrícola, o prazo de financiamento pode ser de, no máximo, um ano.

e) Não podem ser incluídos nos orçamentos de custeio o reparo ou a reforma de bens de produção.

119. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) Assinale a opção correta acerca do financiamento da comercialização de produtos agropecuários.

a) Esse financiamento é composto por apenas duas linhas de crédito: linha especial de crédito à comercialização e empréstimos do governo federal.

b) O financiamento em questão só pode ser contratado por produtores rurais.

c) Esse financiamento visa ajudar a trazer estabilidade e normalidade para a comercialização da produção agropecuária.

d) Esse financiamento não pode ser contratado por empresas que vão industrializar a produção agropecuária.

e) O desconto de nota promissória rural só pode ser usado para o financiamento da produção agropecuária, não para a sua comercialização.

120. (BB/PCR/2016) Leia as afirmativas abaixo e assinale V para as afirmações verdadeiras e F para as falsas relativas a possibilidade de cobrança de tarifas pelo emissor de cartões de crédito. Pode ser cobrada tarifa

( ) pela utilização de canais de atendimento disponíveis no país ou no exterior para a retirada em espécie na conta cartão.

( ) pelo envio de mensagem automática relativa à movimentação ou lançamento em cartão de crédito.

( ) de anuidade nos cartões básicos nacionais e internacionais, que devem ter o mesmo valor nos dois casos.

( ) pelo fornecimento emergencial de segunda via de cartão de crédito.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) V - V - V - F.

b) V - V - F - V.

c) V - F - V - V.

d) F - V - F - F.

e) F - F - F - V.

121. (Banpará/Exatus/2015) Os cartões de crédito, também conhecidos como dinheiro de plástico são amplamente utilizados no mercado nacional tendo em vista sua facilidade e relativa segurança. Sendo assim, assinale a alternativa correta a respeito dos cartões de crédito:

a) Os bancos podem cobrar um tipo de tarifa referente à prestação de serviços de cartão de crédito, conhecida como anuidade.

b) Os bancos podem cobrar duas tarifas referentes à prestação de serviços de cartão de crédito, ou seja, a anuidade, e o seguro contra perda, extravio ou roubo.

c) Os bancos são proibidos de cobrar tarifas referentes à prestação de serviços de cartão de crédito, ficando essa cobrança a cargo da operadora dos cartões de crédito.

d) Os bancos podem cobrar tarifas referentes à prestação de serviços de cartão de crédito, conforme os serviços contratados pelos bancos e repassados aos usuários dos cartões de crédito.

e) Os bancos podem cobrar basicamente cinco tarifas referentes à prestação de serviços de cartão de crédito, considerados serviços essenciais: anuidade, emissão de segunda via do cartão, pelo seu uso no saque em espécie, pelo seu uso para pagamento de contas.

122. (BB/PCR/2015) A respeito do cartão de crédito, analise as seguintes afirmações:

I – O valor mínimo da fatura de cartão de crédito, a ser pago mensalmente, não pode ser inferior a 15% do saldo total da fatura.

II – A cobrança de tarifas pelo uso de cartões de crédito está limitada a cinco tarifas por serviços considerados prioritários.

III – Conforme as regras do CMN os cartões de créditos podem ser básicos ou diferenciados.

IV – O cartão de crédito diferenciado pode ser de uso nacional ou internacional, mas o cartão de crédito básico tem por base ser somente para uso nacional.

Está(o) incorreta(s)

a) I, II e III, somente.

b) II e III, somente.

c) III e IV, somente.

d) II e IV, somente.

e) IV, somente.

123. (Banestes/PCR/2015) Um determinado cliente do Banestes somente ao receber a sua fatura mensal do seu cartão de crédito notou que havia gasto muito mais do que a quantidade de dinheiro disponível para quitá-la. O valor total da fatura é R$ 7.532,80 e que ele possui R$ 3.766,40 que podem ser utilizados para quitar a dívida. Entre as possibilidades de procedimentos que cliente pode fazer, abaixo elencadas, qual delas é errada, segundo as normas em vigor?

a) pagar qualquer valor até a importância mínima de R$ 1.129,92.

b) fazer uma operação de crédito direto ao consumidor com o Banestes no valor de R$ 3.766,40 e utilizar esse montante de dinheiro, juntamente com a quantia que ele já possui, para quitar integralmente a fatura.

c) efetuar o pagamento de 50% da fatura, correspondendo a R$ 3.766,40.

d) pagar qualquer valor acima de R$ 1.129,91.

e) se não pagar o valor total da fatura, pagar o valor mínimo de 15% da fatura.

124. (BB/Cesgranrio/2015) Os cartões de crédito são, às vezes, chamados de "dinheiro de plástico". Seu uso crescente como meio de pagamento implica vários aspectos, EXCETO o(a)

a) ganho sobre a inflação para os possuidores de cartão, sendo os valores das compras pagos apenas no vencimento do cartão.

b) crédito automático até certo limite para os possuidores de cartão.

c) aumento da demanda de papel moeda pelos possuidores de cartão, para pagamento de suas transações.

d) aumento da segurança da transação, tanto para o comprador quanto para o vendedor.

e) indução ao crescimento de vendas para os estabelecimentos credenciados.

125. (BB/PCR/2013) A respeito do cartão de crédito, analise as seguintes afirmações:

I – pode ser cobrada tarifa de anuidade.

II – pode ser cobrada tarifa por uso acima do limite.

III – pode ser cobrada tarifa para emissão de segunda via do cartão em qualquer circunstância.

IV – o portador do cartão pode pagar qualquer valor igual ou superior a 20% do valor da fatura do cartão de crédito.

Estão corretas as alternativas

a) I e II, somente.

b) I e III, somente.

c) I, e IV, somente.

d) II e IV, somente.

e) IV, somente.

126. (Hemocentro-DF/Iades/2017/Técnico Administrativo) No que se refere à operação bancária que confere aos bancos uma classificação de sujeito passivo, assinale a alternativa correta.

a) Contrato mútuo.

b) Aluguel de Cofre

c) Cobranças

d) Conta corrente

e) Cheque especial

127. (SES-DF/Iades/2014/Técnico Administrativo) Acerca das operações bancárias e cartórios, assinale a alternativa correta.

a) Empréstimos e descontos são exemplos de operações bancárias passivas.

b) Depósitos bancários e a aplicações financeiras são exemplos de operações bancárias ativas.

c) Mútuo bancário é uma operação bancária na qual o correntista faz uma aplicação financeira no banco e que gera responsabilidade mútua, da seguinte forma: o banco tem a obrigação de devolver ao cliente, no prazo determinado, o capital aplicado acrescido dos juros pactuados, e o cliente só pode sacar a aplicação nesse prazo, sob pena de perder os rendimentos decorrentes e pagar multa ao banco.

d) Reconhecimento de assinaturas e autenticação de documentos são exemplos de atividades dos "Serviços de Notas".

e) Compete privativamente aos "Serviços de Notas e de Registros de Pessoas Jurídicas", por exemplo, lavrar protestos de títulos, registros de titularidade de imóveis e expedir certidões negativas de débitos com a Fazenda Nacional.

128. (Secretaria de Cultura - DF/Iades/2014) Assinale a alternativa que apresenta operações bancárias ativas.

a) Depósito à vista em conta corrente.

b) Depósito a prazo, CDB e RDB.

c) Recursos de instituições financeiras oficiais.

d) Letra financeira.

e) Operações de crédito rural, comércio internacional e câmbio.

129. (BNDES/Cesgranrio/2013/Contador) Os bancos comerciais são instituições financeiras que realizam operações ativas e passivas nos termos das normas vigentes. Dentre as operações passivas, realizadas pelos bancos comerciais, tem-se a de

a) depósitos à vista

b) depósitos interfinanceiros

c) repasses e refinanciamentos

d) empréstimos para capital de giro

e) aquisição de créditos com coobrigação do cedente

130. (BB/Cesgranrio/2015) De acordo com a Figura abaixo, observa-se que o mercado financeiro está basicamente segmentado em quatro grandes mercados: mercado monetário, mercado de crédito, mercado de câmbio e mercado de capitais.

Caracteriza um mercado de capitais ser o

a) mercado em que são negociadas as trocas de moedas estrangeiras por moeda nacional, participando desse mercado todos os agentes econômicos que realizam transações com o exterior, ou seja, têm recebimentos ou pagamentos a realizar em moeda estrangeira.

b) segmento do mercado financeiro em que são criadas as condições para que as empresas captem recursos diretamente dos investidores, através da emissão de instrumentos financeiros (ações, debêntures, bônus de subscrição, etc), com o objetivo principal de financiar suas atividades ou viabilizar projetos de investimentos.

c) mercado utilizado basicamente para controle da liquidez da economia, no qual o Banco Central intervém para condução da Política Monetária.

d) mercado para realização, registro e negociação de determinados instrumentos financeiros, basicamente divididos em quatro produtos, como: mercado a termo, mercado futuro, opções e swaps, com a finalidade de proteção, elevação de rentabilidade (alavancagem), especulação e arbitragem.

e) segmento do mercado financeiro em que as instituições financeiras captam recursos dos agentes superavitários e os emprestam às famílias ou empresas, sendo remuneradas pela diferença entre seu custo de captação e o que cobram dos tomadores.

131. (Banpará/Inaz-PA/2014) O mercado de capitais é um sistema de distribuição de valores mobiliários.

I – Tem como objetivo de proporcionar liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabilizar seu processo de capitalização.

II – Cuida dos empréstimos bancários, conferindo e controlando as taxas e juros a ser cobrado.

III – É subdividido em Mercado Primário e Mercado Secundário.

IV – No Mercado Acionário tem a função de trazer benefícios para as partes envolvidas proporcionando crescimento econômico.

As afirmativas corretas são:

a) I, II e III

b) I, II e IV

c) II, III e IV

d) I, III e IV

e) Todas estão corretas

132. (Banpará/Inaz-PA/2014) É um órgão deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional.

a) Banco Central do Brasil

b) Conselho Monetário Nacional

c) Comissão de Valores mobiliários

d) Conselho Nacional de Seguros Privados

e) Banco do Brasil

133. (Banrisul/FDRH/2015) Examine as atribuições de responsabilidade das Autoridades Monetárias do SFN listadas abaixo e numere os parênteses de acordo com as competências de cada órgão.

Competências:

1) Conselho Monetário Nacional

2) Banco Central do Brasil

3) Comissão de Valores Mobiliários

Atribuições:

( ) Determinar as taxas do recolhimento compulsório das instituições financeiras.

( ) Executar os serviços do meio circulante.

( ) Exercer a fiscalização das instituições financeiras.

( ) Autorizar o funcionamento das instituições financeiras.

( ) Autorizar a emissão de papel moeda.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) 1 - 1 - 2 - 2 - 1.

b) 1 - 2 - 1 - 2 - 3.

c) 1 - 2 - 2 - 2 - 1.

d) 2 - 3 - 2 - 1 - 2.

e) 3 - 1 - 3 - 3 - 1.

134. (BB/Cesgranrio/2015) Admita que um empresário brasileiro, acionista majoritário de uma empresa em situação pré-falimentar, venha a ser acusado pelos acionistas minoritários de uso de informação privilegiada e manipulação de preços das ações negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&F Bovespa). O órgão responsável pelo eventual julgamento do processo administrativo contra o empresário é o(a)

a) Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)

b) Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa)

c) Supremo Tribunal Federal (STF)

d) Supremo Tribunal de Justiça (STJ)

e) Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

135. (Banestes/CKM/2015) Conforme a Lei 6385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários, dentre as competências dessa Comissão, podemos destacar as de definir:

I – As espécies de operação autorizadas na bolsa e no mercado de balcão; métodos e práticas que devem ser observados no mercado; e responsabilidade dos intermediários nas operações;

II – A configuração de condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários, ou de manipulação de preço; operações fraudulentas e práticas não equitativas na distribuição ou intermediação de valores;

III – Normas aplicáveis ao registro de operações a ser mantido pelas entidades do sistema de distribuição.

Está CORRETO o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

136. (Banestes/PCR/2015) Compete à Comissão de Valores Mobiliários:

I – registro de companhias abertas.

II – a execução da política cambial.

III – o registro e a fiscalização de fundos de investimento.

IV – a emissão e distribuição de valores mobiliários no mercado de capitais.

V – fiscalizar as sociedades anônimas de capital fechado, desde que esse capital seja representado por ações.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I, II e III.

b) I e III.

c) I, III e IV.

d) II, III e V.

e) III, IV e V.

137. (Banpará/Inaz-PA/2014) A Comissão de Valores Mobiliários - CVM é responsável por regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores, portanto, tem a função de:

a) Assegurar o funcionamento eficiente das bolsas de valores, do mercado de balcão e das bolsas de mercadorias e futuros.

b) Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras nacionais.

c) Controlar o nível de preços (Inflação).

d) Fiscalizar o funcionamento das instituições financeiras.

e) Todas as alternativas estão certas.

138. (BB/Cesgranrio/2014) O poder regulatório e fiscalizador da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) se estende a várias entidades e atividades. **NÃO** constituem uma dessas entidades ou atividades

a) os Sistemas de Compensação de Títulos Públicos Federais - Selic

b) os Mercados de Balcão Organizados de Valores Mobiliários

c) as Bolsas de Mercadorias e Futuros

d) as Auditorias de Companhias Abertas

e) as Entidades de Compensação e Liquidação de Valores Mobiliários

139. (BB/FCC/2013) A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) controla e fiscaliza o seguinte produto do mercado de valores mobiliários:

a) Fundo de Investimento.

b) Certificado de Depósito a Prazo.

c) Título de Capitalização.

d) Letra de Câmbio.

e) Título de Emissão do Tesouro Nacional.

140. (Banestes/Idecan/2012)

• "_____, instituído(a) pela Lei nº 4.595/1964, é o órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do Sistema Financeiro Nacional."

• "Integram o(a) _____: o Ministro da Fazenda (Presidente), o Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Presidente do Banco Central do Brasil."

• "_____, autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, é responsável por regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do país."

• "_____, autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda é o principal executor das orientações do Conselho Monetário Nacional e responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional."

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as afirmativas anteriores.

a) Conselho Monetário Nacional / Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional / Comissão de Valores Mobiliários / Banco Central do Brasil

b) Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional / Conselho Monetário Nacional / Comissão de Valores Mobiliários / Banco Central do Brasil

c) Conselho Monetário Nacional / Comissão de Valores Mobiliários / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional

d) Comissão de Valores Mobiliários / Banco Central do Brasil / Conselho Monetário Nacional / Conselho Monetário Nacional

e) Conselho Monetário Nacional / Conselho Monetário Nacional / Comissão de Valores Mobiliários / Banco Central do Brasil

141. (BB/Cesgranrio/2012) Cada instituição do Sistema Financeiro Nacional desempenha funções de fundamental importância para o equilíbrio e o bom funcionamento do sistema como um todo. A função de assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de Bolsa e de Balcão é da

a) Casa da Moeda

b) Caixa Econômica Federal

c) Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

d) Secretaria da Receita Federal

e) Superintendência de Seguros Privados (Susep)

142. (Banestes/CKM/2015) É vedado às companhias abertas negociarem com as próprias ações. Tal proibição não compreende a(s):

a) Aquisição, para permanência em tesouraria ou cancelamento, desde que até o valor do saldo de lucros ou reservas, exceto a legal, e sem diminuição do capital social, ou por doação.

b) Transferência a qualquer título das ações adquiridas em bolsa e nos termos, e mantidas em tesouraria.

c) Quaisquer operações de resgate, reembolso ou amortização.

d) Compra quando, resolvida a redução do capital mediante restituição, em dinheiro, de parte do valor das ações, o preço destas em bolsa for superior à importância que deve ser restituída.

e) Alienação de ações nominativas desprovida da previsão de dividendos recebíveis.

143. (Banestes/PCR/2015) Marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

( ) a companhia aberta é uma sociedade por ações que pode emitir debêntures para subscrição pública.

( ) entende-se como companhia fechada aquela sociedade anônima cujas ações circulam sem restrições no mercado de capitais por terem obtido registro na CVM.

( ) as sociedades anônimas são consideradas de capital aberto quando suas ações podem ser negociadas na Bolsa de Valores ou no mercado balcão.

a) V, F, V

b) V, V, V

c) F, V, F

d) F, V, V

e) V, F, F

144. (Basa/Cesgranrio/2013) Uma empresa constituída como Sociedade Anônima de Capital Fechado tem como característica importante

a) ter ações negociáveis diariamente no mercado de bolsa.

b) limitar a possibilidade de perda de um sócio ao capital que ele investiu.

c) necessitar de alteração no contrato social se houver entrada ou saída de sócio.

d) ser uma Sociedade por Cotas com Responsabilidade Limitada e ter no mínimo sete sócios.

e) ter sócios cujos nomes constam nos Estatutos Sociais da empresa.

145. (BNDES/Cesgranrio/2013) A Lei nº 6.404, de 15/12/1976, dispõe sobre as Sociedades por Ações. Um de seus capítulos trata das características e da natureza da Companhia ou Sociedade Anônima. **NÃO** consta desse capítulo qualquer artigo estabelecendo que a(o)

a) companhia, qualquer que seja o seu objeto, é mercantil e se rege pelas leis e pelos usos do comércio.

b) companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.

c) companhia terá o capital social dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço das ações subscritas ou adquiridas.

d) nome do fundador, acionista ou pessoa, que por qualquer outro modo tenha contribuído para o êxito da empresa, poderá figurar na denominação.

e) contrato social poderá ou não definir o objeto da companhia de modo preciso e com maior abrangência.

146. (Banpará/Espp/2012) As Sociedades Anônimas são regidas pela Lei 6.404/76 - Lei das S/A. A característica principal deve-se ao fato de que seu capital social é dividido em ações. Podem ser de capital aberto ou fechado. Dá-se o nome de Sociedade Anônima de Capital Aberto às companhias:

a) Que não podem negociar suas ações no mercado mesmo que devidamente registradas na Comissão de Valores Mobiliários.

b) Que podem negociar suas ações na bolsa de valores devidamente registradas na CMN.

c) Que necessitam captar os recursos dos acionistas fundadores/proprietários para quitação de obrigações adquiridas e vendem ações no mercado.

d) Que não têm um nome definido no mercado, estando aberta a negociações diversas.

e) Que podem negociar suas ações no mercado devidamente registradas na Comissão de Valores Mobiliários.

147. (Caixa/Cesgranrio/2012) De acordo com a Lei n° 6.404, a companhia pode ser aberta ou fechada. Tal classificação se baseia no fato de os valores mobiliários de sua emissão serem ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários. Nesse sentido, uma companhia é considerada aberta quando

a) seus títulos são emitidos no exterior.

b) seus ativos permanentes são disponibilizados para venda.

c) suas debêntures são emitidas no exterior.

d) suas ações podem ser negociadas na Bolsa de Valores.

e) suas ações não são negociadas no mercado.

148. (Banpará/Exatus/2015) Ação é um valor mobiliário, emitido por sociedades anônimas, que representa uma parcela do seu capital social. O investimento em ações pode ser individual ou coletivo. Com essa informação, assinale a alternativa correta a respeito do mercado de ações:

a) Ao optar por investir coletivamente os interessados devem formar uma cooperativa de crédito que contrata os serviços de uma Corretora que intermediará as negociações através das ordens do cliente.

b) Apesar de todas as sociedades anônimas terem o seu capital dividido em ações, somente as ações que forem emitidas por companhias de capital social superior a dez milhões de Reais (valores atualizados), poderão ser negociadas publicamente.

c) O proprietário de ações emitidas por uma companhia é chamado de acionista e tem status de sócio, tendo plenos direitos e deveres perante a sociedade.

d) A propriedade da ação é representada por um "Certificado de Ações" ou pelo "Extrato de Posição Acionária" emitidos, respectivamente, pela companhia e por uma instituição contratada pela sociedade para o atendimento aos acionistas.

e) O investimento em ações deve ser individual tendo que contratar os serviços de uma Corretora que tomará as decisões de negociações junto as companhias de capital fechado que possuem cotas de fundos de ações a venda.

149. (Basa/Cesgranrio/2015) As ações preferenciais de uma sociedade anônima de capital aberto, negociadas no mercado de valores mobiliários, concedem a seus titulares uma série de vantagens em relação às ações ordinárias da mesma empresa. Assim, as ações preferenciais

a) dão prioridade de recebimento do capital aplicado em relação a qualquer credor da empresa, inclusive o fisco, no caso de falência de empresa.

b) dão prioridade no reembolso do capital, com ou sem prêmio.

c) dão direito a voto nas assembleias de acionistas, o que não acontece com as ações ordinárias.

d) são negociadas tanto no mercado primário quanto no secundário, ao passo que as ações ordinárias são negociadas apenas no mercado primário.

e) dão direito a receber dividendos pelo menos 20% maiores que os atribuídos às ações ordinárias.

150. (BB/Cesgranrio/2014) Atualmente, as instituições financeiras oferecem aos seus clientes diversos tipos de investimentos, dentre os quais está o investimento em ações de companhias abertas que podem ser negociadas na Bolsa de Valores. A característica mais atrativa do investimento em ações é a

a) possibilidade de ganhos superiores aos oferecidos em fundos de investimento

b) isenção de imposto sobre operações financeiras no ato de negociação das ações

c) baixa probabilidade de perdas financeiras

d) alta probabilidade de perdas financeiras

e) isenção de imposto de renda

151. (Banestes/Idecan/2012) Analise as afirmativas.

I – Ação é a menor fração do capital social de uma sociedade anônima.

II – As duas principais espécies de ações são: ordinárias e escriturais.

III – Os detentores de ações ordinárias têm direito a voto nas assembleias da companhia.

IV – Os detentores de ações preferenciais têm preferência no recebimento de dividendos e no reembolso de capital.

Estão corretas apenas as afirmativas

a) I, IV

b) II, III, IV

c) I, III, IV

d) I, II, III

e) I, III

152. (Caixa/Cesgranrio/2012) As ações constituem títulos representativos da menor fração do capital social de uma empresa, podendo ser classificadas em ordinárias ou preferenciais. As ações ordinárias atribuem ao seu titular

a) prioridade no recebimento de dividendos

b) prioridade no reembolso do capital, no caso de dissolução da empresa

c) permissão para revenda a qualquer tempo

d) direito de voto na assembleia de acionistas

e) direito de compra de outras ações ordinárias

153. (Banpará/Exatus/2015) As bolsas de valores são ambientes organizados para negociação de títulos e valores mobiliários. Sua principal função é proporcionar um ambiente mais líquido, transparente e seguro para a realização de negócios, contribuindo assim para a eficiência do mercado de capitais. Diante desta informação, assinale a alternativa correta sobre os benefícios gerados pelas bolsas de valores para a economia e a sociedade como um todo:

a) As bolsas de valores servem como um canal que as companhias utilizam para aumentar seus ativos e seu valor de mercado através da oferta de compra de ações de uma companhia por outra companhia.

b) As bolsas de valores fornecem um excelente ambiente para as companhias levantarem capital para expansão de suas atividades através da venda de imobilizados, e outros produtos, ao público investidor.

c) As bolsas de valores fornecem um excelente ambiente para as companhias divulgarem sua produção de capital para expansão de suas atividades através da venda de imobilizados, e outros produtos, ao público investidor.

d) As bolsas de valores servem como um canal que as companhias utilizam para distribuir seus ativos e aumentar seu valor de mercado através da divulgação de suas ações sociais.

e) As bolsas de valores servem como um excelente canal para as companhias levantarem capital para expansão de suas ações sociais contribuindo, assim, com a expansão da economia nacional.

154. (Banpará/Espp/2012) Sobre a Bolsa de Valores, podemos afirmar que:

a) Dentro do Sistema Financeiro Nacional, faz parte do Subsistema Normativo.

b) É o local onde são negociados títulos e valores imobiliários públicos e privados.

c) Não possuem divulgação obrigatória e relevante de resultados.

d) É o local onde são negociados títulos e valores mobiliários, públicos e privados.

e) Não faz parte do Sistema Financeiro Nacional.

155. (Banrisul/FDRH/2015) O mercado de valores mobiliários possui instituição fiscalizadora e disciplinadora própria, bem como instituições auxiliares definidas e títulos específicos para negociação.

Considerando esse tema, assinale a afirmativa INCORRETA.

a) A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é o órgão normativo do Sistema Financeiro Nacional, subordinado ao Ministério da Fazenda, que atua na fiscalização e na disciplina do mercado de valores mobiliários.

b) Incluem-se na definição de valores mobiliários, entre outros, ações, debêntures, bônus de subscrição, certificado de depósito de valores mobiliários e títulos da dívida pública federal.

c) As Bolsas de Valores, embora operem com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, são órgãos auxiliares da CVM.

d) Entre as atividades da CVM, incluem-se a de fiscalizar as auditorias das companhias abertas e os serviços de consultor de valores mobiliários.

e) A intermediação das operações nas Bolsas de Valores e de Mercadorias é realizada pelas Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários.

156. (Caixa/Cesgranrio/2012) A BM&FBOVESPA é uma companhia de capital brasileiro, formada em 2008, a partir da integração das operações da Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Mercadorias & Futuros. Por meio de suas plataformas de negociação, a BM&FBOVESPA, dentre outras atividades, realiza o(a)

a) registro, a compensação e a liquidação de ativos e valores mobiliários

b) registro e a compensação de transferências internacionais de recursos

c) seguro de bens e ativos mobiliários, negociados no mercado

d) compensação nacional de cheques e a liquidação de outros ativos bancários

e) intermediação, o registro e a liquidação de transferências interbancárias

157. (BB/FCC/2013) Em 2010 ocorreu, simultaneamente, a distribuição pública primária e secundária de ações de emissão do Banco do Brasil, com registros na Comissão de Valores Mobiliários. Neste caso, como em outras operações da mesma natureza e produto no mercado de capitais, a relação entre capital próprio e de terceiros da empresa

a) passou a ser influenciada pela cotação das ações em bolsa de valores.

b) não sofreu nenhuma influência.

c) sofreu alteração em função da venda das ações dos acionistas no grupo controlador.

d) foi modificada pela captação integral dos recursos obtidos nas ofertas primária e secundária.

e) foi alterada pela parcela de recursos originada com as novas ações emitidas.

158. (Banestes/Idecan/2012) Analise as afirmativas.

I – No mercado de ações, o investidor tem ganho de capital quando vende suas ações por um preço maior que o valor desembolsado na compra.

II – A bonificação consiste num direito do acionista em receber ações gratuitamente em decorrência de um aumento de capital por incorporação de reservas.

III – São isentas do imposto de renda as operações de venda de ações efetuadas no mercado à vista de bolsas de valores, realizadas num mesmo mês por pessoa física, até o valor de R$20.000,00.

Estão corretas apenas as afirmativas

a) I, II

b) I, III

c) II, III

d) III

e) I, II, III

159. (Basa/Cesgranrio/2015) O mercado à vista de ações permite que os investidores comprem ou vendam estes títulos mobiliários no seu pregão. No Brasil, a(s)

a) liquidação financeira das transações (crédito em reais ao vendedor das ações) no mercado à vista ocorre no mesmo dia da operação.

b) compras e vendas de ações não podem ocorrer nos dias úteis após às 17 horas.

c) liquidação física das transações (entrega de ações ao comprador) no mercado à vista ocorre no mesmo dia da operação.

d) única maneira de comprar e vender ações de companhias abertas é no mercado à vista.

e) operações de "*day trade*" no mercado à vista (compra e venda da mesma quantidade de uma ação, no mesmo pregão, pela mesma pessoa) são permitidas.

160. (Caixa/Cesgranrio/2012) No mercado à vista de ações, ocorre a compra ou a venda de uma determinada quantidade de ações. Quando há a realização do negócio, a operação é liquidada no terceiro dia útil após o fechamento da compra. Nesse mercado, os preços das ações são formados, diretamente, de acordo com a(o)

a) projeção futura de mercado

b) força de oferta e demanda de cada papel

c) probabilidade futura de lucros de cada papel

d) cálculo estatístico de mercado

e) histórico de rentabilidade de cada papel

161. (BB/PCR/2015) A respeito das debêntures, julgue os itens que se seguem.

I – As sem cláusula de conversibilidade ou de permutabilidade de ações são chamadas debêntures simples.

II – Em regra, possuem a característica marcante de serem emitidas preponderantemente por parte das instituições financeiras.

III – São títulos de dívida de médio e longo prazo, emitidos por sociedades por ações que podem ser ofertados publicamente pelas companhias de capital aberto.

IV – Sua colocação inicial pode ser feita no mercado primário ou no mercado secundário.

Está(o) correta(s)

a) I e III, somente.

b) I e IV, somente.

c) II e III, somente.

d) III e IV, somente.

e) I, II e IV, somente.

162. (Basa/Cesgranrio/2015) A emissão de debêntures é uma forma de financiamento das sociedades anônimas de capital aberto ou fechado. Há debêntures com características diversas. Assim, uma debênture

a) permutável dá ao credor a opção de executar o banco mandatário, no caso de inadimplência da empresa emissora.

b) simples paga ao seu titular apenas rendimentos prefixados.

c) conversível dá ao credor a opção de receber rendimentos indexados em vez de prefixados, conforme pactuado.

d) conversível dá ao credor a opção de transformá-la em ações da empresa emissora, após certo prazo.

e) de garantia quirografária dá ao seu titular preferência sobre todos os demais credores da empresa emissora no caso de inadimplência.

163. (Banestes/CKM/2015) A deliberação sobre emissão de debêntures é da competência privativa da assembleia-geral. De acordo com a Lei 6404/76, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, tal assembleia deverá fixar, observado o que a respeito dispuser o estatuto, os expostos a seguir, dentre os quais NÃO SE PODE CONSIDERAR:

a) A época e as condições de vencimento, amortização ou resgate.

b) As garantias reais ou a garantia flutuante, se houver.

c) As condições da correção monetária, se houver.

d) O número e o valor nominal das debêntures.

e) O valor da restituição dos valores ou os critérios de determinação do seu limite mínimo ou máximo, e a sua divisão em séries, se for o caso.

164. (Banestes/PCR/2015) No que diz respeito às características das debêntures, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

( ) São títulos de dívida, de médio e longo prazo, emitidos por sociedades por ações de capital aberto e utilizados para o financiamento de seus projetos.

( ) Sua emissão proporciona às empresas emissoras captar recursos de terceiros sem a intermediação bancária.

( ) Permitem a opção de serem resgatadas em ações da própria empresa emissora, quando então são denominadas permutáveis.

( ) São títulos mobiliários emitidos pelas sociedades anônimas para captação de recursos. Cada título dá ao debenturista direitos de créditos estabelecidos na escritura de sua emissão.

a) V, F, V, V

b) V, V, V, V

c) F, V, F, V

d) V, V, F, V

e) V, F, F, V

165. (Banpará/Inaz-PA/2014) São valores mobiliários, representativo de crédito de médio e longo prazo que asseguram, aos seus detentores, direito de crédito contra a companhia emissora.

a) Letra Hipotecária

b) Debêntures

c) Ações

d) Notas Promissórias

e) Letra Financeira do Tesouro

166. (Basa/Cesgranrio/2013) A emissão de debêntures permite à empresa captar recursos sem recorrer ao crédito bancário. As debêntures

a) permitem à empresa emissora obter recursos sem aumentar a pulverização da propriedade de seu capital.

b) são títulos de dívida do emissor com prazo de vencimento até 90 dias.

c) são emitidas exclusivamente pelas empresas de capital aberto.

d) são títulos de dívida do emissor sem garantias.

e) permitem sempre a opção de serem resgatadas em ações da própria empresa emissora.

167. (BNDES/Cesgranrio/2013/Contador) Debêntures são títulos que conferem a seus titulares direito de crédito contra a companhia emitente, nas condições da escritura de emissão ou no respectivo certificado, se houver. Nesse contexto, de acordo com o disposto na escritura de emissão de tais títulos de crédito, considere as afirmativas abaixo.

I – A debênture poderá ter garantia real.

II – A debênture poderá ter garantia flutuante.

III – A debênture que não gozar de garantia poderá conter cláusula de subordinação aos credores quirografários.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas

b) II, apenas

c) I e II, apenas

d) II e III, apenas

e) I, II e III

168. (Banpará/Espp/2012) As empresas, ao serem constituídas, são munidas de um capital para iniciarem suas atividades. Entretanto, após sua inicialização, pode surgir a necessidade de captação de novos recursos. Para tal, as empresas podem recorrer à utilização de "debêntures", que são:

a) Uma forma de captação de recursos por empréstimos bancários.

b) Ações negociadas no mercado. São emitidas somente por empresas públicas.

c) Títulos imobiliários emitidos por empresas de capital fechado em que o valor nominal sempre corresponde ao valor de emissão do mesmo.

d) Títulos mobiliários emitidos pelas sociedades anônimas para captação de recursos. Cada título dá ao debenturista direitos de créditos contra as sociedades estabelecidos na escritura de sua emissão.

e) São títulos mobiliários emitidos pelas sociedades limitadas para divisão dos lucros proporcionalmente à produção.

169. (Caixa/Cesgranrio/2012) As debêntures são títulos de créditos emitidos por sociedades anônimas, tendo por garantia seus ativos.

Os direitos e as remunerações oferecidas pelas debêntures são

a) letras de câmbio, multas e certificados de depósitos bancários

b) letras de câmbio, juros e ações ordinárias

c) participação nos lucros, certificados de depósitos bancários e ações preferenciais

d) juros, participação nos lucros e prêmios de reembolso

e) multas, títulos públicos e ações ordinárias

170. (Banese/FCC/2012) As debêntures são instrumentos de captação de recursos de longo prazo

a) privativos de instituições financeiras de capital estrangeiro.

b) emitidos por bancos de desenvolvimento.

c) que se destinam à aplicação exclusiva de fundos de investimento.

d) emitidos no mercado interfinanceiro.

e) que atribuem ao investidor os direitos previstos na escritura de emissão.

171. (Banrisul/FDRH/2015) O mercado de capitais trabalha com grande variedade de títulos e operações. Numere a segunda coluna de acordo com a primeira, associando as denominações às descrições.

1) Debêntures

2) Derivativo

3) Recebíveis

4) *Leasing*

5) *Underwriting*

( ) Operação que consiste na emissão e na colocação de novas ações no mercado.

( ) Títulos que representam um direito de crédito originário de uma venda a prazo.

( ) Títulos que as sociedades anônimas não financeiras de capital aberto ou fechado podem emitir, com o propósito de captar recursos de médio e longo prazo, normalmente para financiar projetos de investimentos.

( ) Operação na qual o dono de um bem (arrendador) concede a outrem (arrendatário) o direito de utilização do bem, por prazo determinado.

A ordem correta dos números da segunda coluna, de cima para baixo, é

a) 1 - 2 - 3 - 5.

b) 2 - 3 - 1 - 4.

c) 3 - 1 - 5 - 2.

d) 5 - 3 - 1 - 4.

e) 5 - 4 - 2 - 3.

172. (Basa/Cesgranrio/2015) No mercado de debêntures, *underwriting* é(são)

a) um mecanismo utilizado pelas companhias emissoras de debêntures — quando previsto na escritura de emissão — para adequar seus títulos, periodicamente, às condições vigentes no mercado.

b) operações de compra e venda de debêntures pelos investidores não identificados.

c) um mecanismo de consulta prévia ao mercado para definição da remuneração das debêntures ou do ágio/deságio no preço de subscrição, tendo em vista a quantidade de debêntures, para diferentes níveis de taxa, que cada investidor tem disposição de adquirir.

d) a operação de distribuição primária de debêntures, ou seja, a primeira venda dos títulos após a sua emissão.

e) uma classificação efetuada por empresa especializada independente (agência de *rating*) que reflete sua avaliação sobre o grau de risco envolvido em determinado instrumento de dívida.

173. (BNDES/Cesgranrio/2013) Uma oferta pública inicial marca a primeira venda de ações de uma empresa de capital privado no mercado de ações. Instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central atuam como *underwriters* (agentes de subscrição), intermediando a venda ao público das ações. Existem vários tipos de *underwriting* (subscrição) em prática no mercado atualmente. Quando uma empresa de capital privado decide seguir adiante com uma oferta pública inicial e contrata um intermediário financeiro para atuar como *underwriting* firm, os termos básicos do contrato são:

a) o intermediário financeiro assume um compromisso firme de auxiliar a empresa a encontrar potenciais compradores para suas ações, mas não assume nenhum risco, caso as ações não consigam ser vendidas ou o capital levantado seja pequeno.

b) o intermediário financeiro assume o compromisso de vender todas as ações no mercado financeiro; porém, se não o conseguir, o contrato é cancelado.

c) as ações são vendidas pelo intermediário financeiro somente para seletos investidores que sequentemente podem revender essas ações no mercado de ações.

d) as ações são vendidas diretamente no mercado de ações, porém o intermediário financeiro assume a responsabilidade de comprar todas as ações que não tenham tido compradores.

e) as ações da empresa são todas vendidas para o intermediário financeiro a um preço predeterminado, chamado preço de oferta pública, menos uma taxa, *spread*, que serve como recompensa pelo risco assumido.

174. (Banestes/Idecan/2012) *Underwriting* (oferta pública) é o processo pelo qual uma instituição financeira coordena e, eventualmente, garante a colocação de títulos e valores mobiliários novos junto ao mercado. Em relação aos tipos de *Underwriting*, é correto afirmar que

a) na Garantia *Stand-By*, a instituição mediadora compromete-se a absorver os títulos eventualmente não vendidos, garantindo à empresa o recebimento da totalidade dos recursos previstos.

b) na modalidade "melhores esforços" o risco da não colocação dos títulos corre exclusivamente por conta da instituição mediadora.

c) na modalidade de "garantia firme", o risco da não colocação dos títulos corre exclusivamente por conta da empresa emissora.

d) a operação de *Underwriting* pode ser realizada exclusivamente por instituições autorizadas a operar nos leilões da BM&FBOVESPA.

e) a modalidade "garantia firme" é obrigatória para as sociedades anônimas de capital aberto.

175. (BB/Cesgranrio/2012) A oferta pública de ações representa uma das formas mais vantajosas que as Sociedades Anônimas ou Companhias de Capital Aberto possuem para levantar recursos. Para a realização dessa oferta de ações, tais empresas precisam procurar uma instituição financeira do mercado de capitais. Como é denominada a operação de venda dos lotes de ações, realizada por essas instituições financeiras no mercado de capitais?

a) Emissão de Debêntures

b) Securitização

c) *Warrants*

d) *Vendor Finance*

e) *Underwriting* (Subscrição)

176. (Banrisul/FDRH/2015) De acordo com informações da ANBIMA, o patrimônio líquido dos fundos de investimentos, no Brasil, totalizou 2,8 trilhões de reais em julho de 2015, montante que evidencia a importância desses fundos para as instituições financeiras. Eles também se constituem em relevante forma de aplicação de recursos para os investidores.

Considerando o tema, assinale V para as afirmações verdadeiras e F para as falsas.

( ) Os fundos de investimento atuam como um condomínio, ou seja, a cada participante cabe, por exemplo, a participação no rendimento e no valor dos ativos, proporcional à quantidade de quotas que possuir.

( ) O cálculo do valor das cotas de um fundo de renda fixa é diário e está baseado no valor de mercado dos ativos de sua carteira.

( ) O resgate de quotas de um fundo de renda fixa pode ser feito a qualquer momento; no entanto, se o resgate for solicitado antes de decorridos 30 dias da aplicação, fica sujeito ao pagamento de IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários), cuja tabela é progressiva em função do prazo de aplicação.

( ) Ao banco administrador do fundo de investimento é permitida a cobrança de taxa de administração, calculada pela aplicação de um percentual diário sobre o patrimônio do fundo de investimento.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) V - V - V - V.

b) V - V - F - V.

c) V - F - V - V.

d) F - V - F - F.

e) F - F - V - F.

177. (Banrisul/FDRH/2015) Considerando os fundos de investimentos, analise as afirmações abaixo.

I – Os Fundos de Ações devem manter, obrigatoriamente, a totalidade da carteira em ações e valores mobiliários.

II – A carteira de um Fundo de Renda Fixa está sujeita a risco, relacionado à variação da taxa de juros doméstica.

III – Uma das vantagens dos Fundos de Investimento é a de permitir, mesmo para pequenas aplicações, a participação em carteira diversificada, o que reduz o risco.

Quais estão corretas?

a) Apenas a I.

b) Apenas a II.

c) Apenas a I e a II.

d) Apenas a II e a III.

e) A I, a II e a III.

178. (PC-AC/Funcab/2015) Os fundos de investimento representam uma modalidade de investimento, constituída sob a forma de condomínio, que aplica em conjunto os recursos dos investidores que possuem objetivos comuns. Os fundos que possuem políticas de investimentos que envolvam vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial, são denominados:

a) renda variável.

b) renda fixa.

c) multimercados.

d) referenciados.

e) cambiais.

179. (Basa/Cesgranrio/2015) A completa administração de um fundo de investimento é segmentada por responsabilidades atribuídas a algumas instituições. A instituição responsável pelas políticas e decisões de investimento é a instituição

a) distribuidora

b) cotista

c) gestora

d) custodiante

e) investidora

180. (Basa/Cesgranrio/2015) Os fundos de investimento que, por determinação de norma da CVM, devem ter como principal fator de risco de sua carteira a variação da taxa de juros doméstica ou de índice de preços, ou ambos, sem limitação de prazos dos títulos que a compõem, são classificados como

a) de renda fixa

b) de dívida externa

c) de curto prazo

d) de ações

e) cambiais

181. (Banestes/PCR/2015) Com relação aos fundos mútuos de investimentos, julgue os itens consecutivos.

I – Os abertos são aqueles onde os cotistas não podem solicitar os resgates de suas cotas a qualquer tempo, devendo aguardar o fechamento da rodada de nova captação de recursos.

II – Neles há garantia de que o valor resgatado será superior ao valor aplicado.

III – São garantidos pela instituição financeira administradora e pelo FGC.

IV – Seu administrador tem a responsabilidade legal de calcular e divulgar diariamente o valor da cota.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e III.

b) I e IV.

c) IV.

d) II, III e V.

e) II e IV.

182. (BB/Cesgranrio/2015) Os Fundos de Renda Fixa, por vezes, são os ativos mais rentáveis para o investidor, superando os CDBs e o dólar comercial. No enfoque técnico-conceitual, um fundo de investimento é constituído pelo total dos recursos de muitos investidores, com objetivos semelhantes, convertido em cotas, que são divididas entre esses mesmos investidores, denominados cotistas, tornando cada um deles dono de uma parte do fundo, proporcional ao valor que investiu. Nesse contexto, o fundo de investimento que pode investir em diversas classes de ativos, tais como títulos públicos e privados, pré-fixados ou pós-fixados, derivativos, câmbio e ações, com grau de risco graduado de alto a muito alto, conforme a sua política de investimentos, é denominado Fundo

a) de Ações

b) de Curto Prazo

c) de Multimercados

d) de Renda Fixa

e) Referenciado

183. (BNB/FGV/2014) Os bancos ganham dinheiro com receitas de intermediação financeira e com receitas de prestação de serviços e tarifas. Entre as principais receitas bancárias de prestação de serviços e tarifas, destacam-se:

I – tarifas sobre depósito à vista e sobre aplicações em CDBs;

II – tarifas sobre serviços de conta corrente e de corretagem e custódia;

III – tarifas sobre emissões e anuidades de cartões de crédito;

IV – receitas sobre administração de fundos de investimento e administração de consórcios.

Está(ão) correta(s) somente:

a) I e IV;

b) II e III;

c) III;

d) IV;

e) II, III e IV.

184. (Banpará/Inaz-PA/2014) Fundos de investimentos abertos são:

a) Aqueles em que as cotas só podem ser resgatadas ao término do prazo de duração do fundo ou quando de sua liquidação.

b) São fundos que estabelecem um período mínimo de permanência dos recursos do cliente no fundo.

c) São fundos que oferecem liquidez diária, logo o cotista pode fazer resgates a qualquer tempo sem perda de rentabilidade.

d) São aqueles em os cotistas podem solicitar os resgates de suas cotas a qualquer tempo.

e) São os fundos para investidores qualificados constituídos para receber aplicações exclusivamente de um único cotista.

185. (Banpará/Inaz-PA/2014) De que forma pode ser deduzido o risco de mercado de um fundo de investimento:

a) Pela variação na quantidade de cotas do fundo

b) Pela composição da carteira do fundo

c) Pela variação na rentabilidade do fundo

d) Pela variação das cotas diárias

e) Pela variação das ações do fundo

186. (Banpará/Inaz-PA/2014) O que a política de um investimento de um fundo retrata:

a) Os mercados de atuação do gestor para atingir o objetivo do fundo

b) Os objetivos do fundo de investimento

c) As diretrizes do fundo de investimento

d) De que forma o fundo de investimento dará o retorno ao cliente.

e) Todas as alternativas acima estão corretas.

187. (Banestes/CKM/2015) O Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização é um órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Fazenda. NÃO faz parte desse Conselho o(a):

a) Superintendência da Receita Federal do Brasil.

b) Associação Nacional das Entidades Abertas de Previdência Privada - ANAPP.

c) Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Capitalização - FENACOR.

d) Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

e) Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG.

188. (Banestes/Idecan/2012) A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguro, previdência privada aberta e capitalização. São atribuições da SUSEP, EXCETO:

a) Regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização das atividades de seguros, previdência complementar aberta e capitalização.

b) Zelar pela defesa dos interesses dos consumidores nos mercados supervisionados.

c) Prover os serviços de Secretaria Executiva do CNSP.

d) Cumprir e fazer cumprir as deliberações do CNSP e exercer as atividades que por este forem delegadas.

e) Fiscalizar, dentre outras atribuições, a constituição, organização, funcionamento e operação das Sociedades seguradoras de capitalização, entidades de previdência privada aberta e resseguradoras.

189. (BB/Cesgranrio/2012) O mercado de seguros surgiu da necessidade que as pessoas e as empresas têm de se associar para suportar coletivamente suas perdas individuais. Foram criadas, então, as seguradoras, as corretoras de seguro, além de algumas instituições encarregadas não só de fixar normas e políticas, mas também de regular e fiscalizar esse mercado. Com o surgimento de tal necessidade, qual instituição foi criada para, além de fiscalizar as seguradoras e corretoras, também regulamentar as operações de seguro, fixando as condições da apólice e dos planos de operação e valores de tarifas?

a) Seguradora Líder

b) Câmara Especial de Seguros

c) Superintendência dos Seguros Privados

d) Conselho Nacional de Seguros Privados

e) Instituto de Resseguros do Brasil

190. (Banestes/PCR/2015) O mercado de seguros é cada vez mais crescente no Brasil. As seguradoras oferecem uma gama diferenciada de produtos e subprodutos para atender a essa grande demanda. O seguro de danos materiais, por exemplo, garante o pagamento de indenização em caso de

a) colisão do automóvel do segurado com veículos de terceiros, desde que esteja estipulado na apólice.

b) perda total do veículo, sem lesões ao segurado, mesmo que não especificado na apólice.

c) paralisação das atividades laborais do segurado durante o período de uma eventual internação hospitalar causada por doença crônica descoberta após algum acidente com veículo conduzido pelo segurado.

d) invalidez permanente, total ou parcial, por acidente, ou indenização ao beneficiário em caso de falecimento do segurado, quando se caracteriza a perda total do veículo segurado em decorrência de incêndio.

e) ferimento causado a algum passageiro do veículo, caso ocorra algum acidente provocado por motorista que tenha menos de 25 anos de idade.

191. (BB/Cesgranrio/2014) O mercado de seguros é cada vez mais crescente no Brasil. As seguradoras oferecem uma gama diferenciada de produtos e subprodutos para atender a essa grande demanda. O seguro de acidentes pessoais, por exemplo, garante o pagamento de indenização em caso de

a) colisão do automóvel do segurado com veículos de terceiros, desde que esteja estipulado na apólice.

b) perda total do veículo sem danos ao segurado, desde que especificado na apólice.

c) paralisação das atividades laborais do segurado durante o período de uma eventual internação hospitalar causada por doença crônica.

d) invalidez permanente, total ou parcial, por acidente, ou indenização ao beneficiário em caso de falecimento do segurado.

e) incêndio, enchente ou qualquer outro tipo de fenômeno climático que danifique a residência do segurado.

192. (Basa/Cesgranrio/2013) Os planos de seguro têm o objetivo de gerar proteção patrimonial às pessoas físicas ou jurídicas. Em um seguro de veículo, se o segurado trocar de carro ou incluir algum item em sua apólice, ele deverá solicitar a seguradora um

a) estorno de pagamento

b) endosso na apólice

c) reembolso de prêmio

d) pedido de prêmio

e) cancelamento de apólice

193. (BB/PCR/2013) No que diz respeito às Operações de Seguro, analise as seguintes afirmações:

I – risco - evento incerto ou de data incerta que independe da vontade das partes contratantes e contra o qual é feito o seguro; o risco é a expectativa de sinistro; sem risco não pode haver contrato de seguro;

II – segurado - é a pessoa jurídica que assume a responsabilidade por riscos contratados e paga indenização no caso de ocorrência do sinistro coberto.

III – prêmio - é o pagamento devido pela seguradora ao(s) beneficiário(s) do seguro, no caso de risco coberto na ocorrência do sinistro.

Estão corretas as alternativas

a) I, somente.

b) I e II, somente.

c) I, e III, somente.

d) II e III, somente.

e) III, somente.

194. (BB/Cesgranrio/2015) Uma cliente bancária está decidida a contratar um plano de previdência privada para si. No entanto, ela está em dúvida se seu perfil está mais adequado ao "Plano Gerador de Benefício Livre" - PGBL ou ao "Vida Gerador de Benefício Livre" - VGBL. Sabendo que a cliente é solteira e que sempre estará isenta de imposto de renda, a escolha adequada seria o

a) PGBL, pois ela não conta com a vantagem fiscal do VGBL.

b) VGBL, pois ela não conta com a vantagem fiscal do PGBL.

c) PGBL, pois ela declara seu imposto de renda no modelo simplificado.

d) PGBL, pois ela declara seu imposto de renda no modelo completo.

e) VGBL, pois ela declara seu imposto de renda no modelo completo.

195. (BB/Cesgranrio/2015) O Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) é uma aplicação que tem como objetivo a complementação da aposentadoria do seu investidor. Pode-se dizer que o PGBL é bom para o empregado que possui renda tributável e declara o imposto de renda no modelo completo, pois ao investir num PGBL, tem-se restituído o Imposto de Renda (IR) retido na fonte pelo empregador sobre o valor da aplicação. Como a tributação do PGBL ocorre no resgate sobre o(s) seu(s)

a) rendimentos, o IR é postergado, mas não há a sua isenção.

b) rendimentos, o IR é diferido, mas não há a sua isenção.

c) rendimentos, há isenção do IR.

d) valor integral, o IR é adiado, mas não há a sua isenção.

e) valor integral, há isenção do IR.

196. (BNB/FGV/2014) O Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) se difere do Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) no que tange ao tratamento fiscal. No caso do PGBL:

a) o imposto de renda é pago no resgate e incide sobre o total do valor resgatado;

b) o imposto de renda é pago no resgate e incide sobre os ganhos de capital;

c) o imposto de renda é pago semestralmente e incide sobre os ganhos de capital;

d) ambas as aplicações são isentas de cobrança de imposto de renda;

e) ambas as aplicações estão sujeitas a alíquota fixa de 6% de imposto de renda.

197. (BB/Cesgranrio/2014) Os planos de previdência PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) e VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) são produtos de Previdência Complementar que visam à acumulação de recursos e à transformação de tais recursos em uma renda futura. Na modalidade PGBL, o imposto de renda incide sobre o

a) ganho das aplicações financeiras

b) valor futuro calculado para a data do resgate

c) total resgatado ou recebido como renda

d) total de rendimentos bruto na data da aplicação

e) valor da aplicação inicial

198. (BB/FCC/2013) Produto que, após um período de acumulação de recursos, proporciona aos investidores uma renda mensal – que poderá ser vitalícia ou por período determinado – ou um pagamento único, é o

a) PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre.

b) CDB – Certificado de Depósito Bancário.

c) FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

d) Ourocap – Banco do Brasil.

e) BB Consórcio de Serviços.

199. (BB/Cesgranrio/2014) Os títulos de capitalização são emitidos pelas sociedades de capitalização e têm por objeto o depósito periódico de prestações pecuniárias pelo contratante, o qual terá, depois de cumprido o prazo contratado, os direitos de concorrer a sorteio de prêmios em dinheiro e o de

a) resgatar o valor do título mediante lance em leilões periódicos.

b) resgatar parte dos valores depositados corrigidos por uma taxa de juros.

c) aplicar parte dos recursos em ações das bolsas de valores.

d) concorrer a imóveis nos feirões da casa própria.

e) concorrer a prêmios em barras de ouro.

200. (Basa/Cesgranrio/2013) Os títulos de capitalização são um investimento com uma característica de poupança a longo prazo remunerados pela TR mais uma taxa de juros ao mês, equiparando-se à inflação. Porém, a característica mais atrativa dos títulos de capitalização é a

a) geração de créditos fiscais para abatimentos futuros.

b) possibilidade de resgate dos valores com rentabilidade acima do mercado.

c) garantia oferecida para compra de bens imóveis.

d) possibilidade de ganhos de prêmios em dinheiro pelos sorteios periódicos.

e) rentabilidade diferenciada oferecida na ocasião do resgate.

201. (BB/FCC/2013) O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) promoveu recentemente uma mudança na taxa de remuneração mínima dos títulos de capitalização, que passou a ser

a) de 0,35%, no caso dos produtos tradicionais.

b) de 0,88%, para o segmento popular e de incentivo.

c) idêntica à remuneração trimestral da poupança.

d) idêntica à remuneração mensal da poupança.

e) de 90% do juro da poupança.

202. (Caixa/Cesgranrio/2012) As Sociedades de Capitalização são entidades constituídas sob a forma de sociedades anônimas, que negociam contratos, denominados títulos de capitalização. Esses títulos têm por objeto a(o)

a) aquisição de ações de empresas privadas, para investimento em longo prazo, com opção de realizar a venda dessas ações a qualquer tempo.

b) compra parcelada de um bem em que um grupo de participantes, organizados por uma empresa administradora, rateia o valor do bem desejado pelos meses de parcelamento.

c) compra de títulos públicos ou privados, mediante depósitos mensais em dinheiro, que serão capitalizados a uma determinada taxa de juros até o final do contrato.

d) investimento em títulos públicos do governo federal, no qual o investidor poderá optar pelo resgate do Fundo de Garantia (FGTS) ou pelo pagamento em dinheiro.

e) depósito periódico de prestações pecuniárias pelo contratante, o qual terá o direito de resgatar parte dos valores corrigidos e de concorrer a sorteios de prêmios em dinheiro.

203. (Banese/FCC/2012) Do sistema de previdência complementar brasileiro fazem parte as entidades fechadas de previdência privada que são

a) fundos de pensão para funcionários de uma empresa ou grupo de empresas.

b) garantidoras dos planos de Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

c) exclusivas para trabalhadores de empresas de capital nacional.

d) planos estruturados como Fundo Gerador de Benefício Livre (PGBL).

e) vinculadas ao Ministério do Trabalho e Emprego.

204. (Banpará/Exatus/2015) A previdência complementar é um benefício opcional, que proporciona ao trabalhador um seguro previdenciário adicional, conforme sua necessidade e vontade. No Brasil existem dois tipos de previdência complementar: a previdência aberta e a previdência fechada. Assim, assinale a alternativa correta sobre a previdência fechada:

a) Os planos da previdência fechada são comercializados por bancos e seguradoras, e podem ser adquiridos por qualquer pessoa física ou jurídica.

b) O órgão do governo que fiscaliza e dita as regras dos planos de Previdência Privada Fechada é a Susep (Superintendência de Seguros Privados), que é ligada ao Ministério da Fazenda.

c) As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), são instituições sem fins lucrativos que mantêm planos de previdência coletivos.

d) A Previdência Complementar é uma aposentadoria contratada para substituir a previdência social no momento da aposentadoria.

e) A previdência complementar é permitida exclusivamente aos empregados de uma empresa privada e aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominados instituidores.

205. (BB/PCR/2015) Com base na legislação que rege o sistema de previdência complementar no país, julgue os itens a seguir.

I – Os planos de previdência complementar denominados fundos de pensão podem ser constituídos na forma de PGBL ou VGBL.

II – A Previ, Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, cuja fiscalização está a cargo da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda.

III – O vida gerador de benefício livre (VGBL) é um tipo de plano de previdência complementar aberta que possui a característica de vedar o benefício fiscal ao participante do plano.

IV – O plano de previdência VGBL tem por finalidade a acumulação de recursos no longo prazo com vistas à complementação da renda na aposentadoria, o plano PGBL visa somente reduzir o imposto de renda da pessoa física que utiliza o modelo de declaração completo.

Está(ão) incorreto(s)

a) Somente o III.

b) Somente os I e IV.

c) Somente os II e III.

d) Somente os III e IV.

e) Somente os I, II e IV.

206. (Banestes/CKM/2015) Baseando-se em seus conhecimentos acerca das definições sobre o mercado de câmbio, assinale a alternativa CORRETA.

a) Também denominado mercado paralelo, o mercado de câmbio é o ambiente onde se realizam as operações de câmbio entre os agentes autorizados pelo Banco Central e entre estes e seus clientes, diretamente ou por meio de seus correspondentes.

b) A operação de câmbio (compra ou venda) pronta é a operação a ser liquidada em até trinta dias úteis da data de contratação.

c) Quaisquer pagamentos ou recebimentos em moeda estrangeira podem ser realizados no mercado de câmbio, inclusive as transferências para fins de constituição de disponibilidades no exterior e seu retorno ao País e aplicações no mercado financeiro.

d) A posição de câmbio vendida é o saldo em moeda estrangeira registrado em nome de uma instituição autorizada que tenha efetuado compras, prontas ou para liquidação futura, de moeda estrangeira, de títulos e documentos que as representem e de ouro-instrumento cambial, em valores superiores às vendas.

e) A posição de câmbio comprada é o saldo em moeda estrangeira registrado em nome de uma instituição autorizada que tenha efetuado vendas, prontas ou para liquidação futura, de moeda estrangeira, de títulos e documentos que as representem e de ouro-instrumento cambial, em valores superiores às compras.

207. (Banestes/PCR/2015) A respeito do mercado de câmbio julgue os itens que se seguem.

I – O órgão responsável pela execução da política cambial brasileira é o Banco Central do Brasil.

II – Os bancos comerciais, as caixas econômicas, os bancos múltiplos e as cooperativas de crédito podem operar como agentes neste mercado.

III – A ordem de pagamento vinda do exterior pode ser o documento utilizado na operação de câmbio manual, definida como a compra e venda de divisas estrangeiras.

IV – O mercado cambial é o segmento do mercado financeiro em que ocorrem operações de conversão de moedas nacionais por moedas estrangeiras e vice-versa.

Está incorreto o que se afirma APENAS em

a) I.

b) I e II.

c) I e IV.

d) II e III.

e) III e IV.

208. (Banpará/Espp/2012) Leia as sentenças sobre o papel do Banco Central no mercado de câmbio e assinale a alternativa incorreta.

a) O Banco Central executa a política cambial definida pelo Conselho Monetário Nacional.

b) Compete ao Banco Central fiscalizar o referido mercado.

c) Regulamenta o mercado de câmbio e autoriza as instituições que nele operam.

d) O Banco Central pode atuar diretamente no mercado, comprando e vendendo moeda estrangeira de forma ocasional e limitada, com o objetivo de conter movimentos desordenados da taxa de câmbio.

e) O Banco Central é impossibilitado de punir dirigentes e instituições mediante multas, suspensões e outras sanções previstas em lei.

209. (BRDE/Fundatec/2017/analista de projetos área econômico-financeira) A taxa de câmbio é a relação entre duas moedas e pode estimular ou desestimular as trocas internacionais, ou seja, movimentos de mercadorias, serviços e capitais entre os países. É a administração da taxa de câmbio para garantir o funcionamento regular do mercado. Atuar no sentido do funcionamento regular do mercado cambial, da estabilidade relativa das taxas de câmbio e do equilíbrio no balanço de pagamentos é função:

a) Do Fundo Monetário Internacional.

b) Do Ministério da Fazenda.

c) Das Corretoras de Valores Mobiliários e das Casas de Câmbio.

d) Do Ministério das Relações Exteriores.

e) Do Banco Central do Brasil.

210. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) Com relação às operações de câmbio, assinale a opção correta.

a) Em função de sua natureza específica, as operações de câmbio têm diferentes características. Por conseguinte, sobre elas incidem custos administrativos e financeiros também diversos, de modo que a taxa de câmbio pode variar em função do propósito da operação, da forma de entrega da moeda estrangeira e de aspectos que lhe são inerentes, a exemplo do perfil do cliente, do prazo de liquidação e do valor da operação.

b) Em virtude de suas características substantivas assemelhadas, as operações de câmbio só podem ser formalizadas com base na paridade cambial expressa pela média das taxas registradas no mercado primário, o qual reflete a compra e venda de moedas estrangeiras decorrentes de operações comerciais de exportação e importação.

c) Por serem essencialmente semelhantes, as operações de câmbio caracterizam-se por apresentar custos administrativos e financeiros homogêneos; aspectos relacionados com o propósito da operação, a forma de entrega da moeda estrangeira e outras especificidades, a exemplo do perfil do cliente, do prazo de liquidação e do valor da operação, não afetam a taxa de câmbio.

d) Mais que uma referência para os agentes autorizados a operar no mercado de câmbio, calculadas a partir das médias apuradas nas operações diárias, as taxas de câmbio divulgadas na imprensa obrigam esses agentes a efetuar a compra e venda de moedas estrangeiras pelos preços fixados, sob pena de multa e suspensão da licença para operar.

e) Utiliza-se a expressão câmbio comercial para fazer referência a operações realizadas no comércio de moeda estrangeira em espécie, geralmente para custear viagens internacionais.

211. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) Assinale a opção correta com referência ao conceito de conversibilidade de moedas.

a) Em essência, esse conceito remete às moedas cuja paridade fixa é garantida por seus respectivos governos, que funcionam como garantidores de sua conversão em moedas de outros países.

b) São conversíveis as moedas cujos valores equivalentes em ouro monetário se encontram depositados em titularidade dos nacionais de seu país.

c) Essencialmente, esse conceito remete ao grau de facilidade com que uma moeda se converte em outra ou é utilizada para adquirir bens e serviços estrangeiros.

d) São conversíveis as moedas que podem ser trocadas por direitos especiais de saque registrados no Fundo Monetário Internacional.

e) Essencialmente, esse conceito remete às conversões realizadas entre as moedas associadas às oito maiores economias do mundo, cujos mercados interbancários, integrados ao BIS e sujeitos aos controles impostos pelo G8, não deixam margem a dúvidas quanto à efetivação das conversões negociadas.

212. (BB/Cesgranrio/2012) O mercado cambial é o segmento financeiro em que ocorrem operações de negociação com moedas internacionais. A operação que envolve compra e venda de moedas estrangeiras em espécie é denominada

a) câmbio manual

b) câmbio sacado

c) exportação

d) importação

e) transferência

213. (Banpará/Exatus/2015) No Brasil, o mercado de câmbio é o ambiente onde se realizam as operações de câmbio entre os agentes autorizados pelo Banco Central e entre estes e seus clientes, diretamente ou por meio de seus correspondentes. Diante dessa explicação, assinale a alternativa correta a respeito do mercado de cambio:

a) O mercado de câmbio é regulamentado pelo Banco Central e fiscalizado pelo Banco do Brasil e compreende as operações de compra e de venda de moeda estrangeira.

b) As operações do mercado de câmbio são realizadas por intermédio das instituições bancárias comerciais que possuam filiais de suas operações em países dos quais a instituição pretenda comercializar a moeda.

c) À margem do mercado de câmbio funciona um segmento denominado mercado paralelo onde, os negócios realizados são vantajosos.

d) As operações do mercado de cambio de valor até o equivalente a US$ 3 mil, é dispensado o respaldo documental e a necessidade de identificação do cliente.

e) Incluem-se no mercado de câmbio brasileiro as operações relativas aos recebimentos, pagamentos e transferências para o exterior mediante a utilização de cartões de uso internacional, bem como as operações referentes às transferências financeiras postais internacionais, inclusive vales postais e reembolsos postais internacionais.

214. (Basa/Cesgranrio/2015) Um contrato de câmbio celebrado entre um banco e um cliente, exportador brasileiro,

a) implica a exigência de o exportador trazer para o Brasil, imediatamente, os dólares provenientes de suas vendas no exterior.

b) nunca implica o banco garantir ao exportador a quantia devida pelo importador.

c) pode implicar a cobrança pelo banco da quantia em dólar devida pelo importador residente no exterior.

d) consiste na compra de dólares pela empresa exportadora.

e) é possível apenas após o embarque da mercadoria para o importador estrangeiro.

215. (Banpará/Inaz-PA/2014) O contrato de câmbio é um documento que formaliza a operação de compra ou venda de moeda estrangeira que deve ser registrado no:

a) SISCOMEX

b) Registro de Exportação

c) Banco do Brasil

d) Banco Central

e) Sistema Integrado de Registro de Operações de Câmbio

216. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) Com relação ao contrato de câmbio, assinale a opção correta.

a) Trata-se de instrumento com valor fiduciário, firmado entre instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio, em que se registram os números de série das moedas transacionadas entre os operadores.

b) Trata-se de instrumento com valor legal, firmado entre o vendedor e o comprador de moeda estrangeira, em que se formalizam as condições sob as quais se realiza a operação de câmbio.

c) Por se tratar de operação entre agentes privados, os contratos de câmbio não precisam ser registrados no Sistema Integrado de Registro de Operações de Câmbio (Sistema Câmbio) por agente autorizado a operar no mercado de câmbio.

d) Trata-se de formulário emitido pelo agente operador em que se registram os valores das moedas conversíveis e as taxas de juros aplicadas em seus respectivos mercados.

e) O agente autorizado a operar no mercado de câmbio está dispensado de identificar seus clientes e de registrar a operação no Sistema Integrado de Registro de Operações de Câmbio (Sistema Câmbio) quando as operações de compra ou de venda de moeda estrangeira envolverem quantias inferiores a US$ 3 mil (ou valor equivalente em outras moedas estrangeiras).

217. (Banpará/Exatus/2015) Leia com atenção o trecho da notícia abaixo: Depois de iniciar o dia em queda, o dólar comercial voltou a subir e _____ anunciou mais um leilão de venda de dólares no mercado futuro. Por volta de 10h50min, o dólar chegou a R$ 4, após fechar ontem a R$ 3,99. Mais cedo, o dólar chegou a ficar cotado em R$ 3,89.

Fonte: EBC - Agência Brasil (modificada) - Acessada em 02/09/2.015, 18h:28min.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do trecho acima:

a) a Casa da Moeda.

b) o Banco do Brasil.

c) o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

d) o Banco Central.

e) o Ministério da Fazenda.

218. (Basa/Cesgranrio/2015) Há várias denominações operacionais para as taxas de câmbio R$/US$, as quais se referem às operações em diferentes segmentos do mercado cambial. A taxa de câmbio

a) de cobertura se refere à cotação de compra de dólares do Banco Central do Brasil pelos bancos, quando há eventuais excessos na posição vendida.

b) PTAX do Banco Central do Brasil se refere às cotações de compra e de venda do dólar, o qual será transferido diretamente para e do exterior.

c) Oficial se refere à cotação dos repasses de dólares dos bancos ao Banco Central do Brasil, quando não encontram aplicações para eventuais excessos na posição comprada.

d) Cabo se refere às cotações de compra e de venda do dólar entre os bancos brasileiros.

e) Pronta se refere às cotações cambiais de compra e venda para as operações oficiais de transação com o exterior.

219. (Banestes/CKM/2015) Em relação ao mercado de câmbio, é correto afirmar que:

a) Qualquer pessoa ou empresa pode comprar livremente e vender dólar câmbio sem que haja controle e/ou interferência do Banco Central do Brasil, uma vez que as operações são feitas por uma casa de câmbio ou uma agência bancária.

b) Em decorrência da autonomia dos agentes financeiros, o Banco Central do Brasil não intervém no mercado de câmbio, deixando que a cotação do dólar flutue livremente, já que as reservas dessa moeda ficam sob a custódia do Banco do Brasil.

c) Ainda que haja fluxo de dólares entre as empresas brasileiras e empresas multinacionais, o ingresso ou a saída desse capital não influencia o valor da taxa de câmbio.

d) Somente as importações têm influência direta na taxa de câmbio, já que o país se torna um grande devedor, necessitando comprar altos volumes de dólares para pagar os fornecedores estrangeiros.

e) A taxa de câmbio praticada no mercado de câmbio brasileiro é livremente negociada entre os agentes e seus clientes, desde que observem as normas regulamentadoras deste mercado.

220. (BB/Cesgranrio/2015) Uma desvalorização cambial da moeda brasileira (real) frente à moeda norte-americana (dólar), implica a(o)

a) diminuição do número de reais necessários para comprar um dólar

b) diminuição do estoque de dólares do Banco Central do Brasil

c) diminuição do preço em reais de um produto importado dos EUA

d) estímulo às exportações brasileiras para os EUA

e) aumento das cotações das ações das empresas importadoras na bolsa de valores

221. (Banpará/Inaz-PA/2014) É a cotação oficial das moedas estrangeiras, e é calculada diariamente através da média ponderada das negociações desta moeda.

a) Taxa - PTAX

b) Taxa - SELIC

c) Taxa - DI

d) Taxa - TR

e) Taxa - SELIC OVER

222. (Metrô-DF/Iades/2014/Economista) Considerando um regime cambial de taxas fixas, assinale a alternativa correta.

a) O preço da moeda nacional, em termos de moeda estrangeira, é definido pelo mercado.

b) Se o Banco Central quiser desvalorizar a moeda nacional, ele deve aumentar a oferta de divisas no mercado.

c) Se houver excesso de demanda por moeda estrangeira, a taxa de câmbio se depreciará.

d) As variações na demanda e na oferta de divisas não afetam o volume das reservas internacionais.

e) O valor da moeda nacional, em termos da moeda estrangeira, é definido pelo Banco Central que atua vendendo ou comprando moeda ao preço fixado.

223. (Basa/Cesgranrio/2013) Suponha que a taxa de câmbio entre reais (R$) e dólares (US$) seja de 2 R$/US$, e a taxa de câmbio entre libras (£) e dólares seja de 0,50 £/US$. Deduz-se que a taxa de câmbio entre reais e libras, em R$/£, é de

a) 2

b) 0,5

c) 1

d) 4

e) 3

224. (Banestes/Idecan/2012) Marque a afirmativa INCORRETA.

a) No Brasil, a meta de inflação é definida pelo Conselho Monetário Nacional.

b) A determinação da meta SELIC e seu eventual viés é responsabilidade do COPOM.

c) O regime de câmbio vigente no Brasil é o câmbio fixo.

d) O Banco Central é responsável pela execução da política monetária.

e) Analisar o Relatório de Inflação é uma das atribuições do COPOM.

225. (Banestes/Idecan/2012/analista econômico-financeiro) A Circular nº 3.280, de 09/03/2005, do Banco Central do Brasil divulgou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais. Considerando as normas vigentes e a atuação do Banestes, assinale a alternativa INCORRETA.

a) As pessoas físicas ou jurídicas podem comprar e vender moeda estrangeira ou realizar transferências internacionais em reais, de qualquer natureza, sem limitação de valor, devendo ser observada a legalidade da transação e as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

b) É permitido ao remetente de recursos ao exterior, domiciliado no País, honrar seu compromisso em moeda estrangeira, mediante operação de câmbio ou em moeda nacional, mediante crédito à conta corrente titulada pela pessoa física ou jurídica residente, domiciliada ou com sede no exterior, aberta e movimentada no País, obedecidas a legislação e regulamentação vigentes.

c) De acordo com o Regulamento do Banco Central do Brasil, as referências à compra e a venda de moeda estrangeira significam que o agente autorizado a operar em câmbio é o comprador ou o vendedor, respectivamente.

d) Atualmente, no Brasil, a taxa de câmbio é livremente pactuada entre os agentes autorizados a operar em câmbio ou entre estes e seus clientes, podendo as operações de câmbio ser contratadas para liquidação pronta ou futura e, no caso de operações interbancárias, a termo.

e) O Banestes é agente autorizado a operar no mercado de câmbio pelo Banco Central do Brasil. Entretanto, por ser uma instituição financeira pública estadual não está autorizado a operar com câmbio pronto, câmbio turismo e *travelers* cheques.

226. (BB/PCR/2015) Sobre o mercado de câmbio, qual das alternativas a seguir está CORRETA?

a) A posição de câmbio comprada é o saldo em moeda estrangeira registrado em nome de uma instituição autorizada que tenha efetuado vendas, prontas ou para liquidação futura, de moeda estrangeira, de títulos e documentos que as representem e de ouro-instrumento cambial, em valores superiores às compras.

b) No Brasil, o atual mercado de câmbio engloba as operações de compra e de venda de moeda estrangeira, as operações em moeda nacional entre residentes, domiciliados ou com sede no país, e residentes, domiciliados ou com sede no exterior, além de operações com ouro-instrumento cambial, realizadas por intermédio das instituições não autorizadas pelo BACEN.

c) A taxa cambial, definida como preço, em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira, tende a diminuir quando há aumento da procura da moeda estrangeira considerada e a oferta não sofre alteração.

d) O Brasil, hoje, trabalha com a reunião do Mercado de Câmbio de Taxas Livres e do Mercado de Câmbio de Taxas Flutuantes, ou seja, houve a unificação dos dois mercados e a consequente instituição de um único mercado de câmbio.

e) Entende-se como política cambial é o conjunto de leis, regulamentos e ações do setor privado que influem no comportamento do mercado de câmbio e da taxa de câmbio.

227. (Banestes/CKM/2015) O(A) _____ é o saldo em moeda estrangeira registrado em nome de uma instituição autorizada que tenha efetuado vendas, prontas ou para liquidação futura, de moeda estrangeira, de títulos e documentos que as representem e de ouro-instrumento cambial, em valores superiores às compras. Completa CORRETAMENTE a lacuna acima o exposto em:

a) Reserva de moeda cambial

b) Saldo de moeda registrada

c) Posição de câmbio vendida

d) Resgate de moeda cambial

e) Média acumulada mensal em moeda

228. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) Com relação aos conceitos de posição de câmbio comprada e vendida, assinale a opção correta.

a) Diz-se estar em posição de câmbio comprada a instituição autorizada que tenha registrado em seu nome saldo em moeda estrangeira resultante de compras, prontas ou para liquidação futura, de moeda estrangeira, de títulos e documentos que as representem e de ouro-instrumento cambial, em valores superiores às vendas.

b) A posição de câmbio vendida é o saldo em moeda nacional registrado em nome de instituição autorizada que tenha efetuado vendas, prontas ou para liquidação futura, de moeda estrangeira, de títulos e documentos que as representem e de ouro-instrumento cambial, em valores superiores às compras.

c) Diz-se estar em posição de câmbio comprada a instituição autorizada que tenha registrado em seu nome saldo em moeda estrangeira resultante de compras, prontas ou para liquidação futura, de moeda estrangeira, de títulos e documentos que as representem e de ouro-instrumento cambial, em valores inferiores às vendas.

d) Diz-se estar em posição de câmbio comprada a instituição autorizada que tenha sido adquirida por instituição financeira, nacional ou estrangeira, com moeda estrangeira.

e) A posição de câmbio vendida é o saldo em moeda nacional, em valores superiores às compras, registrado em nome de instituição autorizada que tenha efetuado vendas de moeda estrangeira, não se podendo considerar seus ativos na forma de títulos e documentos que as representem ou de ouro instrumento cambial.

229. (BB/Cesgranrio/2015) Sr. X é concitado por Sr. Y a atuar como avalista em título de crédito no qual Sr. Y é devedor. Dado o alto grau de amizade entre os dois, o ato é praticado. Algum tempo depois, Sr. X recebe comunicação de que pende de pagamento a dívida resultante do aval. Diversas dúvidas acudiram ao avalista que, consultando profissional especializado em títulos de crédito, assentou que o seu dever de pagamento estaria relacionado a

a) obrigações portadas por devedor, mesmo ilíquidas

b) cláusulas contratuais estipuladas em desfavor do devedor

c) títulos de crédito derivados do original

d) obrigação líquida constante do título

e) estoque de débito do avalizado junto ao credor

230. (BB/Cesgranrio/2014) Um gerente participa de processo de treinamento sobre títulos de créditos e garantias do Sistema Financeiro Nacional. Durante a avaliação dos itens abordados no treinamento, o gerente, que se dedicou com afinco aos estudos, responde, apropriadamente, que o aval, nos termos do Código Civil,

a) gera direito de regresso contra o avalizado em caso de pagamento pelo avalista.
b) é garantia típica dos contratos bancários.
c) pode ser parcial quando firmado em título de crédito.
d) pode ser considerado até declaração judicial quando cancelado.
e) deve ser subscrito exclusivamente no anverso do título.

231. (Basa/Cesgranrio/2013) Para se resguardarem de possíveis inadimplências nas operações de cessão de crédito aos seus clientes, os Bancos estabelecem alguns tipos de garantia. O aval é uma garantia
a) real vinculada a uma coisa móvel ou mobilizável que ficará em poder do Banco durante a operação de empréstimo.
b) real extrajudicial e incide sobre bens imóveis ou equiparados que pertençam ao devedor ou a terceiros.
c) pessoal autônoma e solidária destinada a garantir títulos de crédito, permitindo que um terceiro seja coobrigado em relação às obrigações assumidas.
d) exigida pelo emprestador de acordo com o risco da operação e pode ser real ou impessoal.
e) vinculada a um bem móvel que fica em nome do Banco até o término do pagamento do empréstimo.

232. (BNB/FGV/2014) Com relação à diferença entre aval e fiança, é correto afirmar que:
a) o aval é uma garantia pessoal, enquanto a fiança é uma garantia real;
b) o aval é uma garantia real, enquanto a fiança é uma garantia pessoal;
c) o aval é uma garantia constituída em um título de crédito, enquanto a fiança é uma garantia estabelecida em contrato ou carta;
d) no aval, o credor pode acionar diretamente o avalista, enquanto na fiança se aciona o fiel depositário;
e) o aval precisa da assinatura do cônjuge, enquanto a fiança não tem essa exigência.

233. (BNB/FGV/2014) Augusto Cardoso contraiu obrigação perante o Banco W S/A com garantia pessoal (fiança) prestada por Cristóvão Carira. No contrato de fiança ficou estabelecido que o fiador é garante solidário ao afiançado, inexistindo qualquer benefício de ordem a seu favor. Na data do vencimento, Augusto Cardoso obteve do credor uma prorrogação de prazo para o pagamento por 120 (cento e vinte) dias, sendo tal acordo celebrado por escrito e sem a anuência ou ciência de Cristóvão Carira. Com base nas disposições do Código Civil relativas ao contrato de fiança, é correto afirmar que:

a) o fiador permanece obrigado ao pagamento porque ao prestar a fiança se declarou garante solidário ao afiançado;

b) o fiador ficou desobrigado ao pagamento da obrigação em caso de inadimplemento, operando-se a extinção da fiança;

c) do fiador poderá ser exigido o pagamento imediato da dívida, mas perante o afiançado prevalecerá o acordo entre este e o credor;

d) deverá o fiador interpelar judicialmente o afiançado para ser incluído como parte no acordo firmado por este e o credor;

e) o credor deverá interpelar o fiador para se manifestar sobre a prorrogação, em 2 (dois) dias, sob pena de nulidade do acordo.

234. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) Acerca da vinculação de fiança em garantia, assinale a opção correta.

a) O benefício de ordem é uma prerrogativa legal conferida ao fiador, que não pode renunciar a esse direito.

b) A fiança não inclui as obrigações acessórias à obrigação principal.

c) Inexiste a fiança de valor inferior ao da obrigação principal.

d) A obrigação do fiador é intransferível aos seus herdeiros.

e) As dívidas futuras podem ser objeto de fiança.

235. (BB/Cesgranrio/2015) Ao conceder uma fiança bancária a determinado cliente, um banco garante o cumprimento de uma obrigação pelo cliente, mediante uma remuneração. A fiança bancária

a) não precisa ser aprovada pela área de crédito dos bancos.

b) é proibida pelo Banco Central do Brasil no caso de operações que não tenham perfeita caracterização do valor em moeda nacional.

c) tem remuneração limitada à taxa de juros de referência da economia.

d) não é utilizada nas negociações registradas na Bolsa de Mercadorias e Futuro.

e) é uma operação de crédito e, portanto, sujeita ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

236. (BB/PCR/2015) A operação por meio da qual a instituição financeira garante em contrato, perante terceiros, o cumprimento de obrigações decorrentes de riscos assumidos por seu cliente é denominada

a) penhor bancário.

b) fiança bancária.

c) fiança financeira.

d) alienação bancária.

e) hipoteca bancária

237. (BB/FCC/2013) A operação por meio da qual a instituição financeira garante em contrato, perante terceiros, o cumprimento de obrigações decorrentes de riscos assumidos por parte do seu cliente é denominada

a) aval.

b) fiança bancária.

c) penhor mercantil.

d) alienação fiduciária.

e) adiantamento de contrato de câmbio.

238. (BB/Cesgranrio/2015) A sociedade empresária W & Z Ltda. pretende expandir a sua atuação e, para tal fito, necessita de numerário, uma vez que seu capital disponível não lhe permite corporificar seu crescimento. Nessa linha, inventaria os seus bens desembaraçados disponíveis e apresenta proposta de empréstimo bancário com as garantias que enumera no documento que entrega ao gerente do Banco onde tem suas operações financeiras. O gerente sugere que a garantia seja concretizada por penhor mercantil e apresenta os contratos necessários, previamente aprovados pelo setor jurídico, e indica que o numerário será disponibilizado em até vinte e quatro horas após a formalização do negócio. Nos termos do Código Civil, prometendo pagar em dinheiro a dívida que garante com penhor mercantil, o devedor poderá emitir, em favor do credor,

a) cheque especial

b) letra de câmbio própria

c) debênture comercial

d) carta de crédito pignoratícia

e) cédula do respectivo crédito

239. (BNB/FGV/2014) Os seguintes bens podem ser oferecidos como garantia na modalidade penhor:

I – joias e relógios;

II – imóveis;

III – aeronaves;

IV – navios.

Assinale se:

a) somente I e III estiverem corretas;

b) somente II e IV estiverem corretas;

c) somente I estiver correta;

d) somente II estiver correta;

e) somente II, III e IV estiverem corretas.

240. (BB/FCC/2013) O penhor mercantil é modalidade de garantia que pode ser exigida por operadores do Sistema Financeiro Nacional na formalização de operações de crédito em que

a) haja dispensa de fiel depositário.

b) o valor atualizado do bem não exceda 50% do valor financiado.

c) esse direito recaia sobre bens móveis.

d) o devedor possa substituir os bens empenhados sem autorização prévia do credor.

e) os recursos liberados permaneçam depositados na mesma instituição financeira.

241. (Banpará/Espp/2012) À transferência da propriedade do título de crédito para outras mãos, por meio da assinatura do beneficiário, chamamos de:

a) Fiança

b) Garantia

c) Endosso

d) Penhor

e) Empréstimo

242. (BB/Cesgranrio/2015) Um cliente interessado na compra de um imóvel próprio encontra, entre outras, as seguintes informações no website do Banco do Brasil:

- percentual máximo financiável: até 90% do valor do imóvel, baseado no menor dos seguintes valores: avaliação ou compra e venda;
- Forma de pagamento: débito em conta-corrente;
- Prazo máximo: financiamento em até 420 meses (35 anos);
- Tipos de imóvel: novo ou usado; residencial ou comercial; edificado em alvenaria; localizado em área urbana;
- Garantia: alienação fiduciária do imóvel.

Disponível em: <http://www.bb.com.br/portalbb/page44,116,2117,1,0,1,1.bb?codigoMenu=172&codigoNoticia=9518&codigoRet=184&bread=5>. Acesso em: 01 ago.2015. Adaptado.

A garantia informada

a) concede ao devedor a propriedade do imóvel, assegurada por registro em cartório logo depois do pagamento da primeira prestação.

b) é um tipo de garantia, tal como a fiança, baseada na confiança.

c) possui o mesmo teor legal da hipoteca, já que proporciona ao credor o direito de reaver o imóvel em caso de inadimplência do devedor, depois de finalizado o processo judicial.

d) possibilita ao credor, diferentemente da hipoteca, executar o bem sob garantia sem que seja necessário recorrer ao poder judiciário, caso o devedor se torne irremediavelmente inadimplente.

e) permite que o credor coloque o imóvel em leilão público em caso de inadimplência do devedor, ficando aquele obrigado a repassar à União eventuais diferenças, quando houver, entre o valor arrecadado e o valor da dívida.

243. (BNB/FGV/2014) Foi celebrado contrato no âmbito do mercado financeiro entre o Banco W e a sociedade empresária Telha Empreendimentos Turísticos Ltda. pela qual o primeiro terá a propriedade fiduciária em caráter resolúvel de certo bem móvel fungível, em garantia do financiamento concedido, e a segunda, uso e gozo do referido bem. De acordo com as disposições legais relativas a esse contrato e ao procedimento de cobrança, é correto afirmar que, em caso de inadimplemento ou mora da obrigação garantida:

a) o credor poderá vender a terceiros o bem objeto da propriedade fiduciária independente de leilão, hasta pública ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial;

b) o credor deverá interpor o protesto extrajudicial e, com a obtenção da lavratura e registro do protesto, requerer judicialmente a busca e apreensão do bem para posterior venda em hasta pública;

c) o credor poderá adjudicar em juízo imediatamente o bem, independentemente de previsão contratual ou purgação da mora pelo devedor;

d) o devedor poderá reter o bem em seu poder até que o credor lhe pague as despesas feitas com a coisa, e os prejuízos que da sua conservação provierem, se devidamente provados;

e) verificada a mora, independentemente de notificação ou interpelação, o devedor poderá requerer o depósito judicial da coisa para evitar sua alienação extrajudicial pelo credor.

244. (BB/Cesgranrio/2012) Devido à grande exposição ao risco de crédito, os bancos precisam utilizar meios para garantir suas operações e salvaguardar seus ativos. Qual o tipo de operação que garante o cumprimento de uma obrigação na compra de um bem a crédito, em que há a transferência desse bem, móvel ou imóvel, do devedor ao credor?

a) Hipoteca

b) Fiança bancária

c) Alienação fiduciária

d) Penhor

e) Aval bancário

245. (Banestes/PCR/2015) A respeito da constituição de garantias nas operações bancárias julgue os itens a seguir.

I – a garantia pessoal se consiste na entrega de algum bem material, móvel ou imóvel, pertencente a uma pessoa, para que se cumpra a exigência de uma dívida, quando não paga pelo devedor pessoa física ou pessoa jurídica.

II – os bens móveis podem ser hipotecados, mas não podem ser alienados fiduciariamente.

III – tanto a pessoa física como a pessoa jurídica podem formalizar garantias pessoais, mas a garantia fidejussória só pode ser formalizada pela pessoa jurídica.

IV – no penhor mercantil só podem ser vinculados bens móveis de propriedade do devedor ou de terceiro.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I.

b) II.

c) IV.

d) I, II e IV.

e) III e IV.

246. (BNB/FGV/2014) Num contrato bancário de concessão de crédito com garantia hipotecária de bem imóvel de propriedade do mutuário Cooperativa do Vale do Rio Pardo, cujo valor de avaliação é de R$4.590.000,00 (quatro milhões quinhentos e noventa mil reais), é imprescindível que:

a) seja lavrado instrumento particular de hipoteca, tendo em vista que o devedor é uma cooperativa e o elevado valor do imóvel;

b) seja lavrada escritura pública de hipoteca, tendo em vista o valor do imóvel e o negócio jurídico ser constitutivo de garantia real;

c) as partes escolham previamente qual será o instrumento de constituição da hipoteca; sendo instrumento particular, deverá ser averbado no Registro de Títulos e Documentos;

d) seja lavrado instrumento particular de hipoteca, sob pena de nulidade por descumprimento da forma prescrita em lei para constituição de garantias reais;

e) as partes escolham previamente qual será o instrumento de constituição da hipoteca; sendo instrumento público, deverá ser lavrado pelo Registro Empresarial.

247. (BB/Cesgranrio/2014) Um bancário, almejando promoção na carreira, realiza diversos cursos propostos pelo seu empregador. Ao final de um desses cursos, foi apresentada uma questão exigindo do aluno o conhecimento de que a hipoteca

a) é inaplicável sobre as acessões do imóvel hipotecado.

b) é relacionada aos títulos de crédito documentados.

c) acarreta a proibição de alienação do imóvel hipotecado.

d) pode incidir sobre navios e aeronaves.

e) pode ser realizada por pessoa absolutamente incapaz.

248. (BB/Cespe/2013/Certificação Interna) O direito real de garantia que tem por objeto uma casa pertencente ao devedor e que visa assegurar o recebimento preferencial do crédito é denominado

a) penhor.

b) fiança.

c) aval.

d) anticrese.

e) hipoteca.

249. (Banestes/Idecan/2012) Considerando as garantias que podem ser concedidas e/ou requeridas por instituições financeiras, marque a alternativa INCORRETA.

a) Dívidas futuras podem ser objeto de fiança, mas o fiador não será demandado senão depois que se fizer certa e líquida a obrigação do principal devedor.

b) É vedado o aval parcial, salvo disposição diversa em lei especial.

c) Nas dívidas garantidas por penhor ou hipoteca, o bem dado em garantia fica sujeito, por vínculo real, ao cumprimento da obrigação.

d) Constitui-se o penhor pela transferência efetiva da posse que, em garantia do débito ao credor ou a quem o represente, faz o devedor, ou alguém por ele, de uma coisa móvel, suscetível de alienação.

e) No penhor industrial, mercantil e de veículos, as coisas empenhadas devem continuar em poder do credor, que as deve guardar e conservar.

250. (BB/Cespe/2012/Certificação Interna) O instrumento mitigador de risco de crédito classificado como uma garantia real e que tem por característica a transferência da propriedade resolúvel ao credor, ficando o devedor como depositário do bem, é denominado

a) penhor.

b) alienação fiduciária.

c) hipoteca.

d) anticrese.

e) derivativo de crédito.

251. (BNDES/Cesgranrio/2011/economia) No caso de empréstimos bancários garantidos por ativos tangíveis, algumas medidas diminuem o risco de crédito do banco.

Entre elas, NÃO se encontra a

a) custódia pelo credor dos ativos empenhados em garantia.

b) verificação nos registros públicos se os ativos empenhados foram oferecidos em garantia de outras transações.

c) duração da vida útil dos ativos empenhados em garantia superior ao prazo do empréstimo.

d) elaboração de projeções sobre o futuro valor dos ativos empenhados em garantia.

e) limitação do valor dos ativos empenhados em garantia a um montante máximo igual ao valor do empréstimo.

252. (Banpará/Exatus/2015) O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, em caso de intervenção, de liquidação ou de falência. Com essa informação, assinale a alternativa correta a respeito da FGC:

a) O total de créditos de cada pessoa contra a mesma instituição associada, ou contra todas as instituições associadas do mesmo conglomerado financeiro, será garantido até o valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

b) O total de créditos de cada pessoa contra a mesma instituição associada, ou contra todas as instituições associadas do mesmo conglomerado financeiro, será garantido até o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

c) O total de créditos de cada pessoa contra a mesma instituição associada, ou contra todas as instituições associadas do mesmo conglomerado financeiro, será garantido até o valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

d) O total de créditos de cada pessoa contra a mesma instituição associada, ou contra todas as instituições associadas do mesmo conglomerado financeiro, será garantido até o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

e) O total de créditos de cada pessoa contra a mesma instituição associada, ou contra todas as instituições associadas do mesmo conglomerado financeiro, será garantido até o valor total comprovado por extrato bancário original ou devidamente autenticado por órgão competente.

253. (BB/PCR/2015) O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, e permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, até determinado valor, em caso de intervenção, de liquidação ou de falência. A respeito do FGC, julgue as afirmações a seguir.

I – O FGC disciplina as ações de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em bancos, até determinado valor, em caso de intervenção, de liquidação ou de falência.

II – O FGC oferece proteção de até R$250.000,00 aos investidores e titulares de debêntures e ações.

III – As instituições associadas contribuem mensalmente para a manutenção do FGC, com uma porcentagem de 0,0125% do montante dos saldos das contas correspondentes às obrigações objeto de garantia.

IV – Se houver um saldo de R$320.000,00 na conta de depósitos à vista de quatro titulares, o montante desse saldo que não estará coberto pelo FGC será R$70.000,00.

Está(o) correto(s)

a) II, somente.

b) III, somente.

c) II e III, somente.

d) III e IV, somente.

e) I, II e IV, somente.

254. (Basa/Cesgranrio/2015) O FGC permite que correntistas, poupadores e investidores recuperem recursos depositados ou creditados em caso de falência, liquidação ou intervenção da instituição financeira. São passíveis de recuperação os investimentos de até

a) R$ 200 mil

b) R$ 350 mil

c) R$ 170 mil

d) R$ 70 mil

e) R$ 250 mil

255. (Banestes/CKM/2015) O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, e permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, até determinado valor, em caso de intervenção,

de liquidação ou de falência. São instituições associadas ao FGC a Caixa Econômica Federal, os bancos múltiplos, os bancos comerciais, os bancos de investimento, os bancos de desenvolvimento, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, as sociedades de crédito imobiliário, as companhias hipotecárias e as associações de poupança e empréstimo em funcionamento no País. Por meio dessa entidade, diversos tipos de créditos estão garantidos. Assinale a alternativa cujo grupo de créditos contém um ou mais tipos de crédito que não estão garantidos por essa entidade:

a) Depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado (CDB/RDB) e letras de câmbio.

b) Letras imobiliárias e letras hipotecárias.

c) Letras de crédito imobiliário e letras de crédito do agronegócio.

d) Depósitos em contas correntes para aplicação em fundos de investimentos.

e) Depósitos à vista ou sacáveis mediante aviso prévio, depósitos de poupança e depósitos mantidos em contas não movimentáveis por cheques, destinadas ao registro e controle do fluxo de recursos referentes à prestação de serviços de pagamento de salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

256. (Banestes/CKM/2015) O Fundo Garantidor de Crédito (FGC) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que

a) regula a proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, em caso de intervenção, de liquidação ou de falência.

b) disciplina ações de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em bancos, até determinado valor, em caso de intervenção, de liquidação ou de falência.

c) administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, até determinado valor, em caso de intervenção, de liquidação ou de falência.

d) administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, com valores de até R$ 1.000.000,00, em caso de intervenção, de liquidação ou de falência.

e) administra contas bancárias para a proteção aos correntistas e investidores, que permite recuperar os créditos mantidos em instituição financeira, até determinado valor (R$ 500.000,00), em caso de intervenção, de liquidação ou de falência.

257. (Banpará/Inaz-PA/2014) Quais dos créditos não são garantidos pelo Fundo Garantidor de Créditos:

a) Depósitos de poupança

b) Letras de Câmbio

c) Letras de Crédito Imobiliário

d) Debêntures e Ações

e) Operações compromissadas que têm como objeto títulos emitidos após 08.03.2012 por empresa ligada.

258. (Banpará/Inaz-PA/2014) Política Monetária:

I – É o conjunto de medidas para controlar o volume da liquidez global à disposição dos agentes econômicos.

II – O Governo atua sobre a quantidade de moeda de crédito e sobre o índice das taxas de juros de sua economia.

III – A Caixa Econômica Federal e os Bancos múltiplos são as principais instituições financeiras que fornecem dados para o depósito do FGC, para o mercado de crédito e mercado de câmbio.

IV – Tem atuação de autoridades monetárias sobre a quantidade de moeda em circulação, de crédito e das taxas de juros controlando a liquidez global.

As afirmativas corretas são:

a) I, III e IV.

b) I, II e IV.

c) I, II e III.

d) II, III e IV.

e) Todas estão corretas.

259. (BB/Cesgranrio/2014) O Fundo Garantidor de Crédito foi criado para, dentre outras finalidades, proteger depositantes e investidores no âmbito do sistema financeiro, até os limites estabelecidos pela regulamentação. Tal fundo é pessoa jurídica caracterizada como

a) sociedade por ações

b) sociedade de economia mista

c) autarquia especial

d) associação civil

e) empresa financeira

260. (BB/FCC/2013) O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) proporciona garantia ordinária a cada titular de depósito à vista e no mesmo conglomerado financeiro até o valor, em R$, de

a) 20 mil.

b) 50 mil.

c) 250 mil.

d) 1 milhão.

e) 20 milhões.

63. EXERCÍCIOS - 2º BLOCO

261. (Casa da Moeda/Cesgranrio/2012) São entidades supervisoras do Sistema Financeiro Nacional:

a) Conselho Monetário Nacional e Comissão de Valores Mobiliários

b) Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários

c) Banco Central do Brasil e Conselho Nacional de Seguros Privados

d) Superintendência Nacional de Previdência Complementar e Conselho Monetário Nacional

e) Conselho Nacional de Seguros Privados e Conselho Monetário Nacional

262. (BNDES/Cesgranrio/2011/técnico de arquivo) Integram o Sistema Financeiro Nacional:

a) Conselho da República e Conselho Monetário Nacional

b) Banco do Brasil e Receita Federal

c) Conselho da República e Banco do Brasil

d) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Receita Federal

e) Banco Central do Brasil e Banco do Brasil

263. (BB/FCC/2011) O Sistema Financeiro Nacional é integrado por

a) Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

b) Secretaria do Tesouro Nacional e Conselho Monetário Nacional.

c) órgãos normativos, entidades supervisoras e operadores.

d) Receita Federal do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

e) Secretarias estaduais da Fazenda e Ministério da Fazenda.

264. (BDMG/Fumarc/2011) Identifique as Instituições, de acordo com a estrutura do Sistema Financeiro Nacional, colocando o identificador I, II ou III de acordo com as funções de cada.

I – Órgãos Normativos

II – Entidades Supervisoras

III – Operadores

( ) CVM - Comissão de Valores Mobiliários

( ) Instituições Financeiras

( ) Susep - Superintendência de Seguros Privados

( ) CMN - Conselho Monetário Nacional

( ) Bolsas de Valores

( ) CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados

( ) Banco Central do Brasil

Marque a opção **CORRETA**, na ordem de cima para baixo:

a) II, II, III, I, I, III, I.

b) II, III, II, I, III, I, II.

c) I, I, II, III, I, II, III.

d) III, III, I, I, II, II, I.

265. (BDMG/Fumarc/2011) O Sistema Financeiro Nacional é composto de instituições responsáveis pela captação de recursos financeiros, pela distribuição e circulação de valores e pela regulação deste processo. São atribuições específicas do SFN, EXCETO:

a) autorizar as emissões de papel-moeda.

b) encaminhar os orçamentos monetários preparados pelo BACEN para aprovação do Ministério da Fazenda.

c) disciplinar o crédito em suas modalidades e as formas das operações creditícias.

d) estabelecer limites para a remuneração das operações e serviços bancários ou financeiros.

266. (BB/FCC/2011) O Sistema Financeiro Nacional tem na sua composição, como entidade supervisora,

a) a Caixa Econômica Federal.

b) o Banco Central do Brasil.

c) o Banco da Amazônia.

d) o Banco do Nordeste.

e) o Banco do Brasil.

267. (CVM/Esaf/2010) A multiplicidade de instrumentos financeiros oferecidos nos mercados favorece:

a) a escolha de riscos separando agentes a eles avessos dos propensos.

b) a criação de instituições que administram riscos.

c) a análise e avaliação do comportamento ético de investidores a operadores.

d) a transparência na formação de preços de valores mobiliários.

e) o desenvolvimento econômico.

268. (CVM/Esaf/2010) A organização do sistema financeiro obedece a critérios que levam em conta:

a) separação das atividades por critérios subjetivos.

b) critérios de políticas públicas.

c) combinação de atividades financeiras de forma a dar mais eficiência ao sistema.

d) consagradas práticas internacionais.

e) as funções e especialidades das instituições que compõem o sistema.

269. (Caixa/Cespe/2010) No Brasil, as instituições financeiras públicas são consideradas

a) entidades responsáveis pela execução da política tributária dos governos.

b) órgãos auxiliares da execução da política de crédito do governo federal.

c) entidades fiscalizadoras do Sistema Financeiro Nacional.

d) entidades prestadoras de serviços do BACEN.

e) órgãos executores da política de investimentos do governo federal.

270. (Badesul/AOCP/2010/administrador) Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. O Sistema Financeiro Nacional, será constituído pela(s) seguinte(s) instituição(ões):

I – Conselho Monetário Nacional.

II – Banco Central do Brasil.

III – Banco do Brasil S.A. e do Banco Nacional do Desenvolvimento Agro-Econômico.

IV. Pelas demais instituições financeiras públicas e privadas.

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas I, III e IV.

c) Apenas II e III.

d) Apenas I, II e IV.

e) I, II, III e IV.

271. (Badesul/AOCP/2010/administrador) Preencha as lacunas e, em seguida, assinale a alternativa correta. Considera-se instituição financeira, para lei que rege os crimes contra o sistema financeiro nacional.

A _____, que tenha como atividade _____, cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda _____, ou a custódia, emissão, distribuição, negociação, intermediação ou administração de valores mobiliários.

a) fundação pública / acessória / nacional

b) autarquia / principal / nacional ou estrangeira

c) pessoa jurídica de direito público ou privado / principal ou acessória / nacional ou estrangeira

d) pessoa jurídica de direito público internacional / principal ou acessória / nacional ou estrangeira

e) pessoa jurídica de direito público / principal e acessória / nacional e estrangeira

272. (Badesul/AOCP/2010/administrador) Assinale a alternativa INCORRETA. Para os fins da lei que rege os crimes contra o sistema financeiro nacional, equipara-se à instituição financeira

a) a pessoa jurídica que capte ou administre seguros.

b) a pessoa jurídica que capte ou administre câmbio e consórcio.

c) a pessoa jurídica que capte ou administre capitalização ou qualquer tipo de poupança, ou recursos de terceiros.

d) a pessoa natural que capte ou administre seguros, câmbio, consórcio, capitalização, somente de forma permanente.

e) a pessoa natural que capte ou administre seguros, câmbio, consórcio, capitalização, ainda que de forma eventual.

273. (BCB/Cesgranrio/Analista/2010) O subsistema normativo do Sistema Financeiro Nacional inclui os seguintes órgãos ou entidades:

a) Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

b) Comissão de Valores Mobiliários e Caixa Econômica Federal.

c) Banco Central do Brasil e Banco do Brasil.

d) Banco Central do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

e) Banco do Brasil e Superintendência de Seguros Privados.

274. (BNDES/Cesgranrio/2008) De acordo com a Lei nº 4.595/64, NÃO integra o Sistema Financeiro Nacional:

a) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

b) Banco do Brasil S.A.

c) Banco Central do Brasil.

d) Conselho Monetário Nacional.

e) Secretaria do Tesouro Nacional.

275. (Caixa/Cesgranrio/2008) O Sistema Financeiro Nacional (SFN), conhecido também como Sistema Financeiro Brasileiro, compreende um vasto sistema que abrange grupos de instituições, entidades e empresas. Nesse sentido, o Sistema Financeiro Nacional é compreendido por

a) agentes econômicos e não econômicos que objetivam a transferência de recursos financeiros, desde que previamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários para os demais agentes participantes do sistema.

b) instituições financeiras e filantrópicas, situadas no território nacional, que têm como objetivo principal o financiamento de obras públicas e a participação ativa em programas sociais.

c) dois subsistemas: um normativo e outro de intermediação financeira, sendo que este último é composto por instituições que estabelecem diretrizes de atuação das instituições financeiras operativas, como a Comissão de Valores Mobiliários.

d) um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam, em última análise, a transferir recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo) superavitários para os deficitários.

e) uma rede de instituições bancárias, ONG, entidades e fundações que visam principalmente à transferência de recursos financeiros para empresas com déficit de caixa.

276. (BNDES/Cesgranrio/2008) Além do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil S.A., constituem o Sistema Financeiro Nacional:

I – Conselho Monetário Nacional;

II – BNDES;

III – demais instituições financeiras públicas;

IV – demais instituições financeiras privadas.

Estão corretos os itens

a) I e II, apenas.

b) I, II e IV, apenas.

c) I, II, III e IV.

d) II e III, apenas.

e) III e IV, apenas.

277. (BNDES/Cesgranrio/2008) De acordo com a legislação que regula o Sistema Financeiro Nacional, NÃO constitui elemento essencial à caracterização da condição de instituição financeira a atividade de

a) assessoria financeira atinente a recursos de terceiros.

b) intermediação de recursos financeiros próprios ou de terceiros.

c) aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros.

d) coleta de recursos financeiros de terceiros.

e) custódia de valor de propriedade de terceiros.

278. (BNB/FSADU-UFMA/2007) A Constituição Federal, norma de maior hierarquia no ordenamento jurídico do Estado, ocupou-se, em capítulo específico, de estabelecer o regramento básico do Sistema Financeiro Nacional (SFN). A despeito de tal Sistema, a Carta Magna dispõe que será:

a) regulado por leis ordinárias que disporão quanto aos interesses da coletividade e a promoção do desenvolvimento econômico e social do País.

b) estruturado de modo a promover o desenvolvimento socioeconômico do País e abrangerá os sistemas cooperativos.

c) regulado por lei complementar que disporá quanto às cooperativas de crédito e a participação de capitais nas instituições que o integram.

d) regulado por lei complementar, exclusivamente, no que couber à participação de capitais estrangeiros nas instituições que o integram.

e) estruturado de modo a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade.

279. (BB/Cespe/2011/Certificação Interna) Em relação à política monetária, julgue os itens a seguir:

a) A venda de títulos públicos federais emitidos pelo Tesouro Nacional, por elevar a liquidez da economia, constitui exemplo de política monetária expansionista.

b) Entre os instrumentos de política monetária, as mudanças nas alíquotas de reservas compulsórias, por reduzirem substancialmente a incerteza, são o instrumento mais utilizado para garantir a estabilidade macroeconômica.

c) A exemplo do redesconto bancário, eventuais necessidades de caixa das instituições financeiras bancárias podem ser supridas por meio do mercado interbancário, em que bancos comerciais superavitários repassam recursos para os bancos comerciais deficitários, em determinado dia, por meio da negociação de certificados de depósitos interbancários.

d) No regime de metas de inflação brasileiro, se a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), em um período especificado, for superior à inflação projetada, o Comitê de Política Monetária (COPOM) deverá reduzir a taxa de juros para assegurar o cumprimento das metas inflacionárias estabelecidas por esse regime.

e) A operação de mercado aberto é um instrumento ágil e dinâmico de política monetária, visto que permite ao BACEN administrar a estabilidade dos preços por intermédio de uma atuação direta sobre a taxa de juros e de câmbio, com o intuito de garantir o controle da oferta monetária.

280. (Pref. Londrina - PR/Consulplan/2011) Para reduzir o crescimento econômico, o Governo pode tomar as seguintes medidas monetárias, EXCETO:

a) Aumento dos depósitos compulsórios e venda de títulos do governo.

b) Aumento dos depósitos compulsórios e compra de títulos do governo.

c) Aumento da taxa de redesconto e aumento dos depósitos compulsórios.

d) Aumento da taxa de redesconto e venda de títulos do governo.

e) Venda de títulos do governo e aumento da taxa de juros.

281. (Caixa/Cespe/2010) Quanto aos mercados financeiros, assinale a opção correta.

a) O mercado monetário, estruturado para conferir liquidez à economia, caracteriza-se por operações de longo prazo que utilizam como referência principal a taxa de câmbio.

b) O CMN pode limitar, sempre que necessário, a remuneração de operações e serviços bancários e financeiros.

c) O desconto de títulos é uma operação típica do mercado de crédito por meio da qual o cliente adianta recursos ao banco, que, em contrapartida, assume a responsabilidade pelo pagamento da duplicata ou da nota promissória no seu vencimento.

d) De acordo com a legislação vigente, compete ao BACEN intervir no mercado monetário por meio da negociação de títulos próprios no mercado aberto e da concessão de empréstimos ao Tesouro Nacional.

e) Cabe ao BACEN e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) estabelecer normas que disciplinem as atividades das bolsas de valores e dos corretores de fundos públicos.

282. (Caixa/Cespe/2010) Julgue os itens abaixo, relativos às políticas da área econômica.

I – Os objetivos principais da política econômica são promover o desenvolvimento e o crescimento econômico; garantir o pleno emprego e sua estabilidade; equilibrar o volume financeiro das transações econômicas com o exterior; garantir a estabilidade dos preços e o controle da inflação; e promover a distribuição da riqueza e das rendas, com vistas a reduzir as desigualdades sociais e propiciar melhor condição econômica para mais pessoas.

II – A política monetária pode ser definida como o controle da oferta da moeda e a definição da taxa de juros para garantir o nível adequado da liquidez em cada momento econômico.

III – A política monetária tem como objetivo aumentar a arrecadação de tributos junto à sociedade para fazer frente às despesas governamentais.

IV – A política fiscal trata das receitas e despesas do governo e tem como objetivo adequar as despesas efetuadas pelo governo ao volume de receitas arrecadadas.

V – A política cambial visa manter o equilíbrio das relações externas, via balanço de pagamentos, com as necessidades internas da economia, e a paridade da moeda do país em relação às moedas estrangeiras.

Estão certos os itens

a) I, II, III e IV.

b) I, II, III e V.

c) I, II, IV e V.

d) I, III, IV e V.

e) II, III, IV e V.

283. (Banpará/FJV/2010) O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, afirmou que não faz sentido o Banco Central elevar as taxas de juros agora porque a inflação está sob controle e não há inflação de demanda.

(extraído do Portal Exame, publicado em 10/03/2010 - http://portalexame.abril.com.br/economia/fiespnao-faz-sentido-bc-elevar-juro-agora-539392.html, acesso em 29.03.2010, 23h32min).

Com base no texto descrito acima, assinale a opção **correta**:

a) Manifestação do dirigente da Fiesp está associada a uma medida de política monetária restritiva, próxima de ser adotada pelo Banco Central, ante a perspectiva de elevação da taxa de juros.

b) O Banco Central não tem competência para interferir na política monetária, salvo se por orientação do Congresso Nacional.

c) O dirigente da Fiesp expõe seu receio em face de aumento de consumo e consequente crescimento desordenado de preços, influenciados pela elevação da taxa de juros.

d) O dirigente da Fiesp defende a diminuição da taxa de juros para conter o consumo e manter, assim, a inflação sob controle.

e) A crítica do dirigente da Fiesp diz respeito a uma iminente medida de política monetária expansionista a ser adotada pelo Banco Central, presumindo aumento da taxa de juros básica.

284. (Agência de Fomento do PR/UEL Cops/2010) Trata-se das compras ou vendas de títulos públicos que são realizadas pelo BACEN junto ao sistema bancário. É o instrumento de maior eficiência no mercado financeiro para ajustar a liquidez do mercado monetário. Assinale a alternativa que apresenta esse conceito.

a) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

b) Produto Nacional a Custo de Fatores (PN_cf)

c) Operações de Open *Market* ou Mercado Aberto

d) Produto Nacional a Preços de Mercado (PN_pm)

e) Produto Nacional Líquido (PNL)

285. (Agência de Fomento do PR/UEL Cops/2010) A taxa de juros representa o valor do dinheiro no tempo. É uma taxa de rentabilidade para os aplicadores e o custo do empréstimo, para os tomadores. O Banco Central (BC), devido ao seu monopólio de emissão de moeda, influencia de maneira decisiva a taxa de juros.

Com relação às consequências de taxas de juros altas, considere as afirmativas.

I – A oportunidade de estocar mercadorias.

II – O aumento de custos para os tomadores de fundos.

III – O desestímulo ao consumo e ao investimento.

IV – O ingresso de recursos de outros países.

Assinale a alternativa correta.

a) Somente as alternativas I e II são corretas.

b) Somente as alternativas I e IV são corretas.

c) Somente as alternativas III e IV são corretas.

d) Somente as alternativas I, II e III são corretas.

e) Somente as alternativas II, III e IV são corretas.

286. (Sergipe Gás/FCC/2010/Economista) Medida que caracteriza uma política monetária expansiva é

a) o resgate de títulos públicos no mercado aberto.

b) a elevação da taxa de redesconto do Banco Central.

c) o aumento dos gastos públicos.

d) a elevação da taxa do depósito compulsório dos bancos comerciais no Banco Central.

e) a depreciação real da taxa de câmbio.

287. (Cia. Energia AL/FCC/2010/Economista) É medida que diminui a oferta de moeda de uma economia

a) a elevação da taxa do depósito compulsório dos bancos comerciais no Banco Central.

b) o aumento dos gastos públicos.

c) a depreciação real da taxa de câmbio.

d) o resgate de títulos públicos no mercado aberto.

e) a diminuição da taxa de redesconto do Banco Central.

288. (Metrô-SP/FCC/2010/Analista Trainee - Economia) Reduz o multiplicador da base monetária

a) o aumento da taxa dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais no Banco Central.

b) a diminuição da taxa de redescontos de liquidez concedidos pelo Banco Central aos bancos comerciais.

c) o resgate de títulos públicos efetuados pelo Banco Central junto ao público.

d) o aumento da velocidade de circulação da moeda.

e) o aumento de empréstimos dos bancos comerciais para o público.

289. (BCB/Cesgranrio/Analista/2010) No modelo macroeconômico clássico, as variações na oferta monetária, decorrentes da atuação do Banco Central, têm consequências, a curto prazo, apenas sobre o(a)

a) nível geral de preços.

b) produto real da economia.

c) utilização da capacidade ociosa.

d) taxa de desemprego.

e) taxa de câmbio.

290. (BCB/Cesgranrio/Analista/2010) Entre as várias ações do Banco Central que resultam numa política monetária expansionista, **NÃO** se encontra a

a) compra de moeda estrangeira no mercado cambial.

b) compra de títulos federais no mercado aberto.

c) venda de títulos federais no mercado aberto.

d) redução do percentual de recolhimento compulsório dos bancos ao Banco Central.

e) redução da taxa de juros dos empréstimos de liquidez do Banco Central aos bancos.

291. (Banrisul/FDRH/2010) Com referência ao multiplicador bancário, pode-se afirmar que,

I – quanto maior for o depósito compulsório (reservas compulsórias), menor será o multiplicador bancário, mantidas constantes as demais circunstâncias.

II – quanto menor for o encaixe técnico (reservas voluntárias) dos bancos, menor será o multiplicador bancário, mantidas constantes as demais circunstâncias.

III – quanto maior for a taxa SELIC, maior tende a ser o multiplicador bancário, mantidas constantes as demais circunstâncias.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas a I.

b) Apenas a II.

c) Apenas a III.

d) Apenas a I e a II.

e) Apenas a I, a II e a III.

292. (Banrisul/FDRH/2010) No Sistema Financeiro Nacional, existem operações que podem criar, destruir ou manter os volumes dos meios de pagamento. Considere os seguintes exemplos.

I – Um exportador (empresa não financeira) vende dólares a um banco comercial brasileiro e recebe em troca um depósito à vista.

II – Um banco de investimento compra títulos públicos pertencentes a um banco de desenvolvimento, com pagamento em papel-moeda.

III – Um banco comercial vende um imóvel a uma caixa econômica e recebe o pagamento em papel-moeda.

Quais constituem operações de criação de meios de pagamento no SFN?

a) Apenas o I.

b) Apenas o II.

c) Apenas o III.

d) Apenas o I e o III.

e) O I, o II e o III.

293. (BB/Cespe/2009/Certificação Interna) Na crise financeira que se abateu sobre o mundo a partir do final de 2008, o BACEN viu-se diante da necessidade de atuar no sistema financeiro nacional com o objetivo de evitar que a economia brasileira entrasse em recessão. Nessa situação, assinale a opção que apresenta a medida de política monetária que atende ao objetivo pretendido pelo BACEN.

a) aumento do depósito compulsório ou encaixe legal

b) aumento da taxa de juros básica

c) aumento da taxa de redesconto bancário

d) compra de títulos da dívida pública federal

e) redução das diligências de fiscalização das instituições financeiras

294. (Caixa/Cesgranrio/2008) A política monetária enfatiza sua atuação sobre os meios de pagamento, títulos públicos e taxas de juros, modificando o custo e o nível de oferta do crédito. O Banco Central administra a política monetária por intermédio dos seguintes instrumentos clássicos de controle monetário:

I – recolhimentos compulsórios;

II – operações de mercado aberto - open market;

III – limites e políticas de alçadas internas de crédito;

IV – políticas de redesconto bancário e empréstimos de liquidez;

V – depósitos à vista e cadernetas de poupança.

Estão corretos APENAS os instrumentos

a) III, IV e V

b) II, III e V

c) I, III e IV

d) I, II e IV

e) I, II e III

295. (Caixa/Cesgranrio/2008) A intermediação financeira desenvolve-se de forma segmentada, com base em quatro subdivisões estabelecidas para o mercado financeiro: mercado monetário, mercado de crédito, mercado de capitais e mercado cambial. Os certificados de depósitos bancários (CDB) e as debêntures são negociados no mercado

a) de crédito.

b) de capitais.

c) de ações.

d) cambial.

e) monetário.

296. (Caixa/Cesgranrio/2008) O mercado que opera a curto prazo destinando os recursos captados ao financiamento de consumo para pessoas físicas e capital de giro para pessoas jurídicas, através de intermediários financeiros bancários, é o mercado

a) de ações

b) de capitais

c) de câmbio

d) de crédito

e) monetário

297. (Caixa/Cesgranrio/2008) Quando o Banco Central deseja baratear os empréstimos e possibilitar maior desenvolvimento empresarial, ele irá adotar uma Política Monetária Expansiva, valendo-se de medidas como a:

a) venda de títulos públicos

b) elevação da taxa de juros

c) elevação do recolhimento compulsório

d) redução das taxas de juros

e) redução das linhas de crédito

298. (Metrô-SP/FCC/2008/Analista Trainee - Economia) Se o Banco Central do Brasil pretende aumentar os meios de pagamento com o objetivo de diminuir a taxa de juros e estimular a atividade econômica, um dos instrumentos de política monetária que pode ser utilizado é

a) o aumento da taxa de redesconto de liquidez para as instituições financeiras.

b) a diminuição da taxa de câmbio por meio de intervenção no mercado.

c) a redução do percentual dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais.

d) a aquisição de ouro monetário.

e) a venda de títulos da dívida pública em operações de mercado aberto.

299. (Caixa/Cespe/2010) Com relação aos conceitos do mercado primário e de mercado secundário, julgue os itens que se seguem.

I – O mercado primário é indiferente à existência do mercado secundário.

II – No mercado primário, é negociado o ativo financeiro pela primeira vez, com a obtenção de recursos pelo emissor do título.

III – No mercado secundário, há a unegociação dos títulos existentes, emitidos anteriormente no mercado, que têm a sua propriedade transferida entre os participantes.

IV – A principal função do mercado secundário é proporcionar liquidez aos ativos financeiros

V – A emissão de títulos ou valores mobiliários para se capitalizar ou para se financiar, com o objetivo de cobrir gastos ou realizar investimentos, é efetuada no mercado primário.

a) I, II, III e IV

b) I, II, III e V

c) I, II, IV e V

d) I, III, IV e V

e) II, III, IV e V

300. (BB/Cesgranrio/2010) Com a finalidade de captação de recursos, muitas empresas abrem seu capital e emitem ações para serem negociadas no mercado primário ou secundário, dependendo da ocasião da emissão das ações. A emissão de ações no mercado primário ocorre quando a

a) negociação é realizada no pregão da Bolsa de Valores.

b) negociação das ações não se concretizou no mercado secundário.

c) empresa emite ações para negociação somente com empresas do setor primário.

d) empresa emite pela primeira vez ações para serem negociadas no mercado.

e) rentabilidade das ações não atingiu o patamar desejado.

301. (BDMG/Fumarc/2011) A entidade superior do Sistema Financeiro Nacional é o:

a) Conselho Monetário Nacional.

b) Banco Central do Brasil.

c) Comissão de Valores Mobiliários.

d) Comitê de Política Monetária.

302. (BB/FCC/2011) O Conselho Monetário Nacional (CMN) é integrado pelo Ministro da Fazenda,

a) Presidente do Banco Central do Brasil e Presidente da Comissão de Valores Mobiliários.

b) Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Presidente do Banco Central do Brasil.

c) Presidente do Banco Central do Brasil e membros do Comitê de Política Monetária.

d) Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Presidente do Banco Central do Brasil.

e) Presidente do Banco do Brasil e Presidente da Caixa Econômica Federal.

303. (CVM/Esaf/2010) O sistema financeiro nacional é formado por instituições:

a) autárquicas e entre si independentes.

b) autarquias dependentes de autorização do Poder Executivo para funcionarem.

c) subordinadas ao Conselho Monetário Nacional.

d) operadoras dos mercados financeiros.

e) que devem executar políticas públicas na área bancária.

304. (Caixa/Cespe/2010) Junto ao CMN funciona a Comissão Consultiva de

a) Comércio e Indústria.

b) Serviços Financeiros.

c) Mercado de Títulos e Valores Mobiliários.

d) Cooperativas de Crédito.

e) Mercado de Capitais.

305. (Caixa/Cespe/2010) Junto ao CMN funcionam comissões consultivas de

a) política internacional.

b) assuntos tributários.

c) mercado futuro.

d) seguros privados.

e) crédito rural e de endividamento público.

306. (Caixa/Cespe/2010) O CMN possui diversas competências. Segundo diretrizes estabelecidas pelo presidente da República, é competência do CMN

a) colaborar com a Câmara dos Deputados na instrução dos processos de empréstimos externos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

b) determinar a porcentagem mínima dos recursos que as instituições financeiras poderão emprestar a um mesmo cliente ou grupo de empresas.

c) expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras.

d) baixar normas que regulem as operações internacionais, inclusive swaps, fixando limites, taxas, prazos e outras condições.

e) aprovar o regimento interno e as contas do Conselho Federal de Contabilidade e decidir sobre seu orçamento e sobre seus sistemas de contabilidade.

307. (Caixa/Cespe/2010) A Lei nº 4.595/64, alterada pela Lei nº 6.045/74, dispõe sobre as competências do CMN. De acordo com essa lei, compete ao CMN:

a) autorizar as emissões de papel moeda.

b) disciplinar o crédito em determinadas modalidades.

c) fixar diretrizes e normas da política internacional.

d) determinar as características gerais, exclusivamente, das cédulas e dos tributos.

e) coordenar sua própria política com a de investimentos dos governos federal, estadual e municipal.

308. (BB/Cesgranrio/2010) O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é constituído por todas as instituições financeiras públicas ou privadas existentes no país e seu órgão normativo máximo é o(a)

a) Banco Central do Brasil.

b) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

c) Conselho Monetário Nacional.

d) Ministério da Fazenda.

e) Caixa Econômica Federal.

309. (Badesul/AOCP/2010) Com a extinção do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, com a finalidade de formular a política da moeda e do crédito, objetivando o progresso econômico e social do País, foi criado em substituição

a) a Assembleia Monetária Nacional.

b) o Conselho Monetário Nacional.

c) o Conselho Nacional de Finanças.

d) o Ministério das Finanças.

e) a Coordenadoria de Finanças Públicas.

310. (Badesul/AOCP/2010) Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. A política do Conselho Monetário Nacional objetivará

I – orientar somente a aplicação dos recursos das instituições financeiras públicas, tendo em vista propiciar, nas diferentes regiões do País, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional.

II – propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos.

III – zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras.

IV – regular o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamento do País, tendo em vista a melhor utilização dos recursos da moeda nacional.

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas I, III e IV.

c) Apenas II e III.

d) Apenas I, II e IV.

e) I, II, III e IV.

311. (Badesul/AOCP/2010) Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. Compete ao Conselho Monetário Nacional limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, assegurando taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover

I – recuperação e fertilização do solo, reflorestamento.

II – combate a epizootias e pragas, nas atividades rurais.

III – eletrificação rural, mecanização.

IV – irrigação, investimento indispensáveis às atividades agropecuárias.

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas I, III e IV.

c) Apenas II e III.

d) Apenas I, II e IV.

e) I, II, III e IV.

312. (Badesul/AOCP/2010/administrador) Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. O Conselho Monetário Nacional, criado pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passou a ser integrado pelos seguintes membros:

I – Ministro de Estado da Fazenda, na qualidade de Presidente.

II – Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

III – Presidente do Banco Central do Brasil.

IV – Presidente do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico.

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas I, III e IV.

c) Apenas II e III.

d) Apenas I, II e IV.

e) I, II, III e IV.

313. (Badesul/AOCP/2010/administrador) Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. A política do Conselho Monetário Nacional objetivará

I – adaptar o volume dos meios de pagamento as reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento.

II – regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais.

III – regular o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamento do País, tendo em vista a melhor utilização dos recursos em moeda estrangeira.

IV – coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas I, III e IV.

c) Apenas II e III.

d) Apenas I, II e IV.

e) I, II, III e IV.

314. (BNB/Acep/2010) Dentre as instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional, o Conselho Monetário Nacional tem como finalidade formular a política da moeda e do crédito, visando ao progresso econômico e Social do País. Desta forma, a política do Conselho Monetário Nacional tem como objetivo:

a) propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos e zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras.

b) receber recolhimentos compulsórios dos depósitos à vista das instituições financeiras públicas, para transformar em linhas de redescontos e empréstimos às instituições financeiras privadas.

c) praticar operações de câmbio, crédito e venda habitual de títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal, ações, debêntures, letras hipotecárias e outros títulos de crédito ou mobiIiários.

d) atuar no sentido de garantir o funcionamento regular do mercado cambial, a estabilidade relativa das taxas de câmbio e o equilíbrio no balanço de pagamentos, podendo, para esse fim, comprar e vender ouro e moeda estrangeira, bem como realizar operações de crédito no exterior.

e) emitir títulos de responsabilidade própria, de acordo com as condições estabelecidas pelo Congresso Nacional, para financiar a divida pública do governo.

315. (Cobra/ESPP/2010) O órgão normativo, segundo o Sistema Financeiro Nacional, que é responsável pelas políticas e diretrizes monetárias para a economia do País, não desempenhando funções executivas, é:

a) Comissão de Valores Mobiliários.

b) Banco Central do Brasil.

c) Conselho Monetário Nacional.

d) Bolsas de Mercadorias e Futuros.

316. (BCB/Cesgranrio/Analista/2010) O Conselho Monetário Nacional é a entidade superior do sistema financeiro nacional, **NÃO** sendo de sua competência

a) estabelecer a meta de inflação.

b) zelar pela liquidez e pela solvência das instituições financeiras.

c) regular o valor externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos.

d) regular o valor interno da moeda, prevenindo e corrigindo surtos inflacionários ou deflacionários.

e) fixar o valor do superávit primário do orçamento público.

317. (BNDES/Cesgranrio/2009) A regulação das atividades das instituições financeiras públicas federais compete à(ao)

a) Secretaria do Tesouro Nacional.

b) Conselho Monetário Nacional.

c) Ministério da Fazenda.

d) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

e) BNDES.

318. (MT Fomento/Unemat/2008) No que se refere às competências do Conselho Monetário Nacional - CMN, acerca do contido na Lei 4.595/1964, analise os itens.

I – Zelar pela liquidez e pela solvência das instituições financeiras.

II – Exercer a fiscalização das instituições financeiras.

III – Regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis.

IV – Regular o valor externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos do país.

V – Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e ao seu processo de desenvolvimento.

Assinale a alternativa **correta**.

a) Apenas I e II estão corretos.

b) Apenas II, III e IV estão corretos.

c) Apenas II está correto.

d) Apenas I, IV e V estão corretos.

e) Apenas V está correto.

319. (Caixa/Cesgranrio/2008) O sistema financeiro é composto por um conjunto de instituições financeiras, públicas e privadas, e seu órgão normativo máximo é o Conselho Monetário Nacional (CMN). Algumas das principais atribuições do CMN são:

I – regular a constituição e o funcionamento das instituições financeiras, bem como zelar por sua liquidez;

II – acionar medidas de prevenção ou correção de desequilíbrios econômicos, surtos inflacionários etc;

III – regulamentar, sempre que julgar necessário, as taxas de juros, comissões e qualquer outra forma de remuneração praticada pelas instituições financeiras;

IV – fomentar e reequipar os setores da economia por meio de várias linhas de crédito;

V – ter o monopólio das operações de penhor.

Estão corretos **APENAS** os itens

a) II, III e V

b) I, II e IV

c) I, II e III

d) II e V

e) I e IV

320. (Caixa/Cesgranrio/2008) O Conselho Monetário Nacional (CMN) planeja, elabora, implementa e julga a consistência de toda a política monetária, cambial e creditícias do país. É um órgão que domina toda a política monetária e ao qual se submetem todas as instituições que o compõem. Uma das atribuições do CMN é:

a) estabelecer normas a serem seguidas pelo Banco Central (BACEN) nas transações com títulos públicos.

b) administrar carteiras e a custódia de valores mobiliários.

c) executar a política monetária estabelecida pelo Banco Central.

d) regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis.

e) propiciar liquidez às aplicações financeiras, fornecendo, concomitantemente, um preço de referência para os ativos negociados no mercado.

321. (NossaCaixa/Vunesp/2007) A política do Conselho Monetário Nacional objetivará, entre outras medidas

a) o financiamento para a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural, nos termos da legislação que regular a matéria.

b) o financiamento das atividades econômicas, atendendo às necessidades creditícias das diferentes regiões do país.

c) a execução dos serviços do meio-circulante.

d) a coordenação das políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

e) o efetivo controle dos capitais estrangeiros.

322. (BNB/FSADU-UFMA/2007) Analise as assertivas apresentadas, classificando-as em V (verdadeira) ou F (falsa) e marque a opção correspondente.

( ) O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por um conjunto de instituições públicas e privadas e tem como órgão normativo máximo o Conselho Monetário Nacional (CMN).

( ) O SFN envolve dois grandes subsistemas: um normativo e outro de intermediação financeira, sendo que este último é composto por instituições que estabelecem diretrizes de atuação das instituições financeiras operativas, como a Comissão de Valores Mobiliários, por exemplo.

( ) O CMN reveste-se de amplas atribuições, inclusive da formulação da política de moeda e do crédito, com o objetivo de resguardar os interesses econômico-sociais do País.

( ) Um sistema financeiro, grosso modo, pode ser entendido como um conjunto de instituições e instrumentos que, em última análise, se ocupa da transferência de recursos dos agentes econômicos superavitários para os agentes deficitários.

( ) Como regra, as instituições financeiras são classificadas como bancárias ou monetárias e não bancárias ou não monetárias. Como exemplos destas últimas estão as sociedades corretoras, os bancos de investimentos e os bancos múltiplos.

a) V - V - F - F - V

b) V - F - F - V - V

c) V - F - V - V - F

d) V - V - V - V - V

e) F - F - V - V - V

323. (BB/Cespe/2011/Certificação Interna) No Brasil, o mercado financeiro é regulado e fiscalizado por várias entidades que integram o Sistema Financeiro Nacional. Entre essas entidades inclui-se o Banco Central do Brasil (BACEN), que

a) não é mais vinculado ao Ministério da Fazenda.

b) tem o Conselho Monetário Nacional como executor de suas orientações.

c) atua como agente de fomento das atividades produtivas.

d) fixa as taxas de câmbio.

e) supervisiona as instituições financeiras.

324. (BB/Cespe/2011/Certificação Interna) Sabendo que o BACEN atua como órgão executivo do SFN, assinale a opção correta.

a) Ao realizar operações de redesconto e empréstimos às instituições financeiras, o BACEN atua como banqueiro do governo.

b) A administração da dívida pública interna e externa e a emissão e o saneamento do meio circulante incluem-se entre as competências do BACEN.

c) Como depositário de reservas internacionais, o BACEN supervisiona os negócios bancários, fixa os limites para certas operações e realiza inspeções regulares em instituições bancárias e financeiras com o intuito de proteger os depósitos dos clientes e garantir a solvência das instituições.

d) Cabe ao BACEN fixar as diretrizes e normas da política cambial.

325. (BNDES/Cesgranrio/2011/administração) O valor do depósito compulsório devido pelos bancos comerciais ao Banco Central do Brasil é calculado em função apenas do

a) lucro do banco no período

b) total do ativo circulante do banco

c) valor dos depósitos à vista no banco

d) valor do caixa do banco

e) valor de contas do balanço patrimonial do banco

326. (BNDES/Cesgranrio/2011/economia) O Banco Central do Brasil tem várias funções e características operacionais. Entre elas, a de que

a) obtém recursos exclusivamente dos depósitos compulsórios dos bancos.

b) aprova o orçamento do setor público antes de executar a política monetária.

c) financia os investimentos em infraestrutura logística do país.

d) regula o funcionamento de todos os mercados de ativos no país.

e) regula os serviços de compensação de cheques.

327. (BNDES/Cesgranrio/2011/técnico de arquivo) De acordo com a legislação brasileira, as instituições financeiras estrangeiras podem funcionar no Brasil desde que autorizadas por

a) ordem do Conselho Monetário Nacional

b) resolução do Banco Central do Brasil

c) resolução do Banco do Brasil

d) decreto do Banco Central do Brasil

e) decreto do Presidente da República

328. (BB/FCC/2011) Para atuar no Sistema Financeiro Nacional os bancos estrangeiros dependem de

a) depósito prévio de garantias em dinheiro ou representado por títulos públicos.

b) decreto do Poder Executivo.

c) autorização autônoma do Banco Central do Brasil.

d) decisão do ministro da Fazenda.

e) formalização de tratado tributário entre os países.

329. (BB/FCC/2011) O Banco Central do Brasil tem como atribuição

a) receber os recolhimentos compulsórios dos bancos.

b) garantir a liquidez dos títulos de emissão do Tesouro Nacional.

c) acompanhar as transações em bolsas de valores.

d) assegurar o resgate dos contratos de previdência privada.

e) fiscalizar os repasses de recursos pelo BNDES.

330. (BDMG/Fumarc/2011) O Banco Central do Brasil é o órgão regulamentador e supervisionador das atividades das instituições financeiras no Brasil. Ele é responsável pela regulamentação, exercício da política monetária e pela orientação e fiscalização do sistema financeiro. O Banco Central do Brasil está sediado em Brasília, e possui representações regionais em Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. São de sua privativa competência, **EXCETO**:

a) emitir papel-moeda e moeda metálica nas condições e limites autorizados pela CMN.

b) regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis.

c) efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais.

d) assegurar o funcionamento eficiente e regular das bolsas de valores e instituições auxiliares que operem neste mercado.

331. (BB/Cespe/2011/Certificação Interna) A atuação da supervisão bancária no Brasil visa coibir práticas irregulares, implementar medidas de natureza educativa e enfrentar situações que coloquem em risco a estabilidade do SFN. Assinale a opção correta com relação ao processo administrativo punitivo no âmbito do SFN.

a) É prevista a aplicação de penalidades a empresas de auditoria que tenham cometido infrações na auditoria de instituições não supervisionadas.

b) Em caso de irregularidade na contratação de operações de câmbio, estão sujeitas a punições somente as pessoas físicas financeiras e as pessoas jurídicas financeiras.

c) Não é passível de punição a administração de consórcio, ainda que constituída irregularmente, por não se tratar de instituição financeira.

d) Uma das penalidades previstas pelo processo administrativo punitivo consiste na prestação de serviços comunitários.

e) Uma das penalidades previstas consiste na proibição temporária de um auditor independente realizar auditoria em instituição supervisionada.

332. (BB/FCC/2011) A função de zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras autorizadas a funcionar no País é

a) da Federação Brasileira de Bancos.

b) do Fundo Garantidor de Crédito.

c) da Comissão de Valores Mobiliários.

d) do Ministério da Fazenda.

e) do Conselho Monetário Nacional.

333. (BNDES/Cesgranrio/2010) Integram o Sistema Financeiro Nacional (SFN)

a) o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, na condição de órgão ao qual o BNDES está vinculado.

b) as Instituições financeiras públicas.

c) as instituições financeiras estrangeiras, uma vez autorizado o seu funcionamento no país por resolução do Banco Central.

d) a Secretaria de Direito Econômico.

e) a Receita Federal.

334. (Caixa/Cespe/2010) Assinale a opção correta quanto aos instrumentos empregados pelo BACEN para a condução da política monetária.

a) A adoção de recolhimentos compulsórios justifica-se apenas por seus efeitos indiretos sobre as taxas de juros, visto que tais recolhimentos não afetam os meios de pagamento nem o multiplicador bancário.

b) A possibilidade de manipulação das taxas de juros de curto prazo e o controle diário da oferta de moeda são efeitos da utilização de operações de mercado aberto.

c) Em virtude da proibição constitucional de financiamento ao Tesouro Nacional, é vedado ao BACEN efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais no mercado secundário.

d) Faculta-se a qualquer instituição financeira o acesso ao Redesconto do BACEN.

e) É vedado ao BACEN conceder empréstimos em moeda estrangeira.

335. (Caixa/Cespe/2010) Com relação à condução da política econômica no Brasil, assinale a opção correta.

a) O recolhimento compulsório que as instituições financeiras devem efetuar no BACEN é limitado, por lei, a 80% dos títulos contábeis distintos de depósitos à vista.

b) O relatório de inflação, divulgado pelo BACEN até o último dia de cada trimestre civil, deve abordar o desempenho do regime de metas para a inflação, os resultados das decisões passadas de política monetária e a avaliação prospectiva da inflação.

c) A definição da taxa de juros cobrada em operações de redesconto, embora afete as taxas de juros cobradas pelos bancos, não surte efeitos sobre o nível de liquidez monetária da economia.

d) A compra de moeda estrangeira pelo BACEN no mercado interbancário de câmbio provoca elevação das reservas internacionais e redução equivalente da base monetária.

e) Na definição adotada pelo BACEN, o agregado monetário conhecido como M2 compreende a soma do papel-moeda em poder do público e dos depósitos à vista efetuados em instituições financeiras.

336. (Caixa/Cespe/2010) Instituições financeiras estrangeiras somente podem funcionar no país mediante prévia autorização formalizada em

a) decreto do Poder Executivo.

b) normativo da CVM.

c) resolução do Conselho Federal de Contabilidade.

d) portaria da Superintendência de Seguros Privados.

e) normativo do BACEN.

337. (Caixa/Cespe/2010) A execução dos serviços bancários de interesse do governo federal, assim como de interesse de suas autarquias, cabe, principalmente,

a) ao Banco Nacional do Desenvolvimento Tributário e Financeiro.

b) à CVM.

c) aos bancos cooperativos.

d) ao BACEN.

e) ao Banco do Brasil S.A.

338. (Caixa/Cespe/2010) As competências privativas do BACEN incluem

a) o exercício da fiscalização das instituições financeiras, sem, contudo, aplicar-lhes penalidades.

b) a concessão de autorização às instituições financeiras para arquivarem os seus estatutos na junta comercial.

c) a realização de operações de redesconto e empréstimos a instituições financeiras bancárias.

d) a emissão de debêntures conversíveis em ações.

e) a definição da tributação das operações financeiras.

339. (Caixa/Cespe/2010) Julgue os itens seguintes, relativos à política monetária.

I – O BACEN, ao efetuar o recolhimento compulsório sobre os depósitos e outros recursos de terceiros, tem como objetivo reduzir a capacidade de criação de moeda pelas instituições financeiras que captam depósitos.

II – A execução da política monetária consiste em adequar o volume dos meios de pagamentos à efetiva necessidade dos agentes econômicos, mediante a utilização de determinados instrumentos de política monetária.

III – O BACEN, ao vender títulos às instituições financeiras, aumenta a liquidez do mercado.

IV – As operações de mercado aberto (*open market*) consistem na atuação do BACEN para aumentar ou diminuir a liquidez na economia, mediante a compra ou venda de títulos.

V – Os instrumentos clássicos de política monetária são as operações de redesconto ou de assistência de liquidez, o recolhimento compulsório e as operações de mercado aberto (open market).

Estão certos apenas os itens

a) I, II, III e IV.

b) I, II, III e V.

c) I, II, IV e V.

d) I, III, IV e v

e) II, III, IV e V.

340. (Badesul/AOCP/2010) Preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

De acordo com a Lei Federal nº 4.728/65, os mercados financeiros e de capitais serão disciplinados pelo(a) _____ e fiscalizados pelo _____.

a) Conselho Monetário Nacional / Banco Central da República do Brasil
b) Assembleia Monetária Nacional / Banco do Brasil
c) o Conselho Nacional de Finanças / Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
d) o Ministério das Finanças / Banco do Brasil
e) a Coordenadoria de Finanças Públicas / Banco Central da República do Brasil

341. (Badesul/AOCP/2010) Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. Compete ao Banco Central

I – autorizar a constituição e fiscalizar o funcionamento das Bolsas de Valores.
II – autorizar o funcionamento e fiscalizar as operações das instituições financeiras, sociedades ou firmas individuais que tenham por objeto a subscrição para revenda e a distribuição de títulos ou valores mobiliários.
III – manter registro e fiscalizar as operações das sociedades e firmas individuais que exerçam as atividades de intermediação na distribuição de títulos ou valores mobiliários, ou que efetuem, com qualquer propósito, a captação de poupança popular no mercado de capitais.
IV – registrar as emissões de títulos ou valores mobiliários a serem distribuídos no mercado de capitais.

a) Apenas I, II e III.
b) Apenas I, III e IV.
c) Apenas II e III.
d) Apenas I, II e IV.
e) I, II, III e IV.

342. (Badesul/AOCP/2010/administrador) Assinale a alternativa INCORRETA.

a) Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

b) As instituições financeiras somente poderão funcionar no País mediante prévia autorização do Banco Central da República do Brasil ou decreto do Poder Executivo, quando forem estrangeiras.

c) Além dos estabelecimentos bancários oficiais ou privados, das sociedades de crédito, financiamento e investimentos, das caixas econômicas e das cooperativas de crédito ou a seção de crédito das cooperativas que a tenham, também se subordinam às disposições e disciplina da Lei Federal 4595/64 no que for aplicável, as bolsas de valores, companhias de seguros e de capitalização, as sociedades que efetuam distribuição de prêmios em imóveis, mercadorias ou dinheiro, mediante sorteio de títulos de sua emissão ou por qualquer forma, e as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam, por conta própria ou de terceiros, atividade relacionada com a compra e venda de ações e outros quaisquer títulos, realizando nos mercados financeiros e de capitais operações ou serviços de natureza dos executados pelas instituições financeiras.

d) O Banco Central da República do Brasil, no exercício da fiscalização que lhe compete, regulará as condições de concorrência entre instituições financeiras, coibindo-lhes os abusos com a aplicação da pena, nos termos da lei.

e) Dependerão de prévia autorização do Banco Central da República do Brasil as campanhas destinadas à coleta de recursos do público, praticadas por pessoas físicas ou jurídicas abrangidas neste artigo, inclusive para subscrição pública de ações, nos termos da lei das sociedades por ações.

343. (Badesul/AOCP/2010/administrador) Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central exercerão as suas atribuições legais relativas aos mercados financeiros e de capitais com a finalidade de

I – proteger os investidores contra emissões ilegais ou fraudulentas de títulos ou valores mobiliários.

II – evitar modalidades de fraude e manipulação destinadas a criar condições artificiais da demanda, oferta ou preço de títulos ou valores mobiliários distribuídos no mercado.

III – disciplinar a utilização do crédito no mercado de títulos ou valores mobiliários.

IV – regular o exercício da atividade corretora de títulos mobiliários e de câmbio.

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas I, III e IV.

c) Apenas II e III.

d) Apenas I, II e IV.

e) I, II, III e IV.

344. (Cobra/ESPP/2010) Sobre as atribuições do Banco Central do Brasil, é incorreto afirmar:

a) Exerce o controle de crédito

b) Estimula a formação de poupanças e a sua aplicação em valores imobiliários.

c) Controla o fluxo de capitais estrangeiros no país.

d) Efetua operações de compra e venda de títulos públicos federais.

345. (BCB/Cesgranrio/Analista/2010) O Banco Central do Brasil é o órgão executivo central do sistema financeiro e suas competências incluem

a) aprovar o orçamento do setor público brasileiro.

b) aprovar e garantir todos os empréstimos do sistema bancário.

c) administrar o serviço de compensação de cheques e de outros papéis.

d) organizar o funcionamento das Bolsas de Valores do país.

e) autorizar o funcionamento, estabelecendo a dinâmica operacional de todas as instituições financeiras do país.

346. (BB/Cespe/2009/Certificação Interna) Acerca do BACEN, assinale a opção correta.

a) A receita decorrente de resultados operacionais positivos do BACEN, quando ocorrer, deve ser transferida ao Tesouro Nacional após a aprovação dos balanços semestrais.

b) Ao BACEN cabe cumprir as normas e determinações relativas à política monetária, que são baixadas pelo Ministério da Fazenda.

c) A produção e a emissão das cédulas de dinheiro e a cunhagem de moedas metálicas são realizadas pelo BACEN.

d) Nos termos da legislação vigente, a concessão de empréstimos pelo BACEN aos bancos comerciais e demais instituições financeiras é expressamente vedada.

e) No exercício do controle sobre o funcionamento do sistema financeiro, o BACEN pode intervir em instituições financeiras, desde que seja autorizado pelo Senado Federal.

347. (BNDES/Cesgranrio/2009) De acordo com a Lei nº 4.595, de 1964, as instituições financeiras estrangeiras

I – podem funcionar no país mediante autorização por decreto editado pelo Presidente da República;

II – passam a integrar o sistema financeiro nacional, uma vez autorizado o seu funcionamento no país;

III – deverão realizar as atividades de coleta, intermediação ou aplicação de recursos próprios ou de terceiros somente em moeda nacional, vedada a utilização de moeda estrangeira.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) I e II, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

348. (NossaCaixa/Vunesp/2009) A determinação dos percentuais de recolhimento compulsório sobre os recursos à vista é atribuição

a) do Banco do Brasil.

b) do Banco Central do Brasil.

c) da Casa da Moeda.

d) da Comissão de Valores Mobiliários.

e) das Caixas Econômicas.

349. (MT Fomento/Unemat/2008) Com referência à Lei 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, são atribuições do Banco Central do Brasil - BACEN, **exceto**.

a) Autorizar o funcionamento das instituições financeiras.

b) Emitir papel moeda.

c) Promover o equilíbrio do balanço de pagamentos.

d) Efetuar operações de compra e venda de títulos federais.

e) Controlar o fluxo de capitais estrangeiros.

350. (BNDES/Cesgranrio/2008) De acordo com a Lei nº 4.595/64, as instituições financeiras nacionais somente poderão funcionar no Brasil mediante prévia autorização de(o)

a) Lei específica.

b) Decreto Legislativo.

c) Senado Federal.

d) Banco Central do Brasil.

e) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

351. (BNDES/Cesgranrio/2008) As instituições financeiras estrangeiras somente poderão funcionar no Brasil mediante

a) autorização do Congresso Nacional.

b) tratado internacional.

c) decreto do Poder Executivo.

d) alvará judicial.

e) lei específica.

352. (BNDES/Cesgranrio/Contador /2008) A função clássica de um Banco Central é

a) controlar a oferta da moeda e do crédito, desempenhando a função de executor das políticas monetária e cambial de um país.

b) adaptar o volume de meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e a seu processo de desenvolvimento.

c) estabelecer normas e regulamentos básicos para a estruturação de um sistema de investimentos destinado a apoiar o desenvolvimento nacional e a atender à crescente demanda por crédito.

d) fiscalizar as atividades relacionadas ao mercado de capitais, incluindo valores mobiliários.

e) propiciar condições para que as instituições concedam crédito às empresas nacionais visando a apoiar o desenvolvimento e o engrandecimento do país.

353. (BNB/FSADU-UFMA/2007) Dentre as opções apresentadas abaixo, uma não guarda coerência com as competências do Banco Central (BACEN) e suas atribuições. Assinale-a.

a) Atua como recebedor dos depósitos compulsórios das instituições financeiras.

b) Supervisiona os serviços de compensação de cheques e outros papéis entre as instituições financeiras.

c) Fiscaliza as instituições financeiras, aplicando, se necessário, as penalidades prescritas em lei.

d) Regulamenta as operações de câmbio e fixa as diretrizes das operações de redesconto.

e) Constitui-se no principal executor das políticas monetárias traçadas pelo CMN.

354. (IBGE/Supervisor de Pesquisas/Consulplan/2011) A política de metas de inflação foi adotada no governo Fernando Henrique, em 1999, e mantida no governo Lula. A respeito dessa política é INCORRETO afirmar que

a) a taxa de juros é o principal instrumento utilizado para a manutenção da inflação dentro da meta.

b) o Banco Central é o responsável por monitorar as tendências de inflação.

c) quanto maior o compromisso do governo em acertar o centro da meta, mais restritiva será a política monetária.

d) política monetária restritiva gera diminuições na taxa de juros e aumento nos investimentos.

e) a atividade produtiva poder ser afetada negativamente quando se tenta conter a inflação.

355. (BB/FCC/2011) O Comitê de Política Monetária (COPOM)

a) divulga semanalmente a taxa de juros de curto prazo verificada no mercado financeiro.

b) tem como objetivo cumprir as metas para a inflação definidas pela Presidência da República.

c) é composto pelos membros da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil.

d) tem suas decisões homologadas pelo ministro da Fazenda.

e) discute e determina a atuação do Banco Central do Brasil no mercado de câmbio.

356. (BB/FCC/2010) O Comitê de Política Monetária - COPOM tem como objetivo:

a) Reunir periodicamente os ministros da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o presidente do Banco Central do Brasil.

b) Coletar as projeções das instituições financeiras para a taxa de inflação.

c) Divulgar mensalmente as taxas de juros de curto e longo prazos praticadas no mercado financeiro.

d) Promover debates acerca da política monetária até que se alcance consenso sobre a taxa de juros de curto prazo a ser divulgada em ata.

e) Implementar a política monetária e definir a meta da Taxa SELIC e seu eventual viés.

357. (Caixa/Cespe/2010) Quanto ao regime de política monetária no Brasil, assinale a opção correta.

a) O descumprimento da meta de inflação acarreta a exoneração do presidente do BACEN, em conformidade com disciplina veiculada em decreto do presidente da República.

b) Para fins de estabelecimento das metas de inflação, o índice de preços adotado no Brasil é, segundo norma editada pelo CMN, o índice de preços ao consumidor amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

c) O principal instrumento para condução da política monetária no Brasil é a estipulação, pelo CMN, de limites máximos para taxas de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração de serviços bancários ou financeiros, adotando-se, ainda, em caráter suplementar, a fixação de recolhimentos compulsórios e a realização de operações de redesconto.

d) No regime monetário atual, com o objetivo de atingir a meta de inflação fixada pelo CMN, o BACEN efetua controle da expansão da base monetária, mediante o emprego dos instrumentos de política monetária.

e) Integram o Comitê de Política Monetária, com direito a voto, o presidente e os diretores do BACEN, facultando-se, em suas reuniões, a participação do ministro da Fazenda e do ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ambos sem direito a voto.

358. (Caixa/Cespe/2010) Ao exercer as suas atribuições, o BACEN cumpre funções de competência privativa. A respeito dessas funções, julgue os itens subsequentes:

I – Ao realizar as operações de redesconto às instituições financeiras, o BACEN cumpre a função de banco dos bancos.

II – Ao emitir meio circulante, o BACEN cumpre a função de banco emissor

III – Ao ser o depositário das reservas oficiais e ouro, o BACEN cumpre a função de banqueiro do governo

IV – Ao autorizar o funcionamento, estabelecendo a dinâmica operacional, de todas as instituições financeiras, o BACEN cumpre a função de gestor do SFN

V – Ao determinar, por meio do Comitê de Política Monetária COPOM, a taxa de juros de referência para as operações de um dia (SELIC), o BACEN cumpre a função de executor da política fiscal.

a) I, II, III e IV

b) I, II, III, V

c) I, II, IV e V

d) I, III, IV e V

e) II, III, IV e V

359. (Cobra/ESPP/2010) É nas operações *overnight* de troca de reservas bancárias lastreadas em títulos públicos federais que se forma o juro primário da economia, o qual serve de referência para todas as demais taxas de juros, sendo por isso chamada de:

a) Taxa de juros simples.

b) Taxa de juros compostos.

c) Taxa básica da economia.

d) Taxa reguladora de juros.

360. (Banrisul/FDRH/2010) Considere as seguintes afirmações sobre o Sistema Financeiro Nacional (SFN).

I – O Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela determinação da meta de inflação, de acordo com o Sistema de Metas de Inflação adotado no Brasil.

II – O Comitê de Política Monetária (COPOM), composto por membros da Diretoria do Banco Central do Brasil, é quem fixa a meta para a taxa SELIC.

III – O Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão normativo máximo do SFN, tem como atribuição a emissão do papel-moeda e da moeda metálica e a execução dos serviços do meio circulante.

Quais estão corretas?

a) Apenas a I.

b) Apenas a II.

c) Apenas a III.

d) Apenas a I e a II.

e) Apenas a II e a III.

361. (Metrô-SP/FCC/2008/Analista Trainee - Economia) É atribuição do COPOM (Comitê de Política Monetária) definir

a) a meta da taxa anual de inflação.

b) a taxa média anual de crescimento econômico a longo prazo.

c) a meta para a Taxa SELIC e seu eventual viés.

d) o superávit esperado do balanço de transações correntes.

e) a política de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

362. (BB/FCC/2011) O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) é um órgão colegiado, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, que julga recursos

I – em segunda e última instância administrativa.

II – em primeira instância, de decisões do Banco Central do Brasil relativas a penalidades por infrações à legislação cambial.

III – de decisões da Comissão de Valores Mobiliários relativas a penalidades por infrações à legislação de capitais estrangeiros.

Está correto o que consta em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

363. (BB/Cespe/2014/Certificação Interna) O Sistema Brasileiro de Autorregulação Bancária é um conjunto de princípios, estruturas, mecanismos de deliberação e procedimentos que autodisciplinam as normas que não se sobrepõem, mas se harmonizam à legislação vigente. Uma das regras que consta desse documento de autorregulação é: "O acesso dos consumidores às agências bancárias deve ser garantido pelas instituições financeiras com adoção de medidas que prevejam instalações físicas, técnica e arquitetonicamente adequadas, que possibilitem a efetiva utilização dos serviços, por qualquer cidadão, com segurança e tranquilidade".

Disponível em: <http://www.autorregulacaobancaria.org.br/pdf/Normativo%20SARB%20004-2009%20-%20Atendimento%20em%20Ag%C3%AAncias.pdf>. Acesso em: 23.09.2014.

Segundo os critérios da autorregulação bancária, o que deve ser considerado para o efetivo cumprimento da referida regra?

a) O resultado das equipes com atendimento.

b) A capacitação e a gestão do tempo de espera para o atendimento nos guichês de caixa.

c) A divulgação, a identificação ostensiva dos funcionários de apoio, o auxílio nas agências para a segurança, a necessidade de entrega da senha de atendimento.

d) O tempo de espera para atendimento nos guichês de caixa, a ampliação do horário de atendimento, a utilização dos guichês de caixa, a utilização dos TAA e as orientações do autoatendimento.

e) A informação nas agências, a adequação do local de atendimento, a liberdade de escolha do consumidor de optar pelo tipo de atendimento, o atendimento prioritário nos guichês de caixa e a acessibilidade.

364. (Cam. Mun. Pontes Lacerda - MT/Faperp/2011) Após a regulamentação anunciada pelo Banco Central, que definiu que notas manchadas de tinta por dispositivo antifurto dos caixas automáticos não poderão ser usadas como meio de pagamento, a Febraban orienta que todos os empresários tenham cautela na aceitação de cédulas para que, além de não aceitarem notas falsificadas, também não recebam cédulas que são objeto de prática criminosa. Assinale a alternativa que contempla corretamente o significado da sigla Febraban.

a) Feira Brasileira de Bancos

b) Federação Brasileira de Bancários

c) Federação Brasileira de Instituições Financeiras e Bancárias

d) Federação Brasileira de Bancos

365. (BB/FCC/2011) O Sistema de Autorregulação Bancária da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) estabelece que

a) as normas do seu código se sobrepõem à legislação vigente, inclusive ao Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

b) não será processada qualquer demanda e/ou reclamação de caráter individual.

c) todas as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional podem solicitar para dele participar.

d) o monitoramento das condutas dos bancos será feito pelo Banco Central do Brasil.

e) as normas do seu código abrangem apenas determinados produtos e serviços ofertados pelas instituições signatárias.

366. (CVM/Esaf/2010) A autorregulação, no mercado financeiro, significa:

a) que a regulação é fruto de instituições práticas aceitas por todos os integrantes do sistema.

b) que todos os participantes são competentes para ditar normas.

c) que não há agente regulador específico.

d) que a assimetria informacional está na base das escolhas individuais.

e) que, à falta de agência reguladora, faz-se necessário, para fins de equidade, disciplinar as atividades.

367. (CVM/Esaf/2010) Regulação e autorregulação são modalidades de intervenção na economia que:

a) visam a estimular ações comuns das pessoas a elas submetidas.

b) facilitam a prevalência dos interesses dos regulados na modelagem das normas.

c) refletem normas socialmente típicas.

d) alteram comportamentos quando dissonantes dos interesses gerais.

e) resultam em captura do mercado.

368. (Nossa Caixa Desenvolvimento/FCC/2011/Contador) Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs

I – são títulos de renda variável.

II – podem ter rentabilidade prefixada ou pós-fixada.

III – tem seus rendimentos isentos do imposto de renda.

IV – são aplicações de baixo risco.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) III e IV.

b) II e III.

c) II e IV.

d) I e II.

e) I e III.

369. (BB/FCC/2010) Os depósitos a prazo feitos pelo cliente em bancos comerciais e representados por RDB

a) são títulos de crédito.

b) são recibos inegociáveis e intransferíveis.

c) contam com garantia do Fundo Garantidor de Crédito – FGC até R$ 20.000,00.

d) são aplicações financeiras isentas de risco de crédito.

e) oferecem liquidez diária após carência de 30 dias.

370. (Caixa/Cespe/2010) A Lei nº 4.728/1965 permitiu a emissão, pelos bancos de investimentos, de certificados de depósito bancário (CDBs). A referida lei estabelece que o certificado é uma promessa de pagamento à ordem da importância do depósito, acrescida do valor da correção e dos juros convencionados. Os CDBs podem ser transferidos:

a) sem endosso.

b) mediante endosso cinza.

c) mediante endosso branco, para certificados com prazo superior a 18 meses, e em preto, para certificado com prazo inferior.

d) mediante endosso em branco, datado e assinado pelo seu titular, ou por mandatário especial.

e) mediante endosso em preto, exclusivamente.

371. (NossaCaixa/Vunesp/2007) Considerado um título de renda fixa, nominativo, intransferível, emitido sob forma escritural, mediante condição de pagamento em data pré-estabelecida, acrescido de rendimentos pré-fixados ou pós-fixados. São referências

a) às Letras de Câmbio - LC.

b) às Letras Hipotecárias - LH.

c) aos Certificados de Depósito Bancário - CDB.

d) aos Recibos de Depósito Bancário - RDB.

e) às Letras de Crédito Imobiliário - LCI.

372. (BB/FCC/2011) As aplicações em cadernetas de poupança

a) não contam com proteção adicional do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

b) realizadas nos dias 29, 30 e 31 de cada mês terão como data de aniversário o último dia útil do mês seguinte.

c) de pessoas jurídicas com fins lucrativos sofrem tributação de 22,5% sobre o rendimento nominal.

d) são permitidas apenas para contribuintes maiores de idade.

e) são vedadas para pessoas jurídicas imunes à tributação ou sem fins lucrativos.

373. (BB/FCC/2010) As cadernetas de poupança remuneram o investidor à taxa de juros de 6% ao ano com capitalização

a) mensal e atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

b) trimestral e atualização pela Taxa Referência - TR.

c) semestral e atualização pelo Índice Geral de Preços - IGP.

d) mensal e atualização pela Taxa Referencial - TR.

e) diária e atualização pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

374. (Banpará/FJV/2010) Tendo como referência às contas de poupança, assinale a opção **correta**:

a) É vedada - sob qualquer hipótese - a cobrança, pelo banco, de tarifas de manutenção.

b) É uma forma de investimento exclusivo de pessoas físicas, com remuneração mensal e, atualmente, tem rendimento fixado pelas autoridades monetárias com base na variação da TR (Taxa Referencial), na data do aniversário do depósito, mais 0,50%.

c) É produto exclusivo da Caixa Econômica Federal.

d) A remuneração sobre os depósitos efetuados em cheques compensáveis só começam a incidir a partir do dia da liberação do depósito, se não houver devolução.

e) Cadernetas de poupança de pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos têm remuneração mensal e não há incidência de Imposto de Renda.

375. (BB/Cesgranrio/2010) A caderneta de poupança é a aplicação mais simples e tradicional no mercado financeiro nacional, sendo uma das poucas em que o cliente pode aplicar pequenas somas e ter liquidez. Atualmente, a maior vantagem da caderneta de poupança em relação a outros investimentos é a

a) flexibilidade na data dos saques sem prejudicar os rendimentos.

b) flexibilidade no registro da documentação para abertura da conta.

c) isenção de taxas e tarifas bancárias.

d) isenção de imposto de renda.

e) maior rentabilidade oferecida.

376. (BNB/Acep/2010) A regulamentação do sistema financeiro permite a abertura de diversos tipos de contas bancárias, que têm características e finalidades diversas. Sobre o assunto, assinale a alternativa CORRETA.

a) A conta de poupança tem a finalidade única de movimentar recursos para o pagamento de planos de aposentadoria.

b) Na conta de depósito à vista, o dinheiro do depositante fica à disposição para ser sacado a qualquer momento.

c) A "Conta Salário" é destinada a receber salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, permitindo-se a livre movimentação de outros tipos de depósitos e por meio de cheques.

d) A "Conta Salário" é aberta por iniciativa do empregado, tendo como vantagem a não cobrança de tarifas em nenhuma transação.

e) A conta de Poupança permite a livre movimentação sem perda de rendimentos, para saques anteriores a um mês do depósito.

377. (NossaCaixa/Vunesp/2009) A caderneta de poupança remunera seus investidores da seguinte forma:

a) CDI + 0,5% ao mês.

b) TR + 6% ao ano.

c) TR + 3% ao ano.

d) IGPM + 6% ao ano.

e) IGPM + 0,5% ao mês.

378. (Caixa/Cesgranrio/2008) Caderneta de poupança é a aplicação mais simples e tradicional, sendo uma das poucas em que se podem aplicar pequenas somas e em que se pode ter liquidez, apesar da perda de rentabilidade para saques fora da data de aniversário da aplicação. A caderneta de poupança de pessoas físicas é remunerada

a) diariamente, pela taxa SELIC.

b) mensalmente, pela taxa SELIC.

c) diariamente, com uma taxa de 6% ao ano, mais a TR da data de aniversário.

d) mensalmente, com uma taxa de 0,5% ao mês, mais a TR da data de aniversário.

e) trimestralmente, com uma taxa de 0,4% ao mês, mais o CDI.

379. (Banpará/FJV/2010) João recorreu ao banco em que é cliente e contratou um financiamento para aquisição de um computador portátil (*notebook*). Assinale a opção **correta** sobre a operação realizada entre João e o banco:

a) *Mobile banking*;

b) Certificado de Depósito Bancário - CDB;

c) Crédito Direto ao Consumidor - CDC;

d) *Internet banking*;

e) Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência - CDC-I.

380. (BNDES/Cesgranrio/2011/administração) A respeito de mútuo bancário, celebrado entre determinado banco, na qualidade de mutuante, e respectivo cliente, pessoa física, na qualidade de mutuário, considere as afirmações a seguir.

I – Trata-se de contrato real, uma vez que se aperfeiçoa com a entrega da quantia emprestada ao cliente.

II – A estipulação da taxa de juros remuneratórios superiores a 12%, por si só, ao ano, não indica abusividade, segundo o Superior Tribunal de Justiça.

III – O banco assume o polo passivo da relação contratual.

É correto APENAS o que se afirma em

a) I

b) II

c) III

d) I e II

e) II e III

381. (BB/Cespe/2011/Certificação Interna) São potenciais beneficiários do crédito rural pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem às atividades de produção rural,

a) excetuadas as cooperativas agropecuárias.

b) excetuados os trabalhadores extrativistas, tais como pescadores e seringueiros.

c) excetuadas as associações de produtores.

d) incluídos os indígenas emancipados não assistidos pela Fundação Nacional do Índio.

e) incluídos os que não sejam produtores, mas que realizem pesquisa ou prestação de serviços no setor rural.

382. (BB/Cespe/2011/Certificação Interna) Com relação ao risco das operações de crédito rural, assinale a opção correta.

a) O risco de crédito rural é inerente à atividade bancária e não difere, na sua maior parte, do risco de outros segmentos no que se refere ao retorno do capital investido.

b) Todos os indicadores de risco estão dissociados da qualidade da assistência técnica.

c) O conservadorismo tecnológico do produtor rural não influi no risco do crédito.

d) A resistência do produtor rural em adotar mecanismos de proteção de preços não interfere no risco da operação de crédito.

e) A elevação dos preços das matérias-primas não contribui para aumentar o risco da operação.

383. (BB/Cespe/2011/Certificação Interna) Para fins de análise de risco e limite de crédito de produtores rurais, o BB estabelece a equiparação, ao produtor rural, da pessoa física ou jurídica que, embora não conceituada como produtor, se dedique a determinadas atividades vinculadas ao setor rural, tais como

a) conserto de máquinas agrícolas.

b) serviços de terraplanagem de pastos.

c) asfaltamento de estradas rurais.

d) prestação de serviços de inseminação artificial, em imóveis rurais.

e) construção de pontes de madeira.

384. (BB/FCC/2011) Sobre operações de crédito rural é correto afirmar:

a) Podem ser utilizadas por produtor rural, desde que pessoa física.

b) Não podem financiar atividades de comercialização da produção.

c) É necessária a apresentação de garantias para obtenção de financiamento.

d) Não estão sujeitas a Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF.

e) Devem ser apresentados orçamento, plano ou projeto nas operações de desconto de Nota Promissória Rural.

385. (BNB/Acep/2010) Considera-se Crédito Rural o suprimento de recursos financeiros, por instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas nas normas do Banco Central do Brasil. Com relação ao crédito rural, assinale a alternativa CORRETA.

a) O Crédito Rural tem a finalidade de financiar apenas o custeio e o investimento.

b) O crédito de comercialização, por destinar-se a cobrir despesas próprias da fase posterior à coleta da produção, não é amparado pelo Crédito Rural.

c) Constitui função do Crédito Rural o financiamento de atividades sem caráter produtivo ou destinado a favorecer a retenção especulativa de bens.

d) São considerados beneficiários do Crédito Rural o produtor rural (pessoa física e jurídica) e as cooperativas de produtores rurais.

e) São considerados beneficiários do Crédito Rural todos os produtores rurais, mesmo que estrangeiros residentes no exterior.

386. (BB/Cespe/2009/Certificação Interna) Determinado sindicato rural apresentou proposta de financiamento a uma agência do BB, em nome do próprio sindicato, para a construção e a instalação de dois silos, tendo em vista recebimento e armazenamento dos grãos produzidos pelos seus sindicalizados, todos produtores familiares. Considerando essa situação hipotética bem como as normas do crédito rural e as instruções vigentes do BB acerca do assunto, assinale a opção correta.

a) Trata-se de uma operação de investimento que deve ser atendida com recursos do BNDES/FINAME.

b) É possível atender a essa demanda por meio do programa BB Armazenagem.

c) A referida proposta deve ser enquadrada no crédito agroindustrial.

d) A proposta deve ser indeferida, visto que esse cliente não é beneficiário de crédito rural.

e) A proposta do sindicato deve ser enquadrada no PRONAF Agroindústria.

387. (BB/Cespe/2009/Certificação Interna) Em se tratando de crédito rural, o risco, inerente à atividade bancária, não difere, na sua maior parte, do risco de outros segmentos no que diz respeito ao retorno do capital investido. Acerca desse assunto, julgue os seguintes itens.

I – Os riscos de preço, de produção e de crédito são elementos importantes na análise das operações de crédito rural.

II – A volatilidade do câmbio é o principal fator de risco inerente a todas as atividades agropecuárias.

III – Todos os produtos agropecuários podem ser negociados na BM&FBOVESPA, por meio de contratos futuros e de opções, o que constitui fator de mitigação do risco de preço desses produtos.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

388. (BNB/FSADU-UFMA/2007) Não constitui objetivo do Crédito Rural:

a) estimular os investimentos rurais.

b) favorecer o oportuno e adequado custeio da produção.

c) possibilitar a recuperação de capitais investidos.

d) incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção.

e) elevar os padrões de produção e produtividade na atividade agropecuária.

389. (BNB/FSADU-UFMA/2007) Entre as alternativas abaixo, marque aquela em que só figuram beneficiários do Crédito Rural.

a) Produtores rurais, suas cooperativas e sindicatos.

b) Produtores rurais, suas cooperativas e empresas de medição de lavoura.

c) Produtores rurais, seus sindicatos e empresas de pesquisa de sêmen.

d) Produtores rurais, índios assistidos pela Funai e sindicatos.

e) Produtores rurais residentes no Brasil e no exterior.

390. (BNB/FSADU-UFMA/2007) O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - tem suas ações orientadas pelas seguintes diretrizes, exceto:

a) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações.

b) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada.

c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais.

d) proporcionar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

e) proporcionar a manutenção das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar.

391. (Caixa/Cesgranrio/2008) Atualmente, existem diversas alternativas para uso do chamado "dinheiro de plástico", que facilita o dia-a-dia das pessoas e representa um enorme incentivo ao consumo. O cartão de crédito é um tipo de "dinheiro de plástico" que é utilizado:

a) na compra de mercadorias em diversos países com débito na conta corrente em tempo real.

b) para realização de transferências interbancárias, desde que ambos os Bancos sejam credenciados.

c) para aquisição de moeda estrangeira em agências de câmbio e de viagens com débito em moeda corrente do país de emissão do cartão.

d) para aquisição de bens ou serviços nos estabelecimentos credenciados.

e) como instrumento de identificação, substituindo, nos casos aceitos por lei, a cédula de identidade.

392. (NossaCaixa/Vunesp/2007) Trata-se de um serviço de intermediação que permite ao consumidor adquirir bens e serviços em estabelecimentos comerciais previamente credenciados mediante a comprovação de sua condição de usuário. Essa comprovação é geralmente realizada, no ato da aquisição, com a apresentação dele ao estabelecimento comercial. Ele é emitido pelo prestador do serviço de intermediação. A descrição se refere ao

a) cheque especial.

b) empréstimo em conta.

c) prêmio de seguro.

d) crédito rural.

e) cartão de crédito.

393. (BB/Cesgranrio/2012) Nos dias de hoje, o uso do "dinheiro de plástico" está superando cada vez mais outras modalidades de pagamento, que, com o passar dos anos, estão ficando obsoletas. Um tipo de "dinheiro de plástico" muito utilizado no comércio de rua é o

a) cartão cidadão

b) cartão de crédito

c) cartão de senhas

d) talão de cheques

e) *internet banking*

394. (CVM/Esaf/2010) A importância da disciplina do mercado de capitais para o desenvolvimento econômico:

a) facilita criar oportunidades de captação de recursos pelas instituições bancárias.

b) reduz a intermediação bancária.

c) por sua complexidade, dificulta a captação da poupança popular pelos agentes econômicos.

d) modela mecanismos de governança para as empresas.

e) aumenta a transparência das informações prestadas aos investidores.

395. (Badesul/AOCP/2010/administrador) Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. São valores mobiliários sujeitos ao regime da Lei do Mercado de Valores Mobiliários

I – as ações, partes beneficiárias e debêntures, os cupões desses títulos e os bônus de subscrição.

II – os certificados de depósito de valores mobiliários.

III – outros títulos criados ou emitidos pelas sociedades anônimas, a critério do Conselho Monetário Nacional.

IV – os títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal.

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas I, III e IV.

c) Apenas II.

d) Apenas I, II e IV.

e) I, II, III e IV.

396. (CVM/NCE-UFRJ/2008) Apesar de a Lei nº 6385, de 07 de dezembro de 1976, não conceituar expressamente valores mobiliários, apresenta uma lista daqueles que estão sujeitos ao seu regime. Assim, são considerados valores mobiliários:

a) as ações, os contratos futuros, de opções e de derivativos ou quaisquer títulos cambiais de responsabilidade de instituição financeira;

b) as notas comerciais, os títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal, as ações, as debêntures e os bônus de subscrição;

c) as cotas de fundos de investimento em valores mobiliários ou de clubes de investimento em quaisquer ativos, os títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal e os certificados de depósito de valores mobiliários;

d) quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros, quando ofertados publicamente;

e) os certificados de depósito de valores mobiliários, quaisquer títulos cambiais de responsabilidade de instituição financeira e os contratos futuros, de opções e outros derivativos, cujos ativos subjacentes sejam valores mobiliários.

397. (BB/FCC/2011) A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem atribuição de

a) efetuar o controle dos capitais estrangeiros.

b) fiscalizar a auditoria de companhias fechadas.

c) estabelecer condições para a posse em quaisquer cargos de administração de instituições financeiras.

d) orientar as aplicações fora do país dos recursos das instituições financeiras.

e) conceder registro para negociação em bolsa e no mercado de balcão.

398. (Cobra/ESPP/2011) Comissão de Valores Mobiliários tem por finalidade, exceto:

a) Estimular a formação de poupanças e a sua aplicação em valores mobiliários.

b) Assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados da Bolsa e de balcão.

c) Exercer controle de crédito.

d) Promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações.

399. (CVM/Esaf/2010) Ao desempenhar a função de *amicus curiae*, a presença da CVM em procedimentos judiciais:

a) assume posição de parte ao defender os argumentos de um dos litigantes.

b) oferece ao magistrado parecer fundamentado que suporte sua decisão.

c) oferece ao julgador informações a respeito da lei aplicável ao caso.

d) atua para defender o regular funcionamento do mercado de valores mobiliários.

e) exerce competência residual.

400. (CVM/Esaf/2010) Compete à CVM, como autarquia federal, garantir o funcionamento regular e eficiente dos mercados de valores mobiliários. Assim deve:

a) aprovar todas e quaisquer negociações com valores mobiliários em bolsa.

b) aprovar a abertura das companhias para fins de captação de poupança popular.

c) regular e fiscalizar comportamentos de investidores no país e no exterior.

d) orientar investidores em suas escolhas para aplicação de recursos.

e) manter acordos com bolsas de valores estrangeiras para a divulgação de informações.

401. (CVM/Esaf/2010) A CVM, como autarquia federal à qual compete a fiscalização do mercado de valores mobiliários, tem competência para:

a) garantir que operações de interesse do Poder Público sejam aprovadas por sociedades privadas.

b) determinar aos administradores de sociedades fechadas que se abstenham de praticar certos atos.

c) interferir no funcionamento dos órgãos colegiados das companhias abertas.

d) impugnar atos praticados pelos diretores no exercício de suas atribuições.

e) fiscalizar todos os agentes que dele participam.

402. (CVM/Esaf/2010) A competência da CVM visa a garantir o regular funcionamento do mercado de valores mobiliários porém não recai sobre:

a) investidores individuais.

b) administradores de companhias abertas.

c) acionistas de sociedades fechadas.

d) instituições bancárias em geral.

e) operações como derivativos negociados em bolsa.

403. (CVM/Esaf/2010) Para atuar no mercado de valores mobiliários, qualquer empresa deve:

a) ser autorizada pela CVM.

b) ser sociedade aberta.

c) ser administrada com ampla transparência.

d) ter administradores de nacionalidade brasileira.

e) fazer apelo à poupança privada.

404. (CVM/Esaf/2010) Competindo à CVM o registro para que uma sociedade por ações seja qualificada como aberta, exige-se:

a) que seja aprovado plano como oferta pública para emissão de ações.

b) que sejam realizadas operações com derivativos.

c) que haja proposta para a emissão de debêntures privadas.

d) projeto para captação de recursos financeiros.

e) que o controle da sociedade seja pulverizado.

405. (CVM/Esaf/2010) Dadas as normas vigentes no Brasil, pode-se afirmar que:

a) a competência da CVM exclui a das Bolsas.

b) a competência da CVM decorre, nos mercados sobre os quais atua, do objeto das operações celebradas.

c) no mercado de derivativos cambiais, a regulação da CVM exclui a competência do Banco Central do Brasil.

d) a competência da CVM concorre com a da SUSEP na fiscalização das operações de seguro de responsabilidade civil garantidoras da gestão de administradores de companhias abertas.

e) a reorganização societária de companhias abertas afasta a competência da CVM no que diz respeito a operações de cessão de controle.

406. (BB/FCC/2010) Compete à Comissão de Valores Mobiliários - CVM disciplinar as seguintes matérias:

I – registro de companhias abertas.

II – execução da política monetária.

III – registro e fiscalização de fundos de investimento.

IV – registro de distribuições de valores mobiliários.

V – custódia de títulos públicos.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I, II e III.

b) I, II e IV.

c) I, III e IV.

d) II, III e V.

e) III, IV e V.

407. (Caixa/Cespe/2010) A Lei nº 6.385/76 criou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo - vedada a recondução -, estabilidade de seus dirigentes além da autonomia financeira e orçamentária. Com relação aos membros do colegiado da CVM, assinale a opção que apresenta, respectivamente, o tempo de duração do mandato de cada um e a proporção de membros que deve ser renovada anualmente.

a) dois anos - metade

b) três anos - um terço

c) quatro anos - um quarto

d) cinco anos - um quinto

e) seis anos - um sexto

408. (Caixa/Cespe/2010) No exercício de suas funções, a CVM poderá impor penalidades aos infratores da Lei de Mercado de Valores Mobiliários, da Lei das Sociedades por Ações, das suas resoluções, bem como de outras normas legais cujo cumprimento lhe incumba fiscalizar. No exercício dessa atividade fiscalizadora, a CVM poderá, entre outras, aplicar a penalidade de:

a) expulsão.

b) alerta administrativo.

c) advertência.

d) censura pública.

e) inquérito policial.

409. (BB/Cesgranrio/2010) A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma autarquia ligada ao Poder Executivo que atua sob a direção do Conselho Monetário Nacional e tem por finalidade básica

a) normatização e controle do mercado de valores mobiliários.

b) compra e venda de ações no mercado da Bolsa de Valores.

c) fiscalização das empresas de capital fechado.

d) captação de recursos no mercado internacional

e) manutenção da política monetária.

410. (Badesul/AOCP/2010) Assinale a alternativa INCORRETA. De acordo com a Lei Federal 6.385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários, serão disciplinadas e fiscalizadas as seguintes atividades:

a) a emissão e distribuição de valores mobiliários no mercado.

b) a negociação e intermediação no mercado imobiliário.

c) a organização, o funcionamento e as operações das bolsas de valores.

d) a administração de carteiras e a custódia de valores mobiliários.

e) os serviços de consultor e analista de valores mobiliários.

411. (Badesul/AOCP/2010) Assinale a alternativa correta. A Comissão de Valores Mobiliários é uma entidade

a) autárquica, vinculada ao Ministério da Fazenda.

b) fundacional, vinculada ao Banco Central.

c) empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda.

d) sociedade de economia mista, vinculada ao Banco Central.

e) associação pública, vinculada ao Ministério da Fazenda.

412. (Badesul/AOCP/2010) Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. A Comissão de Valores Mobiliários terá jurisdição em todo o território nacional e no exercício de suas atribuições, poderá examinar registros contábeis, livros ou documentos de

I – pessoas naturais e jurídicas que integram o sistema de distribuição de valores mobiliários.

II – das companhias abertas.

III – dos fundos e sociedades de investimento.

IV – das carteiras e depósitos de valores mobiliários.

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas I, III e IV.

c) Apenas II, III e IV.

d) Apenas I e II.

e) I, II, III e IV.

413. (Metrô-SP/FCC/2010/Analista Trainee - Economia) As funções de manter as reservas internacionais em nível adequado e a de assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários são de competência, respectivamente,

a) do Conselho Monetário Nacional e das Bolsas de Valores.

b) da Comissão de Valores Mobiliários e do Tesouro Nacional.

c) do Tesouro Nacional e das Bolsas de Valores.

d) das Bolsas de Valores e do Conselho Monetário Nacional.

e) do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários.

414. (Sefaz-RS/Fundatec/2009) O Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional (CMN) foram criados somente em 1964, pela Lei 4595, substituindo, respectivamente, a SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), criada em 1945, e o Conselho da Sumoc. Desde então, várias alterações foram introduzidas no Sistema Financeiro Nacional. Qual das afirmações abaixo, relacionadas às atribuições e à evolução do Sistema Financeiro Nacional, está corretamente definida?

a) O depositário das reservas oficiais de ouro, de moeda estrangeira e dos Direitos Especiais de Saque é o Banco Central do Brasil.

b) A aprovação do orçamento monetário cabe ao Banco Central do Brasil.

c) A CVM (Comissão de Valores Mobiliários), criada em 1976 pela Lei 6385, para normatizar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários, não integra o Sistema Financeiro Nacional.

d) Compete privativamente ao CMN a tarefa de conceder autorização às instituições financeiras para que possam funcionar no país.

e) O COPOM (Comitê de Política Monetária), instituído em 1996, que tem por objetivo estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros, é órgão vinculado diretamente ao CMN.

415. (NossaCaixa/Vunesp/2009) Faz parte das principais atribuições da Comissão de Valores Mobiliários:

a) regularizar a execução dos serviços de compensação de cheques.

b) zelar pela liquidez e solvência das Instituições Financeiras.

c) executar os serviços do meio circulante.

d) exercer fiscalização das Instituições Financeiras.

e) disciplinar e fiscalizar a organização e funcionamento e as operações das bolsas de valores.

416. (CVM/NCE-UFRJ/2008) As operações em um mercado organizado somente podem ser realizadas por pessoa autorizada a operar em tal mercado. A esse respeito, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM determina que:

a) a admissão como pessoa autorizada depende de prévia aprovação da CVM;

b) na dependência das condições de mercado, pode haver tratamentos diferenciados na admissão da pessoa autorizada;

c) a entidade administradora não depende de prévia autorização para estabelecer limite máximo de pessoas autorizadas a operar;

d) as pessoas autorizadas a operar devem prestar informações somente à CVM;

e) a entidade administradora pode exigir alocação de patrimônio à proteção de riscos das atividades autorizadas.

417. (CVM/NCE-UFRJ/2008) A Comissão de Valores Mobiliários tem competência relativa:

a) de definir a política a ser observada na organização e no funcionamento do mercado de valores mobiliários;

b) ao mercado de títulos de instituições financeiras, exceto as debêntures;

c) ao mercado de títulos de dívida pública;

d) ao mercado monetário;

e) a organização, funcionamento e operações das bolsas de valores.

418. (Cesan-ES/Consulplan/2011) Marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

( ) Sociedades de Economia Mista são aquelas formadas com capital do Governo Federal, Estadual ou Municipal, a fim de atenderem aos interesses da coletividade.

( ) Sociedade Anônima de Capital Fechado é aquela em que todos os negócios com ações da companhia se dão dentro da própria, sendo as subscrições de novas ações realizadas pelos já acionistas ou grupo restrito de pessoas.

( ) Ações (no caso das sociedades anônimas) e/ou Quotas (no caso das sociedades limitadas) constituem-se na menor fração em que se divide o capital social de uma sociedade.

A sequência está correta em:

a) V, F, V

b) V, V, V

c) F, V, F

d) F, V, V

e) V, F, F

419. (CVM/Esaf/2010) Entende-se por companhia aberta aquela que:

a) adota estrutura de sociedade em comandita por ações que são de titularidade de membros da mesma família.

b) limitada, regida supletivamente pela lei de S.A, emite debêntures subscritas pelos cotistas.

c) é sociedade por ações emissora de debêntures para subscrição pública.

d) a título de prêmio, oferece opções de subscrição aos empregados.

e) é sociedade por ações, cujo capital é titulado por muitas pessoas.

420. (CVM/Esaf/2010) Dizer companhia aberta significa:

a) sociedade limitada cujas cotas são transferíveis para terceiros não sócios.

b) sociedade anônima que emite debêntures privadas.

c) sociedade anônima cujas ações circulam com restrições.

d) sociedade que emite valores mobiliários para captar poupança popular.

e) sociedade em comandita por ações.

421. (Caixa/Cespe/2010) Em relação a sociedades anônimas e mercados de capitais, assinale a opção correta.

a) A formulação de oferta pública de aquisição de ações com a finalidade de fechamento de capital de companhia aberta deve fundamentar-se em preço justo, apurado com base em critérios estabelecidos pelo CMN.

b) Os administradores de companhia fechada são obrigados a comunicar imediatamente à bolsa de valores, bem como a divulgar pela imprensa qualquer deliberação dos órgãos estatutários que possa influir no mercado de valores mobiliários.

c) Considerando-se que o capital social de uma companhia tem por finalidade integrar a atividade produtiva da sociedade, é obrigatório que esse capital seja formado com contribuições em dinheiro.

d) A responsabilidade patrimonial dos sócios ou acionistas de uma companhia tem como limite o valor de mercado das ações.

e) Os titulares de 15% das ações de companhia aberta podem requerer a revisão do preço proposto pelo controlador para a oferta pública de aquisição de ações tendente ao fechamento de capital.

422. (Caixa/Cespe/2010) Em relação ao mercado de capitais e à atuação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assinale a opção correta.

a) A CVM pode estabelecer níveis diferenciados de classificação e de regulação entre as companhias abertas, especificando as normas que lhes serão aplicáveis segundo as espécies e as classes dos valores mobiliários por elas emitidos.

b) Denomina-se companhia fechada a sociedade anônima cujas ações, apesar de admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários, não sejam efetivamente negociadas nesse mercado.

c) O cancelamento do registro de companhia aberta, também denominado fechamento de capital, pode ser autorizado pela CVM se a companhia emissora ou o controlador adquirirem pelo menos 60% das ações em circulação.

d) Para fins de fechamento de capital, as ações em tesouraria são consideradas ações em circulação no mercado que precisam ser adquiridas.

e) A distribuição pública de valores mobiliários deve ser registrada na CVM em até quinze dias após a sua realização.

423. (BB/Cesgranrio/2010) As Companhias ou Sociedades Anônimas podem ser classificadas como abertas ou fechadas. São classificadas como abertas quando

a) seu passivo está atrelado a opções de mercado futuro.

b) seus principais ativos são ações de outras companhias de capital aberto.

c) sua estrutura de capital permite a entrada de sócios estrangeiros.

d) suas ações são negociadas na Bolsa de Valores ou no mercado balcão.

e) suas ações são de propriedade dos sócios fundadores e não estão à venda.

424. (CVM/NCE-UFRJ/2008) Nos termos da Lei nº 6404 de 15 de dezembro de 1976, a companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações e a responsabilidade dos sócios ou acionistas está limitada ao seguinte parâmetro:

a) valor do patrimônio líquido da companhia;

b) valor de mercado das suas ações;

c) preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas;

d) sua participação no capital social da sociedade;

e) valor econômico da companhia.

425. (CVM/NCE-UFRJ/2008) A legislação societária brasileira define a companhia aberta como aquela que:

a) possui mais de dois acionistas e o seu capital social está dividido em ações ordinárias e preferenciais;

b) os valores mobiliários de sua emissão estejam admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários;

c) publica seus atos societários e demonstrativos financeiros em jornal de grande circulação;

d) possui uma carteira de investimento diversificada em valores mobiliários;

e) do seu quadro societário podem participar acionistas estrangeiros.

426. (Caixa/Cesgranrio/2008) De acordo com a Lei nº 6.404/76, a companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e será classificada como companhia aberta ou fechada. Uma companhia é aberta quando os

a) produtos são disponibilizados para negociação direta com seus clientes.

b) funcionários têm acesso direto à alta administração e podem opinar nas ações tomadas pela companhia.

c) valores mobiliários (ações) de sua emissão estão admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários (Bolsas de Valores).

d) valores imobiliários (títulos) de sua emissão podem ser negociados diretamente no mercado imobiliário organizado.

e) títulos emitidos estão disponíveis para negociação com outras empresas, utilizando o sistema bancário e dispensando o uso da Bolsa de Valores.

427. (Caixa/Cespe/2010) No que concerne a valores mobiliários, assinale a opção correta.

a) Visando assegurar o exercício pleno dos direitos associados aos valores mobiliários, a legislação societária proíbe que uma ação pertença a mais de uma pessoa.

b) As ações da companhia aberta podem ser emitidas por preço inferior ao seu valor nominal.

c) A legislação societária prevê as seguintes modalidades de ações: ordinárias, preferenciais, de fruição e as preferenciais de classe especial, sendo estas de classe especial admitidas nas companhias objeto de desestatização.

d) Com o objetivo de garantir a integridade do capital, a legislação societária somente permite a negociação das ações de companhias abertas depois de realizados 100% do capital subscrito.

e) As ações ordinárias das companhias fechadas, quando forem ao portador, são obrigatoriamente inconversíveis em ações ordinárias nominativas ou endossáveis, uma vez que os valores mobiliários das companhias fechadas não são negociados no mercado.

428. (Caixa/Cespe/2010) Assinale a opção correta acerca das ações preferenciais.

a) As vantagens das ações preferenciais consistem na prioridade na distribuição de dividendos ou na prioridade no reembolso do capital, sendo vedada a acumulação dessas duas preferências.

b) O estatuto de uma companhia pode excluir, do direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas ou lucros, as ações preferenciais com dividendo fixo.

c) A fim de serem admitidas para negociação no mercado de valores mobiliários, todas as ações preferenciais devem assegurar o direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle.

d) O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, pode chegar a 70% do total das ações emitidas.

e) Ofende a Lei das Sociedades Anônimas um estatuto que assegure a determinada classe de ações preferenciais o direito de eleger, em votação separada, membros dos órgãos de administração da companhia.

429. (Banrisul/FDRH/2010) Analise as seguintes afirmações sobre o funcionamento do mercado de capitais.

I – A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem, entre outras finalidades, a fiscalização das bolsas de valores, assim como das emissões de ações e debêntures.

II – A principal função do mercado de capitais é promover financiamento ao capital de giro das companhias abertas.

III – A emissão de ações é uma fonte de capital de terceiros para as empresas.

Quais estão corretas?

a) Apenas a I.

b) Apenas a III.

c) Apenas a I e a II.

d) Apenas a I e a III.

e) Apenas a I, a II e a III.

430. (Sefaz-RS/Fundatec/2009/Agente Fiscal do Tesouro) Conforme a Lei 6.404/76, em relação à distribuição de dividendos, é correto afirmar que:

I – Salvo disposição em contrário no estatuto da companhia, a ação que dá direito ao dividendo fixo não possibilita aos seus detentores a participação nos lucros remanescentes.

II – Quando o estatuto da companhia for omisso em relação à distribuição dos dividendos obrigatórios, os acionistas terão direito a receber a metade do lucro líquido ajustado.

III – Como regra geral, salvo disposição contrária no estatuto da companhia, o dividendo prioritário é sempre cumulativo.

IV – O dividendo mínimo não possibilita aos seus beneficiários a participação em lucros remanescentes.

Quais estão corretas?

a) Apenas II.

b) Apenas I e II.

c) Apenas I e IV.

d) Apenas I, II e IV.

e) Apenas II, III e IV.

431. (BB/FCC/2011) As ações preferenciais admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários, de acordo com a lei, devem proporcionar direito a dividendos

a) variáveis, idênticos aos distribuídos às ações ordinárias.

b) fixos anuais, não cumulativos, de 10% sobre o Patrimônio Líquido da emissora.

c) fixos anuais, não cumulativos, em igualdade de condições aos distribuídos às ações ordinárias.

d) no mínimo 25% superiores aos distribuídos às ações ordinárias.

e) no mínimo 10% superiores aos distribuídos às ações ordinárias.

432. (CVM/Esaf/2010) Regulamento da Resolução BCB n° 2.690/2000, que dispõe sobre a constituição de Bolsas de Valores no Brasil, ao facultar sejam organizadas quer como companhias quer como associações, permite que:

a) associações civis, como clubes, por exemplo, atuem como bolsas de valores.

b) qualquer companhia negocie valores mobiliários emitidos por terceiros.

c) se divida a competência de reconhecimento de Bolsas entre BCB e CVM.

d) apenas após a autorização e desde que haja sistemas adequados para a realização eficiente e transparente de operações com valores mobiliários; é que a organização pode operar.

e) sejam eliminadas restrições à eticidade de comportamentos de administradores nomeados.

433. (Caixa/Cespe/2010) Com referência a instituições financeiras e instrumentos financeiros, assinale a opção correta:

a) Ações preferenciais são ações que detêm o direito de preferência sobre os lucros a serem distribuídos aos acionistas.

b) Pregão é o recinto onde o BACEN leiloa dólares das reservas cambiais brasileiras, como medida de regulação da taxa de câmbio.

c) Em uma sociedade por ações, os detentores de ações ordinárias não têm direito a voz e voto na assembleia de acionistas.

d) Bolsas de valores são associações civis com fins lucrativos, constituídas para manter local adequado à negociação de valores mobiliários em mercado livre e aberto.

e) Uma carteira de ações representa a menor parcela do capital social de uma sociedade por ações.

434. (Caixa/Cespe/2010) O sistema de distribuição de valores mobiliários, previsto na Lei nº 6.385/1976, é composto por várias entidades, instituições, sociedades e agentes autônomos. Esse sistema inclui as:

a) cooperativas de crédito.

b) empresa de *factoring*.

c) corretoras de seguros.

d) bolsa de valores.

e) administradoras de consórcio.

435. (Badesul/AOCP/2010) Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. Compete ao Conselho Monetário Nacional fixar as normas gerais a serem observadas na constituição, organização e funcionamento das Bolsas de Valores, e relativas a

I – número de sociedades corretoras membros da Bolsa, requisitos ou condições de admissão quanto à idoneidade, capacidade financeira, habilitação técnica dos seus administradores e forma de representação nas Bolsas.

II – normas destinadas a evitar ou reprimir manipulações de preços e operações fraudulentas, condições a serem observadas nas operações autorizadas de sustentação de preços.

III – registro das operações a ser mantido pelas Bolsas e seus membros e dados estatísticos a serem apurados pelas Bolsas e fornecidos ao Banco Central.

IV – fiscalização do cumprimento de obrigações legais pelas sociedades cujos títulos sejam negociados na Bolsa.

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas I, III e IV.

c) Apenas II, III e IV.

d) Apenas I e II.

e) I, II, III e IV.

436. (BB/FCC/2010) A BM&FBOVESPA S.A. é caracterizada como

a) espaço em que exclusivamente são negociadas ações de emissão de empresas brasileiras.

b) empresa cujo capital é controlado por sociedades corretoras por meio de títulos patrimoniais.

c) entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

d) empresa constituída para possibilitar a negociação de ações por meio do sistema *home broker*.

e) companhia aberta cujas ações são transacionadas em seu próprio ambiente de negociação.

437. (CVM/NCE-UFRJ/2008) Em 2007, a BM&F iniciou seu processo de desmutualização, preparando a companhia para a abertura de capital. A partir de 1º de outubro de 2007, a companhia tornou-se uma sociedade por ações com fins lucrativos e os negócios passaram a ser conduzidos visando o benefício dos acionistas no longo prazo. Por desmutualização entende-se:

a) desconto sobre o valor de face dos empréstimos contraídos pelas corretoras membros junto à bolsa;

b) a liquidação de todos os contratos de empréstimos da companhia;

c) a eliminação de qualquer compromisso da companhia com a liquidação das operações realizadas na bolsa;

d) desvinculação do direito patrimonial do direito de acesso dos antigos associados, e sua conversão em participação acionária;

e) possibilidade de não incidência de imposto de renda sobre ganhos de capital.

438. (Caixa/Cesgranrio/2008) O mercado financeiro pode ser classificado como primário ou secundário, dependendo do momento da negociação do título no mercado. O lançamento de um novo ativo financeiro ocorre no mercado primário. No mercado secundário ocorrem as

a) negociações de títulos de crédito como cheques, notas promissórias e DOC, realizadas por meio da Bolsa de Valores e do Mercado de Balcão.

b) negociações posteriores, em Bolsa de Valores ou em Mercado de Balcão, envolvendo compras e vendas de títulos já lançados entre investidores.

c) compras de títulos privados, derivativos, opções que estão sendo oferecidos ao mercado financeiro.

d) transações financeiras envolvendo o mercado monetário internacional.

e) vendas de títulos públicos que são negociados por meio da Bovespa.

439. (Nossa Caixa Desenvolvimento/FCC/2011/Contador) Um investidor adquiriu, no mercado à vista da BOVESPA, um lote de 300.000 ações de uma determinada companhia por R$ 60.000,00. Depois de três meses, vendeu 100.000 ações por R$ 25.000,00. Abstraindo-se as despesas de corretagem e o imposto de renda, o investidor

a) obteve prejuízo de R$ 35.000,00 nas operações.

b) obteve lucro de R$ 5.000,00 nas operações.

c) obteve um rendimento nominal de 10% sobre o valor aplicado na operação de compra.

d) não obteve nem lucro e nem prejuízo nas operações.

e) obteve prejuízo de R$ 15.000,00 nas operações.

440. (Banpará/FJV/2010) 30/03/2010 - 19h39 - SÃO PAULO (Reuters) - A Ecorodovias, concessionária de estradas, precificou a ação em sua oferta pública inicial (IPO, na sigla em inglês) a 9,50 reais. O giro financeiro da operação totaliza 1,37 bilhão de reais, incluindo as novas ações e aquelas que estão sendo vendidas por sócios.

Os coordenadores da operação estimavam preço por ação entre 9 e 12 reais. Ainda que o valor tenha ficado perto do piso da faixa projetada, trata-se do primeiro IPO do Brasil em 2010 em que a oferta é colocada dentro do intervalo sugerido no prospecto preliminar. Os quatro IPOs anteriores neste ano - Aliansce, Multiplus, BR Properties e OSX - saíram com preço por ação inferior ao originalmente projetado.

A oferta primária da Ecorodovias, cujos recursos irão para o caixa da companhia, envolve 92 milhões de novas ações, representando 874 milhões de reais, de acordo com informações disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nesta terça-feira.

(extraído do Portal UOL, acesso em 31.03.2010, às 2h)
(http://economia.uol.com.br/ultimasnoticias/reuters/2010/03/30/ecorodovias-faz-1o-ipo-no-ano-dentro-de-faixaestimada.jhtm)

Considerando as características do mercado primário e o caso descrito no texto acima, assinale a opção **correta**:

a) Ocorre negociação de títulos já emitidos e em circulação.

b) Transações apenas entre investidores.

c) A venda de ações no mercado primário serve para a empresa captar recursos dos investidores de modo a financiar seus projetos e fazer investimentos entre outras coisas.

d) Refere-se exclusivamente à venda de ações por ocasião da abertura de capital da empresa, através da oferta pública inicial (IPO, na sigla em inglês - *Initial Public Offering*).

e) Além das negociações em bolsas, o termo "mercado primário" abrange também quaisquer compras ou vendas realizadas em pregão eletrônico, bancos, corretoras de valores ou em negociações diretas entre acionistas celebradas através de contratos de compra e venda.

441. (CVM/NCE-UFRJ/2008) Os clientes que compram e vendem ativos ou direitos no Mercado de Balcão Organizado podem manifestar seus interesses junto aos intermediários por meio de Ordens. A Ordem Administrada é uma das que podem ser aceitas no sistema de negociação desse mercado, e é aquela na qual o cliente especifica:

a) somente a quantidade e as características dos ativos ou direitos a serem negociados e deve ser executada imediatamente;

b) uma ordem de venda de um ativo e uma ordem de compra de outro ativo que devem ser executadas em conjunto;

c) somente o nível de preço a partir do qual a ordem deve ser executada;

d) somente a quantidade e as características dos ativos ou direitos, ficando a execução a critério do intermediário;

e) o preço, que deve ser tomado como parâmetro de decisão, e as características dos ativos.

442. (CVM/NCE-UFRJ/2008) Um mercado eficiente é entendido como aquele em que os preços refletem as informações disponíveis e apresentam grande sensibilidade a novos dados, ajustando-se rapidamente a outros ambientes, o que significa dizer que:

a) os preços são sempre perfeitos, ou seja, são exatamente iguais a seus valores reais;

b) as decisões de compra e de venda são tomadas com base nas interpretações dos fatos relevantes;

c) há uma clara identificação de correlação dos ativos com qualquer variável observável;

d) o investidor é capaz de identificar, consistentemente, ativos com preços em desequilíbrio;

e) um participante do mercado pode sozinho influenciar os preços de negociação.

443. (BB/FCC/2011) No mercado à vista de ações, a bolsa de valores determina que o comprador realize o pagamento

a) no dia seguinte à realização do negócio.

b) em até 5 dias úteis após a realização do negócio.

c) na data de vencimento da respectiva opção.

d) em até 3 dias úteis após a realização do negócio.

e) antecipadamente.

444. (BB/FCC/2011) O agente fiduciário de emissões públicas de debêntures

a) defende os interesses dos debenturistas junto à companhia emissora.

b) processa o pagamento de juros e amortização das debêntures.

c) representa a instituição líder da operação.

d) determina a alocação das quantidades que serão subscritas pelos investidores.

e) é nomeado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

445. (Nossa Caixa Desenvolvimento/FCC/2011/Contador) A debênture é um título

a) de curto prazo emitido por sociedade por ações que confere ao titular direito de propriedade sobre a empresa.

b) emitido exclusivamente por sociedade anônima de capital fechado.

c) emitido por sociedade anônima, representativo do valor da fração em que o capital social é dividido.

d) que não pode ter cláusula que garanta a participação nos lucros da companhia emitente.

e) que pode ser conversível em ações por ocasião do resgate.

446. (BB/FCC/2010) As debêntures, segundo a Lei nº 6.404/76, são títulos nominativos ou escriturais emitidos por sociedades por ações. Asseguram ao seu titular direito de crédito contra a companhia emissora e

a) devem ser registradas para negociação em Bolsa de Valores.

b) podem ser emitidas por bancos de investimento.

c) são adquiridas por investidores no mercado internacional.

d) podem ser emitidas pelo prazo máximo de 360 dias.

e) têm as suas garantias, se houver, especificadas na escritura de emissão.

447. (Caixa/Cespe/2010) No que se refere a debêntures, assinale a opção correta.

a) A companhia pode emitir debêntures divididas em séries e pode atribuir às debêntures da mesma série valores nominais diferentes e direitos distintos.

b) De natureza jurídica distinta das ações, as debêntures não podem assegurar ao seu titular o direito a prêmio de reembolso.

c) A deliberação sobre emissão de debêntures é matéria de competência privativa da assembleia de debenturistas.

d) A escritura de emissão de debêntures pressupõe a intervenção de agente fiduciário que não poderá, em nenhuma hipótese, ser instituição financeira.

e) O prazo ou a época para o exercício do direito à conversão deve, necessariamente, constar na escritura de emissão de debênture conversível em ações.

448. (Caixa/Cespe/2010) As debêntures

a) devem ter seu valor nominal expresso em moeda nacional.

b) não podem ser adquiridas por companhias que as emitirem.

c) trazem no certificado, que é documento de emissão obrigatória, os direitos de crédito dos titulares dos valores mobiliários.

d) podem conter cláusula de correção monetária com base em referenciais não expressamente vedados em lei, inclusive na variação da taxa cambial.

e) podem ser emitidas pela Caixa, já que esta, por ser instituição financeira, foi constituída sob a forma de sociedade anônima.

449. (Caixa/Cespe/2010) Assinale a opção correta a respeito do mercado de capitais no Brasil.

a) Veda-se à entidade que administra mercado de balcão organizado o estabelecimento de requisitos próprios para que valores mobiliários sejam admitidos à negociação em seu sistema, sendo-lhe permitido, não obstante, disciplinar procedimentos de cunho meramente operacional referentes ao registro dos valores mobiliários.

b) Ao ser efetuado o registro da propriedade de ações escriturais em conta de depósito, aberta em nome do acionista na instituição depositária, transfere-se à referida instituição o direito a voto inerente a tais ações.

c) O penhor de ações escriturais constitui-se mediante averbação do respectivo instrumento em cartório de registro de títulos e documentos.

d) A debênture pode ter garantia real ou garantia flutuante, a depender do que dispuser sobre o assunto a escritura de emissão.

e) Excluem-se do regime da Lei nº 6.385/1976 - que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a CVM - as debêntures emitidas por instituições financeiras.

450. (Caixa/Cespe/2010) Com relação à atual configuração do mercado de capitais no Brasil, assinale a opção correta.

a) As ações podem ser nominativas, endossáveis ou ao portador.

b) Ao alienar debêntures a outro investidor, aquele que as subscreveu atua no mercado primário de valores mobiliários, visto que, nesse mercado, negociam-se todas as espécies de títulos de emissão de sociedades anônimas, à exceção das ações.

c) A emissão pública e a negociação, em bolsa de valores ou em mercado de balcão, de quaisquer valores mobiliários independem de registro na CVM.

d) A ação ordinária caracteriza-se pela atribuição cumulativa de direito a voto em assembleias gerais e de vantagem consistente em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo.

e) A subscrição de ações emitidas por companhia aberta se dá, segundo a doutrina corrente, no chamado mercado primário.

451. (Banpará/FJV/2010) Sobre as sociedades anônimas e as suas relações com o mercado, assinale a opção **correta**:

a) Podem ser de capital aberto, de capital fechado ou, ainda, de capital misto.

b) Companhia de capital aberto tem seus valores mobiliários registrados na CVM e negociados em bolsa de valores ou no mercado de balcão.

c) As ações de companhias abertas são negociadas em bolsas de valores e os papéis de companhias fechadas são negociadas no mercado de balcão.

d) Debêntures são valores mobiliários emitidos pelas sociedades anônimas, que representam a menor parcela do capital social.

e) Ações ordinárias têm direito a voto, mas não fazem jus à distribuição de dividendos.

452. (BCB/Cespe/2009/Procurador) Com relação à emissão de debêntures nas sociedades anônimas, assinale a opção correta.

a) A emissão de debêntures é mecanismo de autofinanciamento feito pela sociedade, no qual, em vez de contrair empréstimos em instituição financeira, a sociedade emite títulos que conferem, a quem os adquirir, direito de crédito contra ela, com a vantagem de tais títulos serem negociáveis no mercado.

b) Uma das desvantagens da emissão de debêntures é que sua prática em excesso interfere no controle acionário da companhia e representa certa diluição dos direitos de quem já é acionista.

c) É vedado às companhias adquirir debêntures de sua própria emissão, ainda que por valor inferior ao nominal.

d) As debêntures com garantia flutuante possuem privilégio geral sobre o ativo da companhia, impedindo, até, a negociação dos bens que o compõem, enquanto não saldadas.

e) As debêntures são títulos emitidos pelas sociedades anônimas, com prazos curtos de resgate e cuja conversibilidade em ações não é admitida pelo direito brasileiro a fim de não prejudicar os que já são sócios.

453. (CVM/NCE-UFRJ/2008) Os títulos de crédito, que garantem ao seu titular direitos de crédito contra a companhia, nas condições constantes da escritura de emissão que podem assegurar ao seu titular juros, fixos ou flutuantes, participação na companhia e prêmio de reembolso são chamados de:

a) bônus de subscrição;

b) notas promissórias;

c) ações ordinárias;

d) debêntures;

e) commercial papers.

454. (MT Fomento/Unemat/2008) A respeito da Lei 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, analise os itens.

I – O Conselho Monetário Nacional - CMN é composto pelos Ministros da Fazenda, do Planejamento e do Presidente do Banco Central do Brasil.

II – Ações e debêntures são exemplos de títulos e valores mobiliários fiscalizados pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

III – É função do BACEN executar os serviços do meio circulante.

IV – É função do BACEN regular e supervisionar o Sistema Financeiro Nacional - SFN.

V – As empresas de fomento não integram o SFN.

Assinale a alternativa correta.

a) Apenas I, III e IV estão corretos.

b) Apenas III e IV estão corretos.

c) Apenas I e IV estão corretos.

d) Apenas II e III estão corretos.

e) Todos os itens estão corretos.

455. (BB/FCC/2011) No mercado de capitais, as operações de distribuição pública de ações (*underwriting*) acontecem

a) com a intermediação de qualquer instituição participante do Sistema Financeiro Nacional.

b) por meio de esforços de venda direta da emissora junto a investidores institucionais.

c) sem obrigatoriedade do registro na Comissão de Valores Mobiliários.

d) de acordo com os termos e condições previstos no respectivo prospecto.

e) desde que a companhia já tenha ações negociadas em bolsa de valores.

456. (BB/FCC/2011) Caracteriza-se como ato de distribuição pública de valores mobiliários em operação de *underwriting* a:

I – utilização de listas ou folhetos, destinados ao público, por qualquer meio ou forma.

II – negociação feita, em loja ou estabelecimento aberto ao público, destinada, no todo ou em parte, a subscritores.

III – liderança por um banco comercial e sua rede de agências.

Está correto o que consta APENAS em

a) I.

b) II.

c) I e III.

d) II e III.

e) I e II.

457. (BB/Cesgranrio/2010) As operações de *underwriting* (subscrição) são praticadas pelos bancos de investimento que realizam a intermediação da distribuição de títulos mobiliários no mercado. A Garantia Firme é um tipo de operação de *underwriting* no qual a instituição financeira coordenadora da operação garante a

a) colocação dos lotes de ações a um determinado preço previamente pactuado com a empresa emissora, encarregando-se, por sua conta e risco, de colocá-lo no mercado.

b) rentabilidade das ações colocadas no mercado, responsabilizando-se por devolver o dinheiro à empresa emissora em caso de uma desvalorização repentina.

c) renovação da subscrição das ações colocadas no mercado e que não encontraram compradores interessados.

d) oferta global das ações da empresa tanto no país quanto no exterior, assumindo todos os riscos relacionados à oscilação de mercado.

e) prática de melhores esforços para revender o máximo de uma emissão de ações para os seus clientes por um prazo determinado.

458. (Banrisul/FDRH/2010) Considerando os conceitos e as definições de *underwriting*, analise as seguintes afirmações.

I – Para que uma empresa possa efetuar emissão pública de ativos financeiros, não é necessário obter o registro de companhia aberta.

II – A empresa emissora de ativos financeiros deve encarregar uma instituição financeira, o *underwriter*, da colocação desses títulos no mercado, em caso de emissão pública.

III – O *underwriting* representa a transferência de recursos dos investidores diretamente para a empresa.

Quais estão corretas?

a) Apenas a I.

b) Apenas a III.

c) Apenas a I e a II.

d) Apenas a I e a III.

e) Apenas a II e a III.

459. (BB/Cespe/2014/Certificação Interna) O desempenho dos fundos de investimento disponíveis no mercado de capitais brasileiro é determinado conforme a evolução dos preços dos ativos inseridos em suas carteiras, definidos diariamente com base nas práticas de Marcação a Mercado. O cálculo das cotas dos fundos de investimento e os preços transacionados devem seguir as melhores práticas de mercado.

Anbima. Manual de Marcação a Mercado. Disponível em: <http://portal.anbima.com.br/fundos-deinvestimento/regulacao/codigo-de-fundos-deinvestimento/Documents/Diretrizes%20de%20Marca%C3%A7%C3%A3o%20a%20Mercado.pdf>. Acesso em: 03.10.2014.

Assim, quando um banco qualquer realiza a Marcação a Mercado com metodologia pública e disponível, compreende-se que o princípio norteador no estabelecimento de políticas de marcação a mercado é

a) o formalismo.

b) a abrangência.

c) a consistência.

d) a transparência.

e) o comprometimento.

460. (BB/FCC/2011) As normas para funcionamento dos fundos de investimento dispõem que

a) os cotistas, no caso de condomínio fechado, podem solicitar o resgate de suas cotas a qualquer tempo.

b) a lâmina de informações essenciais deve conter a política de investimento do fundo e os riscos envolvidos.

c) são dispensados de proceder à marcação a mercado dos respectivos ativos.

d) o valor das cotas deve ser divulgado ao final de cada mês.

e) podem ser administrados por pessoas físicas autorizadas pela CVM.

461. (Banese/FCC/2012) Sobre fundos de investimento está correto afirmar que

a) são garantidos pela instituição financeira administradora.

b) suas cotas podem ser adquiridas apenas por investidor pessoa jurídica.

c) seu funcionamento depende do prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários.

d) não sofrem auditoria independente.

e) o valor das cotas é calculado e divulgado mensalmente.

462. (BB/FCC/2011) Em lâminas de informações essenciais de fundos de investimento encontra-se:

I – seu objetivo.

II – os riscos assumidos.

III – sua política de investimento.

Está correto o que consta em

a) I, II e III.

b) II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) III, apenas.

e) I, apenas.

463. (BB/FCC/2011) O administrador de um fundo de investimento aberto tem como responsabilidade legal a

a) negociação dos ativos, respeitada a política de investimento do respectivo regulamento.

b) guarda dos títulos que compõem a carteira de investimento.

c) auditoria das demonstrações financeiras periódicas.

d) apuração e divulgação do valor da cota.

e) exclusividade da distribuição das cotas.

464. (BB/FCC/2010) Sobre os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC é correto afirmar:

a) É requerida a existência de uma Sociedade de Propósito Específico.

b) Suas cotas podem ser adquiridas por todos os tipos de investidores.

c) É facultativa a contratação e divulgação de relatório elaborado por agência de classificação de risco.

d) A aplicação mínima é de R$ 25 mil por investidor.

e) Não há incidência de imposto de renda na fonte.

465. (BB/Cespe/2009/Certificação Interna) O mercado de capitais tem por objetivo principal promover a conversão de ativos líquidos em investimento, por meio da canalização de recursos dos agentes compradores para as empresas privadas. A fim de atingir esse objetivo, estão disponíveis várias formas de acesso e vários produtos do mercado de capitais. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

a) As ações são denominadas preferenciais quando atribuem ao seu titular o direito de voto em assembleia de acionistas.

b) Ações escriturais são representadas por cautelas ou certificados, que são entregues ao comprador no momento da transferência de propriedade do título.

c) Os bônus de subscrição são o direito de subscrever novas ações em quantidade proporcional às já possuídas, que não podem ser transferidos a terceiros.

d) As debêntures podem ser papéis de renda fixa ou variável, sendo vedada a sua conversão em ações da companhia emissora.

e) O patrimônio de um fundo de investimento imobiliário pode ser formado por um ou mais imóveis, parte de imóveis ou direitos a eles relativos.

466. (CVM/NCE-UFRJ/2008) A gestão de carteira de investimento compreende diversas etapas que podem se originar na análise das possíveis alternativas de investimento, passando pela decisão das aplicações e operações a serem implementadas, e finalizando com as medições e relatórios sobre resultados. Segundo os objetivos e as estratégias a serem buscados, a gestão pode ser definida como ativa ou passiva. Uma gestão é passiva quando o gestor:

a) observa os fundamentos próprios dos ativos, independentemente das avaliações macroeconômicas;

b) segue sempre a tendência de mercado, comprando na alta e vendendo na baixa;

c) aplica em ativos, em percentual de sua carteira maior do que o percentual desses ativos no benchmark;

d) mantém sempre a mesma carteira de ativos, sem estabelecer metas de resultado;

e) busca atingir a rentabilidade de um índice, avaliando e aplicando nos ativos com o mesmo retorno e risco do índice.

467. (CVM/NCE-UFRJ/2008) Um dos fundamentos da legislação do mercado de capitais - que a legislação da CVM procura assegurar - é garantir ao investidor amplo acesso à informação sobre seu investimento. Neste sentido, quando de seu ingresso em um fundo de investimentos, o cotista deve atestar que:

a) seus recursos são oriundos de receitas legais e sem restrições fiscais;

b) tomou ciência dos riscos envolvidos e da política de investimento do fundo;

c) conhece toda a legislação aplicável àquela modalidade de investimento;

d) os investimentos do fundo são compatíveis com sua capacidade financeira;

e) não tem objeção a estratégias de risco.

468. (BB/FCC/2006) É correto afirmar:

a) O valor diário da cota de um fundo é obtido dividindo o seu patrimônio líquido pelo número de cotas emitidas, ambos calculados no mesmo momento de tempo.

b) Sobre os rendimentos obtidos nos fundos de investimento há incidência de IR à alíquota de 25%.

c) Os fundos de investimento devem contabilizar mensalmente todos os ativos integrantes de suas carteiras pelos seus preços médios ao longo do mês.

d) Fundos abertos são aqueles com prazo determinado de duração, cujos valores investidos não podem ser resgatados.

e) O recolhimento do Imposto de Renda, nos fundos de investimento, ocorre sempre no momento do resgate.

469. (NossaCaixa/Vunesp/2007) Consiste na captação específica de recursos, destinada a incrementar o Sistema Financeiro da Habitação, proporcionando financiamento aos construtores e a compradores da casa própria. Trata-se de

a) caderneta de poupança.

b) fundos de ações.

c) fundo de investimento em direitos creditórios.

d) conta corrente.

e) conta investimento.

470. (Cobra/ESPP/2011) O Conselho Nacional de Seguros Privados é composto por, exceto:

a) Presidente do Brasil.

b) Ministro da Fazenda.

c) Superintendente da Susep.

d) Representante do Banco Central do Brasil.

471. (Susep/Esaf/2010) A SUSEP é uma autarquia, atua na regulação da atividade de seguros (entre outras), e está sob supervisão do Ministério da Fazenda. Logo, é incorreto dizer que ela:

a) é integrante da chamada Administração Indireta.

b) tem personalidade jurídica própria, de direito público.

c) está hierarquicamente subordinada a tal Ministério.

d) executa atividade típica da Administração Pública.

e) tem patrimônio próprio.

472. (BB/Cesgranrio/2010) A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) é o órgão responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização. Em relação a esse órgão, considere as atribuições abaixo.

I – Cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Nacional de Seguros Privados.

II – Zelar pela defesa dos interesses dos consumidores do mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização.

III – Regular e fiscalizar as operações de compra e venda de ações e títulos públicos realizadas no mercado balcão.

IV – Prover recursos financeiros para as sociedades do mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização por meio de aporte de capital, quando necessário.

V – Disciplinar e acompanhar os investimentos das entidades do mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização, em especial os efetuados em bens garantidores de provisões técnicas.

São atribuições da SUSEP apenas

a) I, II e IV.

b) I, II e V.

c) III, IV e V.

d) I, II, III e IV.

e) II, III, IV e V.

473. (Caixa/Cesgranrio/2008) O mercado de seguros surgiu da necessidade que as pessoas e empresas têm de proteger seu patrimônio. Mediante o pagamento de uma quantia, denominada prêmio, os segurados recebem uma indenização que permite a reposição integral das perdas sofridas. Em relação aos tipos de seguro, analise as afirmações abaixo:

I – O seguro de vida é idêntico ao seguro do profissional liberal, pois ambos possuem as mesmas coberturas e estão sujeitos à mesma legislação.

II – O seguro de veículos pode oferecer coberturas adicionais para o risco de roubo de rádios e acessórios, desde que conste da apólice. Se estes equipamentos são colocados posteriormente à contratação, podem ser incluídos na apólice, através de endosso.

III – A única diferença entre o seguro de acidentes pessoais em relação ao seguro de vida é o público-alvo que, no caso do seguro de acidentes pessoais, é direcionado para idosos e gestantes.

IV – O seguro imobiliário é realizado para cobertura de possíveis danos ao imóvel do segurado, causados principalmente por incêndios, roubo e outros acidentes naturais.

V – O seguro de viagem tem como principal característica a garantia de indenização por extravio de bagagem e a assistência médica durante o período da viagem.

Estão corretas **APENAS** as afirmações

a) I, II, III e IV

b) I, IV e V

c) I, III e V

d) II, III, IV e V

e) II, IV e V

474. (Sebrae/Cespe/2015/Certificação Interna) Dono de um pequeno estabelecimento comercial há alguns anos, Paulo começou a se preocupar com o futuro, principalmente com a época quando não tiver mais condições de administrar seu negócio. Não tendo a intenção de depender apenas do benefício previdenciário oficial a que faria jus como empreendedor de pequeno porte, reconheceu como alternativas para o futuro o investimento de parte de suas economias em ações negociadas em bolsa de valores ou a contratação de um plano de previdência complementar privado aberto.

Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pre/composicao/bm.asp>. Acesso em: 02.09.2015.

Para entender melhor o funcionamento desses mercados, uma das alternativas a ser considerada por Paulo será buscar informações, respectivamente,

a) no Bacen e na CVM.

b) na CVM e na Susep.

c) na Susep e no Bacen.

d) na Previc e na Susep.

e) na CVM e na Previc.

475. (BB/FCC/2011) Os planos de previdência da modalidade Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) são regulamentados

a) pela Comissão de Valores Mobiliários.

b) pelo Banco Central do Brasil.

c) pelo Conselho Monetário Nacional.

d) pela Superintendência de Seguros Privados.

e) pela Caixa Econômica Federal.

476. (BB/FCC/2011) As Entidades Abertas de Previdência Complementar caracterizam-se por

a) terem como órgão responsável a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

b) não permitirem a portabilidade da provisão matemática de benefícios a conceder.

c) proporcionarem planos com benefício de renda por sobrevivência, renda por invalidez, pensão por morte, pecúlio por morte e pecúlio por invalidez.

d) aceitarem contratação de planos previdenciários exclusivamente de forma individual.

e) oferecerem planos destinados apenas a funcionários de uma empresa ou grupo de empresas.

477. (Caixa/FCC/2004) Os títulos de capitalização caracterizam-se como uma forma de poupança de longo prazo, onde o sorteio funciona como um estímulo. Em relação a títulos de capitalização, é correto afirmar que

a) capital nominal é o valor que o investidor resgatará ao final do plano do título de capitalização, incidindo sobre ele correção e juros.

b) são regulados pela Caixa.

c) não possuem liquidez.

d) não existe incidência de Impostos de Renda sobre os rendimentos auferidos nas operações com títulos de capitalização.

e) o investidor sempre escolhe a data do sorteio e o prêmio que deseja obter das operações com títulos de capitalização.

478. (BB/FCC/2011) Os títulos de capitalização são

a) estruturados com prazo de vigência igual ou superior a 6 meses.

b) comercializados por instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

c) disponíveis, normalmente, em planos com pagamentos mensais e sucessivos ou pagamento único.

d) resgatados em base sempre superior ao capital constituído por aplicações idênticas em títulos públicos.

e) regidos por condições gerais disponibilizadas após a contratação.

479. (BNB/Acep/2010) Complementar à sua função de captadoras de depósitos e fornecedoras de créditos, as instituições financeiras oferecem diversos serviços bancários e financeiros, inclusive para planos de aposentadorias e seguros. Com relação a esses serviços, assinale a alternativa CORRETA.

a) A previdência complementar é um benefício obrigatório, que proporciona ao trabalhador um seguro previdenciário adicional, conforme sua necessidade.

b) Os fundos de investimentos financeiros de renda fixa são considerados planos de aposentadoria complementar aberta.

c) O Plano Geral de Benefício Livre (PGBL) tem como objetivo a concessão de benefícios de previdência aberta complementar.

d) Os Títulos de Capitalização são considerados planos de aposentadoria, porque seu resgate só se efetiva com a aposentadoria do trabalhador.

e) Os seguros pessoais, por garantirem o pagamento de uma indenização ao segurado e aos seus beneficiários, é considerado um plano de aposentadoria.

480. (BNB/Acep/2010) Dentre os serviços bancários oferecidos pelas instituições financeiras aos clientes, alguns se referem a diversos tipos de aplicações financeiras com características que atendam aos interesses destes, tais como prazo, risco e rendimento. Assinale a alternativa que caracteriza as aplicações descritas.

a) Os depósitos à vista são remunerados se o cliente deixar o dinheiro na conta corrente por mais de 90 dias.

b) O rendimento da caderneta de poupança é definido individualmente pelos bancos, sendo importante que o cliente pesquise aquele que oferece o melhor rendimento.

c) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) e os Recibos de Depósitos Bancários (RDB) são aplicações financeiras de longo prazo que sempre apresentam os maiores rendimentos dentre todas as modalidades financeiras.

d) Os títulos de capitalização são aplicações financeiras sem risco, por serem garantidos pelo Banco Central do Brasil.

e) Os valores depositados na caderneta de poupança são remunerados com base na Taxa Referencial (TR), acrescida de juros de 0,5% ao mês.

481. (Cobra/ESPP/2011) Leia o texto abaixo e responda à próxima questão: O Sistema Financeiro Nacional pode ser definido como o conjunto de órgãos de regulação, instrumentos, instituições financeiras e instituições auxiliares, públicos ou privados que atuam na intermediação de recursos entre os agentes econômicos superavitários e deficitários. O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) é composto por, exceto:

a) Ministro de Estado da Previdência Social.

b) Ministro da Fazenda.

c) Representante das entidades fechadas de previdência complementar.

d) Representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

482. (Cobra/ESPP/2010) Segundo o Sistema Financeiro Nacional, a sigla CNPC significa:

a) Conselho Nacional de Previdência Complementar.

b) Comissão Negocial da Previdência Civil.

c) Comitê Nacionalista da Previdência Central.

d) Comissão Natural da Previdência Capitalizada.

483. (BB/FCC/2011) A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)

a) fiscaliza as atividades dos fundos de pensão.

b) supervisiona as atividades das entidades de previdência privada aberta.

c) determina regras sobre aposentadoria dos trabalhadores.

d) executa a arrecadação das contribuições previdenciárias.

e) é uma autarquia vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

484. (Banpará/FJV/2010) O Sistema Financeiro Nacional tem na sua composição órgãos normativos, entidades supervisoras e as operadoras. Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a uma entidade supervisora:

a) Banco Central do Brasil - Bacen;

b) Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

c) Superintendência de Seguros Privados - Susep;

d) Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC;

e) Instituto de Resseguros do Brasil - IRB.

485. (BB/FCC/2010) As entidades fechadas de previdência complementar, também conhecidas como fundos de pensão, são organizadas sob a forma de

a) fundos PGBL - Plano Gerador de Benefício Livre.

b) fundos VGBL - Vida Gerador de Benefício Livre.

c) empresas vinculadas ao Ministério da Fazenda e fiscalizadas pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

d) planos que devem ser oferecidos a todos os colaboradores e que também podem ser adquiridos por pessoas que não tenham vínculo empregatício com a empresa patrocinadora.

e) fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos e acessíveis, exclusivamente, aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas.

486. (Banpará/FJV/2010) "A previdência complementar é um benefício opcional, que proporciona ao trabalhador um seguro previdenciário adicional, conforme sua necessidade e vontade."

(http://www.previdenciasocial.gov.br/spc.php?id_spc=915)

Assinale a opção **correta**:

a) As Entidades Abertas de Previdência Complementar - EAPC são reguladas e fiscalizadas pelo Ministério da Fazenda, por intermédio do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

b) Tanto as Entidades Abertas de Previdência Complementar - EAPC quanto as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC são reguladas e fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), do Ministério da Previdência Social.

c) Planos PGBL e VGBL são comercializados pelas EFPC.

d) Quem contrata plano de previdência complementar renuncia aos benefícios da previdência social, se for segurado.

e) A Previ, Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, cuja fiscalização está a cargo da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda.

487. (BB/Cespe/2009/Certificação Interna) A Brasilprev, empresa do BB que atua no mercado de previdência complementar aberta, está sujeita à supervisão do(a)

a) Conselho Monetário Nacional.

b) Instituto de Resseguros do Brasil.

c) Conselho Nacional da Previdência Complementar.

d) Superintendência de Seguros Privados.

e) Comissão de Valores Mobiliários.

488. (Sabesp/FCC/2014/Economista) O mercado de câmbio é o ambiente onde compradores e ofertantes realizam operações de compra e venda de moeda estrangeira. Neste mercado, o papel do Banco Central do Brasil é

a) elaborar procedimentos técnicos-operacionais para a determinação de cenários econômicos futuros de curto prazo.

b) determinar o valor da cotação da moeda estrangeira.

c) executar a política cambial definida pelo Conselho Monetário Nacional.

d) emitir certificado técnico do valor da cotação de moeda estrangeira baseado na Taxa de Juros SELIC.

e) elaborar a política cambial vigente no país.

489. (BB/Cespe/2011/Certificação Interna) O órgão responsável pela execução da política cambial brasileira

a) o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

b) o Ministério da Fazenda.

c) a Câmara de Comércio Exterior.

d) a Receita Federal do Brasil.

e) o BACEN

490. (BB/FCC/2011) No mercado de câmbio, estão autorizados a operar como agente

a) as associações de poupança e empréstimo.

b) as cooperativas de crédito.

c) as empresas de arrendamento mercantil.

d) as agências de fomento.

e) os bancos múltiplos.

491. (BB/FCC/2010) No mercado de câmbio no Brasil são realizadas operações

a) no mercado à vista apenas por pessoa jurídica.

b) pelos agentes autorizados pelo Banco Central do Brasil.

c) dispensadas da regulamentação e fiscalização pelo Banco Central do Brasil.

d) no segmento flutuante, relativas a importação e exportação de mercadorias e serviços.

e) de troca de moeda nacional exclusivamente pelo dólar norte-americano ou vice-versa.

492. (Caixa/Cespe/2010) Em relação ao mercado de câmbio brasileiro, assinale a opção correta. Nas opções em que for empregada, considere que a sigla CMN refere-se ao Conselho Monetário Nacional.

a) Compete ao CMN, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Ministério da Fazenda, autorizar as instituições financeiras a praticar operações de câmbio.

b) É atribuição do BACEN regular, por meio da fixação de normas, as operações de câmbio, inclusive *swaps*, fixando limites, taxas, prazos e outras condições.

c) Os recursos em moeda estrangeira recebidos em decorrência de exportações brasileiras de mercadorias e de serviços podem ser mantidos em instituição financeira no exterior.

d) Ao CMN cabe manter registro dos contratos de câmbio relativos aos recursos em moeda estrangeira ingressados no país em decorrência de exportações realizadas por empresas brasileiras.

e) O BACEN pode estabelecer formas simplificadas de contratação de operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira relacionadas a recursos provenientes de exportações.

493. (Caixa/Cespe/2010) Ainda acerca do mercado de câmbio brasileiro, assinale a opção correta.

a) As caixas econômicas, assim como os bancos de desenvolvimento, somente podem realizar as operações de câmbio especificamente autorizadas pelo órgão competente.

b) As sociedades de crédito, financiamento e investimento podem realizar, sem intermediação bancária, arbitragem de moedas com o exterior.

c) Os meios de hospedagem de turismo podem realizar, com residentes ou domiciliados no exterior, operações de compra e venda de moeda estrangeira em espécie, cheques e cheques de viagem.

d) As sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários podem ser autorizadas a praticar todas as operações do mercado de câmbio.

e) Autorização para prática de operação de câmbio pode ser cassada em razão de irregularidades, mas, tendo em vista a necessidade de preservação da credibilidade do mercado, não pode ser suspensa cautelarmente.

494. (Caixa/Cespe/2010) Em relação ao mercado de câmbio brasileiro, assinale a opção correta.

a) A autorização para operar no mercado de câmbio será concedida pelo BACEN e estará condicionada, entre outros requisitos, à indicação pela instituição financeira de diretor responsável pelas operações relacionadas ao mercado de câmbio.

b) As sociedades corretoras de câmbio poderão realizar todas as operações do mercado de câmbio, entre as quais dar curso a transferências financeiras para o exterior, sem limites de valor.

c) De acordo com a atual regulação, conforme a fundamentação econômica, as operações de câmbio serão cursadas no mercado de câmbio de taxas flutuantes ou no mercado de câmbio de taxas livres.

d) Tendo em vista que as operações no mercado de câmbio estão sujeitas à comprovação documental, não se admite, nesse mercado, contrato de câmbio assinado digitalmente.

e) Como não pressupõem a realização, pelo titular, de contrato de câmbio específico, as operações de pagamento para o exterior mediante utilização de cartão de crédito de uso internacional não se incluem no mercado de câmbio.

495. (BB/Cesgranrio/2010) O mercado de câmbio envolve a negociação de moedas estrangeiras e as pessoas interessadas em movimentar essas moedas. O câmbio manual é a forma de câmbio que

a) pratica a importação e a exportação por meio de contratos.

b) pratica a troca de moeda estrangeira por uma mercadoria.

c) envolve a compra e a venda de moedas estrangeiras em espécie.

d) envolve a troca de títulos ou documentos representativos da moeda estrangeira.

e) exerce a função de equilíbrio na balança comercial externa.

496. (Caixa/Cespe/2010) Considerando as normas legais e regulamentares vigentes a respeito do mercado de câmbio no Brasil, assinale a opção correta.

a) As pessoas físicas e as pessoas jurídicas podem comprar e vender moeda estrangeira ou realizar transferências internacionais em reais, de qualquer natureza, sem limitação de valor, sendo contraparte na operação agente autorizado a operar no mercado de câmbio, observada a legalidade da transação, tendo como base a fundamentação econômica e as responsabilidades definidas na respectiva documentação.

b) Aos bancos autorizados a operar no mercado de câmbio é vedado dar cumprimento a ordens de pagamento em reais recebidas do exterior mediante a utilização de recursos em reais mantidos em contas de depósito de titularidade de instituições bancárias domiciliadas ou com sede no exterior.

c) Nas operações de repasse, é vedado à instituição financeira que capta recursos no exterior utilizá-los para conceder empréstimos com variação cambial a pessoa física ou jurídica residente, domiciliada ou com sede no país.

d) As operações de recebimento antecipado de exportação sujeitam-se a registro no BACEN, independentemente da anterioridade da operação em relação à data de embarque da mercadoria ou da prestação do serviço.

e) À exceção das transferências financeiras relacionadas a contratos não comerciais, todas as operações de câmbio devem ser registradas no Sistema de Informações do BACEN (Sisbacen).

497. (Caixa/Cespe/2010) Assinale a opção correta a respeito das operações realizadas no mercado de câmbio brasileiro

a) Nas operações de compra e venda de moeda estrangeira, em qualquer valor, não há necessidade de identificação do comprador ou do vendedor, podendo o contravalor ser pago ou recebido diretamente em espécie.

b) No contrato de câmbio, podem ser alterados os dados referentes às identidades do comprador ou do vendedor, ao valor em moeda nacional, ao código da moeda estrangeira e à taxa de câmbio.

c) As operações de câmbio não podem ser canceladas, mesmo que exista consenso entre as partes, com exceção das operações de câmbio simplificado e interbancárias.

d) Os agentes autorizados a operar no mercado de câmbio devem observar as regras para a perfeita identificação dos seus clientes, bem como verificar as responsabilidades das partes e a legalidade das operações.

e) Os agentes autorizados a operar no mercado de câmbio não podem realizar operações de compra e de venda de moeda estrangeira com instituição bancária no exterior, em contrapartida aos reais em espécie recebidos do exterior ou para lá enviados.

498. (Caixa/Cesgranrio/2008) O contrato de câmbio é o instrumento pelo qual se formaliza uma operação de câmbio, podendo ser utilizado para importação, exportação, compra e venda de moeda estrangeira e transferências internacionais. Nos casos de exportação, o contrato de câmbio poderá ocorrer prévia ou posteriormente ao embarque de mercadoria. O fechamento do câmbio com ACC ocorre

a) após a entrega da mercadoria no exterior, independente da liquidação do contrato de câmbio.

b) após a liquidação do contrato de câmbio no exterior, independente da entrega da mercadoria.

c) após o embarque da mercadoria, quando o exportador entrega os documentos ao Banco, para que os mesmos sejam cobrados no exterior, à vista ou a prazo.

d) antes ou após o embarque, porém com o câmbio travado para definição futura das taxas que serão praticadas na liquidação do contrato.

e) antes do embarque da mercadoria, geralmente quando o exportador necessita dos recursos para financiar a produção de mercadoria a ser exportada.

499. (BB/Cespe/2011/Certificação Interna) Com relação ao mercado de câmbio no Brasil, assinale a opção correta.

a) A taxa de câmbio no Brasil é determinada pelo BACEN.

b) A Ptax, taxa de câmbio oficial do Brasil, serve de base para todas as operações de câmbio comercial brasileiras.

c) O *spread* de taxas de câmbio corresponde à diferença entre a taxa pela qual um banco compra a moeda estrangeira e a taxa pela qual ele vende essa moeda.

d) O mercado interbancário não tem qualquer relevância na formação da taxa de câmbio brasileira.

e) As operações de câmbio manual respondem pela maior parte das operações de câmbio de importação no Brasil.

500. (Banpará/FJV/2010) A respeito de mercado de câmbio, assinale a alternativa **correta**:

a) Mercado de câmbio, na forma regulamentada pelo Banco Central do Brasil, funciona atualmente em três segmentos: livre, flutuante e paralelo.

b) Apenas as pessoas físicas ou jurídicas autorizadas pelo Banco Central do Brasil podem comprar ou vender moedas estrangeiras ou realizar transferências internacionais.

c) Taxa de câmbio corresponde à diferença entre a cotação de compra e cotação de venda da moeda estrangeira.

d) Agências de turismo, se credenciadas como agentes do mercado de câmbio, podem realizar compra e venda de moeda estrangeira em espécie, cheques e cheques de viagem, desde que relativos a viagens internacionais.

e) As negociações de moedas estrangeiras são mais comumente realizadas, por orientação do Banco Central do Brasil, no mercado paralelo.

501. (BB/Cespe/2009/Certificação Interna) Se a carteira de câmbio do BB puder realizar suas operações definindo livremente sua própria taxa de câmbio e se a atuação do BACEN no mercado de câmbio se restringir a intervenções esporádicas, independentes de limites, então, nesse caso, o regime cambial adotado no Brasil é o de taxa de câmbio

a) fixa.

b) fixa e administrada.

c) flutuante, com flutuação suja.

d) flutuante, com bandas cambiais.

e) currency board.

502. (BDMG/Fumarc/2011/advogado) Sobre o contrato de Fiança, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) A fiança dar-se-á por escrito, e admite interpretação extensiva.

b) A fiança conjuntamente prestada a um só débito por mais de uma pessoa importa o compromisso de solidariedade entre elas, se declaradamente não se reservarem o benefício de divisão.

c) As dívidas futuras não podem ser objeto de fiança.

d) A fiança não pode ser de valor inferior ao da obrigação principal e nem pode ser contraída em condições menos onerosas, e, quando exceder o valor da dívida, ou for mais onerosa que ela, não valerá senão até ao limite da obrigação afiançada.

503. (BNB/Acep/2010) Sobre contrato de fiança, assinale a alternativa CORRETA.

a) A fiança, espécie de garantia fidejussória, dar-se-á de forma escrita ou verbal, mas não admite interpretação extensiva.

b) Pode-se estipular a fiança, ainda que sem o consentimento do devedor ou contra sua vontade.

c) Somente as dívidas presentes podem ser objeto de fiança.

d) A fiança não pode ser dada em valor inferior ao da obrigação principal, nem ser contraída em condições menos onerosas.

e) Ainda que o fiador tome-se insolvente ou incapaz, o credor não poderá exigir que seja substituído.

504. (BNB/Acep/2010) Acerca da fiança, assinale a alternativa CORRETA.

a) O contrato de fiança pode ser verbal.

b) A fiança pode ser de valor inferior ao da obrigação principal e contraída em condições menos onerosas, e, quando exceder o valor da dívida, ou for mais onerosa que esta, não valerá senão até ao limite da obrigação afiançada.

c) Após a prestação da fiança, o credor não poderá exigir substituto, mesmo que o fiador se torne insolvente.

d) No caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária. é, em regra. vedado ao proprietário fiduciário ou credor a venda da coisa a terceiros, mesmo que seja por leilão ou hasta pública.

e) O Código Civil Brasileiro não veda o aval parcial.

505. (BB/Cespe/2009/Certificação Interna) A respeito da constituição de garantias nas operações bancárias, assinale a opção correta.

a) Em uma operação de empréstimo bancário a cliente detentor de vultosos recursos depositados na instituição, é possível que esse cliente figure ao mesmo tempo como devedor e fiador.

b) É válida e eficaz a fiança prestada em contrato de mútuo empréstimo bancário por pessoa absolutamente incapaz, desde que no contrato sejam colhidas as suas impressões digitais.

c) A fiança não pode ser estipulada em benefício do credor sem o expresso consentimento ou autorização do devedor principal.

d) Dada sua natureza especial, a lei faz depender a existência da fiança não somente do consentimento expresso daquele que a presta, como também de sua forma escrita, não existindo fiança presumida ou tácita.

e) Em operação de empréstimo, a instituição financeira será obrigada a aceitar a indicação de fiador que seja pessoa idônea e que possua bens suficientes para cumprir a obrigação, mesmo se tal pessoa não tiver domicílio no lugar onde tenha de prestar a fiança.

506. (BB/Cespe/2009/Certificação Interna) Considerando as diversas formas de garantias que podem ser prestadas nas operações bancárias, assinale a opção correta.

a) A fiança é espécie de garantia pessoal própria dos títulos de crédito.

b) Independentemente do regime de casamento, o oferecimento de aval não depende da autorização do cônjuge.

c) No aval, o avalista pode exigir que sejam executados, primeiramente, os bens do avalizado.

d) O fiador que honra a dívida do seu afiançado não pode exigir deste os valores que pagou.

e) A responsabilidade do avalista subsiste, ainda que nula a obrigação daquele em favor de quem o aval foi prestado, a menos que a nulidade decorra de vício de forma.

507. (BB/Cespe/2009/Certificação Interna) As garantias pessoais ou fidejussórias são aquelas em que pessoas físicas ou jurídicas assumem, como avalistas ou fiadores, a obrigação de honrar os compromissos referentes à operação de crédito, caso o devedor não o faça. Com relação à utilização desse tipo de garantia no BB, assinale a opção correta.

a) A garantia pessoal tem como objetivo vincular bem específico do garantidor a determinada operação de crédito.

b) O aval é uma obrigação autônoma e solidária, podendo ser prestado em título vencido e ser constituído em documento a parte.

c) A prestação de garantia pessoal por pessoa casada exige a coobrigação do cônjuge, exceto se o regime de bens for o de separação absoluta.

d) Vencida a dívida, se esta for garantida por aval, o credor deve cobrar primeiramente o devedor, exceto se houver cláusula de renúncia do benefício de ordem.

e) A prestação de garantia pessoal está embasada na existência de patrimônio do garantidor e independe de avaliação dos aspectos ligados aos demais Cs do crédito.

508. (NossaCaixa/Vunesp/2007) Pelo seu contrato, uma pessoa garante satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não a cumpra, sendo ele(a) dado(a) somente por escrito, não sendo permitida interpretação extensiva. Trata-se do contrato de:

a) aval.

b) alienação fiduciária.

c) caução.

d) penhor.

e) fiança.

509. (BB/FCC/2011) Uma carta de fiança bancária, garantindo uma operação de crédito, implica

a) a impossibilidade de substituição do fiador.

b) a responsabilidade solidária e como principal pagador, no caso de renúncia do fiador ao benefício de ordem.

c) a contragarantia ser formalizada por instrumento público.

d) o impedimento de compartilhamento da obrigação.

e) a obrigatória cobertura integral da dívida.

510. (BB/FCC/2010) A fiança bancária é uma obrigação escrita prestada à empresa que necessita de garantia para contratação de operação que envolva responsabilidade na sua execução e

a) comprova que os recursos financeiros necessários estão depositados pela empresa na instituição financeira fiadora.

b) pode ser concedida somente em operações relacionadas ao comércio internacional.

c) substitui total ou parcialmente os adiantamentos em dinheiro ao credor por parte da empresa.

d) está sujeita à incidência de Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.

e) não apresenta risco de crédito para a instituição financeira.

511. (BB/Cesgranrio/2010) As operações de garantia bancária são operações em que o banco se solidariza com o cliente em riscos por este assumidos. O aval bancário, por exemplo, é uma garantia que gera

a) obrigação assumida pelo Banco, a fim de assegurar o pagamento de um título de crédito para um cliente.

b) obrigação solidária do Banco credor para com o seu cliente mediante a assinatura de um contrato de câmbio.

c) direito real para o Banco em face ao seu cliente e se constitui, pela tradição efetiva, em garantia de coisa móvel passível de apropriação entregue pelo devedor.

d) responsabilidade acessória pelo Banco, quando assume total ou parcialmente o dever do cumprimento de qualquer obrigação de seu cliente devedor.

e) passivo para cliente tomador de um empréstimo contra o Banco credor, colocando seus bens à disposição para garantir a operação.

512. (Sefaz-RS/Fundatec/2009) Em relação à fiança, pode-se afirmar que:

a) as dívidas futuras não podem ser objeto de fiança, exceto em caso de expressa previsão contratual.

b) as obrigações nulas não são suscetíveis de fiança, exceto se a nulidade resultar apenas de incapacidade pessoal do devedor, não abrangendo, tal exceção, o caso de mútuo feito a menor.

c) se o fiador se tornar insolvente ou incapaz, não poderá o credor exigir sua substituição.

d) em caso de dois ou mais fiadores, estes serão solidariamente responsáveis pela totalidade da dívida, sendo nula a fixação em contrato de cláusula que preveja a limitação de suas responsabilidades quanto a parte da dívida.

e) O fiador poderá exonerar-se da fiança que tiver assinado sem limitação de tempo, sempre que lhe convier, ficando obrigado por todos os efeitos da fiança, somente até a notificação do credor.

513. (Caixa/Cesgranrio/2008) Dentre as operações realizadas pelos Bancos, estão as operações de garantia, em que o Banco se solidariza com o cliente em riscos por este assumidos. A garantia que se manifesta por um contrato através do qual o Banco garante o cumprimento da obrigação de seu cliente junto a um credor constitui a(o)

a) fiança bancária.
b) alienação fiduciária.
c) hipoteca.
d) aval.
e) fundo garantidor de crédito.

514. (NossaCaixa/Vunesp/2007) Trata-se de um compromisso contratual, pelo qual uma instituição financeira garante o cumprimento de obrigações de seus clientes. Essa é a definição de
a) cheque especial.
b) crédito direto ao consumidor.
c) fiança bancária.
d) adiantamento a depositantes.
e) caução.

515. (BB/Cespe/2011/Certificação Interna) Considerando as normas do BB e o tipo de garantia adequado às operações de crédito, assinale a opção correta.
a) As garantias reais e pessoais não poderão ser utilizadas simultaneamente após implementação do Acordo de Basileia II.
b) A garantia real consiste na entrega de um bem - desde que imóvel - para que se cumpra a exigência ou a execução de obrigação, quando não cumprida ou paga pelo devedor.
c) No BB, considera-se garantia pessoal aquela em que as pessoas físicas, exclusivamente, assumem a obrigação de honrar os compromissos referentes à operação de crédito, caso o devedor não o faça.
d) Denomina-se fidejussória a garantia por meio da qual as pessoas jurídicas, exclusivamente, assumem a obrigação de honrar os compromissos referentes à operação de crédito, caso o devedor não o faça.
e) O penhor de direito creditório é uma garantia real para que se cumpra a exigência ou a execução da obrigação, quando não cumprida ou paga pelo devedor.

516. (BNB/Acep/2010) Analise as afirmativas, em relação ao penhor, e assinale V, se verdadeiras, e F, se falsas.

( ) A extinção da obrigação e o perecimento da coisa dada em garantia são formas de extinção do penhor.

( ) O penhor agrícola e o penhor pecuário somente podem ser convencionados, respectivamente, pelos prazos máximos de 3 (três) e 4 (quatro) anos, prorrogáveis, uma só vez, até o limite de igual tempo.

( ) As colheitas pendentes não podem ser objeto do penhor agrícola.

( ) No penhor pecuário, o devedor poderá alienar os animais empenhados sem prévio consentimento do credor.

Assinale alternativa que contempla a sequência CORRETA.

a) V-V-F-F

b) F-V-F-V

c) V-F-V-F

d) V-V-V-F

e) F-F-V-V

517. (Sefaz-RS/Fundatec/2009) Não pode ser objeto de hipoteca?

a) o domínio útil.

b) veículo automotor.

c) as estradas de ferro

d) o direito real de uso

e) os navios

518. (BB/FCC/2006) São bens e direitos que podem ser objeto de hipoteca:

a) aeronaves, joias e estradas de ferro.

b) imóveis, participações societárias e navios.

c) imóveis, participações societárias e aeronaves.

d) imóveis, estradas de ferro e aeronaves.

e) estradas de ferro, navios e joias.

519. (BB/FCC/2011) O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) administra o mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, proporcionando garantia limitada a

a) Letras do Tesouro Nacional.

b) fundos de investimento.

c) depósitos à vista e a prazo.

d) debêntures.

e) depósitos judiciais.

520. (BNB/Acep/2010) Analise as afirmativas, em relação ao penhor, e assinale V, se verdadeiras, e F, se falsas.

( ) A extinção da obrigação e o perecimento da coisa dada em garantia são formas de extinção do penhor.

( ) O penhor agrícola e o penhor pecuário somente podem ser convencionados, respectivamente, pelos prazos máximos de 3 (três) e 4 (quatro) anos, prorrogáveis, uma só vez, até o limite de igual tempo.

( ) As colheitas pendentes não podem ser objeto do penhor agrícola.

( ) No penhor pecuário, o devedor poderá alienar os animais empenhados sem prévio consentimento do credor.

Assinale alternativa que contempla a sequência CORRETA.

a) V-V-F-F

b) F-V-F-V

c) V-F-V-F

d) V-V-V-F

e) F-F-V-V

64. EXERCÍCIOS - 3º BLOCO

521. (Agência de Fomento do PR/Trade Census/2004) As pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros, são consideradas:

a) cooperativas de crédito;

b) sociedades de crédito público;

c) instituições financeiras;

d) sociedades bancárias oficiais;

e) instituições de financiamentos e investimentos.

522. (Caixa/FCC/2004) A taxa de juro é apropriadamente identificada como o preço do crédito, refletindo uma dimensão temporal. O juro exprime o preço de troca de ativos disponíveis em diferentes momentos do tempo.

É correto afirmar que a taxa de juros

a) é formada, admitindo-se um mercado livre, com base nas taxas preferenciais temporais dos agentes econômicos que demandam recursos e no retorno esperado daqueles possuidores de recursos para empréstimos.

b) é consequência da estagnação cultural do país.

c) é o resultado das interações das ações de mercado executadas pelos agentes econômicos, servindo de balizador de suas decisões entre consumo e poupança.

d) é uma taxa de referência do processo decisório, isto é, decisões financeiras são consideradas atraentes se houver uma expectativa de que o retorno da aplicação não ultrapasse a taxa de juros do dinheiro utilizado.

e) não está vinculada ao conceito de taxa preferencial temporal dos agentes econômicos envolvidos.

523. (BNB/ACEP/2004) Marque a alternativa CORRETA sobre as características e atribuições legais das instituições financeiras pertencentes ao Sistema Financeiro Nacional:

a) consideram-se instituições financeiras, as pessoas jurídicas públicas e privadas que tenham como atividade principal a intermediação de recursos financeiros próprios.

b) as instituições financeiras somente poderão funcionar no país mediante prévia autorização do Banco Central do Brasil ou de decreto do Poder Executivo, quando forem estrangeiras.

c) as instituições financeiras públicas federais, por sua personalidade jurídica, não estão sujeitas às mesmas disposições relativas às instituições financeiras privadas.

d) é permitido às instituições financeiras conceder empréstimos e adiantamentos a seus diretores e membros do conselho de administração, na condição dos mesmos possuírem, pelo menos, 20% do capital da instituição.

e) as instituições financeiras podem manter aplicações ilimitadas em bens imóveis.

524. (CVM/FCC/2003) O Sistema Financeiro Nacional é composto por um conjunto de instituições que

a) controlam o Produto Interno Bruto do setor financeiro.

b) permitem o fluxo de recursos entre poupadores e tomadores.

c) determinam o saldo do Balanço de Pagamentos.

d) definem a Política Monetária, Cambial e de Crédito.

e) administram os títulos da dívida interna.

525. (Banespa/FCC/1997) As instituições financeiras privadas fazem partes do:

a) Conselho Monetário Nacional

b) Sistema Econômico Nacional

c) Sistema Financeiro Nacional

d) Ministério da Fazenda

e) Sistema de Desenvolvimento Econômico

526. (Banrisul/FDRH/2005) Dentre as afirmativas abaixo, qual NÃO corresponde corretamente à política monetária ou à moeda?

a) A demanda de moeda é diretamente relacionada à taxa de juros.

b) A demanda de moeda é inversamente relacionada à taxa de juros.

c) A moeda tem como principais funções ser unidade de conta, meio de troca e reserva de valor.

d) O papel-moeda em poder do público mais os depósitos a vista são os ativos com liquidez absoluta.

e) O Banco Central do país é o responsável pela oferta de moeda.

527. (Caixa/FCC/2004) As operações de mercado aberto (*open market*) funcionam como um instrumento bastante ágil de política monetária a fim de melhor regular o fluxo monetário da economia e influenciar os níveis das taxas de juros a curto prazo. Está correto afirmar que

a) para uma expansão no volume dos meios de pagamento da economia, de forma a elevar sua liquidez e reduzir as taxas de juros, as autoridades monetárias intervêm no mercado resgatando títulos públicos em poder dos agentes econômicos.

b) para uma retração no volume dos meios de pagamento da economia, as autoridades devem resgatar os títulos públicos em poder dos agentes econômicos.

c) para elevação das taxas de juros vigentes a curto prazo, a postura assumida é aquisição dos títulos públicos em poder dos agentes econômicos.

d) Em termos de política monetária, a grande contribuição das operações de mercado aberto deve-se à sua rigidez.

e) para redução das taxas de juros, a postura assumida é colocar em circulação novos títulos da dívida pública.

528. (Caixa/FCC/2004) Assinale a alternativa correta.

a) A taxa de juros que precifica os ativos do Governo no mercado é denominada taxa limite.

b) Quanto mais baixa se situar a taxa de juros, menor se apresenta a atratividade dos agentes econômicos para novos investimentos, selecionando os de maior maturidade.

c) O Governo tem poder sobre a fixação da taxa de juros, pois não controla certos instrumentos de política monetária como o mercado aberto.

d) A taxa de juros que precifica os ativos do governo no mercado é denominada taxa pura, constituindo-se na taxa de juros mais alta do sistema econômico.

e) A taxa de juros estabelecida livremente pelo mercado é taxa referencial a ser comparada com os retornos oferecidos pelos investimentos com risco.

529. (Caixa/FCC/2004) Associe as afirmativas abaixo com as Políticas Monetária e Econômica.

I – Executada pelo Banco Central de cada país, o qual possui poderes e competência próprios para controlar a quantidade de moeda na economia.

II – Ações do governo no sentido de controlar e regular a atividade econômica.

III – São seus instrumentos, o conjunto de ações e medidas à disposição do governo para a regulação da atividade econômica.

IV – Quatro tipos de instrumentos: Política Monetária, Política Fiscal, Política Cambial e Política de Rendas.

V – São seus instrumentos clássicos de controle: recolhimentos compulsórios, *open market*, redesconto bancário e empréstimos de liquidez.

VI – Diz-se que é restritiva quando as autoridades monetárias promovem reduções dos meios de pagamento da economia retraindo a demanda agregada (consumo e investimento) e a atividade econômica.

Política Monetária

Política Econômica

a) II, V, VI, I, III, IV

b) I, II, III, IV, V, VI

c) III, IV, V, I, II, VI

d) I, V, VI, II, III, IV

e) I, III, V, II, IV, VI

530. (Caixa/FCC/2004) É objetivo possível de ser alcançado pelas operações de mercado aberto:

a) criação de liquidez para os títulos públicos, motivando as negociações com todos os demais títulos.

b) controle diário da moeda, em decorrência do controle dos gastos do governo.

c) controle diário do volume de oferta de moeda, para que a liquidez da economia não seja adequada à programação monetária.

d) liberalização das taxas de juros a curto prazo em decorrência do volume da oferta da moeda.

e) proibição às instituições para utilização de suas disponibilidades monetárias ociosas em aplicações de curto e curtíssimo prazo.

531. (Besc/FGV/2004) Dentre os instrumentos clássicos de política monetária, assinale aquele que se destaca como o mais ágil, para os objetivos do Banco Central de permanente regulagem da oferta monetária e do custo primário do dinheiro.

a) Depósito compulsório

b) Operações no mercado aberto

c) Empréstimo de liquidez

d) Emissão de moeda

e) Controle de crédito

532. (CVM/FCC/2003) O objetivo principal da emissão de Títulos Públicos pelo governo é

a) gerenciar o déficit público.

b) financiar o Banco Central.

c) financiar o déficit público.

d) financiar o Banco do Brasil.

e) gerenciar a dívida pública.

533. (BB/FCC/1998) Dentre os instrumentos clássicos de Política Monetária, assinale aquele que se destaca como o mais ágil, para os objetivos do Banco Central, de permanente regulagem da oferta monetária e do custo primário do dinheiro.

a) Depósito Compulsório.

b) Controle de Crédito.

c) Empréstimo de Liquidez.

d) Emissão de Moeda.

e) Operações no Mercado Aberto.

534. (Caixa/FCC/2004) Associe as afirmações abaixo aos Mercados Primário e Secundário.

I – Negociação direta entre o emitente dos títulos e seus adquirentes.

II – As colocações dos títulos públicos costumam desenvolver-se por meio de leilões periódicos coordenados pelo banco Central.

III – Transferência para terceiros dos títulos adquiridos em leilão.

IV – Importante fonte de financiamento das carteiras de aplicações formadas pelas instituições financeiras.

Mercado Primário

Mercado Secundário

a) IV, II, I, III

b) I, II, III, IV

c) I, III, III, IV

d) II, III, I, IV

e) I, IV, II, III

535. (CVM/FCC/2003) O Mercado Secundário é importante porque

a) o valor transacionado é canalizado para a empresa emitente do título.

b) as empresas obtêm recursos para financiar novos empreendimentos.

c) proporciona liquidez aos ativos, viabilizando o mercado primário.

d) aumenta o lucro das companhias com ações negociadas no mercado.

e) diminui o risco de mercado para os investidores detentores de ações.

536. (CVM/FCC/2003) No mercado primário, a negociação do ativo ocorre

a) entre os investidores na bolsa de valores.

b) entre os investidores no mercado de balcão.

c) pela primeira vez, quando de sua emissão.

d) após o lançamento público de ações.

e) após o lançamento privado de ações.

537. (CVM/FCC/2003) Com respeito à organização dos mercados primário e secundário de títulos, pode-se dizer que

a) a inexistência de bons mercados secundários incentiva a realização de operações no mercado primário, viabilizando-se, portanto, a atividade de investimento na economia.

b) as empresas obtêm recursos para os seus investimentos produtivos no mercado secundário.

c) mercado secundário é aquele em que se negocia a colocação inicial de um título.

d) no mercado primário não podemos analisar operações relacionadas com projetos de capitalização ou investimentos.

e) as bolsas de valores são um exemplo de mercado secundário.

538. (CVM/Esaf/2001) Correlacionando-se os conceitos de mercado primário e secundário de valores mobiliários com os de mercado de bolsa e de balcão, verificamos que

a) as emissões novas de valores mobiliários emitidos por companhias abertas somente podem ser colocadas no mercado pelas Bolsas de Valores.

b) as emissões novas de valores mobiliários emitidos por companhias abertas somente podem ser colocadas no mercado por meio do Mercado de Balcão Organizado.

c) o mercado primário é formado pela negociação de novos valores mobiliários, nele colocados por entidades autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários, após o registro da emissão.

d) no mercado secundário podem ser colocados também títulos de companhias fechadas, desde que seja utilizado o Mercado de Balcão Organizado.

e) as companhias abertas podem colocar valores mobiliários de sua emissão diretamente no Mercado de Balcão Organizado.

539. (BB/FCC/2006) O Conselho Monetário Nacional constitui o órgão regulador maior do sistema financeiro nacional. É membro desse Conselho, embora não ocupe o cargo de presidente, o

a) Presidente da Superintendência de Seguros Privados.

b) Presidente da Comissão de Valores Mobiliários.

c) Ministro da Previdência e Assistência Social.

d) Presidente do Banco Central do Brasil.

e) Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

540. (BB/FCC/2006) O Conselho Monetário Nacional constitui a autoridade maior na estrutura do sistema financeiro nacional. Dentre as suas competências, é correto afirmar que:

a) concede autorização às instituições financeiras, a fim de que possam funcionar no país.

b) efetua o controle dos capitais estrangeiros.

c) regula a constituição, o funcionamento e a fiscalização das instituições financeiras.

d) fiscaliza o mercado cambial.

e) recebe os recolhimentos compulsórios das instituições financeiras.

541. (Agência de Fomento do PR/Trade Census/2004) A Política Monetária é executada através de agentes financeiros em um sistema de intermediação que transmite estímulos e contrações ao lado real da economia, conforme diretrizes estabelecidas pela Autoridade Monetária. No Brasil, essa Autoridade é exercida pelo Conselho Monetário Nacional, que é composto por:

a) Ministro de Estado da Fazenda, Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento e Presidente do Banco Central;

b) Presidente do Banco Central, Presidente do Banco do Brasil e Presidente da Caixa Econômica Federal; Presidente e Diretores do Banco Central;

c) Comitê de Política Monetária (COPOM);

d) Presidente do Banco Central e mais os Presidentes

e) dos 3 maiores Bancos Privados.

542. (CVM/FCC/2003) O Conselho Monetário Nacional é o órgão maior do sistema financeiro, sendo sua competência

a) desempenhar atividade executiva.

b) exercer a fiscalização de instituições financeiras.

c) zelar pela liquidez das instituições financeiras.

d) supervisionar os serviços de compensação de cheques.
e) receber depósito compulsório dos bancos.

543. (CVM/FCC/2003) É um dos membros do Conselho Monetário Nacional:
a) Presidente da Comissão de Valores Mobiliários.
b) Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
c) Diretor de Política Monetária do Banco Central.
d) Secretário da Receita Federal.
e) Presidente da República.

544. (CVM/FCC/2003) Cabe ao Conselho Monetário Nacional fixar as
a) regras das políticas partidárias e políticas cambiais.
b) regras do mercado financeiro e do mercado acionário.
c) diretrizes das taxas de juros e das taxas de crédito.
d) diretrizes das políticas monetárias, creditícia e cambial.
e) regras da Ata do Comitê de Política Monetária.

545. (CVM/FCC/2003) São atribuições do Conselho Monetário Nacional na regulação da economia brasileira:
a) formular a política nacional da moeda e do mercado de capitais e regular o valor interno e externo da moeda, a constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras nacionais, a política cambial e tributária, as taxas de juros, os empréstimos a serem efetuados pelas instituições financeiras, os depósitos de curto prazo e a fixação das normas gerais e específicas de contabilidade pública e gerencial.
b) formular a política nacional de crédito, da moeda e do mercado de capitais e regular o valor interno da moeda, a constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras, a política cambial, as taxas de juros, os empréstimos a serem efetuados pelas instituições financeiras, os depósitos de curto prazo e a fixação das normas gerais de contabilidade gerencial.

c) formular a política nacional de crédito, da moeda e do mercado de capitais e regular o valor interno e externo da moeda, a constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras, a política cambial e tributária, as taxas de juros, os empréstimos a serem efetuados pelas instituições financeiras, os depósitos a prazo e a fixação das normas gerais de contabilidade pública e privada.

d) formular a política nacional de crédito e da moeda e regular o valor interno da moeda, a constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras, a política cambial, as taxas de juros, os empréstimos a serem efetuados pelas instituições financeiras, os depósitos a prazo e a fixação das normas gerais de contabilidade.

e) formular a política nacional de crédito e da moeda e regular o valor interno e externo da moeda, a constituição, funcionamento, fiscalização e punição das instituições financeiras, a política cambial e monetária, as taxas de juros e a taxa Selic, os empréstimos a serem efetuados pelas instituições financeiras nacionais, os depósitos a longo prazo e a fixação das normas gerais de contabilidade pública.

546. (Banespa/FCC/1997) Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo do desenvolvimento, constitui política do:

a) Conselho Monetário Nacional

b) Sistema Financeiro Nacional

c) Banco do Brasil

d) Banco do Estado do São Paulo

e) Banco Central

547. (BNB/FSADU-UFMA/2007) Dentre as opções apresentadas abaixo, uma não guarda coerência com as competências do Banco Central (BACEN) e suas atribuições. Assinale-a.

a) Atua como recebedor dos depósitos compulsórios das instituições financeiras.

b) Supervisiona os serviços de compensação de cheques e outros papéis entre as instituições financeiras.

c) Fiscaliza as instituições financeiras, aplicando, se necessário, as penalidades prescritas em lei.

d) Regulamenta as operações de câmbio e fixa as diretrizes das operações de redesconto.

e) Constitui-se no principal executor das políticas monetárias traçadas pelo CMN.

548. (BB/FCC/2006) Com relação à atuação do Banco Central do Brasil, é correto afirmar que ele

a) pode determinar o capital mínimo das companhias abertas, no mercado de capitais.

b) fiscaliza as companhias de seguro.

c) pode realizar operações de redesconto para instituições financeiras.

d) não pode comprar ou vender títulos públicos federais.

e) pode limitar as taxas de juros.

549. (BB/FCC/2006) Uma forma de buscar a segurança do sistema financeiro se dá com a fixação do capital mínimo das instituições financeiras, cuja competência é do

a) Banco Central do Brasil.

b) Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

c) Ministro da Fazenda.

d) Presidente da República.

e) Conselho Monetário Nacional.

550. (BB/FCC/2006) Efetuar o controle dos capitais estrangeiros é uma competência privativa

a) do Conselho Monetário Nacional.

b) do Banco Central do Brasil.

c) da Secretaria da Receita Federal.

d) do Tesouro Nacional.

e) do Ministério da Fazenda.

551. (BB/FCC/2006) NÃO se refere a uma competência do Banco Central do Brasil:

a) exercer a fiscalização das instituições financeiras.

b) executar os serviços do meio circulante.

c) emitir moeda-papel e moeda metálica.

d) receber os recolhimentos compulsórios.

e) fixar as diretrizes e normas da política cambial.

552. (BCB/FCC/2006/Técnico) Sobre o Banco Central do Brasil (Bacen), é CORRETO afirmar:

a) O Proer tornou menos abrangente e mais onerosa a maneira como o Bacen atuava na ocorrência de uma crise bancária.

b) Os depósitos voluntários dos bancos estão no Bacen desde sua criação.

c) Pela Lei da Responsabilidade Fiscal, o Bacen passou a ser obrigado a emitir títulos próprios para executar a política Monetária.

d) As operações de redesconto são concedidas a exclusivo critério do Bacen, por solicitação da instituição financeira interessada.

e) O Fundo Garantidor de Crédito é proibido de adquirir créditos de instituições.

553. (BCB/FCC/2006/Técnico) Sobre o Banco Central do Brasil (Bacen), é INCORRETO afirmar:

a) No Sistema de Metas para a Inflação, o presidente do Bacen fixa a meta de inflação.

b) A Emissão Monetária no Brasil é feita exclusivamente pelo Bacen.

c) O Bacen tem o direito de propriedade sobre a imagem das cédulas e moedas brasileiras.

d) A atividade de fiscalização, no Bacen, desenvolve-se de modo direto e indireto.

e) Como banqueiro do governo, o Bacen administra as reservas internacionais.

554. (CVM/NCE-UFRJ/2005) Em relação ao Sistema Financeiro Nacional, analise as afirmativas a seguir:

I – Compete ao Conselho Monetário Nacional regular o valor externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamento do País.

II – Uma das competências do Banco Central é receber os recolhimentos compulsórios dos bancos comerciais e os depósitos voluntários das instituições financeiras e bancárias que operam no País.

III – O Banco do Brasil emite títulos de responsabilidade própria, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

A(s) afirmativa(s) correta(s) é/são somente:

a) III;

b) I e II;

c) I e III;

d) II e III;

e) I, II e III.

555. (Banrisul/FDRH/2005) Considere as seguintes atribuições.

I – Executar os serviços de meio circulante.

II – Exercer o controle do crédito.

III – Emitir títulos de responsabilidade própria.

IV – Autorizar as emissões de papel-moeda.

V – Fiscalizar as sociedades de capital aberto e o mercado de capitais.

Quantas se incluem entre as atribuições do Banco Central do Brasil?

a) apenas a I, a II e a III.

b) apenas a I, a II e a IV.

c) apenas a I, a III e a IV.

d) penas a II, a III e a V.

e) a I, a II, a III, a IV e a V.

556. (Banrisul/FDRH/2005) O Banco Central do Brasil poderá expandir o agregado Monetário M1, também conhecido por meios de pagamento tipo 1, através das seguintes medidas:

a) elevação da taxa de redesconto e colocação líquida de títulos através de operações de mercado aberto.

b) elevação da taxa de compulsório e redução da taxa de redesconto.

c) elevação da taxa de compulsório e resgate líquido de títulos através de operações do mercado aberto.

d) redução da taxa de compulsório e colocação líquida de títulos através de operações do mercado aberto.

e) redução da taxa de redesconto e resgate líquido de títulos através de operações do mercado aberto.

557. (Agência de Fomento do PR/Trade Census/2004) Da lista de instrumentos de política monetária abaixo, aquele que NÃO faz parte do conjunto de medidas tomadas no âmbito do Banco Central é:

a) emissão de papel-moeda;

b) fixação da taxa de juros do mercado;

c) controle de reservas bancárias;

d) operações com títulos públicos;

e) empréstimos de liquidez (redescontos) às instituições financeiras.

558. (Agência de Fomento do PR/Trade Census/2004) É de competência privativa do Banco Central do Brasil:

a) determinar que as matrizes das instituições financeiras registrem os cadastros das firmas que operam com suas agências há mais de dois anos;

b) receber, a crédito do Tesouro Nacional, as importâncias provenientes da arrecadação de tributos ou rendas federais;

c) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis;

d) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural, nos termos da legislação que regular a matéria;

e) efetuar, como instrumento de política monetária, operações de compra e venda de títulos públicos federais.

559. (Caixa/FCC/2004) Assinale a afirmativa correta.

a) O Banco do Brasil é uma sociedade anônima de capital fechado, cujo controle acionário é exercido pela União.

b) O Conselho Monetário Nacional é um órgão normativo, desempenhando atividade executiva. Processa todo o controle do sistema financeiro, influenciando as ações de órgãos normativos.

c) O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social define as regras, limites e condutas das instituições financeiras, além de ser considerado formulador de toda a política de moeda e do crédito.

d) Uma das atribuições do Conselho Monetário Nacional é fixar diretrizes e normas da política cambial, visando ao controle da paridade da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos.

e) Dentre as principais atribuições de competência do Banco Central destaca-se efetuar o controle do crédito de capitais estrangeiros e executar os serviços de compensação.

560. (Caixa/FCC/2004) Faça a correlação e indique a resposta correta.

1) Títulos públicos

a. divisas internacionais mantidas pelo Banco Central, visando operar no mercado cambial.

2) Moedas estrangeiras

b. fundamentam-se no desequilíbrio entre o nível de poupança e investimento de uma economia.

3) Produto Interno

c. percentual dos fundos recolhidos pelas instituições junto ao público e regulamentado por instrumentos legais.

4) Intermediações Financeiras

d. representante do valor, a preços de mercado, dos bens e serviços realizados num país em certo período de tempo.

5) 5. Depósitos Compulsórios

e. representam a carteira de títulos de emissão pública pelo Banco Central e tem por objetivo o controle da liquidez da economia.

a) 1e; 2a; 3d; 4b; 5c

b) 1a; 2d; 3c; 4b; 5e

c) 1a; 2b; 3c; 4d; 5e

d) 1c; 2b; 3a; 4e; 5d

e) 1b; 2c; 3a; 4d; 5e

561. (BNB/ACEP/2004) Considerando as principais funções e finalidades do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, analise as afirmações de I a IV:

I – o Conselho Monetário Nacional é um órgão ligado diretamente ao Congresso Nacional;

II – a política do Conselho Monetário Nacional objetiva, dentre outras finalidades, zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;

III – dentre as principais funções do Banco Central do Brasil destacam-se a execução e acompanhamento da política monetária;

IV – é considerada função do Banco Central do Brasil a emissão e a execução dos serviços do meio circulante.

Marque a alternativa CORRETA:

a) são verdadeiros os itens I, III e IV.

b) são verdadeiros os itens I, II e III.

c) são verdadeiros os itens I, II e IV.

d) são verdadeiros os itens II, III e IV.

e) apenas os itens III e IV são verdadeiros.

562. (CVM/FCC/2003) Ao Banco Central do Brasil atribui-se a função de

a) fixar diretrizes e normas da política cambial.

b) autorizar os limites de emissões de moeda.

c) disciplinar todos os tipos de crédito do mercado.

d) deliberar sobre a constituição das instituições financeiras.

e) realizar operações de compra e venda de títulos públicos.

563. (BRB/Cespe/2001) José Ricardo, presidente da associação dos empregados do banco privado em que trabalha, por desconfiar que a administração dessa instituição vinha praticando irregularidades de natureza financeira, decidiu procurar o órgão governamental responsável pela fiscalização das instituições financeiras no Brasil para solicitar providências. Em face dessa situação hipotética e consoante a legislação vigente no país, José Ricardo deverá solicitar providências junto

a) ao Tribunal de Contas da União (TCU).

b) à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

c) ao Conselho Monetário Nacional (CMN).

d) ao Banco Central do Brasil (BACEN).

e) ao Ministério da Fazenda.

564. (BB/Cesgranrio/1999) Na nova metodologia de Meta de Inflação, o Banco Central (BC) é responsável por:

a) gerenciar os elementos de política fiscal que garantam a Meta.

b) gerenciar os elementos de política monetária que garantam a Meta.

c) garantir a taxa de juros do mercado, via COPOM.

d) estabelecer as responsabilidades das instituições financeiras.

e) estabelecer os valores anuais de inflação a serem perseguidos.

565. (BB/FCC/1998) O Banco do Brasil durante muitos anos funcionou como autoridade monetária graças à Conta Movimento do Tesouro. Esta conta foi encerrada em:

a) 1984.

b) 1985.

c) 1986.

d) 1987.

e) 1988.

566. (BB/Cespe/2010/Certificação Interna) As atribuições do Banco Central do Brasil (BACEN), entidade autárquica vinculada ao Ministério da Fazenda, incluem

a) a produção das cédulas de dinheiro e a cunhagem de moedas metálicas.

b) o controle da liquidez da economia por meio unicamente do controle dos meios de pagamento.

c) a criação da moeda escritural.

d) o financiamento do governo federal por meio de empréstimos e aquisição de títulos públicos.

e) a obrigação, compartilhada com o mercado financeiro internacional, de atender a demanda de moeda estrangeira.

567. (Besc/FGV/2004) A taxa-Selic é a taxa básica da nossa economia, criada e administrada por um órgão normativo diretamente subordinado ao presidente do Banco Central. O nome desse órgão é:

a) Conselho Nacional de Seguros Privados

b) Copom - Conselho de Política Monetária

c) Comissão de Valores Mobiliários

d) Central de Liquidação Financeira e de Custódia de Títulos

e) Bolsa de Valores

568. (CVM/FCC/2003) O Comitê de Política Monetária - COPOM, instituído em 1996 tem como função principal determinar a taxa

a) básica Selic.

b) básica Cetip.

c) referencial CDI.

d) referencial de câmbio.

e) básica do CDI e Selic.

569. (CVM/FCC/2003) O Comitê de Política Monetária é presidido pelo

a) Presidente do BNDES.

b) Ministro da Fazenda.

c) Ministro do Planejamento.

d) Presidente do Banco do Brasil.

e) Presidente do BACEN.

570. (CVM/FCC/2003) Ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional cabe

a) julgar em segunda instância as decisões do Conselho Monetário Nacional.

b) decidir em primeira instância sobre a abertura de bancos no exterior.

c) revisar todas as autorizações concedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

d) julgar em segunda e última instância sobre as penalidades aplicadas pelos Bancos Comerciais.

e) julgar, em segunda e última instância, os recursos interpostos das decisões relativas à aplicação de penalidades administrativas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

571. (BB/FCC/2006) Um investidor que, no dia 1º de março de 2006, tenha feito uma aplicação em CDB pós-fixado, com vencimento em 180 dias, terá seus rendimentos sujeitos à alíquota de Imposto de Renda de

a) 22,5%

b) 20,0%

c) 17,5%

d) 15,0%

e) 10,0%

572. (BB/FCC/2006) Um investidor que no dia 1º de março de 2006 tenha feito uma aplicação em CDB pré-fixado com vencimento em 730 dias terá seus rendimentos sujeitos à alíquota de Imposto de Renda de

a) 10,0%

b) 15,0%

c) 17,5%

d) 20,0%

e) 22,5%

573. (BB/FCC/2006) Um cliente tem interesse em aplicar recursos por 30 dias em CDB e quer que a sua rentabilidade acompanhe a evolução diária da taxa de juros. Nesse caso, o indexador mais indicado para a operação é

a) a TBF.

b) uma taxa pré-fixada.

c) o IGP-M.

d) o CDI.

e) o IPCA.

574. (Banrisul/FDRH/2005) Em relação ao Certificado de Depósito Bancário (CDB), podemos afirmar que

a) é um título de captação de recursos de utilização exclusiva de sociedade de crédito, financiamento e investimento (financeiras).

b) é um título que pode ser emitido por credores de crédito imobiliário.

c) é um título intransferível por endosso.

d) os recursos captados por seu intermédio são repassados aos clientes na forma de empréstimo.

e) os seus rendimentos são sempre isentos de Imposto de Renda.

575. (Caixa/FCC/2004)

a) O CDB é uma taxa que mede a inflação de um determinado período e considerada a taxa prime do mercado.

b) O CDB - Certificado de Depósito Bancário - e o RDB - Recibo de Deposito Bancário - são títulos de captação de recursos pelos bancos.

c) A liberdade de prazo dos CDB - Certificado de Depósito Bancário - não permite que os bancos emitam CDB com taxa pré-fixada, apenas pós-fixada.

d) A principal diferença entre CDB e o RDB é a impossibilidade do certificado de depósito bancário ser transferido a outros investidores por endosso nominativo.

e) O termo CDB quer dizer a mesma coisa que a antiga CTN.

576. (Besc/FGV/2004) O CDB – Certificado de Depósito Bancário – é emitido por:

a) banco múltiplo

b) casa de poupança

c) casa de câmbio

d) distribuidora de títulos e valores mobiliários

e) corretora de seguros

577. (BB/Cesgranrio/1999) Nos momentos de crise, com tendência à elevação das taxas de juros, os bancos darão preferência à captação de recursos em CDB:

a) pós-fixado em TR.

b) pós-fixado em TBF.

c) pós-fixado em TJLP.

d) prefixado de prazo curto.

e) prefixado de prazo longo.

578. (Banese/Cespe/2006) As cadernetas de poupança são modalidades de investimento tradicionais e seguros, na qual os poupadores efetuam aplicações de quaisquer quantias e têm a liquidez da instituição onde aplicam. Com relação à caderneta de poupança, julgue os itens a seguir:

a) O rendimento das cadernetas de poupança para pessoas físicas e pessoas jurídicas sem fins lucrativos é de meio por cento ao mês, somado à Taxa Over SELIC determinada pelo COPOM - Comitê de Política Monetária do Banco Central.

b) Os recursos das cadernetas de poupança devem ser aplicados conforme regras estabelecidas pelo Congresso Federal.

c) As cadernetas de poupança não podem ter tarifa de manutenção mensal, independentemente do saldo.

d) As cadernetas de poupança não podem ser abertas e movimentadas por pessoas menores de idade.

e) Para os depósitos nas cadernetas de poupança efetuados nos dias 29, 30 e 31 de cada mês, o período base para rendimento é contado a partir do primeiro dia do mês subsequente.

579. (BB/FCC/2006) Com relação à Caderneta de Poupança, é correto afirmar:

a) Trata-se de um investimento garantido em sua totalidade pelo governo.

b) Trata-se de um investimento disponível apenas para pessoas físicas.

c) Não há incidência de Imposto de Renda na Fonte sobre os rendimentos auferidos por investidores Pessoa Física.

d) Os recursos passam a render a partir do dia 1º do mês seguinte à data do depósito.

e) Os rendimentos são creditados a cada 30 dias.

580. (BB/FCC/2006) A Caderneta de Poupança é um instrumento de captação dos bancos cujos recursos devem ser majoritariamente direcionados para a realização de operações de

a) crédito consignado.

b) cheque especial.

c) crédito rural.

d) financiamento imobiliário.

e) microcrédito.

581. (BB/FCC/2006) No caso de investimentos feitos por pessoas físicas em cadernetas de poupança é correto afirmar que seus rendimentos são creditados

a) trimestralmente, conforme a data de aniversário da aplicação, e são isentos de tributação.

b) a cada 30 dias, estando sujeitos ao recolhimento de Imposto de Renda à alíquota de 20%.

c) mensalmente, conforme a data de aniversário da aplicação, e são isentos de tributação.

d) mensalmente, conforme a data de aniversário da aplicação, estando sujeitos ao recolhimento de Imposto de Renda à alíquota de 20%.

e) trimestralmente, conforme a data de aniversário da aplicação, estando sujeitos ao recolhimento de Imposto de Renda à alíquota de 20%.

582. (Banpará/CEPS-UFPA/2005) As cadernetas de poupança são modalidades de investimento, cujo rendimento é assim calculado:

a) 1% (um por cento) ao mês, mais TR (Taxa Referencial de Juros).

b) 0,5% (meio por cento) ao mês, mais Taxa Selic.

c) 0,5% (meio por cento) ao mês, mais TR (Taxa Referencial de Juros).

d) 1% (um por cento) ao mês, mais Taxa Selic.

e) 0,5% (meio por cento) ao mês, mais a menor taxa de juros praticada no mercado financeiro na concessão de empréstimos.

583. (Caixa/FCC/2004) A caderneta de poupança é a aplicação mais simples e tradicional, sendo uma das poucas, senão a única, em que se pode aplicar pequenas somas e ter liquidez, apesar da perda de rentabilidade para saques fora da data de aniversário da aplicação. Está correto afirmar que

a) as aplicações em caderneta de poupança de pessoas físicas e jurídicas não tributadas com base no lucro real estão totalmente isentas de impostos.

b) menores de 18 anos de idade não podem fazer aplicação em caderneta de poupança.

c) a caderneta de poupança é remunerada pela TR do último dia do mês seja qual for a data de aniversário.

d) o número de cadernetas de poupança, por pessoa, está limitado a uma por data de aniversário.

e) os bancos, atualmente, em função da concorrência, vêm criando alternativas e facilidades para a poupança, que viabilizem uma diminuição de liquidez e facilidade de movimentação.

584. (BNB/ACEP/2004) Existem, no mercado, diversos instrumentos de captação de recurso, que se diferenciam pelo prazo de captação, destinação e rentabilidade. Marque a alternativa CORRETA que caracteriza um desses instrumentos:

a) as cadernetas de poupança representam o mais popular instrumento de captação, proporcionando uma rentabilidade de 12 % a.a.

b) o prazo mínimo para aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) é de 90 dias.

c) os recursos da caderneta de poupança são destinados exclusivamente para financiar casas para população de baixa renda.

d) o Certificado de Depósito Bancário pode oferecer rendimento diferenciado, em função do valor e do prazo da aplicação.

e) a Instituição Financeira pode remunerar o depósito a vista, desde que o cliente permaneça com o recurso depositado na conta corrente por mais de trinta dias.

585. (BNB/Acep/2003) Considerando as características dos principais tipos de aplicações financeiras no Brasil, assinale a opção VERDADEIRA:

a) o rendimento das contas de poupança varia de banco para banco;

b) os valores depositados na poupança, se forem sacados em um prazo inferior a um mês, recebem rendimentos proporcionais;

c) o Certificado de Depósito Bancário (CDB) é um título de renda fixa, podendo ser pré-fixado ou pós-fixado;

d) os depósitos de poupança são garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC), para aplicações até R$ 100.000,00 (cem mil reais);

e) os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) podem ser ao portador e os Recibos de Depósitos Bancários (RDB) podem ser nominativos.

586. (Caixa/FCC/2004) Atenção: Utilize o texto abaixo para responder as próximas questões.

As modernas instituições financeiras criaram o conceito da "mesa de operações", onde centralizam a maioria das operações de sua área de mercado, ou seja, suas operações comerciais que envolvam a definição de taxas de juros e o conceito de *spread*, que é a diferença entre o custo do dinheiro tomado e o preço do dinheiro vendido, como, por exemplo, na forma de empréstimo. Em relação às operações praticadas pelos bancos, está correto afirmar:

a) O CDC - Crédito Direto ao Credor-direto, é uma modalidade na qual a instituição financeira assume a carteira dos lojistas, mas não assume o risco dos créditos concedidos.

b) O CDC - Crédito Direto ao Consumidor - é uma operação destinada a financiar aquisições de bens e serviços por consumidores que sejam obrigatoriamente intermediários.

c) O CDC - Crédito Direto ao Credor - com interveniência, representa crédito bancário concedido às empresas para repasse a seus clientes, visando ao financiamento de bens e serviços a serem resgatados em prestações mensais.

d) O CDC - Crédito Direto ao Consumidor - direto, é uma modalidade na qual a instituição financeira assume a carteira de lojista e, consequentemente, todo o risco dos créditos concedidos.

e) O CDC - Crédito Direto ao Credor - com interveniência, é uma modalidade de CDC em que a instituição adquire os créditos comerciais de uma loja, porém os riscos não são assumidos pela própria loja.

587. (Besc/FGV/2004) É uma operação de crédito direto ao consumidor, com interveniência do vendedor, usado por lojas de bens de consumo duráveis ou não:

a) CDC

b) CDCi

c) CDI

d) crédito pessoal

e) contrato de mútuo

588. (BB/Vunesp/1999) Um banco comercial negocia com uma loja de eletrodomésticos uma linha de financiamento para a aquisição de bens de consumo duráveis por seus clientes. O produto bancário a ser oferecido caracteriza um:

a) CDC.

b) CDCI.

c) CABCR.

d) Crédito pessoal.

e) Contrato de Mútuo.

589. (BB/FCC/1998) Nas operações de Crédito Direto ao Consumidor - CDC, as taxas de juros cobradas pela Financeira e/ou Banco Múltiplo com esta carteira são, via de regra, maiores que as taxas de juros cobradas nas operações de Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência - CDCI. Tal fato se deve à (ao):

a) prática de mercado.

b) maior complexidade operacional do CDC.

c) maior custo administrativo do CDC.

d) menor risco de crédito inerente ao CDCI.

e) impacto nos Depósitos à vista.

590. (Banrisul/FDRH/2005) O suprimento de recursos financeiros para aplicação exclusiva nas atividades agropecuárias, que é o propósito do crédito rural, conta com variados instrumentos e/ou modalidades. Considere os abaixo citados.

I – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): é um programa de apoio ao desenvolvimento rural com base em uma rede de agências bancárias.

II – Cédula de Produto Rural (CPR): é um título emitido pelo produtor e pelo qual ele financia a produção, podendo ser CPR física ou CPR financeira.

III – Empréstimos do Governo Federal (EGF): são operações que funcionam como créditos de comercialização para determinados produtos financiáveis selecionados.

IV – Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER RURAL): é o programa pelo qual o produtor rural pode obter crédito fixo ou rotativo, tanto para custeio quanto para investimento.

V – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO): é um programa administrado pelo Banco Central e tem como propósito exonerar o beneficiário do cumprimento de obrigações financeiras de crédito rural de custeio, em caso de perdas das receitas da produção.

Quais estão corretos, considerando o enunciado supra referido?

a) apenas o II, o IV e o V.

b) apenas o I, o II, o III e o IV.

c) apenas o I, o III, o IV e o V.

d) apenas o II, o III, o IV e o V.

e) a I, o II, o III, o IV e o V.

591. (Agência de Fomento do PR/Trade Census/2004) A experiência brasileira na implantação de um sistema de financiamento com microcrédito, em geral, tem esbarrado em uma série de óbices, que vão desde o problema das garantias até a cultura antiendividamento das microempresas. A estratégia recomendada para ampliação dessa modalidade reside em reforçar e divulgar as experiências bem

sucedidas, com recursos públicos, para que ocorra o que se convencionou chamar de "efeito demonstração". O programa reconhecido como de melhor performance nessa área de desenvolvimento do empreendedorismo é:

a) Associações de Poupança e Empréstimo (APEs);

b) Financiamento à Agricultura Familiar (PRONAF);

c) Financeiras Populares de Capital de Risco (FPCR);

d) Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC);

e) Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER).

592. (BNB/ACEP/2004) O Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) é um conjunto de linhas de crédito para financiar quem quer se iniciar ou investir no crescimento de seu próprio negócio, tanto na área urbana como na rural. A respeito desse Programa, considere as afirmativas abaixo como V se verdadeira e F se falsa:

I – os recursos do PROGER rural se destinam exclusivamente às cooperativas localizadas na região Nordeste;

II – os principais agentes financeiros do PROGER são exclusivamente bancos privados, que dispõem de recursos livres destinados a essa finalidade;

III – o PROGER rural é destinado exclusivamente para a finalidade de investimento, por seu caráter empreendedor.

Marque a alternativa com a sequência CORRETA:

a) F-F-F

b) F-V-F

c) F-F-V

d) V-F-F

e) V-V-F

593. (BNB/ACEP/2004) Dentre as operações de crédito especializado, o crédito rural tem como objetivo estimular e fortalecer o setor rural, destinando financiamentos aos produtores e suas associações. Sobre as características dessa modalidade de crédito, considere as afirmações abaixo:

I – podem ser financiadas pelo crédito rural as atividades de custeio, investimento, comercialização e industrialização de produtos agropecuários;

II – todos os recursos para financiamento do crédito rural são provenientes das instituições financeiras oficiais federais;

III – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tem por finalidade apoiar as atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares no estabelecimento ou aglomerado rural urbano;

IV – o financiamento do PRONAF está limitado a R$ 3.000,00 (três mil reais), por produtor, em cada ano.

Marque a alternativa CORRETA:

a) são verdadeiros os itens I e IV.

b) são verdadeiros os itens I e II.

c) são verdadeiros os itens II e III.

d) são verdadeiros os itens III e IV.

e) apenas o item III é verdadeiro.

594. (BNB/ACEP/2004) O crédito rural foi institucionalizado pela Lei nº 4829/65, que o considera como suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares e produtores rurais ou suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor. Com relação aos aspectos relacionados à política de crédito rural, julgue os itens seguintes:

a) entende-se por crédito de custeio quando destinados a cobrir despesas normais de um ou mais períodos da produção agrícola, não sendo beneficiado o custeio pecuário.

b) para obter financiamento o tomador precisa formalizar a operação por meio da emissão de uma cédula de crédito rural, que não precisa de garantia real.

c) a cédula rural pignoratícia deve conter a descrição dos bens vinculados ao penhor, indicados pela espécie, qualidade, quantidade, marca ou período da produção, se for o caso, além do local ou depósito em que os mesmos bens se encontram.

d) na cédula rural hipotecária deve conter a descrição do imóvel hipotecado com indicação do nome, se houver, dimensões, confrontações, benfeitorias, título e data de aquisição, dispensando o registro no cartório de imóveis.

e) não podem ser objeto de penhor cedular os gêneros oriundos da produção agrícola, extrativa ou pastoril, ainda que destinados a beneficiamento ou transformação.

595. (Besc/FGV/2004) É uma operação ativa de curtíssimo prazo, usada por empresas para atender a necessidades imediatas de recursos:

a) CDC

b) Hot Money

c) Crédito Rural

d) Leasing

e) CDB/RDB

596. (BB/FCC/2006) Os estabelecimentos que aceitam os cartões de crédito como instrumento de pagamento de bens ou serviços adquiridos pelos seus clientes assumem o compromisso de pagar à administradora uma

a) tarifa.

b) prestação.

c) garantia.

d) anuidade.

e) comissão.

597. (BB/FCC/2006) Sobre cartões de crédito, analise:

I – Permitem compatibilizar as necessidades de consumo dos titulares às suas disponibilidades de caixa, à medida em que a data de vencimento da fatura coincida com o crédito dos seus salários.

II – Oferecem aos titulares a possibilidade de parcelar o pagamento de suas compras, concedendo-lhes um limite de crédito rotativo.

III – Podem proporcionar benefícios adicionais aos titulares, à medida em que realizem parcerias com empresas reconhecidas no mercado (cartões *co-branded*).

É correto o que consta em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II, e III.

598. (BCB/FCC/2006/Técnico) Pode-se citar, como fator que pode acelerar o uso da moeda eletrônica,

a) a impossibilidade de fraude eletrônica e de clonagem.

b) a preferência pela privacidade.

c) os limites de carga de valores.

d) a facilidade para as transações diretas entre pessoas.

e) o crescimento de sistemas fechados de aceitação.

599. (Caixa/FCC/2004) Existe hoje uma série de alternativas de DINHEIRO DE PLÁSTICO, que facilita o dia a dia das pessoas e representa um enorme incentivo ao consumo, por representar uma alternativa de crédito intermediada pelo mercado bancário, portanto, está correto afirmar que o

a) cartão de crédito utilizado para aquisição de bens ou serviços, alavanca as vendas dos estabelecimentos credenciados.

b) Estímulo ao consumo despertado pelo Cartão de Crédito é uma vantagem, mesmo quando o consumidor deseja poupar.

c) Desenvolvimento tecnológico tem restringido a utilização dos cartões magnéticos.

d) Cartão de débito é uma garantia para o consumidor apesar de não representar débito previamente aprovado.

e) Cartão magnético é utilização para obtenção de extrato de conta corrente, poupança, mas não podem ser utilizados para saques.

INTRODUÇÃO: Para as três próximas questões indique a alternativa que contempla todas as operações de um só tipo.

600. (Banespa/FCC/1997) OPERAÇÕES ATIVAS:

a) empréstimos em conta - cheque especial - títulos descontados

b) empréstimos em conta - adiantamento a depositantes - depósitos à vista

c) cheque especial - depósitos a prazo - títulos descontados

d) adiantamentos a depositantes - cheques de viagem - cheques especiais

e) repasses - redescontos - ordem de crédito

601. (Banespa/FCC/1997) OPERAÇÕES PASSIVAS:

a) depósitos a vista - depósitos a prazo - ordem de pagamento

b) depósitos a vista - repasses - ordem de pagamento

c) depósitos a prazo - obrigações por empréstimos - redescontos

d) depósitos a prazo - ordem de pagamento - cheque especial

e) empréstimos em conta - depósitos - cheque especial

602. (Banespa/FCC/1997) OPERAÇÕES ACESSÓRIAS:

a) ordem de pagamento - ordem de crédito - redesconto

b) ordem de pagamento - cheque de viagem - depósitos

c) garantias bancárias- títulos e valores em custódia - cobrança

d) depósitos à vista - títulos e valores em custódia - redesconto

e) empréstimos em conta - obrigações por empréstimos - ordem de pagamento

603. (CVM/NCE-UFRJ/2005) São valores mobiliários sujeitos ao regime da lei 6.385/76:

a) os títulos da dívida privada;

b) os títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal;

c) as apólices de seguros de vida;

d) as duplicatas a pagar;

e) os títulos criados ou emitidos pelas sociedades anônimas, a critério do Conselho Monetário Nacional.

604. (CVM/FCC/2003) Segundo a Lei no 6.385, de 07 dezembro de 1976, são denominados valores mobiliários: ações, debêntures,

a) bônus de subscrição, notas promissórias e partes beneficiárias.

b) bônus de subscrição, notas promissórias e duplicatas.

c) bônus de subscrição, duplicatas e *commercial paper*.

d) notas promissórias, duplicatas e *commercial paper*.

e) bônus de subscrição, notas promissórias e *commercial paper*.

605. (CVM/FCC/2003) Com relação aos valores mobiliários, excluem-se do regime da Lei n° 6.385, de 07.12.1976,

a) os títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal.

b) as notas comerciais.

c) as cédulas de debêntures.

d) os contratos derivativos.

e) as debêntures.

606. (BB/FCC/2006) A Comissão de Valores Mobiliários procura atuar de várias formas para atingir seus objetivos, enquanto reguladora do mercado de capitais. Uma dessas formas de atuação se dá com

a) a indução de comportamento, autorregulação e autodisciplina.

b) a transferência, para o Banco Central, da fiscalização sobre as empresas e os investidores que participam do mercado de capitais.

c) o julgamento de valor quanto às informações divulgadas pelas companhias no mercado de seguros.

d) a fiscalização de todas as operações realizadas pelos bancos comerciais.

e) a autorização para funcionamento dos bancos de investimento.

607. (BB/FCC/2006) A Comissão de Valores Mobiliários tem um papel relevante no campo do mercado de capitais no Brasil. Sua atuação se concentra

a) nas operações com títulos públicos federais.

b) nas operações de seguro

c) nos mercados primário e secundário de valores mobiliários.

d) em todas as atividades do sistema bancário.

e) em todas as operações realizadas pelos fundos de pensão.

608. (CVM/NCE-UFRJ/2005) A Comissão de Valores Mobiliários - CVM - tem, além de outras, as seguintes responsabilidades:

I – promover a expansão e o funcionamento eficiente do mercado de capitais;

II – atuar no sentido de proteger a captação de poupança popular que se efetua através das operações de seguros, previdência privada aberta e de capitalização;

III – assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão.

A(s) afirmativa(s) correta(s) é/são somente:

a) II;

b) II e III;

c) I e II;

d) I e III;

e) I, II e III.

609. (CVM/NCE-UFRJ/2005) Compete à CVM:

a) fiscalizar e inspecionar as companhias abertas, dada prioridade às que não apresentem lucro em balanço ou às que deixem de pagar o dividendo mínimo obrigatório;

b) inspecionar o balanço financeiro de qualquer empresa nacional;

c) examinar os registros contábeis, livros ou documentos de qualquer empresa;

d) fiscalizar as atividades do mercado de seguros;

e) suspender e cancelar os registros das empresas comerciais.

610. (Caixa/FCC/2004) A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma autarquia vinculada ao poder executivo (Ministério da Fazenda), que age sob a orientação do Conselho Monetário Nacional. Sua atuação abrange três importantes segmentos do mercado:

a) Banco do Brasil, Entidades Filantrópicas e Organizações não Governamentais.

b) Autarquias, Instituições Financeiras e Seguradoras.

c) firmas individuais, Retpvs e Banco do povo.

d) Sociedades por Quotas de Participação, Sociedades de Capital Fechado e Imobiliárias.

e) Companhias de Capital Aberto, Instituições do Mercado de Capitais e Investidores.

611. (Besc/FGV/2004) A Lei de Reforma do Sistema Financeiro Nacional (4.595/64) criou:

a) o Comitê de Política Monetária e as bolsas de valores.

b) o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários.

c) a Comissão de Valores Mobiliários e o Conselho Monetário Nacional.

d) o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional.

e) a Sumoc - Superintendência da Moeda e do Crédito.

612. (CVM/FCC/2003) A CVM NÃO tem atribuições de disciplinar

a) a emissão e distribuição de valores mobiliários no mercado.

b) a organização e funcionamento das bolsas de valores.

c) a negociação e intermediação no mercado de derivativos.

d) as operações no âmbito do mercado de títulos cambiais.

e) a administração de carteira e custódia de valores mobiliários.

613. (CVM/FCC/2003) A CVM caracteriza-se como

a) entidade autárquica, vinculada ao Ministério da Fazenda.

b) administração subordinada ao Banco Central do Brasil.

c) órgão regulador do Sistema Financeiro Nacional.

d) agente de Política Monetária, Cambial e de Crédito.

e) instituição subordinada ao Ministério do Planejamento.

614. (CVM/FCC/2003) A regulação do mercado de valores mobiliários consiste na atuação da CVM em

a) promover a política de *disclousure*.

b) fixar o preço de emissão dos títulos.

c) interferir nas cotações do mercado.

d) deliberar sobre política de dividendos.

e) controlar o fluxo de capitais estrangeiros.

615. (CVM/FCC/2003) No mercado de balcão organizado e regularizado pela CVM, as operações são realizadas através

a) do pregão viva-voz da Bolsa de Valores de São Paulo.

b) da rede de serviços da Bolsa Mercantil e de Futuros.

c) da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos.

d) da Central de Custódia e Liquidação de Títulos.

e) da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

616. (CVM/FCC/2003) Analise as proposições a seguir, relativas à regulação do mercado de valores mobiliários:

I – Indução de comportamento, autorregulação e autodisciplina são formas de atuação da Comissão de Valores Mobiliários, com vistas a atingir seus objetivos.

II – O acompanhamento da veiculação de informações relativas ao mercado pode ser utilizado para fins da atividade de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.

III – A apuração de fatos específicos sobre o desempenho das empresas e dos negócios com valores mobiliários se dá por meio de inspeções realizadas pelo Conselho Nacional.

Destas proposições, pode-se afirmar que apenas

a) II e III são corretas.

b) I e II são corretas.

c) I é correta.

d) II é correta.

e) III é correta.

617. (CVM/FCC/2003) Com relação à organização da Comissão de Valores Mobiliários, pode-se afirmar que

a) é administrada por um Presidente e quatro Diretores, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal.

b) conta com um colegiado composto pelos superintendentes e coordenado pelo Superintendente Geral.

c) o Superintendente Geral acompanha e coordena as atividades desenvolvidas pelos membros do Colegiado.

d) cabe à Superintendência Geral definir todas as políticas e estabelecer as práticas a serem implantadas e desenvolvidas.

e) conta com a Superintendência de Fiscalização Bancária, que dá suporte direto ao Colegiado.

618. (CVM/FCC/2003) A Comissão de Valores Mobiliários tem poderes para disciplinar, normatizar e fiscalizar a atuação dos diversos integrantes do mercado. No âmbito de suas atribuições, pode-se dizer que

a) à Comissão de Valores Mobiliários é vedada a atuação como *amicus curiae*, ou seja, ela não pode assessorar o Poder Judiciário na decisão de processos envolvendo o mercado de valores mobiliários.

b) embora não tenha a atribuição de atentar para a regularidade e confiabilidade das informações divulgadas pelas companhias, a Comissão de Valores Mobiliários sempre exerce julgamento de valor em relação às mesmas.

c) a Superintendência Geral tem poderes para julgar e punir os faltosos no mercado de valores mobiliários, sendo que as penalidades vão desde a simples advertência até a inabilitação para o exercício de atividades no mercado.

d) diante de suspeitas, a Comissão de Valores Mobiliários pode iniciar um inquérito administrativo, por meio do qual recolhe informações, toma depoimentos e reúne provas com vistas a identificar claramente o responsável por práticas ilegais, oferecendo-lhe, a partir da acusação, amplo direito de defesa.

e) tendo em vista suas atividades de supervisão preventiva, a Comissão de Valores Mobiliários não tem poderes para suspensão ou cancelamento de registros, credenciamentos ou autorização.

619. (CVM/FCC/2003) Analise as afirmações a seguir, relativas às responsabilidades da Comissão de Valores Mobiliários, por registros e autorizações:

I – Nenhuma emissão pública de valores mobiliários será distribuída no mercado sem prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários.

II – Cabe à Comissão de Valores Mobiliários autorizar os agentes autônomos de investimento.

III – Somente as empresas de auditoria contábil ou auditores contábeis independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários podem auditar, para os efeitos da Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, as demonstrações financeiras de companhias abertas e das instituições, sociedades ou empresas que integram o sistema de distribuição e intermediação de valores mobiliários.

Destas afirmações, pode-se considerar que

a) apenas I é correta.

b) apenas I e II são corretas.

c) apenas I e III são corretas.

d) apenas II e III são corretas.

e) I, II e III são corretas.

620. (CVM/FCC/2003) Com respeito ao sistema de distribuição de valores mobiliários, é correto dizer que

a) compete exclusivamente ao Conselho Monetário Nacional definir os tipos de instituição financeira que poderão exercer atividades no mercado de valores mobiliários, bem como as espécies de operação que poderão realizar e de serviços que poderão prestar nesse mercado.

b) depende de prévia autorização da Comissão de Valores Mobiliários o exercício da mediação ou corretagem de operações com valores mobiliários.

c) quando uma instituição financeira explora simultaneamente operações ou serviços no mercado de valores mobiliários e nos mercados sujeitos à fiscalização do Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários pode exercer papel fiscalizador em ambas as áreas, dada a competência estabelecida.

d) só os agentes autônomos com registro na Comissão de Valores Mobiliários podem exercer a atividade de mediação ou corretagem de valores mobiliários fora da bolsa.

e) independe de prévia autorização da Comissão de Valores Mobiliários o exercício da compra de valores mobiliários para revendê-los por conta própria.

621. (CVM/FCC/2003) A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é importante entidade de regulação mobiliária. Sua incumbência fundamental e a entidade a qual suas ações estão condicionadas são, respectivamente:

a) implementar a política de funcionamento e organizar o mercado de valores mobiliários; Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE).

b) implementar a política de funcionamento e organizar o mercado de valores mobiliários; Conselho Monetário Nacional (CMN).

c) editar diretrizes fundantes do funcionamento e organizar o mercado de valores mobiliários; Conselho Monetário Nacional (CMN).

d) editar diretrizes fundantes do funcionamento e organizar o mercado de valores mobiliários; Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE).

e) editar diretrizes fundantes, implementar a política de funcionamento e organizar o mercado de valores mobiliários; Comissão Banco Central (BACEN).

622. (CVM/FCC/2003) Compete à CVM

a) fiscalizar o mercado de crédito das instituições financeiras.

b) controlar a dívida pública interna e dívida pública externa.

c) julgar e punir irregularidades do mercado de valores mobiliários.

d) fixar diretrizes e normas de política cambial traçada pelo CMN.

e) assegurar o financiamento eficiente das sociedades anônimas.

623. (CVM/Esaf/2001) Compete à Comissão de Valores Mobiliários fiscalizar a emissão de

a) todos e quaisquer títulos emitidos por companhias abertas para negociação no mercado de balcão.

b) todos e quaisquer títulos emitidos por companhias abertas para negociação no mercado.

c) títulos admitidos à negociação nos mercados de bolsa ou balcão.

d) títulos emitidos por sociedades ligadas ao Sistema Financeiro Nacional.

e) ações e debêntures emitidas por companhias.

624. (CVM/Esaf/2001) A emissão de valores mobiliários em oferta pública deve ser aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários, a quem cabe analisar a:

a) necessidade dos recursos visados pela companhia emitente.

b) posterior aplicação dos recursos nos projetos submetidos àquela Comissão.

c) capacidade dos administradores responsáveis pela emissão.

d) forma pela qual as informações são absorvidas pelo mercado.

e) veracidade das informações prestadas ao mercado.

625. (BB/FCC/2006) São vários os cuidados estabelecidos para a preservação do bom funcionamento do mercado de capitais. No Brasil, uma das condições estabelecidas para os valores mobiliários é que

a) não podem ser negociados no mercado secundário.

b) não abrangem as cotas de fundos de investimento em valores mobiliários.

c) sua emissão pública se dá exclusivamente por companhias fechadas.

d) o Banco Central do Brasil determina a suspensão da emissão pública que esteja se processando em desacordo com a lei.

e) nenhuma emissão pública ocorre sem prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários.

626. (CVM/FCC/2003) Sobre o mercado de capitais, é correto afirmar que

a) ele assume papel de relevo, por se especializar no oferecimento de recursos de curto prazo para as empresas.

b) os mercados secundários são assim chamados por exercerem um papel ínfimo no funcionamento do mercado de capitais como um todo.

c) o mercado acionário é seu único componente.

d) financiamentos de longo prazo são exemplos de operações típicas desse mercado.

e) os depósitos à vista são fundamentais para esse mercado, uma vez que eles são a principal forma de captação nas sociedades de arrendamento mercantil, para a emissão de debêntures.

627. (CVM/FCC/2003) A principal inovação do Novo Mercado, em relação à legislação, é a

a) proibição de emissão de ações ordinárias.

b) proibição de emissão de ações preferenciais.

c) permissão de conversão de ações ordinárias.

d) proibição de conversão de ações preferenciais.

e) permissão de emissão de debêntures conversíveis.

628. (CVM/FCC/2003) O Novo Mercado lançado pela Bovespa tem a finalidade de

a) promover maior liquidez no Mercado de Títulos Mobiliários.

b) aprimorar e fortalecer o Mercado de Títulos Mobiliários.

c) promover maior liquidez no Mercado de Capitais.

d) aprimorar e fortalecer o Mercado de Capitais.

e) aprimorar, promover e fortalecer as Bolsas de Valores.

629. (CVM/Esaf/2001) O processo de globalização da economia provoca o seguinte fenômeno:

a) reduz a volatilidade do preço dos valores mobiliários negociados nas Bolsas

b) as demonstrações financeiras tendem a se uniformizar

c) a multiplicidade de bolsas nos diferentes países é a regra

d) reduz a correlação entre resultados com operações nas bolsas de New York e São Paulo

e) a concentração de negócios com poucas ações diminui

630. (BB/FCC/2006) Analise:

I – Natureza das informações que devam ser divulgadas.

II – Padrões de contabilidade, relatórios e pareceres de auditores independentes.

III – Relatório da administração.

Constitui objeto de normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às companhias abertas o que consta em

a) II e III, apenas.

b) I e III, apenas.

c) I e II, apenas.

d) I, II e III.

e) II, apenas.

631. (BB/FCC/2006) A companhia aberta desempenha um papel estratégico no mercado de capitais. No Brasil, ela se caracteriza como aquela companhia

a) com capital social representado por ações negociáveis apenas fora das bolsas e do mercado de balcão.

b) cuja emissão de valores mobiliários é sujeita à prévia autorização do Banco Central do Brasil.

c) cujos valores mobiliários são admitidos à negociação na bolsa ou no mercado de balcão.

d) cujos lucros não são distribuídos aos proprietários.

e) cujos ativos são representados por valores mobiliários.

632. (CVM/NCE-UFRJ/2005) As sociedades anônimas são:

a) pessoas jurídicas de direito privado, de natureza mercantil, em que o capital não se divide em ações, de livre negociabilidade, limitando-se a responsabilidade dos subscritores ou acionistas ao preço de emissão das ações por eles subscritas ou adquiridas;

b) pessoas jurídicas de direito público em que o capital não se divide em ações;

c) pessoas jurídicas de direito privado, de natureza mercantil, em que o capital se divide em ações de livre negociabilidade, limitando-se a responsabilidade dos subscritores ou acionistas ao preço de emissão das ações por eles subscritas ou adquiridas;

d) associações de empresas ou conglomerados que têm por finalidade compor determinadas companhias;

e) pessoas jurídicas de direito privado, de natureza mercantil, em que o capital se divide por cotas, de livre negociabilidade, limitando-se a responsabilidade dos subscritores ou acionistas ao preço de emissão das ações por eles subscritas ou adquiridas.

633. (CVM/NCE-UFRJ/2005) Em relação às companhias abertas, analise as afirmativas a seguir:

I – Não podem fazer emissões de ações ou debêntures.

II – São registradas no Banco Central e, consequentemente, podem ter suas ações e/ou debêntures (e demais valores mobiliários) colocadas junto ao público investidor.

III – São registradas no Banco do Brasil e, consequentemente, podem ter suas ações e/ou debêntures (e demais valores mobiliários) colocadas junto ao público investidor.

IV – São registradas na CVM e, consequentemente, podem ter suas ações e/ou debêntures (e demais valores mobiliários) colocadas junto ao público investidor.

A(s) afirmativa(s) correta(s) é/são somente:

a) II;

b) I e II;

c) II e III;

d) IV;

e) I, II, III e IV.

634. (Banpará/CEPS-UFPA/2005) A sociedade por ações apresenta, entre as suas características, a(s) natureza(s):

a) mercantil.

b) filantrópica.

c) beneficente.

d) religiosa.

e) filantrópica e beneficente.

635. (Agência de Fomento do PR/Trade Census/2004) A Sociedade por Ações somente poderá ser aberta se autorizada a funcionar nesses termos por órgão federal, conhecido pela sigla:

a) CMN (Conselho Monetário Nacional);

b) SUSEP (Superintendência de Seguros Privados);

c) MF (Ministério da Fazenda);

d) SRF (Secretaria da Receita Federal);

e) CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

636. (CVM/FCC/2003) A Companhia Aberta é aquela com registro

a) na CVM e títulos negociados no mercado primário.

b) na CVM e títulos negociados no mercado de Bolsa ou Balcão.

c) na CVM e títulos negociados no Sistema da CETIP.

d) no Banco Central e títulos negociados no SOMA.

e) no Banco Central e títulos negociados no mercado aberto.

637. (CVM/FCC/2003) São legalmente consideradas companhias abertas aquelas

a) constituídas sob a forma de sociedade por ações.

b) que permitem somente ações preferenciais.

c) autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a realizar qualquer distribuição de valores mobiliários.

d) cujos valores mobiliários de sua emissão estejam admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.

e) registradas junto às autoridades monetárias para fins de captação.

638. (CVM/Esaf/2001) A exigência de divulgação de informações para o mercado é

a) resultado da influência do sistema norteamericano

b) exigência de investidores

c) fundamental para a eficiência dos mercados

d) prática administrativa que foi recepcionada pelo legislador

e) forma de limitar a responsabilidade de administradores e controladores

639. (CVM/Esaf/2001) A publicação de balanços auditados que recai sobre as companhias abertas contribui para:

a) criar instrumentos decisórios no que concerne a investimentos sociais

b) transmitir, de forma numérica, o processo administrativo

c) permitir questionar a ação administrativa em curso

d) reduzir a assimetria informacional e avaliar a ação administrativa

e) impulsionar setores da economia pela comparação entre resultados de companhias que operam no mesmo mercado

640. (CVM/Esaf/2001) O mercado primário de valores mobiliários destina-se a

a) facilitar a captação de recursos para o funcionamento da sociedade

b) facilitar a formação de preço das ações

c) garantir a liquidez de valores mobiliários

d) facilitar a concentração de posições acionárias

e) facilitar a avaliação da gestão administrativa

641. (BB/FCC/2006) No mercado de capitais as ações se destacam como um dos valores mobiliários mais atraentes, podendo ser negociadas

a) no mercado primário, cujo desempenho não se vincula às condições do mercado secundário.

b) sob prévia autorização do Banco Central do Brasil.

c) somente no mercado secundário, pois o mercado primário alcança apenas os títulos públicos federais.

d) no mercado secundário, sendo as bolsas de valores um exemplo adequado.

e) no mercado secundário, através do qual a companhia emissora obtém recursos originais para investimentos.

642. (BB/FCC/2006) As ações estão entre os valores mobiliários mais negociados, constituindo importante instrumento de geração de recursos para as empresas. É correto afirmar que

a) não podem ser considerados como ativos subjacentes em opções.

b) não oferecem o direito de participação nos lucros da companhia que as emite.

c) representam um item do passivo exigível da companhia emissora.

d) caracterizam investimentos de renda fixa.

e) representam direito de propriedade sobre a companhia.

643. (BB/FCC/2006) No mercado acionário pode-se identificar as ações preferenciais e as ações ordinárias. As preferenciais se diferenciam por

a) não serem adquiridas por pessoas físicas.

b) concederem àqueles que as possuem o poder de voto nas assembleias deliberativas da companhia.

c) não permitirem o recebimento de dividendos.

d) terem sua negociação vedada em bolsas de valores.

e) oferecerem preferência na distribuição de resultados ou no reembolso do capital em caso de liquidação da companhia.

644. (CVM/NCE-UFRJ/2005) No mercado primário de ações:

a) os subscritores podem ser apenas os acionistas;

b) os subscritores podem ser apenas as empresas privadas;

c) relacionam-se apenas a empresa emissora e os subscritores, que podem ser investidores do mercado ou os próprios acionistas;

d) as emissões públicas de ações não precisam ser registradas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários;

e) as emissões públicas de ações são registradas no Banco Central.

645. (Banpará/CEPS-UFPA/2005) #Quanto à divisão do capital das sociedades anônimas, também chamadas de companhias, está correta a afirmativa:

a) O capital é dividido em ações que podem ser ordinárias ou preferenciais.

b) O capital é dividido em quotas-partes, de acordo com o novo Código Civil.

c) Parte do capital poderá ser em quotas e parte, em ações, de acordo com o Estatuto da Empresa.

d) Os sócios minoritários terão participação em quotas e os sócios majoritários terão participação em ações.

e) Tanto os sócios minoritários quanto os sócios majoritários poderão ter quotas ou ações, de acordo com a opção de cada investidor.

646. (Caixa/FCC/2004) Em relação às sociedades por ações pode-se afirmar que

a) para os efeitos da lei, a companhia é aberta ou fechada conforme sua atuação comercial, no atacado ou varejo.

b) são também chamadas de sociedades anônimas, podendo apenas ser de capital aberto.

c) a Lei das Sociedades Anônimas data de 1976 sem que nunca tenha sofrido qualquer reformulação.

d) as sociedades anônimas de capital fechado têm as ações nas mãos de pessoas físicas e jurídicas determinadas, mas são comercializadas em bolsas de valores.

e) a companhia ou sociedade anônima tem o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas é limitada ao preço das ações subscritas ou adquiridas.

647. (CVM/FCC/2003) Uma ação representa

a) a maior parcela do capital social de uma empresa.

b) a menor parcela do capital social de uma empresa.

c) o patrimônio líquido de uma companhia.

d) as reservas de lucros de uma companhia.

e) a parcela média do capital social de uma empresa.

648. (CVM/FCC/2003) As empresas obtém recursos para o seu crescimento por meio

a) da emissão ou subscrição de novas ações.

b) da distribuição de bonificação das ações.

c) da distribuição de dividendos das ações.

d) do desdobramento das ações existentes.

e) do agrupamento das ações existentes.

649. (CVM/FCC/2003) As ações ON e PN significam, respectivamente,

a) obrigações nominais e preferenciais nominais.

b) ordinárias negociáveis e preferenciais negociáveis.

c) obrigações nominativas e preferenciais nominativas.

d) ordinárias nominativas e preferenciais nominativas.

e) ordinárias nacionais e preferenciais nacionais.

650. (CVM/FCC/2003) Com relação à natureza dos direitos e vantagens que outorgam a seus possuidores, as ações dividem-se em

a) preferenciais e escriturais.

b) ordinárias e preferenciais.

c) ordinárias e escriturais.

d) preferenciais e nominativas.

e) ordinárias e de subscrição.

651. (CVM/FCC/2003) No Brasil, as ações normalmente

a) não possuem prazo de resgate e podem ser negociadas nas Bolsas de Valores.

b) possuem prazo de resgate e podem ser negociadas nas Bolsas de Valores.

c) possuem prazo de resgate e não podem ser negociadas nas Bolsas de Valores.

d) não possuem prazo de resgate e não podem ser negociadas nas Bolsas de Valores.

e) possuem prazo de vencimento e podem ser negociadas nas Bolsas de Valores.

652. (CVM/FCC/2003) Ações são títulos emitidos pelas

a) sociedades limitadas.

b) sociedades anônimas.

c) sociedades anônimas e sociedades limitadas.

d) sociedades de economia mista.

e) sociedades com fins lucrativos.

653. (CVM/FCC/2003) As Ações Ordinárias e Preferenciais são, respectivamente:

a) com preferência na distribuição dos resultados e Ações com direito a voto.

b) com direito a voto e Ações com preferência na reserva de lucros.

c) com direito a voto e Ações com preferência na distribuição dos resultados.

d) com preferência na reserva de lucros e Ações com direito a voto.

e) com direito a voto e Ações sem preferência na distribuição dos dividendos.

654. (CVM/FCC/2003) O detentor de ações de uma companhia é um de seus

a) credores ou acionista.

b) proprietários ou acionista.

c) proprietários, credores ou acionista.

d) proprietários ou credores.

e) acionistas, investidores ou credores.

655. (CVM/Esaf/2001) Denomina-se operação no mercado primário

a) aquela que reflete a cessão de ações entre acionistas da mesma companhia para seu fechamento.

b) a emissão de ações em virtude de aumento de capital.

c) a negociação de opções de compra de ações das companhias de capital autorizado entregues a seus empregados como prêmio.

d) a emissão de ações para aumento de capital por incorporação de lucros.

e) a cessão de debêntures entre instituições financeiras.

656. (Banespa/FCC/1997) É documento representativo de parte do capital de uma sociedade anônima:

a) a quota

b) a apólice

c) o cheque

d) a parcela

e) a ação

657. (Banrisul/FDRH/2005) Entre os direitos e proventos de uma ação a seus acionistas, encontra-se a bonificação, que significa

a) o montante dos juros sobre o capital próprio pago ao acionista.

b) o direito aos acionistas de aquisição de ações por aumento de capital, com preço e prazo determinados.

c) a condensação do capital em um menor número de ações.

d) a diluição do capital em maior número de ações (split).

e) a distribuição gratuita de novas ações aos acionistas em função de aumento de capital por incorporação de reservas.

658. (Caixa/FCC/2004) Quanto mais desenvolvida é uma economia, mais ativo é o seu mercado de capitais, o que se traduz em mais oportunidades para as pessoas, empresas e instituições aplicarem suas poupanças. Ao abrir seu capital, uma empresa encontra uma fonte de captação de recursos financeiros permanentes. A plena abertura de capital acontece quando a empresa lança suas ações ao público, ou seja, emite ações e as negocia nas Bolsas de Valores. Assinale a afirmativa correta.

a) Na distribuição de dividendos, as ações preferenciais recebem 30% a mais que as ordinárias, caso o estatuto da companhia não estabeleça um dividendo mínimo.

b) Os dividendos correspondem à parcela de lucro líquido, distribuída aos acionistas, na proporção da quantidade de ações detida, ao fim de cada exercício social. A companhia deve distribuir, no mínimo, 25% de seu lucro líquido ajustado.

c) Ações são títulos nominativos não negociáveis que representam, para quem as possui, uma fração do capital social de uma empresa.

d) As ações podem ser preferenciais, que concedem àqueles que as possuem o poder de voto nas assembleias deliberativas da companhia; ou ordinárias, que oferecem preferência na distribuição de resultados ou no reembolso do capital em caso de liquidação da companhia, não concedendo o direito de voto, ou restringindo-o.

e) Ações ordinárias concedem a quem as possui o direito a uma participação maior no *payout*.

659. (CVM/Esaf/2001) Quando um acionista exerce o seu direito de subscrição ele

a) paga à companhia para receber títulos

b) recebe parte dos lucros da companhia em títulos

c) recebe dinheiro da companhia em troca de seus títulos

d) recebe parte dos lucros da companhia em dinheiro

e) vende as ações de uma companhia

660. (CVM/NCE-UFRJ/2005) As bolsas de Valores são:

a) associações de corretoras e distribuidoras de valores que operam no mercado de ações;

b) entidades que visam financiar a aquisição de valores mobiliários;

c) empresas que operam no mercado de seguros;

d) associações civis sem fins lucrativos, onde são realizadas as negociações com as ações das sociedades anônimas;

e) associações com fins lucrativos onde são feitas as operações do mercado primário de ações.

661. (CVM/FCC/2003) Cabe às Bolsas de Valores, como órgãos auxiliares da CVM,

a) fiscalizar as atividades das corretoras de valores.

b) controlar o funcionamento do mercado de Câmbio.

c) fiscalizar as demonstrações financeiras das companhias abertas.

d) regularizar as atividades de auditores e analistas de mercado.

e) disciplinar as condições de acesso ao mercado de capitais.

662. (CVM/FCC/2003) A função essencial das Bolsas de Valores é

a) difundir os títulos e valores mobiliários para negociação.

b) proporcionar informações às corretoras de valores.

c) difundir os títulos que serão operacionalizados no pregão.

d) proporcionar liquidez aos títulos negociados.

e) proporcionar informações aos investidores em ações.

663. (CVM/FCC/2003) Nas sociedades capitalistas, as Bolsas de Valores possuem um papel fundamental ao negociar ações de empresas privadas e governamentais e títulos públicos, exercendo assim uma atividade de interesse público. A definição de Bolsas de Valores e o órgão federal que normatiza e disciplina seu funcionamento são, respectivamente:

a) pessoas jurídicas de direito público que integram a Administração, exercendo relevante função no desenvolvimento do mercado de títulos mobiliários, posto que constituem o cenário no qual os compradores e vendedores, representados por corretoras, se contratam livremente; Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE).

b) pessoas jurídicas de direito público que não integram a Administração, mas exercem relevante função no desenvolvimento do mercado de títulos mobiliários, posto que constituem o cenário no qual os compradores e vendedores, representados por corretoras, se contratam livremente; Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

c) pessoas jurídicas de direito privado que não integram a Administração, mas exercem relevante função no desenvolvimento do mercado de títulos mobiliários, posto que constituem o cenário no qual os compradores e vendedores, representados por corretoras, se contratam livremente; Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

d) organizações sociais (OS) de direito privado que não integram a Administração, mas exercem relevante função no desenvolvimento do mercado de títulos mobiliários, embora de forma não exclusiva, posto que constituem um dos cenários no qual os compradores e vendedores, representados por corretoras, se contratam livremente; Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE).

e) organizações sociais (OS) de direito público que integram a Administração, e exercem relevante função no desenvolvimento do mercado de títulos mobiliários, embora de forma não exclusiva, posto que constituem um dos cenários no qual os compradores e vendedores, representados por corretoras, se contratam livremente; Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

664. (CVM/Esaf/2001) A presença de especuladores nos mercados de Bolsa

a) deve ser coibida como maléfica

b) resulta de lacuna legal e não pode ser evitada

c) é inibida pelas normas que impõem o dever de informar

d) é importante por gerar liquidez nos mercados

e) é objeto de regras desenhadas pelas Bolsas no exercício de seu poder regulamentar

665. (Age-Rio/FDC/2014) A respeito do Sistema Financeiro Nacional pode-se afirmar corretamente que

a) os bancos de investimento estão autorizados a receber depósitos a vista e a prazo do público e utilizá-los para o financiamento do capital de giro das empresas;

b) uma das atribuições do Banco Central do Brasil é a regulamentação e a fiscalização das instituições bancárias e das sociedades seguradoras;

c) a Comissão de Valores Mobiliários tem por objetivo, entre outros, a regulamentação, a orientação e a fiscalização dos fundos de investimentos;

d) é função do Banco Central do Brasil estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetárias, cambial e creditícia;

e) as bolsas de valores são instituições do governo que mantém local ou sistema adequado à negociação de títulos e valores mobiliários.

666. (BB/FCC/2006) #No Brasil, o mercado acionário atingiu um grau de considerável complexidade e eficiência, no que diz respeito tanto ao ambiente de negociação quanto ao processo de liquidação. Atualmente, é correto afirmar que

a) a BM&FBOVESPA utiliza a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC para liquidar as operações realizadas.

b) a liquidação no mercado acionário independe do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

c) a liquidação financeira no mercado à vista se dá no segundo dia após a negociação (D+2).

d) a Sociedade Operadora do Mercado de Ativos - SOMA não se caracteriza como um mercado de balcão organizado administrado.

e) as distribuidoras de títulos e valores mobiliários podem atuar fisicamente no pregão das bolsas de valores.

667. (Caixa/FCC/2004) O Índice de Bolsa de Valores é um valor que mede o desempenho médio dos preços de uma suposta carteira de ações, refletindo o comportamento do mercado em determinado intervalo de tempo. O valor absoluto do Índice da carteira expressa o valor de mercado da carteira de ações negociada na Bolsa de Valores, sendo as variações verificadas de um período para o outro entendidas como sua lucratividade. Está correto afirmar que

a) o objetivo básico do Ibovespa é refletir o desempenho exato dos negócios ocorridos nos pregões da Bolsa de Valores de São Paulo.

b) o IGC Índice de Governança Corporativa foi criado pela Bovespa com o objetivo de diminuir o desempenho de uma carteira de ações de empresas com práticas de governança corporativa.

c) o Ibovespa é o mais importante indicador do desempenho das cotações de ações negociadas no mercado brasileiro.

d) as ações seguem, normalmente, o comportamento geral do mercado, impossibilitando que se compreenda a oscilação de uma ação a partir do desempenho estabelecido pelo mercado como um todo.

e) a composição da carteira deve priorizar as ações que tenham pequena representatividade nos negócios realizados na Bolsa de Valores.

668. (CVM/Esaf/2001) No chamado *after market*, pregão eletrônico da Bovespa, são negociadas:

a) todas as ações do Ibovespa

b) somente as ações que tiveram negociação ao longo do dia no mercado normal

c) somente as dez ações mais negociadas na Bovespa

d) somente as ações que possuem opções de compra

e) somente as cinco ações de maior peso no Ibovespa

669. (CVM/Esaf/2001) As operações em bolsas de valores de compra seguida de uma venda (ou vice-versa) de um mesmo ativo (ação ou contrato futuro ou opção sobre uma ação), realizadas por intermédio de uma mesma corretora, em nome de um mesmo investidor, no mesmo dia (pregão) denomina-se operação:

a) vinculada

b) a termo

c) casada

d) de day trade

e) travada

670. (BB/FCC/2006) A liquidação das negociações com ações no mercado à vista da Bolsa de Valores de São Paulo é realizada

a) pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

b) de modo a não possibilitar a identificação do investidor final das operações realizadas.

c) pela própria Bolsa de Valores de São Paulo.

d) com o pagamento do comprador diretamente ao vendedor, em cheque.

e) fora do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

671. (BB/FCC/2006) No mercado acionário, uma negociação à vista requer que as ações sejam entregues pelo vendedor

a) até o segundo dia após a negociação - D+2.

b) no dia da negociação - D zero.

c) até o primeiro dia após a negociação - D+1.

d) até o terceiro dia após a negociação - D+3.

e) até o quarto dia após a negociação - D+4.

672. (CVM/FCC/2003) No sistema de negociação e liquidação das operações de Bolsa, considera-se D+1 como o dia

a) da realização da operação.

b) seguinte ao da operação.

c) útil seguinte ao da operação.

d) da liquidação do mercado à vista.

e) do vencimento do mercado a termo.

673. (CVM/FCC/2003) No mercado à vista de ações, o processo de liquidação ocorre em:

a) D+1 para liquidação física e financeira.

b) D+2 para liquidação física e financeira.

c) D+3 para liquidação física e financeira.

d) D+1 para liquidação física e D+2 para financeira.

e) D+2 para liquidação física e D+3 para financeira.

674. (CVM/FCC/2003) Uma operação chamada de *Day Trade* é uma operação de

a) compra e venda realizadas em um mesmo dia, de um mesmo título.

b) compra realizada em um mesmo dia, de um mesmo título.

c) venda realizada em um mesmo dia, de um mesmo título.

d) compra e venda realizadas em um mesmo dia, de títulos diferentes.

e) compra e venda realizada em um mesmo dia com lucro.

675. (BB/FCC/1998) Uma operação à vista no mercado de ações caracteriza a compra ou venda, em pregão, de determinada quantidade de ações, para liquidação imediata. O cliente que ordena a operação pode utilizar diferentes tipos de ordem de compra e venda. Quando o cliente especifica à corretora apenas a quantidade e as características das ações que deseja comprar ou vender temos uma ordem:

a) limitada.

b) casada.

c) a mercado.

d) de financiamento.

e) de proteção.

676. (BB/FCC/2006) O Brasil vem presenciando nos últimos anos um ambiente favorável à emissão de debêntures. Sobre tais títulos, é correto afirmar que

a) não podem ser conversíveis em ações, pois são títulos de dívida.

b) não podem ser negociadas no mercado secundário.

c) são valores mobiliários representativos de dívida de médio e longo prazos.

d) correspondem a ativos das empresas emitentes, para vencimento geralmente de curto e médio prazos.

e) somente as companhias fechadas podem efetuar emissões públicas.

677. (BB/FCC/2006) O ambiente de negociação das debêntures tem apresentado evolução significativa no Brasil. Nesse contexto, é correto afirmar que

a) as debêntures simples são aquelas que permitem aos seus detentores converter seus títulos em ações de emissão da própria empresa.

b) o Sistema Nacional de Debêntures - SND permite a ampliação da liquidez dos papéis, fortalecendo seu mercado secundário.

c) a emissão pública das debêntures depende de autorização do Banco Central do Brasil.

d) o registro e a liquidação das debêntures ocorre no ambiente do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

e) as debêntures somente são negociadas no mercado primário.

678. (BB/FCC/2006) Dentre os valores mobiliários negociados no Brasil encontram-se as debêntures, que são títulos

a) representativos do capital social da empresa emitente.

b) cujos direitos, garantias e demais cláusulas e condições de emissão estão contidos na escritura de emissão.

c) cujo prazo limite é de cinco anos.

d) que não se submetem ao processo de *underwriting*.

e) que podem ter garantia real disponível para negociação.

679. (BCB/FCC/2006/Analista Financeiro) Títulos de dívida, de médio e de longo prazo, ofertados publicamente por empresas não financeiras de capital aberto, são

a) os bônus de subscrição.

b) as notas promissórias.

c) as letras hipotecárias.

d) as cédulas de crédito.

e) as debêntures.

680. (CVM/NCE-UFRJ/2005) As debêntures são:

a) ativos lançados no mercado financeiro sem autorização da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que conferem aos seus detentores o direito de crédito contra a empresa, nos termos da escritura de emissão e do certificado, conforme art. 52 da Lei 6404/76;

b) títulos de dívida de médio ou longo prazos, emitidos pelas sociedades anônimas não-financeiras de capital aberto, que conferem aos seus detentores o direito de crédito contra a empresa, nos termos da escritura de emissão e do certificado, conforme art. 52 da Lei 6404/76;

c) emitidas pelas companhias fechadas com prévia autorização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que conferem aos seus detentores o direito de crédito contra a empresa, nos termos da escritura de emissão e do certificado, conforme art. 52 da Lei 6404/76;

d) títulos cuja emissão no mercado independe de deliberação da assembleia geral;

e) títulos que não podem ser recomprados pelo emissor.

681. (Besc/FGV/2004) As debêntures são títulos (valores mobiliários) emitidos por uma sociedade anônima de capital aberto. Podem ser emitidas nos tipos simples, conversível ou permutável. O que caracteriza a debênture permutável é o fato de poder ser:

a) convertida em ações emitidas pela empresa emissora da debênture a qualquer tempo.

b) convertida em ações emitidas pela empresa emissora da debênture, conforme regras do contrato de emissão da debênture.

c) resgatada, conforme regras do contrato de emissão da debênture.

d) trocada por bens da empresa emissora da debênture, conforme regras do contrato de emissão da debênture.

e) trocada por ações de outra empresa, existentes no patrimônio da empresa emissora da debênture, conforme regras do contrato de emissão da debênture.

682. (Besc/FGV/2004) É título emitido por sociedades anônimas não-financeiras de capital aberto, com garantia de seu ativo:

a) debênture

b) underwriting

c) letra imobiliária

d) CDB

e) letra de câmbio

683. (CVM/FCC/2003) A distribuição das debêntures junto ao público investidor é regulamentada por

a) instrução da CVM e pelo Código de Auto-regulação da ANDIMA.

b) instrução da CVM e por resolução do Banco Central do Brasil.

c) resolução do Banco Central e pelo Código de Autoregulação da ANBID.

d) instrução da CVM e pelo Código de Auto-regulação da ANBID.

e) resolução do Banco Central e pelo Código de Autoregulação do CETIP.

684. (CVM/FCC/2003) A companhia emissora de debêntures pode manter em circulação

a) apenas uma emissão de debêntures, e cada emissão pode ser subdividida em séries.

b) mais de uma emissão de debêntures, e cada emissão pode ser subdividida em séries.

c) mais de uma emissão de debêntures, e cada emissão não pode ser subdividida em séries.

d) apenas uma emissão de debêntures, e cada emissão não pode ser subdividida em séries.

e) apenas uma emissão de debêntures, e cada emissão pode ou não ser subdividida em séries.

685. (CVM/FCC/2003) A função principal do Agente Fiduciário contratado numa emissão de debêntures é

a) zelar e fiscalizar o mercado de debêntures.

b) zelar pelo interesse da companhia emissora.

c) fiscalizar a conduta da companhia emissora.

d) fiscalizar os debenturistas e companhia emissora.

e) zelar pelo interesse dos debenturistas.

686. (CVM/FCC/2003) O prazo de vencimento das debêntures pode ser

a) de até 12 meses.

b) indeterminado.

c) de até 24 meses.

d) de até 36 meses.

e) de até 48 meses.

687. (CVM/FCC/2003) As debêntures podem ser emitidas com garantia

a) real ou sem garantia, ou com garantia flutuante ou quirografária.

b) flutuante ou sem garantia, ou com garantia real ou subordinada.

c) real ou fidejusória, ou quirografária ou subordinada.

d) flutuante ou fidejusória, ou subordinada ou com garantia real.

e) real ou flutuante, ou quirografária ou subordinada.

688. (CVM/FCC/2003) É INCORRETO afirmar que

a) uma ação representa a menor fração do capital social da empresa.

b) partes beneficiárias são títulos emitidos por sociedades anônimas de capital aberto.

c) as notas promissórias representam títulos de dívida de curto prazo.

d) o bônus de subscrição concede ao acionista o direito de subscrever uma nova ação.

e) as debêntures representam títulos de dívida de médio e longo prazo.

689. (CVM/FCC/2003) Para a distribuição pública de debêntures exige-se o registro de companhia aberta da emissora e o registro da emissão

a) no CETIP.

b) no BACEN.

c) na CVM.

d) no SOMA.

e) na CALISPA.

690. (CVM/FCC/2003) As Debêntures Simples representam:

a) títulos de renda fixa permutáveis por ações.

b) títulos de dívida da empresa emissora.

c) frações do capital social da empresa.

d) distribuição de resultados apurados no balanço.

e) parte dos lucros da empresa emissora.

691. (CVM/FCC/2003) As debêntures quirografárias são

a) com garantia real, equivalendo aos demais créditos ordinários a favor da emissora.

b) com garantia, equivalendo aos demais créditos ordinários contra a emissora.

c) sem garantia, equivalendo aos demais créditos ordinários a favor da emissora.

d) com garantia, equivalendo aos demais créditos ordinários a favor da emissora.

e) sem garantia, equivalendo aos demais créditos ordinários contra a emissora.

692. (CVM/FCC/2003) Quanto à caracterização dos valores mobiliários, pode-se dizer que as debêntures correspondem a títulos de

a) propriedade sobre as sociedades anônimas, que rendem juros corrigidos por específicos índices de preços.

b) dívida de médio e longo prazos, emitidos por sociedades anônimas, sem que seja prevista a devolução compulsória de principal de rendimentos.

c) dívida de médio e longo prazos, emitidos por sociedades anônimas, que deverão ser pagos com juros e atualização monetária.

d) propriedade sobre as sociedades anônimas, que rendem participações nos lucros corrigidos por específicos índices de preços.

e) propriedade sobre as sociedades anônimas, com prazo mínimo de 360 dias para sociedades anônimas de capital aberto, remunerados a taxas prefixadas.

693. (CVM/FCC/2003) A colocação de uma debênture no mercado pode ser através de oferta

a) pública secundária.

b) pública registrada.

c) privada registrada.

d) pública ou privada.

e) privada secundária.

694. (CVM/FCC/2003) A distribuição de debêntures com garantia firme significa que a

a) instituição financeira coordenadora garante a colocação das debêntures junto ao mercado.

b) empresa emissora das debêntures concede garantia firme aos investidores em geral.

c) empresa emissora das debêntures concede garantia real, caso seja solicitada pelos investidores.

d) instituição financeira coordenadora garante o risco das debêntures junto aos investidores.

e) garantia firme estabelece as garantias oferecidas aos investidores pelo emissor das debêntures.

695. (CVM/FCC/2003) As debêntures são títulos de crédito de

a) longo prazo emitidos por sociedades limitadas.

b) curto prazo emitidos por sociedades anônimas.

c) longo prazo emitidos por sociedades anônimas.

d) curto prazo emitidos por sociedades limitadas.

e) médio prazo emitidos pelas sociedades limitadas.

696. (CVM/FCC/2003) As debêntures podem ser negociadas

a) no mercado de *open market* e bolsas de futuros.

b) em mercado de balcão ou nas bolsas de futuros.

c) no mercado de *open market* e no CETIP.

d) nas bolsas de valores e bolsas de futuros.

e) em mercado de balcão ou em bolsa de valores.

697. (BB/Cesgranrio/1999) Uma empresa pretende captar recursos para investimento no aumento de sua capacidade de produção, até o limite de seu capital próprio, com a possibilidade de parcelar esta captação de acordo com o ritmo do projeto de investimento, dando como garantia o total de seus ativos. Que alternativa seu banco, em princípio, sugeriria?

a) Debêntures Simples com garantia real.

b) Debêntures Simples com garantia flutuante.

c) Debêntures Simples com garantia subordinada.

d) Securitização de Recebíveis.

e) Commercial Papers.

698. (BB/FCC/1998) As debêntures são títulos (valores mobiliários) emitidos por uma sociedade anônima de capital aberto. Podem ser emitidas nos tipos simples, conversível ou permutável. O que caracteriza a debênture permutável é o fato de poder ser:

a) convertida em ações emitidas pela empresa emissora da debênture a qualquer tempo.

b) convertida em ações emitidas pela empresa emissora da debênture, conforme regras do contrato de emissão da debênture.

c) resgatada, conforme regras do contrato de emissão da debênture.

d) trocada por bens da empresa emissora da debênture, conforme regras do contrato de emissão da debênture.

e) trocada por ações de outra empresa, existentes no patrimônio da empresa emissora da debênture, conforme regras do contrato de emissão da debênture.

699. (Banespa/FCC/1997) São títulos emitidos por empresas de capital aberto representativos da dívida dessas empresas:

a) Ações

b) Warrants

c) Debêntures

d) Títulos cambiais

e) Duplicatas

700. (BB/FCC/2006) Um dos principais pontos a serem analisados na colocação pública de títulos é o risco que a empresa emitente pode incorrer na emissão. Quanto a isso, é correto afirmar que, no *underwriting*, a empresa emitente

a) não tem risco quanto à entrada de recursos, tanto na operação firme quanto na de melhor esforço.

b) sempre sofre risco quanto à entrada de recursos.

c) nunca tem risco quanto à entrada de recursos.

d) não tem risco quanto á entrada de recursos, quando a operação for firme.

e) não tem risco quanto à entrada de recursos, quando a operação for de melhor esforço.

701. (BB/FCC/2006) Analise:

I – O *underwriting* firme prescinde de registro na Comissão de Valores Mobiliários.

II – No *underwriting stand-by* a empresa emitente recebe imediatamente os recursos dos valores mobiliários colocados à negociação.

III – Em *underwriting*, há instituições financeiras que atuam como agentes da companhia emissora.

É correto o que consta em

a) III, apenas.

b) II e III, apenas.

c) II, apenas.

d) I, apenas.

e) I, II e III.

702. (Besc/FGV/2004) O lançamento de ações novas no mercado, de forma ampla e não restrita a subscrição pelos atuais acionistas, chama-se:

a) bonificação

b) captação de recursos para realização de investimentos

c) underwriting

d) mercado secundário

e) *swap*

703. (CVM/FCC/2003) O termo *Underwriting* significa o processo de

a) lançamento de títulos públicos.

b) lançamento de *leasing* financeiro e operacional.

c) emissão de ações ordinárias e preferenciais.

d) lançamento de ações ou debêntures.

e) emissão de títulos no mercado secundário.

704. (BB/Vunesp/1999) Uma instituição que deseje captar recursos no exterior e, ao mesmo tempo, pretenda obter como taxa de remuneração para seus papéis um valor previamente definido de acordo com as ofertas de seus investidores, optará por um modelo de *underwriting* do tipo:

a) Garantia Firme.

b) *Book Building*.

c) *Best Efforts*.

d) *Stand By*.

e) ADR.

705. (Besc/FGV/2004) Qual das características abaixo **NÃO** é, via de regra, apresentada em uma aplicação financeira de renda fixa?

a) Utilização de títulos, obrigações ou aplicações com data estabelecida para liquidação.

b) Aplicação mais conservadora.

c) Integra o mercado de risco, em que não há garantia de retorno financeiro ao investidor, nem mesmo do principal aplicado.

d) Remuneração ou retorno de capital pode ser dimensionado no momento da aplicação.

e) Gera rendimentos prefixados.

706. (Besc/FGV/2004) Analise as afirmativas a seguir, a respeito de fundos de investimento:

I – alguns fundos de investimento são remunerados com ganhos de performance baseados em um índice de referência;

II – os fundos DI são fundos referenciados à taxa do mercado interbancário;

III – o administrador do fundo de investimento debitará uma taxa de administração sobre o patrimônio do fundo.

Assinale:

a) se nenhuma afirmativa estiver correta.

b) se somente a afirmativa II estiver correta.

c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

707. (Besc/FGV/2004) Um fundo de ações fechado é um fundo no qual:

a) a composição da carteira permanece fixa desde o momento de sua criação.

b) só podem ser feitas aplicações em companhias fechadas.

c) o resgate de cotas só pode ser feito na data de vencimento do fundo.

d) o prazo de investimento pelo cotista é indeterminado.

e) o resgate da aplicação feita pelo cotista pode ser efetuado a qualquer momento.

708. (BB/Cesgranrio/1999) Um fundo de investimento em renda fixa, que deseje minimizar seu risco de mercado, deve reduzir suas aplicações em:

a) ações.

b) debêntures conversíveis.

c) títulos pós-fixados.

d) títulos prefixados de curto prazo.

e) títulos prefixados de longo prazo.

709. (BB/FCC/2006) É de competência privativa do Conselho Nacional de Seguros Privados

a) proceder à habilitação e ao registro dos corretores de seguros, fiscalizar suas atividades e aplicar as penalidades cabíveis.

b) propor diretrizes de política monetária e cambial para apreciação do Conselho Monetário Nacional.

c) fixar as características gerais dos contratos de seguros.

d) autorizar a movimentação e liberação dos bens e valores obrigatoriamente inscritos em garantia do capital, das reservas técnicas e dos fundos.

e) efetuar a liquidação das sociedades seguradoras que tiverem cassada a autorização para funcionar no País.

710. (BB/FCC/2006) Em relação ao Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), é correto afirmar que

a) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda.

b) deve fiscalizar o resseguro obrigatório e facultativo do país ou exterior.

c) seu Presidente é o Superintendente da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados).

d) a preservação da liquidez e da solvência das sociedades seguradoras figuram entre seus objetivos.

e) é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro.

711. (BB/FCC/2006) Compete, privativamente, ao Conselho Nacional de Seguros Privados, em relação às entidades de previdência privada,

a) processar os pedidos de autorização para fins de constituição, funcionamento, fusão, incorporação, grupamento, transferência de controle e reforma dos estatutos das entidades abertas.

b) estabelecer as normas gerais de contabilidade, atuária e estatística a serem observadas por essas entidades.

c) proceder à liquidação das entidades abertas que tiverem cessada a autorização para funcionar no País.

d) autorizar a movimentação e a liberação de bens e valores obrigatoriamente inscritos em garantia do capital, das reservas técnicas e dos fundos especiais das entidades abertas de previdência privada.

e) proceder à inscrição dos corretores de planos previdenciários, de entidades abertas de previdência privada; fiscalizar suas atividades e aplicar as penas cabíveis.

712. (BB/FCC/2006) O mercado de capitais pode atuar positivamente para o crescimento econômico. Para que esse mercado cumpra seu papel, dentre as condições necessárias, é correto mencionar:

a) assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários, o que constitui uma função da Comissão de Valores Mobiliários.

b) fiscalizar e inspecionar as companhias abertas, o que constitui uma função do Banco Central do Brasil.

c) fiscalizar permanentemente as atividades e os serviços do mercado de valores mobiliários, o que constitui uma função da Superintendência de Seguros Privados.

d) apurar e punir condutas fraudulentas no mercado de valores mobiliários, o que constitui uma função do Tesouro Nacional.

e) prevenir ou corrigir situações anormais do mercado, inclusive com a suspensão da negociação de determinado valor mobiliário, o que constitui função do Conselho Monetário Nacional.

713. (Besc/FGV/2004) Assinale o mercado em que as operações realizadas apresentam pouca influência nas negociações, em termos de preço, tendo em vista que **NÃO** há divulgação massificada.

a) Mercado de balcão

b) Cetip

c) Selic

d) Bovespa

e) Susep

714. (BRB/Cespe/2001) É atribuição da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

I – fiscalizar a constituição, a organização, o funcionamento e a operação das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização, das entidades de previdência privada aberta e resseguradores, na qualidade de executora da política traçada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

II – atuar no sentido de proteger a captação de poupança popular que se efetua por meio das operações de seguro, de previdência privada aberta, de capitalização e resseguro.

III – zelar pela liquidez e solvência das sociedades que integram o mercado.

IV – disciplinar e acompanhar os investimentos das entidades privadas de seguro, em especial os efetuados em bens garantidores de provisões técnicas.

A quantidade de itens certos é igual a

a) 0.

b) 1.

c) 2.

d) 3.

e) 4.

715. (BB/FCC/2006) O ...I..., em uma apólice de seguro, normalmente corresponde a uma parcela do valor do bem segurado e garante o recebimento de uma indenização que permita a reposição integral desse bem, em caso de ...II.... Preenchem correta e respectivamente as lacunas ...I... e ...II... acima:

a) sinistro; risco

b) prêmio; risco

c) prêmio; sinistro

d) sinistro; prêmio

e) risco; prêmio

716. (Caixa/FCC/2004) Em relação aos tipos de seguros existentes, está correto afirmar que

a) há dois tipos de seguros de automóveis: pelo valor contratado e pelo valor de mercado. O seguro pelo valor de mercado prevê a indenização pelo valor de um veículo zero km.

b) os seguros patrimoniais sempre exigem carência.

c) os seguros podem ser classificados em duas grandes modalidades: pessoa e não-pessoas. Os seguros de pessoas incluem os seguros de danos materiais (patrimoniais) e de prestação de serviços.

d) o seguro de vida tem por finalidade garantir determinado pagamento a um beneficiário indicado em caso de acidente fatal ou não.

e) o seguro de incêndios cobre danos causados por incêndios, quedas de raios, explosão de botijão de gás doméstico podendo ainda cobrir adicionalmente incêndios causados por vendaval, tornado e queda de avião.

717. (BB/FCC/2006) Os resgates de recursos investidos em _____ podem sofrer a incidência de Imposto de Renda segundo a Tabela Progressiva para Pessoas Físicas ou de acordo com alíquotas regressivas, conforme o prazo da aplicação.

a) Ações

b) Caderneta de Poupança

c) CDB

d) PGBL

e) Fundos de Investimento

718. (BB/FCC/2006) Analise:

I – No PGBL, o Imposto de Renda incide no momento do resgate, sobre os rendimentos auferidos.

II – No VGBL, há incidência de Imposto de Renda sobre os rendimentos auferidos, segundo a Tabela Progressiva.

III – Tanto o PGBL como o VGBL podem cobrar de seus participantes taxas de carregamento e de administração.

É correto o que consta em

a) III, apenas.

b) I, II e III.

c) I, apenas.

d) II, apenas.

e) I e III, apenas.

719. (BB/FCC/2006) As entidades de previdência privada abertas

a) estão dispensadas de exigência de capital mínimo, quando tiverem fins lucrativos.

b) podem efetuar operações de fusão, incorporação ou cisão, independentemente de autorização governa mental.

c) devem ter seu funcionamento autorizado em Portaria do Ministro da Fazenda.

d) podem operar apenas um único fundo de previdência aberto a todos os interessados.

e) podem ou não ter fins lucrativos.

720. (BB/FCC/2006) Em relação às entidades de previdência privada abertas, e correto afirmar:

a) O balanço e os balancetes deverão ser enviados ao Banco Central para exame técnico das reservas e provisões constituídas.

b) É permitida a realização de operações comerciais e financeiras com seus diretores e membros dos conselhos consultivos, administrativos, fiscais ou os assemelhados, desde que as operações sejam aprovadas pela assembleia geral.

c) os bens garantidores das reservas técnicas, fundos e provisões serão registrados na SUSEP e não poderão ser alienados, prometidos alienar ou de qualquer forma gravados sem sua prévia e expresso autorização.

d) Os estatutos das entidades sem fins lucrativos não poderão estabelecer distinção entre associados controladores e simples participantes dos planos de benefícios.

e) Nas entidades sem fins lucrativos, as despesas administrativas não poderão exceder os limites fixados anualmente pela Comissão de Valores Mobiliários.

721. (BB/FCC/2006) Dentre as modalidades de investimento abaixo, aquela que permite a dedução dos valores investidos na Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda, até o limite de 12% da renda bruta do contribuinte, é

a) o CDB.

b) o VGBL.

c) o Fundo de Investimento Referenciado DI.

d) a Caderneta de Poupança.

e) o PGBL.

722. (Banrisul/FDRH/2005) O Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) oferece

a) rentabilidade conforme a modalidade de investimento adotada.

b) garantia mínima de rentabilidade a seus participantes.

c) isenção de Imposto de Renda no resgate do fundo.

d) benefício para o final do período de contratação definido previamente.

e) isenção de taxa de administração.

723. (Caixa/FCC/2004) O PGBL - Plano Gerador de Benefícios Livres - é uma alternativa de aplicação financeira direcionada para a aposentadoria das pessoas, funcionando como um fundo de investimento, aplicando os recursos recebidos no mercado financeiro e creditando todos os rendimentos auferidos para os investidores. Pode-se afirmar que

a) os rendimentos gerados pelas aplicações são tributados a cada contribuição.

b) contribuição variável é o valor fixo dos prêmios pagos.

c) entre os principais atrativos de um PGBL está o benefício fiscal, pois as contribuições periódicas podem ser deduzidas do cálculo do imposto de renda até o limite de 30% da renda bruta do investidor.

d) um dos tipos de benefícios oferecidos pelo PGBL é a renda vitalícia, em que o beneficiário recebe uma renda durante toda a sua vida, a partir de 40 anos de idade.

e) a renda temporária refere-se aos benefícios pagos a partir de certa idade e durante um determinado número de anos pré-definido.

724. (Besc/FGV/2004) Ao final do período de contribuição em um plano gerador de benefícios livres (PGBL), o investidor pode:

a) apenas sacar todo o valor acumulado de uma vez.

b) apenas efetuar saques dentro de um plano de renda vitalícia.

c) apenas efetuar saques dentro de plano de renda temporária.

d) apenas optar por sacar todo o valor ou efetuar saques dentro de um plano de renda vitalícia.

e) optar por sacar todo o valor ou efetuar saques dentro de um plano de renda vitalícia ou de renda temporária.

725. (Banese/Cespe/2006) "As sociedades de capitalização são entidades constituídas sob a forma de sociedade anônimas, que negociam contratos (títulos de capitalização) que têm por objeto o depósito periódico de prestações pecuniárias pelo contratante, o qual terá, depois de cumprido o prazo contratado, o direito de resgatar parte dos valores depositados corrigidos por uma taxa de juros estabelecida contratualmente; conferindo, ainda, quando previsto, o direito de concorrer a sorteios de prêmios em dinheiro". (Site BACEN - www.bcb.gov.br).

A respeito dos títulos de capitalização, julgue os itens a seguir:

a) O título de capitalização pode ser negociado pelas Sociedades de Capitalização e pelas Sociedades Corretoras de Valores Mobiliários.

b) O "PU" é um título de capitalização pelo qual o pagamento é feito em parcelas mensais e sucessivas

c) É facultada à Sociedade de Capitalização a utilização dos resultados de loterias oficiais para a geração de seus números de sorteios.

d) Prazo de vigência é o mesmo que prazo de pagamento.

e) Não há possibilidade de alguém adquirir o título de capitalização para outra pessoa, ou seja, o adquirente tem que ser, necessariamente, o titular.

726. (BB/FCC/2006) As sociedades de capitalização

a) estão obrigadas a informar o critério matemático utilizado para o estabelecimento do percentual dos pagamentos referente aos sorteios.

b) estão dispensadas de notificar os detentores dos títulos de capitalização contemplados em sorteio.

c) estão impedidas de emitir títulos de capitalização que contemplem o pagamento de um plano de seguro de vida ou de pecúlio para os seus subscritores.

d) poderão apropriar-se da provisão matemática dos títulos suspensos ou caducos por inadimplência dos pagamentos, desde que autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

e) devem remunerar os títulos de sua emissão com os mesmos percentuais da caderneta de poupança.

727. (BB/FCC/2006) As sociedades de capitalização

a) devem ter seu funcionamento autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários.

b) comercializam títulos que combinam formação de poupança com premiação por sorteio.

c) comercializam títulos que não têm prazo de carência para resgate.

d) não reembolsam o dinheiro aplicado pelo possuidor do título, em caso de ele não ser sorteado.

e) são as administradoras do FAPI - Fundo de Aposentadoria Programada Individual.

728. (BB/FCC/2006) As sociedades de capitalização

a) não podem prever, nas condições gerais dos títulos, participação dos titulares nos lucros da empresa.

b) estão impedidas de utilizar os resultados de loterias oficiais para a geração dos seus números sorteados, sendo obrigadas a realizar sorteios próprios com ampla e prévia divulgação aos titulares.

c) poderão apropriar-se da provisão matemática dos títulos suspensos ou caducos por inadimplência dos pagamentos.

d) somente podem colocar títulos com uma única taxa de juros ao longo de sua vigência.

e) podem estabelecer um percentual de desconto (penalidade), não superiora 10%, nos casos em que o resgate for solicitado pelo titular antes de concluído o período de vigência.

729. (BB/FCC/2006) A parcela de cada pagamento de um Título de Capitalização que será restituída ao investidor no final do plano é

a) a quota de administração.

b) a quota de capitalização (ou provisão matemática).

c) a quota de carência.

d) o prêmio.

e) a reserva técnica.

730. (BB/FCC/2006) Uma pessoa gosta de participar de sorteios, mas ao mesmo tempo sente a necessidade de começar a economizar um pouco de dinheiro, uma vez que dentro de alguns anos pretende aposentar-se. Dentre as opções abaixo, o produto que melhor atende às necessidades e expectativas dessa pessoa é

a) o CDB.

b) a Caderneta de Poupança.

c) o Fundo de Renda Fixa.

d) o Título de Capitalização.

e) a Letra Hipotecária.

731. (Besc/FGV/2004) Assinale a afirmativa verdadeira.

a) A Previc - Superintendência Nacional de Previdência Complementar é o órgão executivo responsável pelo controle e fiscalização dos planos e benefícios e das atividades das entidades de Previdência Privada Fechada.

b) O Banco do Brasil é um órgão da administração indireta do País, sob a forma de autarquia.

c) A Superintendência de Seguros Privados é o órgão responsável pelo controle e fiscalização do mercado de ações.

d) A Comissão de Valores Imobiliários tem por finalidade a fiscalização e a regulação do mercado de seguros.

e) As distribuidoras de títulos e valores mobiliários são membros das bolsas de valores e, para exercício de suas atividades, não dependem de prévia autorização do Banco Central do Brasil.

732. (Caixa/FCC/2004) A previdência privada é uma alternativa de aposentadoria complementar à previdência social. É classificada como um seguro de renda, oferecendo diversos planos de benefícios de aposentadoria, morte e invalidez, todos lastreados no pecúlio formado por seus participantes. Em relação à previdência privada pode-se afirmar que

a) a sociedade de previdência privada fechada é a aposentadoria oficial paga ao Instituto Nacional de Seguridade Social.

b) Pode constituir-se como uma sociedade fechada ou aberta. A sociedade de previdência privada aberta, ou fundo de pensão, é formada geralmente dentro do ambiente de uma empresa.

c) os benefícios podem ser contratados para serem vitalícios, por tempo determinado ou de uma só vez.

d) a sua principal característica é que sua adesão não é operacional mas apresenta um caráter público e obrigatório.

e) as parcelas mensais que devem ser pagas são calculadas com base na renda de seu primeiro emprego corrigida pela TR.

733. (Besc/FGV/2004) São entidades ligadas aos Sistemas de Previdência e Seguros:

a) sociedades seguradoras e caixa de liquidação e custódia

b) administradoras de consórcio e entidades abertas de previdência privada

c) sociedades de capitalização e sociedades de títulos e valores mobiliários

d) agências de fomento ou de desenvolvimento e entidades fechadas de previdência privada

e) entidades fechadas de previdência privada e entidades abertas de previdência privada

734. (BNB/ACEP/2004) A Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, dispõe sobre as entidades fechadas de previdência complementar do Setor Público e suas relações com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, que lhes seriam patrocinadores. Sobre o tema em foco, marque a alternativa CORRETA:

a) as entidades em questão organizam-se sob a forma de autarquia, fundação ou sociedade civil, com fins lucrativos.

b) a elegibilidade a um benefício de prestação programada e continuada requer uma carência mínima de 120 (cento e vinte) contribuições mensais ao plano de benefícios, permitindo-se a manutenção do vínculo empregatício com o patrocinador após a concessão do benefício.

c) os reajustes dos benefícios em manutenção são efetuados de acordo com os critérios do regulamento do plano, permitidos os repasses de ganhos de produtividade, de abonos e de vantagens concedidas ao cargo ou função em que o participante se aposentou.

d) o custeio do plano de benefícios e a despesa administrativa da entidade de previdência complementar são de responsabilidade do patrocinador, dos participantes e, também, dos assistidos (participante ou seus beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada).

e) além das contribuições normais, os planos poderão prever o aporte de recursos adicionais pelos participantes, a título de contribuição laboral facultativa, aporte esse acompanhado do correspondente aporte patronal do patrocinador.

735. (BB/FCC/2011) No regime de câmbio flutuante, o Banco Central do Brasil atua no mercado de câmbio,

a) nele intervindo com o objetivo de evitar oscilações bruscas nas cotações.

b) desvalorizando a taxa de câmbio com o objetivo de reduzir o cupom cambial.

c) determinando a taxa de câmbio com o objetivo de incentivar as exportações.

d) fixando a taxa de câmbio com o objetivo de estimular captações externas.

e) livremente, dentro da banda cambial por ele estabelecida e divulgada.

736. (BB/FCC/2006) É pessoa jurídica autorizada a operar em câmbio, tanto em posições compradas quanto vendidas:

a) distribuidora de títulos e valores mobiliários.

b) sociedade seguradora.

c) sociedade de crédito, financiamento e investimento.

d) corretora de câmbio.

e) banco de investimento.

737. (BB/FCC/2006) É uma instituição financeira que está impedida de atuar no mercado de câmbio no Brasil:

a) banco comercial.

b) agência de turismo.

c) sociedade de capitalização.

d) banco de investimentos.

e) banco múltiplo.

738. (BB/FCC/2006) É correto afirmar:

a) Os investimentos estrangeiros diretos no Brasil representam capitais transitórios e voláteis.

b) Ocorre uma operação de câmbio sacado quando, na troca, existem documentos ou títulos representativos da moeda.

c) O controle da movimentação de divisas em nosso país é realizado pelo Ministério da Fazenda, através da Secretaria da Receita Federal.

d) As operações de arbitragem correspondem à compra de divisa estrangeira para financiar importações de bens e serviços.

e) As operações de câmbio não influenciam o saldo do balanço de pagamentos, já que este está sempre equilibrado.

739. (BB/FCC/2006) É agente econômico que demanda divisa estrangeira no mercado de câmbio brasileiro

a) a empresa brasileira que recebe empréstimo do exterior.

b) o exportador.

c) a empresa estrangeira que está abrindo filial no Brasil.

d) o investidor estrangeiro que quer adquirir ações na Bolsa de Valores de São Paulo.

e) a filial de empresa estrangeira que deseja remeter lucros para a matriz.

740. (BB/FCC/2006) A operação de arbitragem de câmbio tem como objetivo

a) buscar vantagens em função de diferenças de preços nos diversos mercados.

b) uniformizar as diferentes taxas de câmbio entre os diversos países.

c) comprar moeda estrangeira para financiar operações de importação de mercadorias.

d) vender moeda estrangeira para assegurar a liquidez das exportações.

e) comprar moeda no mercado cujo preço está alto e vender a mesma moeda no mercado cujo preço está baixo.

741. (BB/FCC/2006) O contrato de câmbio

a) não tem prazo limite para sua liquidação.

b) implica a concessão de bonificações ao importador.

c) é um ato unilateral e não oneroso.

d) tem por objetivo a compra ou a venda de moeda estrangeira.

e) implica a entrega de moeda estrangeira ao exportador.

742. (BB/FCC/2006) O contrato de câmbio de exportação

a) tem como característica sua liquidação imediata, no prazo máximo de 24horas.

b) prevê, usualmente, a bonificação, que é uma compensação devida pelo banco ao exportador.

c) é um ato multilateral e não oneroso.

d) exige sempre a interveniência de uma instituição financeira autorizada a operar em câmbio.

e) depende, para seu cumprimento, do resultado do negócio celebrado entre o exportador e o importador.

743. (BB/FCC/2006) A contratação do câmbio de exportação

a) deve ser feita obrigatoriamente após o embarque da mercadoria para o exterior.

b) fixa o valor da taxa de câmbio para esse contrato.

c) pode ser feita antes do embarque da mercadoria para o exterior, mas somente de forma parcial.

d) deve ser feita obrigatoriamente antes do embarque da mercadoria para o exterior, de forma a possibilitar ao exportador obter financiamento com base no contrato.

e) equivale a uma compra e venda mercantil efetuada entre o banco e a empresa exportadora.

744. (BB/FCC/2006) Em relação ao mercado de câmbio, é correto afirmar que

a) a taxa de câmbio, no Brasil, é definida como o preço da divisa estrangeira expressa em moeda nacional.

b) os importadores são ofertantes nesse mercado.

c) o ingresso ou saída de capitais estrangeiros no país não influencia o valor da taxa de câmbio.

d) é condição necessária, para que a política de câmbio flexível praticada pelo Banco Central tenha credibilidade, que o país tenha um elevado volume de reservas internacionais.

e) o Banco Central do Brasil não intervém no mercado de câmbio, deixando que a cotação do dólar flutue livremente.

745. (BB/FCC/2006) Um operador de câmbio toma conhecimento de que a cotação do marco alemão na praça de Nova York é quarenta centavos do dólar norte-americano e que a cotação desse último na praça de Hamburgo é quarenta e três centavos para cada marco alemão. Ao efetuar a operação de arbitragem direta no valor de 200 mil marcos alemães, este operador terá um lucro, em dólares americanos, desconsiderando-se os custos das transações, no valor de

a) 4.600

b) 4.800

c) 5.200

d) 5.600

e) 6.000

746. (BB/FCC/2006) No Brasil, o aumento da taxa de câmbio tem como consequência

a) a diminuição do serviço da dívida externa.

b) a promoção da redução das reservas internacionais.

c) a desvalorização da moeda nacional frente ao dólar.

d) o incentivo das importações.

e) o estímulo da saída de capitais para o exterior.

747. (Banrisul/FDRH/2005) A taxa de câmbio que serve como referência para os negócios realizados em dólar e que é apurada pelo Banco Central do Brasil ao final de cada dia chama-se:

a) taxa de Câmbio Interbancário Pronta (Dólar Pronto).

b) taxa PTAX do Dólar.

c) taxa de Câmbio Interbancário Flutuante

d) taxa de Câmbio de Mercado de Cabo (Dólar Cabo)

e) taxa de Câmbio para Repasse

748. (Banrisul/FDRH/2005) A valorização do real frente ao dólar, isto é, menor cotação em R$/US$, pode advir de

a) aumento de investimento brasileiro no exterior.

b) aumento do déficit de transações correntes do Brasil.

c) aumento de investimento estrangeiro no país.

d) diminuição da taxa de juros do país em relação à taxa de juros internacional.

e) redução de competitividade da produção do país em relação à competitividade da produção.

749. (Caixa/FCC/2004) Considere as afirmativas abaixo:

I – O Banco Central atua no mercado cambial visando principalmente o controle das reservas cambiais da economia e a manutenção do valor da moeda nacional em relação a outras moedas internacionais.

II – Diversos fatores são determinados para a formação das paridades monetária no mercado de cambio, como o nível de reservas monetárias que um país deseja manter e a liquidez da economia, a taxa da inflação doméstica e do resto do mundo e a política de juros.

III – No Brasil, as operações de compra e venda de moedas estrangeiras constituem um monopólio de governo; pois não podem ser praticadas livremente, somente podem ser realizadas por meio das autoridades monetárias.

IV – A demanda por moeda estrangeira não se reflete nos exportadores, investidores internacionais, devedores que desejam amortizar seus compromissos com credores estrangeiros, empresas multinacionais que necessitam remeter capitais e dividendos.

Em referência ao mercado de câmbio, estão corretas as afirmativas

a) I, II, III e IV.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e IV, apenas.

e) I, II e III, apenas.

750. (Caixa/FCC/2004) No mercado de câmbio, a moeda estrangeira é uma mercadoria e como tal está sujeita às forças de oferta e procura.

Está correto afirmar que

a) se a taxa de câmbio sobe, ficando acima das expectativas oficiais. O Banco Central compra os estoques de divisas do mercado.

b) a intervenção do Banco Central pode ser feita sobre o estoque de moeda: se a taxa de câmbio cai, ficando abaixo do nível desejado o governo compra o excesso de divisas.

c) a taxa cambial é a relação de valor entre duas moedas, isto é, a correspondência de preço da moeda de um determinado país em relação ao salário mínimo.

d) no atual mercado de câmbio brasileiro, a taxa cambial é livre ou flutuante, não sofrendo nenhuma influência ou limitação oficial.

e) a taxa de câmbio não tem nenhuma relação com o risco país.

751. (Besc/FGV/2004) A taxa de câmbio determinada pelo Banco Central do País, que se compromete a comprar e vender qualquer quantidade de divisas a esta taxa, chama-se:

a) taxa de câmbio fixa

b) taxa de câmbio flutuante

c) taxa de câmbio derivada

d) *swap*

e) underwriting

752. (BB/FCC/1998) Um banco, autorizado pelo Banco Central a operar no mercado de câmbio, e que, inicialmente, se mantinha numa posição nivelada, vende US$ 100.000,00 no mercado futuro ao mesmo tempo que compra US$ 50.000,00 no *spot* (mercado à vista). A posição atual deste banco passa a ser:

a) nivelada.

b) vendida em US$ 50.000,00.

c) vendida em US$ 100.000,00.

d) comprada em US$ 50.000,00.

e) comprada em US$ 150.000,00.

753. (BB/FCC/2006) É correto afirmar:

a) Se o avalista pagar um título em lugar do avalizado, poderá exigir deste último o ressarcimento dos valores pagos.

b) Do ponto de vista formal, não há diferenças entre aval, fiança, caução, hipoteca e alienação fiduciária como instrumentos de garantia de operações de crédito.

c) O aval a um título de crédito deve ser prestado através de documento específico para essa finalidade.

d) Um cheque pode ter aval parcial, desde que este garanta no mínimo 50% do seu valor.

e) A prestação de aval requer a entrega da posse de bens móveis do avalista, em valor correspondente ao da obrigação garantida.

754. (BB/FCC/2006) A Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.310, de 31 de agosto de 2005, prevê em seu artigo 3º parágrafo 2º, que o aval solidário pode constituir garantia nas operações de microcrédito. No aval solidário,

a) empresas de grande porte oferecem títulos públicos em garantia, tornando-se integralmente responsáveis por seu pagamento.

b) pessoas de uma mesma comunidade entregam bens em garantia a uma operação de crédito, tornando-se solidariamente responsáveis por seu pagamento.

c) pessoas pertencentes à mesma família oferecem bens em garantia a uma operação de crédito, abrindo mão de sua posse e domínio.

d) pessoas pertencentes à mesma família oferecem bens em garantia a uma operação de crédito, mas não abrem mão de sua posse.

e) pessoas de uma mesma comunidade mutuamente garantem, sem a entrega de bens, uma operação de crédito, tornando-se solidariamente responsáveis por seu pagamento.

755. (BB/FCC/2006) No que diz respeito à nota promissória, é correto afirmar que

a) a prestação do aval não pode ser dada na própria nota promissória.

b) o avalista será responsável pelo pagamento somente em caso de falecimento do emitente.

c) pessoas físicas casadas em regime de comunhão de bens só poderão dar aval com autorização de seu cônjuge.

d) o avalista poderá ser chamado a cumprir as obrigações da nota promissória antes de seu vencimento.

e) não pode ser garantida somente por aval, sendo necessárias outras garantias complementares.

756. (Caixa/FCC/2000) Se o aval de um cheque não indicar o avalizado, considera-se como tal o

a) emitente.

b) sacado.

c) endossante ou os endossantes.

d) primeiro endossante.

e) último endossante.

757. (BB/FCC/2006) O Sr. Fulano de Tal é fanático por futebol e decidiu comprar um televisor novo para assistir à Copa do Mundo da Alemanha. Para tanto foi a um banco e pediu um empréstimo de R$ 500,00. Para conceder o empréstimo, o gerente do banco exigiu que o Sr. Fulano apresentasse uma pessoa idônea, que assinaria um contrato responsabilizando-se pelo pagamento da dívida, caso ele se tomasse inadimplente. A modalidade de garantia exigida nessa transação é denominada

a) alienação fiduciária.

b) fiança.

c) caução.

d) aval.

e) penhor mercantil.

758. (BB/FCC/2006) Com relação às garantias dadas por meio de fiança, é correto afirmar que

a) se o fiador se tornar insolvente ou incapaz, não poderá o credor exigir que ele seja substituído.

b) a fiança deve ser prestada por apenas um fiador, que assume a responsabilidade total sobre a dívida garantida.

c) o credor, sob certas condições, pode ser obrigado a aceitar o fiador apresentado pelo devedor.

d) a fiança nunca pode ser de valor inferior ao do principal da dívida garantida.

e) a fiança garante também os juros decorrentes da dívida contraída.

759. (BB/FCC/2006) Uma determinada dívida é garantida por três fiadores. Caso ela não seja paga, cada fiador ficará responsável pelo pagamento

a) da dívida, na proporção de seu patrimônio em relação ao total do patrimônio de todos os fiadores.

b) de 1/3 da dívida, independentemente do que dispuser o contrato de fiança.

c) do total da dívida, independentemente do que dispuser o contrato de fiança.

d) da dívida, na proporção que estiver fixada no contrato de fiança.

e) da dívida, na proporção de sua renda mensal em relação ao total da renda mensal de todos os fiadores.

760. (Caixa/FCC/2004) Contrato é o acordo duas ou mais vontades, na conformidade da ordem jurídica, destinado a estabelecer uma regulamentação de interesse entre as partes com o escopo de adquirir, modificar ou extinguir relações jurídicas de natureza patrimonial, as operações de empréstimo caracterizam-se por firmar em contrato condições definidas em negociação entre o emprestador e o tomador. No contrato, devem estar expressos o valor da operação de crédito (em moeda nacional), os custos da operação (juros, comissões, taxa e tarifas cobradas pela instituição financeira), os encargos tributários, os prazos da operação, a forma de cobrança e as garantias. Em relação às garantias, assinale a alternativa correta.

a) Carta de fiança - depósito feito para garantia de pagamento de um empréstimo ou financiamento.

b) Garantias são exigidas pelo emprestador de acordo com o risco da operação e podem ser reais ou impessoais.

c) Aval - característica de título de crédito que permite que um terceiro, por sua aposição de assinatura, aceite ser coobrigado em relação às obrigações do avalizado.

d) Aval - exige outorga uxória ou qualificação do avalista. O avalista não tem beneficio de ordem.

e) Fiança - garantia constituída por contrato autônomo, em que o fiador se compromete a cumprir as obrigações do afiançado perante o credor, não havendo necessidade de fomalização por instrumento escrito, publico ou particular.

761. (Caixa/FCC/2000) A fiança diferencia-se do aval, por ser uma

a) obrigação acessória.

b) garantia cambial plena.

c) arantia cambial autônoma.

d) garantia cambial a obrigado.

e) garantia cambial a coobrigado.

762. (BB/FCC/2006) É correto afirmar que

a) o penhor mercantil só pode ser constituído por meio de instrumento público, sendo necessárias duas pessoas idôneas como testemunhas.

b) extingue-se o penhor mercantil com o pagamento da divida, produzindo efeitos independentemente da averbação do cancelamento de seu registro.

c) o devedor, no penhor mercantil, pode alienar as coisas empenhadas, mesmo sem autorização do credor, desde que reponha outros bens da mesma natureza.

d) o instrumento de constituição do penhor mercantil, público ou particular, deve ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição onde estiverem situadas as coisas empenhadas.

e) o devedor, no penhor mercantil, tem o direito de inspecionar as coisas empenhadas, uma vez que elas se encontram de posse do credor.

763. (BB/FCC/2006) Analise o texto que o Professor Pedro escreveu: O penhor mercantil é constituído por meio de instrumento público ou particular, que deve ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição onde estiverem situadas as coisas empenhadas, por qualquer dos contratantes. Nesta modalidade de penhor, o devedor não permanece em poder das coisas empenhadas, ficando estas sob a custódia do credor. O texto de Pedro está INCORRETO porque

a) o instrumento do penhor só pode ser levado a registro pelo devedor.

b) o devedor, no penhor mercantil, fica em poder das coisas empenhadas.

c) a custódia das coisas empenhadas, no penhor mercantil, fica a cargo de entidades públicas.

d) o penhor mercantil deve ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos.

e) o instrumento do penhor só pode ser levado a registro pelo credor.

764. (BB/FCC/2006) O proprietário do restaurante Kilu's Cazeiro M.E. pretende oferecer mais conforto aos seus clientes com a instalação de um aparelho de ar condicionado. Para tanto, dirigiu-se a um banco o solicitou um financiamento em nome de sua empresa. O gerente do banco condicionou a concessão do financiamento à assinatura de um contrato, em que o restaurante transferiria a posse de seu mobiliário para o banco, tornando-se depositário dos bens dados em garantia do financiamento. Essa condição de depositário seria revertida após a quitação do financiamento, ou o banco teria a posse definitiva dos bens empenhados no caso de inadimplência. Nesta operação, a garantia exigida pelo banco para conceder o financiamento é denominada

a) aval.

b) penhor mercantil.

c) fiança.

d) hipoteca.

e) caução.

765. (Banpará/CEPS-UFPA/2005) Muitas são as operações realizadas entre os estabelecimentos bancários e seus clientes, existindo uma delas que é usualmente garantida por joias. Essa operação é denominada de

a) endosso.

b) penhor.

c) caução.

d) aval ou fiança.

e) hipoteca.

766. (BB/FCC/2006) Na alienação fiduciária, o ..I.. tem a ..II.. de um bem móvel, podendo utilizá-lo às suas expensas e risco, na qualidade de depositário. Preenchem correta e respectivamente as lacunas ..I.. e ..II.. acima:

I

II

a) devedor, propriedade

b) devedor, posse

c) credor, posse

d) mutuário, propriedade

e) credor, propriedade

767. (BB/FCC/2006) Para exercer seu ofício, um dentista precisava adquirir o equipamento necessário à montagem de seu consultório. Como não dispunha de recursos suficientes, foi a um banco pedir financiamento. Para conceder o financiamento, o gerente do banco esclareceu que deveria ser assinado um contrato entre o dentista e a instituição financeira, no qual o dentista ficaria de posse dos equipamentos adquiridos, muito embora transferisse a propriedade para a instituição financeira. Quando da total quitação da dívida, o dentista retomaria a propriedade dos equipamentos. Neste tipo de transação o banco requer, para conceder o financiamento, uma garantia denominada

a) alienação fiduciária.

b) fiança bancária.

c) aval.

d) penhor mercantil.

e) hipoteca.

768. (BB/FCC/2006) Em relação à alienação fiduciária, é correto afirmar que

a) o devedor não pode utilizar o bem dado em garantia às suas expensas e risco, sendo, ainda, obrigado a zelar por sua conservação.

b) a propriedade do bem dado em garantia é transferida ao devedor, preservando-se a posse com o credor.

c) o contrato conterá a descrição da coisa objeto da transferência, com os elementos indispensáveis à sua identificação.

d) a dívida será considerada quitada, mesmo que o produto da venda do bem dado em garantia seja inferior ao valor emprestado.

e) deve ser celebrada por instrumento público ou particular a ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos do domicílio do credor.

769. (Banpará/CEPS-UFPA/2005) O conceito de alienação fiduciária está corretamente expresso na alternativa:

a) É um depósito em dinheiro que garantirá o pagamento de um empréstimo.

b) É o ato pelo qual um Banco, por conta de alguém, ou por conta própria, instrui suas agências para efetuarem certo pagamento ou crédito a terceiros.

c) É modalidade de seguro garantida pelo Governo Federal e pelo Banco Central para todos os depositantes de estabelecimentos bancários.

d) É uma forma programada de aplicação, em que o cliente autoriza, por escrito, o Banco onde mantém conta corrente a debitar uma parcela mensal, previamente ajustada.

e) É o contrato pelo qual o devedor, como garantia de uma dívida, pactua a transferência da propriedade fiduciária do bem ao credor, sob condição resolutiva e expressa.

770. (Banpará/CEPS-UFPA/2005) No caso de venda de um bem com alienação fiduciária, caso não haja o pagamento da dívida no prazo contratual, o credor poderá adotar corretamente o seguinte procedimento, entre outros:

a) Comunicar ao Banco Central a inadimplência do cliente, para que aquele tome as providências de sua alçada.

b) Executar ação para penhora e alienação judicial de bens do devedor fiduciante.

c) Comunicar unicamente à Diretoria do seu Banco sobre a inadimplência do cliente.

d) Comunicar ao Banco Central e à Diretoria do seu Banco.

e) Comunicar ao Banco Central e ao Serasa.

771. (BB/FCC/2006) Quatro irmãos são proprietários de uma fazenda avaliada em R$ 400.000,00, nas seguintes proporções:

- Álvaro 25%;
- Benedito 10%;
- Carlos 35%; e
- Daniel 30%.

Caso seja necessário, o valor máximo pelo qual poderá ser hipotecada a fazenda será de

a) R$ 40.000,00, caso Benedito, Carlos e Daniel não deem seu consentimento para hipotecar o imóvel.

b) R$ 100.000,00, caso Álvaro, Carlos e Daniel não deem seu consentimento para hipotecar o imóvel.

c) R$ 400.000,00, caso todos os irmãos concordem em hipotecar o imóvel.

d) R$ 200.000,00, caso Álvaro e Daniel não deem seu consentimento para hipotecar o imóvel.

e) R$ 180.000,00, caso Álvaro, Benedito e Carlos não deem seu consentimento para hipotecar o imóvel.

772. (BB/FCC/2006) Analise o texto que o Professor João escreveu: Um imóvel pode ser hipotecado para garantir uma dívida futura ou condicionada, desde que determinado o valor máximo do crédito a ser garantido. Essa hipoteca abrangerá todos os melhoramentos e construções realizadas no imóvel. O dono do imóvel hipotecado pode ainda constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo titulo, em favor do mesmo ou de outro credor. É vedado ao proprietário, no entanto, alienar o imóvel hipotecado. O texto de João está INCORRETO porque

a) é nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.

b) imóveis não podem ser hipotecados para garantir dívidas futuras.

c) a hipoteca não abrange melhoramentos e construções feitas no imóvel.

d) imóveis hipotecados não podem ser objeto de outra hipoteca.

e) se um imóvel for objeto de uma segunda hipoteca, esta não poderá ser em favor do mesmo credor.

773. (Banpará/CEPS-UFPA/2005) São garantias reais que podem ser averbadas nos cartórios de registro de imóveis:

a) o contrato particular de compra e venda de imóvel.

b) a hipoteca e os cheques pré-datados.

c) a caução e o contrato particular de compra e venda de imóvel.

d) a hipoteca e o penhor.

e) as alterações contratuais das sociedades empresariais, que possuem imóveis no seu patrimônio.

774. (Banpará/CEPS-UFPA/2005) A hipoteca que recai sobre um bem imóvel, poderá ser extinta se

a) o mutuário decidir que já pagou o suficiente sobre o financiamento.

b) houver sentença judicial transitada em julgado favorável ao mutuário.

c) ocorrer o falecimento do mutuário, mesmo sem o pagamento ser efetuado pela Seguradora.

d) o mutuário mudar de endereço, ocupando outro imóvel e não mais o financiado, que é objeto da hipoteca.

e) houver desmoronamento de uma das paredes do imóvel.

775. (Caixa/FCC/2004) Em relação às garantias reais está correto afirmar que

a) a caução é a vinculação de dinheiro, direitos e títulos de crédito que embora não fiquem depositados na instituição financeira garantem o pagamento de uma obrigação assumida.

b) o penhor é a garantia plena e solidária que o banco dá a qualquer cliente obrigado ou coobrigado em titulo cambial.

c) a alienação fiduciária incide sobre um bem móvel ou imóvel, transferindo sua propriedade enquanto durar a obrigação garantida. A propriedade é do credor mas a posse é do devedor.

d) o penhor é a vinculação de um bem imóvel para garantir o pagamento de uma obrigação assumida pelo proprietário ou terceiro. Nas operações bancárias exige-se a existência de um fiel depositário.

e) a hipoteca é a vinculação de um bem móvel para garantir o pagamento de uma obrigação, assumida pelo proprietário ou terceiro, despojando de posse, através de escritura pública registrada em cartório de Registro de Imóveis.

776. (Besc/FGV/2004) Assinale a afirmativa **FALSA**.

a) O aval bancário é uma obrigação assumida pelo banco a fim de garantir o pagamento de um título de crédito de um cliente preferencial.

b) Fiança bancária é um contrato por meio do qual o banco garante o cumprimento da obrigação de seu cliente com um credor a favor do qual a obrigação deve ser cumprida.

c) Hipoteca é uma garantia de pagamento de uma dívida dada sob a forma de um bem imóvel, não cabendo para navios e aviões.

d) Penhor é a entrega de um bem móvel ao credor como garantia de pagamento da dívida.

e) Alienação fiduciária é a transferência ao credor da propriedade direta e da posse indireta de um bem, em garantia ao pagamento de uma obrigação.

777. (BB/FCC/2010) O Fundo Garantidor de Crédito - FGC é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que administra o mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, contra instituições financeiras em caso de intervenção, liquidação ou falência. São cobertos limitadamente pela garantia

a) Notas Promissórias Comerciais.

b) Letras Hipotecárias.

c) Depósitos Judiciais.

d) Letras Financeiras do Tesouro.

e) Fundos de Investimentos Financeiros.

778. (BB/FCC/2006) #Em caso de insolvência (“quebra”) de uma instituição financeira, o valor máximo garantido pelo FGC sobre os saldos mantidos pelos clientes em suas contas correntes é de#

a) R$ 50 mil.

b) R$ 40 mil.

c) R$ 30 mil.

d) R$ 250 mil.

e) R$ 10 mil.

779. (BB/FCC/2006) Analise: A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo Garantidor de Créditos deve ser fixada, mediante autorização do ..I..., por ..II..., observado o ..III.. de 0,0125% do montante dos saldos das contas objeto da garantia. Esses recursos ..IV... ser aplicados na aquisição de bens imóveis. Preenchem correta e respectivamente as lacunas I, II, III e IV acima:

a) Banco Central do Brasil; sua Diretoria Executiva; mínimo; poderão.

b) Conselho Monetário Nacional; sua Diretoria Executiva; máximo; poderão.

c) Banco Central do Brasil; seu Conselho de Administração; mínimo; não poderão.

d) Conselho Monetário Nacional; seu Conselho Fiscal; máximo; poderão.

e) Conselho Monetário Nacional; seu Conselho de Administração; máximo; não poderão.

780. (BB/FCC/2006) NÃO contém apenas créditos cobertos pela garantia do FGC:

a) depósitos de poupança, letras hipotecárias e letras de crédito imobiliário.

b) Letras de câmbio, letras hipotecárias e letras imobiliárias.

c) depósitos em conta investimento, depósitos de poupança e letras hipotecárias.

d) depósitos à vista, letras de câmbio e depósitos em conta investimento

e) depósitos à vista, depósitos judiciais e depósitos de poupança.

65. GABARITO

1. B	**26.** A	**51.** E	**76.** B
2. E	**27.** C	**52.** C	**77.** E
3. D	**28.** C	**53.** A	**78.** A
4. E	**29.** D	**54.** C	**79.** A
5. E	**30.** D	**55.** A	**80.** A
6. E	**31.** C	**56.** B	**81.** A
7. D	**32.** E	**57.** E	**82.** E
8. E	**33.** E	**58.** C	**83.** C
9. X	**34.** C	**59.** B	**84.** B
10. A	**35.** B	**60.** C	**85.** C
11. D	**36.** E	**61.** E	**86.** B
12. B	**37.** B	**62.** D	**87.** B
13. E	**38.** D	**63.** E	**88.** E
14. D	**39.** D	**64.** C	**89.** B
15. D	**40.** B	**65.** B	**90.** B
16. B	**41.** E	**66.** B	**91.** D
17. D	**42.** E	**67.** A	**92.** C
18. D	**43.** X	**68.** A	**93.** X
19. B	**44.** A	**69.** C	**94.** B
20. C	**45.** E	**70.** D	**95.** D
21. B	**46.** B	**71.** C	**96.** B
22. C	**47.** E	**72.** E	**97.** A
23. E	**48.** A	**73.** A	**98.** D
24. B	**49.** C	**74.** B	**99.** D
25. C	**50.** A	**75.** A	**100.** D

101. X
102. B
103. D
104. C
105. E
106. B
107. A
108. D
109. C
110. D
111. B
112. A
113. D
114. B
115. C
116. D
117. E
118. A
119. C
120. E
121. C
122. E
123. A
124. C
125. C
126. D
127. D
128. X
129. A
130. B
131. D
132. B
133. C
134. E
135. E
136. B
137. A
138. A
139. A
140. E
141. C
142. A
143. A
144. B
145. E
146. E
147. D
148. D
149. B
150. A
151. C
152. D
153. A
154. D
155. X
156. A
157. E
158. E
159. E
160. B
161. A
162. D
163. E
164. D
165. B
166. A
167. E
168. D
169. D
170. E
171. D
172. D
173. X
174. A
175. E
176. B
177. D
178. C
179. C
180. A
181. C
182. X
183. E
184. D
185. X
186. A
187. A
188. A
189. C
190. A
191. D
192. B
193. A
194. B
195. D
196. A
197. C
198. A
199. B
200. D
201. A
202. E
203. A
204. X
205. B
206. C
207. D
208. E

209. E
210. A
211. C
212. A
213. E
214. C
215. E
216. B
217. D
218. A
219. E
220. D
221. A
222. E
223. D
224. C
225. E
226. D
227. C
228. A
229. D
230. A
231. C
232. C
233. B
234. E
235. B
236. B
237. B
238. E
239. C
240. C
241. C
242. D
243. A
244. C
245. C
246. B
247. D
248. E
249. E
250. B
251. E
252. C
253. D
254. E
255. D
256. C
257. D
258. B
259. D
260. C
261. B
262. E
263. C
264. B
265. B
266. B
267. E
268. E
269. B
270. D
271. C
272. D
273. A
274. E
275. D
276. C
277. A
278. E
279. C
280. B
281. B
282. C
283. A
284. C
285. E
286. A
287. A
288. A
289. A
290. C
291. A
292. A
293. D
294. D
295. E
296. D
297. D
298. C
299. E
300. D
301. A
302. B
303. C
304. E
305. E
306. C
307. A
308. C
309. B
310. C
311. E
312. A
313. E
314. A
315. C
316. E

317. B
318. D
319. C
320. A
321. D
322. C
323. E
324. B
325. E
326. E
327. E
328. B
329. A
330. D
331. E
332. E
333. B
334. B
335. X
336. A
337. E
338. C
339. C
340. A
341. X
342. E
343. X
344. B
345. E
346. A
347. C
348. B
349. C
350. D
351. C
352. A
353. D
354. D
355. C
356. E
357. B
358. A
359. C
360. B
361. C
362. A
363. E
364. D
365. B
366. A
367. B
368. C
369. B
370. D
371. D
372. C
373. D
374. A/E
375. D
376. B
377. B
378. D
379. C
380. D
381. E
382. A
383. D
384. C
385. D
386. D
387. A
388. C
389. B
390. E
391. D
392. E
393. B
394. B
395. C
396. D
397. E
398. C
399. C
400. B
401. E
402. C
403. A
404. A
405. B
406. C
407. D
408. C
409. A
410. B
411. A
412. E
413. E
414. A
415. E
416. E
417. E
418. D
419. C
420. D
421. E
422. A
423. D
424. C

425. B
426. C
427. C
428. B
429. A
430. B
431. E
432. D
433. A
434. D
435. X
436. E
437. D
438. B
439. B
440. C
441. D
442. B
443. D
444. A
445. E
446. E
447. E
448. D
449. D
450. E
451. B
452. A
453. D
454. A
455. D
456. E
457. A
458. E
459. D
460. B
461. C
462. A
463. D
464. D
465. E
466. B
467. B
468. A
469. A
470. A
471. C
472. B
473. E
474. B
475. D
476. C
477. A
478. C
479. X
480. E
481. B
482. A
483. A
484. E
485. E
486. A
487. D
488. C
489. E
490. E
491. B
492. C
493. X
494. A
495. C
496. A
497. D
498. E
499. C
500. D
501. C
502. B
503. B
504. B
505. D
506. E
507. C
508. E
509. B
510. C
511. A
512. B
513. A
514. C
515. E
516. A
517. B
518. D
519. C
520. A
521. C
522. C
523. B
524. B
525. C
526. A
527. A
528. E
529. D
530. A
531. B
532. C

533. E
534. B
535. C
536. C
537. E
538. C
539. D
540. C
541. A
542. C
543. B
544. D
545. D
546. A
547. D
548. C
549. E
550. B
551. E
552. D
553. A
554. B
555. A
556. E
557. B
558. E
559. D
560. A
561. D
562. E
563. D
564. B
565. C
566. D
567. B
568. A
569. E
570. E
571. A
572. B
573. D
574. D
575. B
576. A
577. E
578. C/E
579. C
580. D
581. C
582. C
583. A
584. D
585. C
586. D
587. B
588. B
589. D
590. E
591. B
592. A
593. X
594. C
595. B
596. E
597. E
598. E
599. A
600. A
601. C
602. C
603. E
604. A
605. A
606. A
607. C
608. D
609. A
610. E
611. D
612. D
613. A
614. A
615. C
616. B
617. A
618. D
619. E
620. B
621. B
622. C
623. C
624. E
625. E
626. D
627. B
628. D
629. B
630. D
631. C
632. C
633. D
634. A
635. E
636. B
637. D
638. C
639. D
640. A

641. D
642. E
643. E
644. C
645. A
646. E
647. B
648. A
649. D
650. B
651. A
652. B
653. C
654. B
655. B
656. E
657. E
658. B
659. A
660. D
661. A
662. D
663. C
664. D
665. C
666. A/E
667. A
668. B
669. D
670. A
671. D
672. C
673. C
674. A
675. C
676. C
677. B
678. B
679. E
680. B
681. E
682. A
683. D
684. B
685. E
686. B
687. E
688. B
689. C
690. B
691. E
692. C
693. D
694. A
695. C
696. E
697. B
698. E
699. C
700. D
701. A
702. C
703. D
704. B
705. C
706. E
707. C
708. E
709. C
710. D
711. B
712. A
713. A
714. E
715. C
716. E
717. D
718. A
719. E
720. C
721. E
722. A
723. E
724. E
725. C
726. A
727. B
728. E
729. B
730. D
731. A
732. C
733. E
734. D
735. A
736. E
737. C
738. B
739. E
740. A
741. D
742. D
743. B
744. A
745. E
746. C
747. B
748. C

749. X
750. B
751. A
752. B
753. A
754. E
755. C
756. A
757. B
758. E
759. D
760. C
761. A
762. D
763. B
764. B
765. B
766. B
767. A
768. C
769. E
770. B
771. C
772. A
773. D
774. B
775. C
776. C
777. B
778. D
779. E
780. E

X => questão anulada